



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE UBERLÂNDIA**

AMANDA PIRES DE MESQUITA

**O MUNICÍPIO E O PLANEJAMENTO PARA ALÉM DO PERÍMETRO URBANO: O
RURAL E OS DISTRITOS RURAIS DO SUL GOIANO**



UBERLÂNDIA (MG)

2018

AMANDA PIRES DE MESQUITA

**O MUNICÍPIO E O PLANEJAMENTO PARA ALÉM DO PERÍMETRO URBANO: O
RURAL E OS DISTRITOS RURAIS DO SUL GOIANO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* em Geografia do Instituto de Geografia, da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Geografia.

Área de Concentração: Geografia e Gestão do Território

Linha de Pesquisa: Análise, Planejamento e Gestão dos Espaços Urbano e Rural.

Orientador: Prof. Dr. William Rodrigues Ferreira

UBERLÂNDIA (MG)

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

M582m Mesquita, Amanda Pires de, 1987-
2018 O município e o planejamento para além do perímetro urbano: o
rural e os distritos rurais do sul goiano / Amanda Pires de Mesquita. -
2018.
330 f. : il.

Orientador: William Rodrigues Ferreira.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa
de Pós-Graduação em Geografia.
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.te.2018.602>
Inclui bibliografia.

1. Geografia - Teses. 2. Planejamento municipal - Zona rural - Teses.
I. Ferreira, William Rodrigues. II. Universidade Federal de Uberlândia.
Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 910.1

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

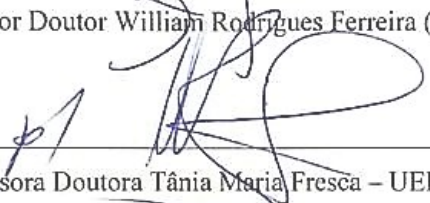
Programa de Pós-Graduação em Geografia

AMANDA PIRES DE MESQUITA

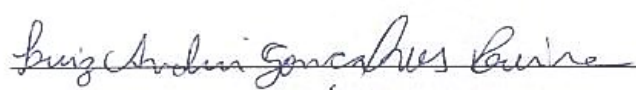
“O MUNICÍPIO E O PLANEJAMENTO PARA ALÉM DO PERÍMETRO URBANO: O RURAL E OS DISTRITOS RURAIS DO SUL GOIANO”.



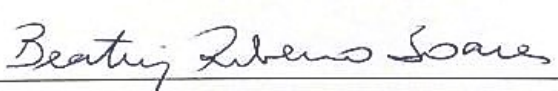
Professor Doutor William Rodrigues Ferreira (Orientador) - UFU



Professora Doutora Tânia Maria Fresca – UEL – Londrina - PR



Prof. Doutor Luiz Andrei Gonçalves Pereira – UNIMONTES



Professora Doutora Beatriz Ribeiro Soares – UFU



Professor Doutor Marcelo Cervo Chelotti – UFU

Data: 27/03 de 2018

Resultado: Aprovada com louvor.

*Aos meus pais, minhas raízes,
E que possuem suas raízes, no Sertão Goiano.*

AGRADECIMENTOS

Durante a longa trajetória de uma pesquisa de doutorado que exige tanto esforço e resulta em falta àqueles que estão ao nosso lado; cada palavra, cada auxílio, cada gesto é essencial para que consigamos concluir a etapa planejada. Nesse caminho, várias foram as pessoas que contribuíram para que hoje eu pudesse estar escrevendo esse agradecimento, e que de antemão, já agradeço imensamente o tão necessário, apoio e amizade. Mas quero aqui deixar registrado, meus agradecimentos àqueles que fizeram e são, parte dessa pesquisa.

Ao meu Orientador, William Rodrigues Ferreira, por ter aceitado essa tarefa e mais ainda, por se dispor a trabalhar sobre uma temática que, de início parecia tão distante dos seus recortes de trabalho, mas que no decorrer da caminhada, se mostrou um complemento àquilo que sempre esteve nos seus trabalhos, na sua fala, nos seus sonhos: o planejamento municipal. Agradeço pela sempre presteza, pela preocupação, pelos conselhos e pela dedicação que sempre teve aos seus orientandos.

À Fundação de Aperfeiçoamento Pessoal (CAPES) pela concessão da bolsa de pesquisa durante três anos, sem a qual não seria possível a realização dessa pesquisa.

Aos Moradores das vilas pesquisadas, sem os quais, esse trabalho não teria o mesmo olhar, o mesmo sentimento o mesmo respaldo. Abriram suas casas, suas vidas; é para vocês e a todos os moradores do campo que escrevo esse trabalho, com aquela esperança de que algo possa melhorar.

Aos professores Beatriz Ribeiro Soares e Marcelo Cervo Chelotti, membros da banca de Qualificação e defesa de Projeto, pelas contribuições desde

a fase inicial dessa pesquisa, pelas inúmeras e valorosas contribuições, sugestões e materiais de leitura os quais, sem dúvida, foram essenciais para a concretização desse trabalho.

Aos membros da banca de defesa da Tese, professora Tânia Maria Fresca, professor Luiz Andrei Gonçalves Pereira, professora Beatriz Ribeiro Soares e professor Marcelo Cervo Chelotti, por aceitarem o convite e pelas contribuições.

À minha família pelo apoio, pelo 'colo', por ser meu alicerce. Aos meus irmãos Livia e Joed Júnior, pela leitura técnica do trabalho, pelas ideias, pelos conselhos. Essa pesquisa tem muito de vocês!

Ao meu namorado, Juarez Junior, que se disponibilizou a me acompanhar em todas as pesquisas de campo, pelo auxílio em uma etapa essencial da pesquisa. Obrigada pelo apoio emocional e técnico, pela disponibilidade mesmo em dias tão cansativos.

Aos amigos e colegas do Laboratório de Planejamento de Trânsito e Transportes (LATRAM - UFU) Fander, Reginaldo, Felipe, Diego, Wilsom, pela companhia nos incontáveis dias de pesquisa e trabalho; pelas conversas e pela mão sempre estendida. Ao Fander pela presteza sempre, por me ensinar a ter garra, a ter coragem e a nunca desistir dos meus sonhos porque, 'uma hora tudo vai dar certo'.

Aos professores, coordenadores e secretários do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia – UFU, meu muito obrigada!

Aos meus amigos de Catalão e Uberlândia por tornarem essa caminhada menos árdua, pelas risadas e pelas conversas 'fiadas'.

A todos, muito obrigada!

Ser(tão) vila

*Gente da roça, gente da vila
Para quem o dia se inicia,
Ao nascer do sol
Gente que sabe que a poda é na minguante,
E que aquele sitiante, é o 'cumpade' João
Se no campo ou na vila,
Ninguém mais se admira quando a chuva cai
- Pois meu pai sempre falou:
Se o pássaro de longe cantou,
É porque hoje ela vem!!
Gente que dá uma 'd'mão' ao vizinho
E que nessa troca de carinho
Leva um 'prato de biscoitos' para a 'merenda' dos 'mininos'
Se isso não é ser 'doutô':
Sabedoria, fraternidade e amor
Eu não quero ser também!!*

Mesquita (2018)

RESUMO

MESQUITA, Amanda Pires de. **O município e o planejamento para além do perímetro urbano**: o rural e os distritos rurais do Sul Goiano. 330 f. 2018. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, universidade Federal de Goiás, 2018.

A maior autonomia político administrativa adquirida pelo município após a Constituição Federal de 1988, elevou-o à ente federativo autônomo e autor das suas próprias políticas de desenvolvimento e gestão, sendo o Plano Diretor Municipal seu instrumento básico de política de desenvolvimento e expansão urbana. Essa visão apenas urbana, começou a mudar após a promulgação do Estatuto da Cidade em 2001 (Lei 10.257/2001) e dessa forma, os Planos Diretores Municipais passariam a abranger todo o território do município. De tal modo, essa tese teve como objetivo compreender como áreas rurais, em especial os distritos rurais da Mesorregião do Sul Goiano são abordados nos Planos Diretores Municipais pós Estatuto da Cidade, bem como mostrar a importância do município no planejamento das áreas rurais, com vistas a colaborar para a ampliação de debates sobre planejamento territorial rural. Para responder a esses objetivos, analisou-se teorias que abordam a temática, decretos, leis como as dos Planos Diretores Municipais do Sul Goiano, bem como realizou-se pesquisa de campo e posterior análise F.O.F.A em 9 (nove) vilas distritais de 5 (cinco) municípios da mesorregião do Sul Goiano. Por meio dessas leituras e análises concluiu-se que, mesmo com novos direcionamentos para as áreas que estão além do perímetro urbano, a abrangência desses espaços no planejamento municipal ainda é muito incipiente e em alguns casos, inexistente. A inexperiência e a dificuldade do município e de seus planejadores em reconhecer o que está além do seu perímetro urbano; o preconceito e a visão do rural como atrasado; o viés político contido nas decisões e na elaboração dos Planos Diretores Municipais, estão de forma geral, no cerne destas questões. As análises realizadas nos PDMs dos municípios em estudo apontaram que a inserção dos espaços que estão fora dos limites urbanos/cidades acontece de forma superficial ou quando estes representam algum interesse político e/ou econômico. Essa superficialidade se manifesta desde a definição de rural e urbano e de seus limites físicos, culturais e sociais, os quais consideram rural como tudo que está além do perímetro urbano, passando pelas diretrizes e instrumentos que configuram-se em um viés econômico e quando não o são, estão isentos das especificidades locais. Nesse contexto, os distritos rurais são compreendidos como uma extensão do urbano, sem considerar toda a complexidade de relações existentes nessas localidades, suas necessidades e todo o contexto local que faz com que essa população necessite de políticas públicas e ações específicas. Essas condições puderam ser comprovadas durante a pesquisa de campo, a qual verificou a pouca ou quase inexistente atenção dos governos municipais em relação aos distritos rurais, principalmente em relação às necessidades básicas que levem em consideração, também, os costumes e a cultura do lugar. No mais, foi compreendido também, que boa parte das ações e benefícios podem e devem partir dos municípios e ser contempladas nos Planos Diretores Municipais, principalmente porque já existem ações sendo executadas em outros distritos rurais de outros municípios no Brasil. Ainda há muito o que avançar em relação ao ordenamento do município de forma integral, principalmente porque as possibilidades e oportunidades devem ser as mesmas a toda população seja urbana ou rural, mas já estamos no caminho.

Palavras-chave: Planejamento municipal. Plano Diretor Municipal. Planejamento rural. Distrito rural. Rural.

ABSTRACT

The greater political and administrative autonomy acquired by the municipality after the Federal Constitution of 1988, elevated it to the autonomous federative entity and author of its own policies of development and management, being the Municipal Master Plan its basic instrument of policy of development and urban expansion. This only urban vision began to change after the enactment of the City Statute in 2001 (Law 10.257/2001) and, thus, the Municipal Master plans would cover all the territory of the municipality. Thus, this thesis aimed to understand how rural areas, especially the rural districts of the South Goiano Mesoregion, are addressed in the Municipal Director Plans after the City Statute, as well as show the importance of the municipality in the planning of rural areas, in order to contribute to the expansion of debates on rural territorial planning. In order to respond to these objectives, it was analyzed theories that approach the thematic, decrees, laws such as those of the Municipal Governing Plans of Southern Goiás, as well as field research and subsequent F.O.F.A analysis in nine (9) districts of 5 (five) municipalities of the South Goiano mesoregion. Through these readings and analyzes it was concluded that, even with new directions for areas that are beyond the urban perimeter, the scope of these spaces in the municipal planning is still very incipient and, in some cases, nonexistent. The inexperience and difficulty of the municipality and its planners in recognizing what is beyond its urban perimeter; the prejudice and the vision of the rural as backward; the political bias contained in the decisions and in the elaboration of the Municipal Master Plans, are generally at the heart of these issues. Moreover, the analyzes carried out in the PDMs of the municipalities under study showed that the insertion of spaces that are outside the urban limits/cities happens superficially or when it represents political and/or economic interest. This superficiality is manifested from the definition of rural and urban and its physical and social limits, which consider rural as everything that is beyond the urban perimeter, passing through the guidelines and instruments that are configured in an economic bias and when they are not, they are exempt from local specificities. In this context, rural districts are understood as an extension of the urban, without considering all the complexity of existing relationships in these localities, their needs and the entire local context that causes this population to need public policies and specific actions. These conditions could be verified during the field research, which verified the abandonment of the municipal governments with respect to the rural districts, mainly with respect to the basic necessities. In addition, it was also understood that a good part of the actions and benefits can and should come from the municipalities and be contemplated in the Municipal Master Plans, mainly because there are already actions being carried out in other districts in Brazil. There is still a long way to go with respect to municipality planning in an integral way, mainly because the possibilities and opportunities must be the same for all the population, whether urban or rural, but we are already on the way.

Keywords: Municipal planning. Municipal Master Plan. Rural district. Rural.

RESUMÉN

La mayor autonomía política administrativa adquirida por el municipio después de la Constitución Federal de 1988, lo elevó a la entidad federativa autónoma y autor de sus propias políticas de desarrollo y gestión, siendo el Plan Maestro Municipal su instrumento básico de política de desarrollo y expansión urbana. Esta visión apenas urbana, comenzó a cambiar tras la promulgación del Estatuto de la Ciudad en 2001 (Ley 10.257/2001) y de esa forma, los planes Maestros Municipales pasarían a abarcar todo el territorio del municipio. De tal modo, esa tesis tuvo como objetivo comprender cómo áreas rurales, en especial los distritos rurales de la Mesorregión del Sur Goiano son abordados Planos Maestros Municipales pos Estatuto de la Ciudad, así como mostrar la importancia del municipio en la planificación de las áreas rurales, con miras a colaborar para la ampliación de debates sobre planificación territorial rural. Para responder a esos objetivos, se analizaron teorías que abordan la temática, decretos, leyes como las de los Planes Maestros Municipales del Sur Goiano, así como se realizó investigación de campo y posterior análisis F.O.F.A en 9 (nueve) villas distritales de 5 (cinco) municipios de la mesorregión del sur Goiano. Por medio de estas lecturas y análisis se concluyó que, aun con nuevos direccionamientos para las áreas que están más allá del perímetro urbano, el alcance de esos espacios en la planificación municipal sigue siendo muy incipiente y en algunos casos, inexistente. La inexperiencia y la dificultad del municipio y de sus planificadores en reconocer lo que está más allá de su perímetro urbano; el preconceito y la visión del rural como atrasado; el sesgo político contenido en las decisiones y en la elaboración de los Planes Directores Municipales, están en general, en el centro de estas cuestiones. En el más, los análisis realizados en los PDM de los municipios en estudio apuntaron que la inserción de los espacios que están fuera de los límites urbanos/ciudades ocurre de forma superficial o cuando ésta representa un interés político y/o económico. Esta superficialidad se manifiesta desde la definición de rural y urbano y de sus límites físicos y sociales, los cuales consideran rural como todo lo que está más allá del perímetro urbano, pasando por las directrices e instrumentos que se configuran en un sesgo económico y cuando no lo son están exentos de las especificidades locales. En este contexto, los distritos rurales son comprendidos como una extensión del urbano, sin considerar toda la complejidad de las relaciones existentes en esas localidades, sus necesidades y todo el contexto local que hace que esa población necesite políticas públicas y acciones específicas. Estas condiciones pudieron ser comprobadas durante la investigación de campo, la cual verificó el abandono de los gobiernos municipales en relación a los distritos rurales, principalmente en relación a las necesidades básicas. En el más fue comprendido también, que buena parte de las acciones y beneficiosos pueden y deben partir de los municipios y ser contempladas en los Planes Directores Municipales, principalmente porque ya existen acciones que se ejecutan en otros distritos en Brasil. Todavía hay mucho que avanzar en relación al ordenamiento del municipio de forma integral, principalmente porque las posibilidades y oportunidades deben ser las mismas a toda población sea urbana o rural, pero ya estamos en el camino.

Palabras clave: Planificación municipal. Plan Maestro Municipal. Distrito rural. Planeamiento rural. Rural.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Brasil: síntese da evolução do desenvolvimento rural – 1970/2000.....	89
Quadro 2	Brasil: síntese das principais políticas públicas atuais voltadas ao desenvolvimento rural - 2016.....	112
Quadro 3	Sul Goiano: Planos Diretores Municipais analisados – 2017.....	236
Quadro 4	Síntese da definição de rural nos Planos Diretores Municipais em análise – 2017.....	241
Quadro 5	Síntese de informações sobre a delimitação de rural nos Planos Diretores Municipais em análise - 2017.....	248
Quadro 6	Síntese das diretrizes direcionadas às áreas rurais e aos distritos nos Planos Diretores Municipais em análise – 2017.....	253
Quadro 7	Síntese dos instrumentos apresentados nos Planos Diretores Municipais para as áreas rurais e os distritos em análise – 2017.....	258
Quadro 8	Representação do esquema da Matriz F.O.F.A aplicada à realidade da pesquisa – 2017.....	265
Quadro 9	Lagoa do Bauzinho (Rio Verde): análise FOFA na vila do distrito - 2017	268
Quadro 10	Riverlândia (Rio Verde): análise F.O.F.A na vila do distrito – 2017.....	270
Quadro 11	Ouroana (Rio Verde): análise F.O.F.A na vila do distrito – 2017.....	271
Quadro 12	Domiciano Ribeiro (Ipameri): análise F.O.F.A na vila do distrito – 2017...	274
Quadro 13	Cavalheiro (Ipameri): análise F.O.F.A na vila do distrito – 2017.....	276
Quadro 14	Itaguaçu (São Simão): análise F.O.F.A na vila do distrito – 2017.....	278
Quadro 15	Marcianópolis (Goiatuba): análise F.O.F.A na vila do distrito rural - 2017	281
Quadro 16	Pires Belo (Catalão): análise F.O.F.A na vila do distrito rural – 2017.....	284
Quadro 17	Santo Antônio do Rio Verde (Catalão): análise F.O.F.A na vila do distrito rural – 2017.....	286
Quadro 18	Síntese da análise F.O.F.A das vilas dos distritos rurais de Lagoa do Bauzinho, Riverlândia, Ouroana, Domiciano Ribeiro, Cavalheiro, Itaguaçu, Marcianópolis, Pires Belo e Santo Antônio do Rio Verde – 2017.....	289
Quadro 19	Recomendações para a melhoria da qualidade de vida dos moradores das vilas distritais e da população rural municipal – 2017.....	295

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Características essenciais do LEADER - 2006.....	99
Figura 2	Esquema explicativo sobre os programas e subprogramas do INTA – 2014.....	107
Figura 3	Brasil: Territórios Rurais por região e município - 2016.....	117
Figura 4	Goiás: Territórios Rurais do Estado - 2016.....	119
Figura 5	Brasil: Território da Cidadania por região e município - 2016.....	123
Figura 6	Goiás: Territórios da Cidadania - 2013.....	123
Figura 7	Estrutura organizacional do município brasileiro– 2017.....	169
Figura 8	Maranhão: porcentagem da população nascida em Maranhão que reside em outros estados. Destaque para o estado de Goiás – 2017.....	193
Figura 9	São Simão (GO): convite enviado à população municipal para a participação durante a audiência pública sobre a elaboração do Plano Diretores Municipal – 2006.....	238
Figura 10	Leandrinho (Dias D’ávila, Bahia): noticiário sobre a entrega de casas populares aos moradores da vila – 2015.....	298
Figura 11	Brasil: reportagens sobre a falta de segurança nos distritos rurais: a) São José das Torres (Mimoso do Sul, ES) - 2017; b) Nazaré (Porto Velho, RO) - 2012.....	300
Figura 12	Pará de Minas (MG): notícia sobre as atividades da Patrulha Rural no estado de Minas Gerais – 2016.....	301

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Evolução do programa LEADER – 1990 a 2006.....	101
Tabela 2	Goiás: Territórios da Cidadania - 2013.....	124
Tabela 3	Goiás: evolução da população das mesorregiões – 2000/2010.....	150
Tabela 4	Goiás: menor renda <i>per capita</i> por município – 2010.....	153
Tabela 5	Goiás: maior renda <i>per capita</i> por município – 2010.....	154
Tabela 6	Mesorregião do Sul Goiano: população e renda <i>per capita</i> por microrregião – 2010.....	159
Tabela 7	Goiás: população por tipo de residência dos distritos rurais – 2010.....	174
Tabela 8	Mesorregião do Sul Goiano: população dos municípios que são subdivididos em distritos rurais – 2016.....	184

LISTA DE FOTOS

Foto 1	Portugal: hotel de turismo rural na aldeia de Travancinha – 2015.....	102
Foto 2	Argentina: entrega de kits pelo INTA para implantação de hortas orgânicas familiares – 2011.....	108
Foto 3	Pilar de Goiás: antiga vila fundada durante o período aurífero em Goiás no século XVIII	132
Foto 4	Cidade de Goiás: vista da antiga Cidade de Goiás feita pelo artista austríaco Thomas Ender na década de 1820. É possível ver um pequeno rebanho de bovinos à beira do Rio Vermelho.....	134
Foto 5	Goiânia (GO): cartaz com incentivo à mudança da população para a nova capital de Goiás – 1930.....	137
Foto 6	Colônia Agrícola de Ceres (GO): a) Colheria de café realizada por mulheres; b) A lida com a terra por meio de maquinários agrícolas - 196?.....	138
Foto 7	Cristalina (GO): colheita de soja com uso de maquinários – 2016.....	144
Foto 8	a) Domiciano Ribeiro (Ipameri): falta de pavimentação nas ruas da vila; b) Marcianópolis (Goiatuba): obra para construção da unidade básica de Saúde parada – 2017.....	171
Foto 9	a) Domiciano Ribeiro (Ipameri): fachada de loja de vestuário; b) Riverlândia (Rio Verde): fachada de uma farmácia e ao lado loja de utilidades – 2017.....	171
Foto 10	St. Antônio do Rio Verde (Catalão): vista parcial da unidade da empresa COCARI – 2017.....	177
Foto 11	Posse d'Abadia (Abadiânia) - vista parcial do distrito – 2014.....	177
Foto 12	Riverlândia (Rio Verde): prosa de senhoras – 2017.....	178
Foto 13	Pires Belo (Catalão): vista parcial da EGP Engenharia – 2017.....	192
Foto 14	Santo Antônio do Rio Verde (Catalão): a) e b) vista parcial das lavouras de soja na região do distrito; c) e d) infraestrutura da vila e condição das vias e residências – 2017.....	196
Foto 15	Cavalheiro (Ipameri): residências típicas da vila do distrito – 2017.....	200
Foto 16	Domiciano Ribeiro (Ipameri): ônibus que transporta os trabalhadores do distrito para o trabalho nas lavouras – 2017.....	202
Foto 17	Domiciano Ribeiro (Ipameri): equipamentos públicos na vila do distrito – 2017.....	203

LISTA DE FOTOS (Cont.)

Foto 18	Ouroana (Rio Verde): a) vista frontal do Laticínio Ourolac; b) plantação de sorgo nas áreas rurais na proximidade no distrito de Ouroana – 2017.....	210
Foto 19	Ouroana (Rio Verde): a) centro de atendimento ao Turista (CAT); b) vista da cachoeira do Rio Preto; c) Voo de parapente em Ouroana; d) cachoeira Água Limpa – 2017.....	212
Foto 20	Riverlândia (Rio Verde): a) cartaz com as informações da Cavalgada realizada anualmente no distrito; b) encontro dos participantes da Cavalgada e da comunidade durante o almoço – 2017.....	214
Foto 21	Riverlândia (Rio Verde): comércios locais instalados na vila – 2017.....	214
Foto 22	Lagoa do Bauzinho (Rio Verde): a) cartaz com as informações da festa da melancia; b) exposição e degustação da fruta durante a festa da melancia no Distrito – 2016.....	216
Foto 23	Lagoa do Bauzinho (Rio Verde): vista do armazém da Caramuru ao lado da rodovia BR-452, nas proximidades da vila – 2017.....	217
Foto 24	São Simão: a) antigo Canal de São Simão em 1930 que foi submerso com a construção da Usina Hidrelétrica; b) vista da usina Hidrelétrica de São Simão em 2013.....	218
Foto 25	Itaguaçu (São Simão): a) vista parcial das cascatas de Itaguaçu; b) comércios localizados na proximidade das cascatas de Itaguaçu; c) bar e restaurante localizado ao lado das cascatas; d) ponte no rio Claro com acesso à GO -164 – 2017.....	223
Foto 26	Marcianópolis (Goiatuba): vias de acesso à vila do distrito, trajeto pela BR-452 – 2017.....	228
Foto 27	Marcianópolis (Goiatuba): a) silo armazenador e secador localizado na área urbana do distrito; b) residências da vila com vista, ao fundo, do Silo - 2017.....	229
Foto 28	a) Itaguaçu (São Simão): Igreja Matriz de Itaguaçu; b) Marcianópolis (Goiatuba): vista lateral da Igreja Católica; c) Lagoa do Bauzinho (Rio Verde): Capela de Nossa Senhora da Aparecida.....	231
Foto 29	Boqueirão da Estiva (Restinga Seca, Rio Grande do Sul): aula de Ginástica do Programa Esporte e Lazer na Cidade – 2013.....	299

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Mesorregião do Sul Goiano: localização dos distritos rurais – 2016.....	30
Mapa 2	Goiás: Mesorregiões geográficas do estado – 2014.....	149
Mapa 3	Goiás: Mesorregiões, Microrregiões e principais cidades do estado - 2000.....	158
Mapa 4	Goiás: localização dos distritos rurais – 2016.....	173
Mapa 5	Catalão (GO): localização das vilas distritais – 2018.....	190
Mapa 6	Ipameri (GO): localização das vilas distritais – 2018.....	199
Mapa 7	Rio Verde (GO): localização das vilas distritais – 2018.....	209
Mapa 8	São Simão (GO): localização da vila distrital – 2018.....	221
Mapa 9	Goiatuba (GO): localização da vila distrital – 2008.....	226

LISTA DE ORGANOGRAMA E TABELAS

Organograma 1	Procedimentos metodológicos adotados na pesquisa – 2017.....	31
Gráfico 1	Catalão (GO): evolução da população total - 1970/2010.....	188

INTRODUÇÃO	22
Caminhos teóricos e metodológicos.....	28
1 O RURAL NO PLANEJAMENTO MUNICIPAL: os Planos Diretores Municipais pós Estatuto da Cidade	41
1.1 A evolução do planejamento territorial no Brasil e a inserção do rural no planejamento municipal.....	42
1.2 A competência dos entes federativos, União, Estado e Município na legislação do território rural.....	53
1.3 Os conceitos de rural e as dificuldades de sua definição	62
1.3.1 A complexidade de relações entre o campo e a cidade: complementaridade e interdependência.....	68
2 AS PERSPECTIVAS DO DESENVOLVIMENTO RURAL: de setor à território	79
2.1 Os ideais de desenvolvimento rural no Brasil: de espaço produtor para espaço de vida e de reprodução social e cultural	81
2.2 De setor agrícola à território de vida: a inserção da abordagem territorial no desenvolvimento rural.....	90
2.2.1 A experiência da perspectiva territorial em países da Europa e América Latina: O LEADER em Portugal e o PNADT na Argentina.....	97
2.3 Políticas de desenvolvimento do espaço rural brasileiro: da realidade à utopia	109
3 A FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA E ESPACIAL DO RURAL GOIANO: das constituições do passado e suas influências no presente	128
3.1 Ouro, boi e trator: o retrato do rural Goiano	129
3.2 O território rural de Goiás na atualidade e suas diferenciações regionais	146
3.3 Sul Goiano: características socioeconômicas e regionais	157

4 O MUNICÍPIO E O PLANEJAMENTO RURAL NO ESTADO DE GOIÁS: os distritos rurais	164
4.1 Os distritos rurais: entre o rural e o urbano	166
4.2 Planejamento Municipal e os distritos rurais do Sul Goiano: os caminhos da pesquisa.....	182
4.2.1 Os municípios goianos e seus distritos rurais: Catalão, Goiatuba, Ipameri, Rio Verde e São Simão	185
5 OS DIVERSOS OLHARES SOBRE OS DISTRITOS RURAIS: os Planos Diretores Municipais e a análise da Matriz F.O.F.A.....	234
5.1 Os Planos diretores municipais para além do perímetro urbano: as áreas rurais municipais e os distritos	235
5.2 Matriz F.O.F.A: pontos fortes e fracos e o desenvolvimento de estratégias	263
5.2.1 Análise F.O.F.A nas vilas distritais do sul Goiano: uma perspectiva dos seus moradores	267
5.3 Experiências e recomendações	291
CONSIDERAÇÕES FINAIS	303
REFERÊNCIAS.....	309
APÊNDICE I - Entrevista com os moradores dos distritos rurais do Sul Goiano	326

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Adapt. - Adaptado

ADL - Associações de Desenvolvimento Local

CAT – Centro de Atendimento ao Turista

CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais S.A

CNDRSS - Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

COCARI - Cooperativa Agropecuária e Industrial

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

DATASUS - Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde

EGP - Empresa Global de Projetos e Obras Ltda.

ESF - Estratégia Saúde da Família

FCA - Ferrovia Centro Atlântica

FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

FEOGA - Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola

F.O.F.A – Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças

GALs - Grupos de Ação Local

GOIASA - Goiatuba Álcool e Açúcar Ltda.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS - Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDH – Índice de desenvolvimento humano

IMB – Instituto Mauro Borges

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INTA - Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária

IPTU – Imposto Territorial Urbano

ITR - Propriedade Territorial Rural

LEADER - Ligações Entre Ações de Desenvolvimento das Economias Rurais

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

NEDET - Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial

OCDE - Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

Org. - Organizado

PAA - Programa de aquisição de Alimentos

PBF - Programa Bolsa família

PDM – Plano Diretor Municipal

PELC – Programa Esporte e Lazer da Cidade

PIB – Produto Interno Bruto

PMCMV - Programa Nacional Minha Casa Minha Vida

PNAD – Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio

PNADT - Programa Nacional de Apoyo al Desarrollo de los Territorios

PNAE - Plano Nacional de Alimentação Escolar

PNAT - Programa Nacional de Apoyo al Desarrollo de los Territorios

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNCF - Programa Nacional de Crédito Fundiário

PNDRSS - Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

PNM - Política Nacional de Medicamentos

PNRA - Programa Nacional de Reforma Agrária

POLOCENTRO – Programa de desenvolvimento dos Cerrados

PRODECER - Programa Cooperativo Nipo-Brasileiro para o desenvolvimento do Cerrado

PRODER - Programa de Desenvolvimento Rural

ProFeder - Programa Federal de Apoyo al Desarrollo Rural Sustentable

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PTC - Programa Territórios da Cidadania

PTR - Programa Territórios Rurais

Quant. - Quantidade

SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SEAF - Seguro da Agricultura Familiar

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEGPLAN - Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás










SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática

SOWT - Strengths, Opportunities, Weaknesses, Threats

SUS - Sistema Único de Saúde

UBS - Unidade Básica de Saúde

UHE - Usina Hidrelétrica

		
		
		
	<h1>INTRODUÇÃO</h1>	
		
		
		

Distritos rurais do Sul Goiano: Fonte: Pesquisa de Campo (2017). Autor: Mesquita, A. P.

INTRODUÇÃO

“[...] só seremos uma nação forte e desenvolvida quando o mundo rural fizer parte dos planos e estratégias nacionais.”

Krambeck (2007)

O reconhecimento de todo território municipal, incluindo as áreas rurais, suas características, tipos de usos e as atuais relações com o urbano, tornam-se, diante da complexidade do mundo globalizado, tarefas importantes e necessárias ao desenvolvimento territorial do município de forma integral. A constante dinâmica e a diversidade de atividades realizadas nos espaços rurais, não podem mais ser desprezadas diante do planejamento municipal, principalmente, porque o município detém maior conhecimento de todo seu espaço, urbano e rural.

A maior autonomia atribuída aos municípios, após a Constituição Federal de 1988, elevou-o a ente federativo autônomo e autor das suas próprias políticas de desenvolvimento e gestão. Além disso, os Planos Diretores Municipais foram eleitos como os instrumentos básicos de política de desenvolvimento e expansão urbana, com elaboração compulsória para os municípios com mais de vinte mil habitantes e áreas especiais¹.

No entanto, como principal instrumento de planejamento municipal, este documento preocupou-se, até fins do século XX apenas com o planejamento urbano, enquanto o rural era visto como um espaço a ser englobado pela mancha

¹ O plano diretor Municipal é obrigatório para cidades: I) com mais de 20 mil habitantes; II) integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas; III) onde o poder público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4º do art. 182 da Constituição Federal; IV) integrantes de áreas de especial interesse turístico; V) inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional. (BRASIL, 2001).

urbana, ignorando sua função econômica e social. Essa situação começou a mudar após a promulgação do Estatuto da Cidade em 2001 (Lei 10.257/2001), lei que buscou a integralidade das atividades urbanas e rurais por meio do Plano Diretor Municipal.

Com a aprovação do Estatuto da Cidade, os Planos Diretores passaram a ter a obrigatoriedade de abranger a totalidade do território municipal, ou seja, suas áreas urbanas e rurais. Coube ao Plano Diretor incluir em seu contexto, o ordenamento e o disciplinamento do uso e da ocupação do território rural dos municípios, bem como o auxílio no desenvolvimento econômico dessas áreas, por meio de legislações e resoluções federais ou estaduais.

Contudo, mesmo com esses novos direcionamentos para o rural, a abrangência desse espaço no planejamento municipal ainda é muito incipiente, a não ser quando é uma importante área de produção agrícola ou de preservação ambiental, ou, seja, o rural enquanto espaço produtor ou para conservação. Por outro lado, o rural enquanto local de trabalho, moradia e reprodução social e cultural, não parece ter tanta relevância nos planejamentos municipais.

De início, algumas questões levam a essas ponderações, uma delas é a inexperiência e a dificuldade do município e de seus planejadores em reconhecer o que está além do seu perímetro urbano. A outra, está relacionada ao preconceito e à visão do rural como atrasado, acreditando-se que a melhor solução para o desenvolvimento da população rural é a sua transformação em urbana, assim, não seria necessário políticas e ações específicas para a população rural, como se o urbano fosse a única expressão de desenvolvimento e qualidade de vida. No mais, as decisões contidas nos Planos Diretores Municipais, possuem um viés político e, na maioria das vezes acabam atendendo aos interesses das elites locais, os quais,

não condizem com as necessidades de toda população.

Como exemplo dessa população que, em grande parte, é esquecida pelo poder público municipal, têm-se os moradores de distritos municipais. Segundo informações do IBGE (2010), esses distritos são subdivisões do município e estão localizados em suas áreas rurais, embora sua sede, denominada vila, seja considerada urbana. Os distritos municipais não possuem autonomia administrativa e funcionam como local de organização da pequena produção e de atendimento às primeiras necessidades da população residente em seu entorno, cujo comando fica a cargo da sede do município.

No Brasil, o nome distrito é atribuído, também, à cidade sede, ou seja, o município é dividido em distrito sede (cidade) e nos demais distritos (distritos municipais) caso existam. Assim, segundo dados do censo demográfico do IBGE de 2010, há no Brasil, 5.565 municípios e um total de 10.283 distritos (soma de distritos sedes e distritos municipais). Desse total, 5.565 são distritos sede, mais conhecidos como cidade e 4.720 são os distritos secundários/subdistritos, aqui denominados de distritos rurais.

O estado de Goiás possuía em 2010 (IBGE, 2010), 246 municípios² e 318 distritos (total de distritos sede e distritos municipais), ou seja, 246 são distritos sede (cidades) e 72 distritos municipais. É importante ressaltar que alguns municípios possuem apenas o distrito sede e não são divididos em distritos municipais e outros podem possuir mais de um distrito municipal. Em Goiás, apenas 45 municípios possuem uma subdivisão em distrito municipal, com uma população que varia de, em média, 200 a 100 mil habitantes a depender dos

² Segundo a estimativa populacional do IBGE de 2016, no estado de Goiás, do total de 246 municípios, 155 tem menos de 10 mil habitantes e 95 municípios tem menos de 5 mil habitantes (IBGE, 2016).

contextos regionais.

Como é possível observar, há uma parcela significativa da população que reside nessas áreas (os distritos municipais em Goiás totalizam 459.977 habitantes SIDRA/IBGE, 2010), na maioria das vezes, com pouca infraestrutura e péssima qualidade de atendimento no que concerne às necessidades básicas. A falta de apoio à população local está evidente na carência de serviços oferecidos, principalmente, os referentes à saúde, educação e segurança. A pouca oportunidade de emprego também é fator considerável, visto que obriga os jovens a migrarem para as cidades maiores em busca de melhores condições de vida.

Os distritos municipais são negligenciados, ainda, quanto às pesquisas e aos estudos que têm interesse em compreender a realidade local e a dependência que estes mantêm com a cidade sede, sendo uma temática pouco abordada nas Ciências Sociais e Humanas. Compreender a configuração espacial e as particularidades dos distritos rurais é relevante, principalmente, na elaboração de políticas públicas e de planos de ação voltados aos interesses e melhorias na qualidade de vida dos moradores locais.

A partir dessas preposições, o objeto dessa pesquisa compreende as áreas rurais, em especial, os distritos municipais da Mesorregião do Sul Goiano, representada por cinco municípios e seus respectivos distritos municipais. A escolha do Sul Goiano se concentra na diversidade econômica e social bem como no seu destaque enquanto região agrícola e produtora de grãos no Estado de Goiás, características que embora elevem a região, e mesmo o Estado a um patamar de desenvolvimento econômico e social, mascara as desigualdades e as dificuldades encontradas por parte significativa da população que reside nas áreas rurais e nos seus distritos municipais. E a escolha dos municípios, se justifica pela

subdivisão dos mesmos em distritos municipais e por possuírem Plano Diretor Municipal em vigência.

Para fins didáticos e reconhecendo que os distritos municipais estão localizados nas áreas rurais do município, bem como a essência rural de boa parte dessas localidades, denominou-os, nesse trabalho, de distritos rurais, embora se reconheça a denominação oficial do IBGE (2010) que os categoriza como distritos municipais.

Dessa forma, o termo distrito rural foi empregado para designar os distritos secundários ou distritos municipais localizados na área rural do município e que apresentam uma economia e modo de vida relacionados às atividades rurais. Em geral, possuem uma população total inferior a 5.000 habitantes e pouca representatividade política, no entanto, é essencial considerar todo o contexto regional em que esses distritos rurais estão inseridos e as relações com os centros urbanos mais próximos.

Como objetivo principal, buscou-se compreender como áreas rurais e em especial os distritos rurais da Mesorregião do Sul Goiano são abordados nos documentos de planejamento municipal pós Estatuto da Cidade, bem como mostrar a importância do município no planejamento das áreas rurais, com vistas a colaborar para a ampliação de debates sobre planejamento territorial rural, que levem em consideração as particularidades e a essência do espaço que está além do perímetro urbano.

Defende-se a tese de que o município, como ente federativo e autônomo, deve ser o principal agente de políticas públicas e planos de ação, por meio do Plano Diretor Municipal, para propiciar o desenvolvimento e a melhoria da

qualidade de vida da população que reside além do seu perímetro urbano, em especial nos distritos rurais. Ademais, reconhece-se que o território municipal é assunto de interesse local e dessa forma, compete ao mesmo, embora as ações desenvolvidas ainda são incipientes e não representam melhoria direta e efetiva na condição de vida dessa população.

Constatou-se, que as principais carências e necessidades da população pesquisada pode ser garantida por meio da atuação municipal, seja por políticas e programas municipais, ou por meio da implantação e do monitoramento de ações e programas estaduais e federais. Dessa forma, é preciso reconhecer que as especificidades da população residente nas vilas distritais e nas áreas rurais, não permitem que esses espaços sejam compreendidos e analisados por modelos urbanos. Por isso, é necessário maior reconhecimento do que está fora dos perímetros urbanos, o que ainda não é realizado de forma contempladora.

Destarte, essa pesquisa buscou contribuir para a maior visibilidade de um território e uma população praticamente esquecidos pelo poder público municipal no que diz respeito, principalmente, à oferta de serviços básicos, como saúde, educação, segurança, trabalho. Enfim, espera-se que essa pesquisa - embora se reconheça suas lacunas - sirva de alicerce e arcabouço para estudos e ações futuras que, também, tenham o interesse e a tendenciosidade de reconhecer o espaço rural e os distritos rurais não como resquícios de um universo rural ou extensão urbana, mas como lugares de vida e de reprodução da vida, em constante evolução social e cultural.

Caminhos teóricos e metodológicos

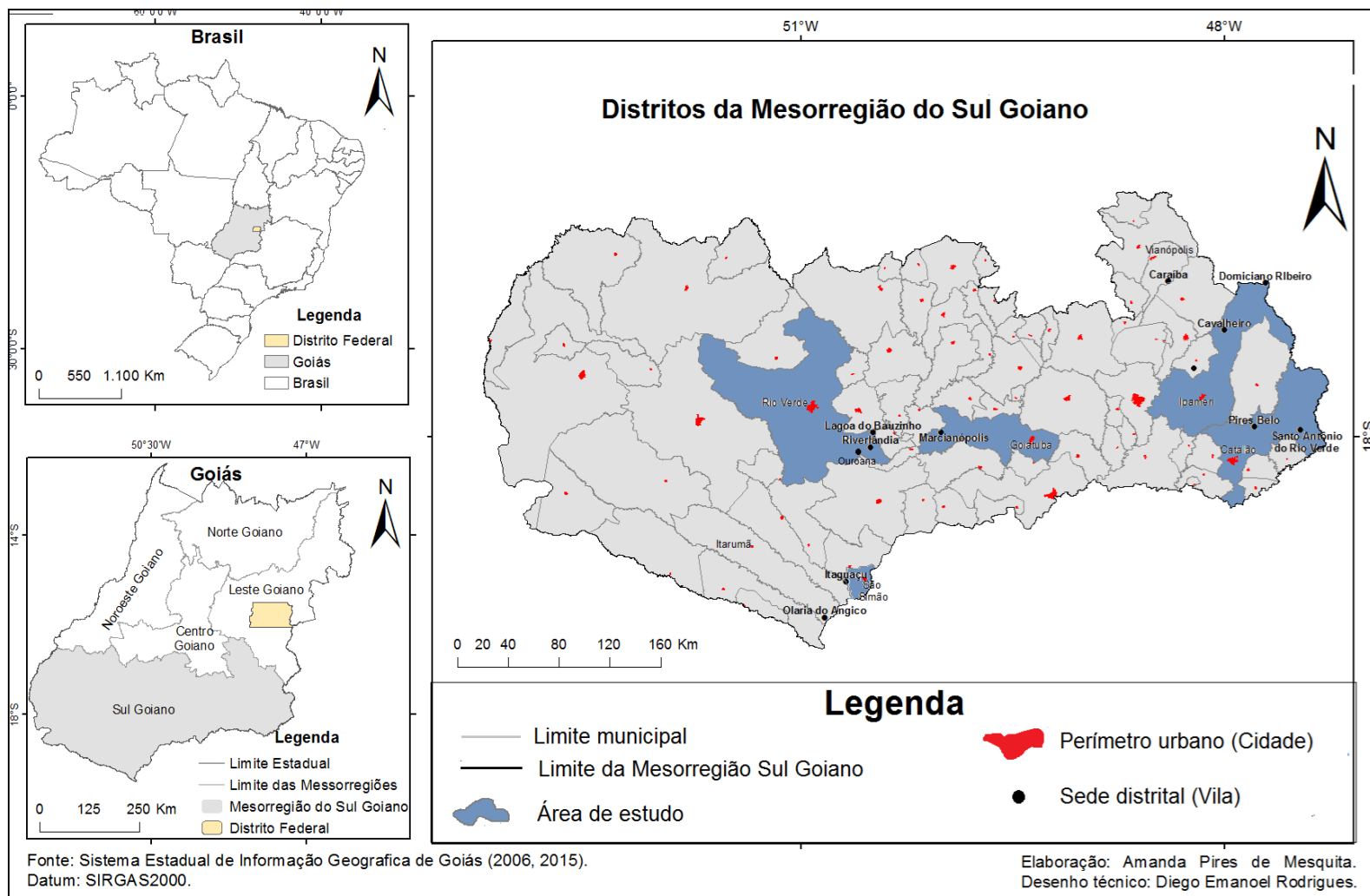
A temática que envolve planejamento territorial rural se apresenta, de início como uma tarefa conflituosa, visto que o planejamento rural sempre foi objeto de dúvidas e negligência, principalmente se falarmos de um rural como espaço de vida e de trabalho. Ao trazermos para essa discussão as questões referentes às atribuições municipais para a sua organização, adentramos ainda mais em constantes armadilhas e entraves teóricos/metodológicos e legais.

Assim, não seria possível desenvolver essa pesquisa sem a interface com outras áreas e conhecimentos como a Arquitetura, o Direito, a Economia, a Sociologia, a História; perspectivas estas que puderam clarificar, à luz de suas distintas e complementares visões de Ciência e de mundo, o planejamento do espaço rural, certos de que ainda estamos no início.

O interesse pelo tema advém - além das minhas raízes - da necessidade em se pensar o rural para além de um espaço para produção, mas que este seja, também e com maior importância, um lugar de vida e trabalho para seus habitantes. A dimensão do território Brasileiro e a dificuldade de planejamento e maior apoio por parte da União, leva-nos a considerar a importância que o município, hoje um ente federado e com autonomia, pode ter no planejamento do território rural, principalmente pelo maior conhecimento que este pode ter das suas áreas e do que está além do perímetro urbano, considerando as especificidades e as necessidades de cada município. Nessa perspectiva, não se pode deixar de considerar os distritos rurais, localidades situadas no espaço rural dos municípios e que carecem de maior atenção e ações por parte do governo municipal, já que não possuem autonomia administrativa.

Dos 82 municípios da mesorregião do Sul Goiano, apenas 8 (oito) possuem distritos rurais e destes, cinco municípios possuem Plano Diretor Municipal. Catalão, Ipameri, Goiatuba e Rio Verde possuem uma população superior à 20 mil habitantes, segundo dados do IBGE (2010), pré-requisito para a elaboração de Planos Diretores Municipais, e São Simão está localizado em área de influência de empreendimentos hidrelétricos e, também, possui a obrigatoriedade da elaboração do Plano Diretor Municipal. Assim, a base empírica da pesquisa abrange os cinco municípios goianos citados e seus respectivos distritos (Mapa 1), de modo a compreender como os Planos diretores municipais vem abordando suas áreas rurais.

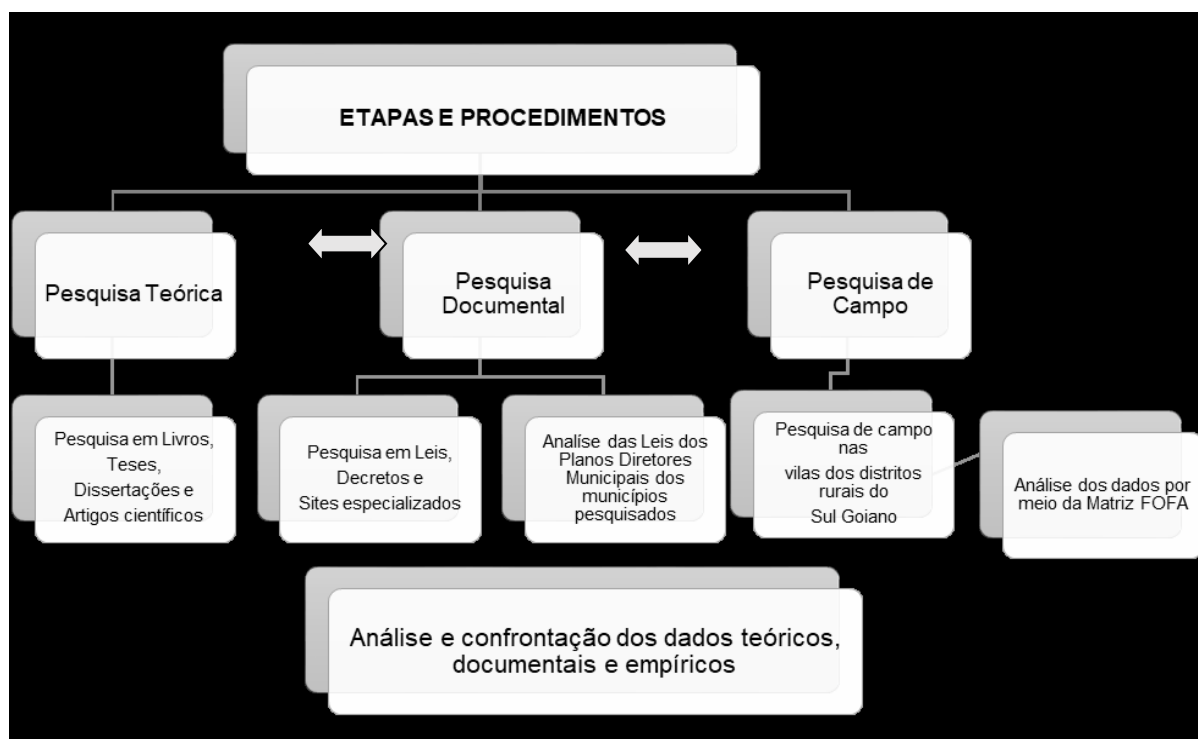
Mapa 1: Mesorregião do Sul Goiano: localização dos distritos rurais - 2016



Fonte: Sistema Estadual de Informação Geográfica de Goiás (2006, 2015).

A pesquisa que se realiza é de cunho qualitativo, que permite uma maior aproximação da realidade pesquisada e se aplica, como afirma Minayo (2007), ao estudo da história, das relações e das opiniões que são produtos das interpretações feitas pelos sujeitos a respeito de onde vivem, de como constroem a vida, de como sentem e pensam. Assim, para contemplar o objetivo proposto e a temática abordada, utilizou-se procedimentos (métodos) e as técnicas (materiais) que deram suporte ao desenvolvimento da pesquisa, os quais foram utilizados em momentos distintos da pesquisa, mas de forma complementar e articulada como pode-se observar no Organograma 1.

Organograma 1: Procedimentos metodológicos adotados na pesquisa - 2017



Org.: Mesquita, A. P. (2017)

Assim, as etapas do desenvolvimento da pesquisa, constituem-se em pesquisa teórica, pesquisa documental, pesquisa de campo e análise de resultados, como pode ser visto a seguir; devem incluir, segundo Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2002), a indicação e a justificativa do paradigma que orientam o estudo, as etapas do desenvolvimento da pesquisa, a descrição do contexto, o processo de seleção dos participantes, os procedimentos e o instrumental de coleta e análise dos dados.

Pesquisa teórica e conceitual

Conhecendo o objeto do trabalho, buscou-se a fundamentação teórica e conceitual que pudesse sustentar as demais etapas da tese, de forma a subsidiar a interpretação da realidade percebida, bem como trazer respaldo teórico à pesquisa. Para alcançar os objetivos propostos, observou-se que seria de suma importância realizar uma análise teórica e conceitual sobre seus conteúdos-chaves. Para isso, buscou-se compreender os principais conceitos de planejamento territorial e como os Planos Diretores municipais podem colaborar na melhor organização de todo território municipal.

Buscou-se também, compreender, por meio da legislação e dos aspectos legais, quais as competências e atribuições conferidas aos municípios mediante a organização do espaço rural. Autores como Villaça (1999); Cymbalista (2006); Krambeck (2007); Saule Júnior (2004); Meirelles (2003); Santoro, Costa e Pinheiro (2004); Miranda (2008) contribuíram para o aprofundamento das discussões e compreensão das temáticas e trouxeram à luz de suas teorias e estudos de caso, melhor entendimento da temática abordada.

Não há como falar de rural sem, em primeiro lugar, compreender as atuais dinâmicas e atividades desenvolvidas no rural brasileiro, as quais o tornam um espaço complexo, desigual e carente de melhores condições de vida. Assim, tornam-se essenciais os atuais estudos e pesquisas sobre a relação campo/cidade, as velhas e atuais atividades desenvolvidas em ambos os espaços, bem como as diferentes concepções e definições de rural e urbano, as quais, são importantes para determinar as atribuições e competências dos entes federativos. Carneiro (1998), Wanderley (2001), Alentejano (2003) contribuíram para a compreensão dessa realidade.

E para entender o espaço rural de Goiás e como o município pode contribuir para uma melhor qualidade de vida para a população local, considerou-se importante conhecer as principais políticas e ações que estão sendo desenvolvidas nesses espaços. Por vez, o Estado e as políticas públicas têm papel essencial na configuração de todo o território, haja vista que o maior ou menor investimento em determinados setores do campo moldaram e ainda moldam as características do rural no Brasil e em Goiás, como também contribuiu para a desigualdade no campo. Abramovay (2000, 2006); Navarro (2001); Schneider (2004, 2010); Ortega (2008); Favareto et al. (2010), embasaram essas afirmações.

A pesquisa documental

A pesquisa em documentos é outra etapa importante do trabalho, na qual buscou-se informações para caracterizar a área estudada quanto aos dados estatísticos (número populacional, dados econômicos e sociais) e, também, quanto aos documentos oficiais (leis, decretos, estatutos). Foi realizado um levantamento

no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/SIDRA), na Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás (SEPLAN) e Instituto Mauro Borges (IMB), sobre população municipal e distrital, dados econômicos e sociais do Estado de Goiás, além da pesquisa em vários sites de governo como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no Brasil, Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA) na Argentina, Programa LEADER em Portugal, dentre outros.

Além da pesquisa nos documentos acima citados, foi realizada uma análise nos Planos Diretores Municipais de Catalão, Goiatuba Ipameri, Rio Verde e São Simão. Esses Planos foram encontrados nos sites das próprias prefeituras e neles estão sendo buscadas informações sobre as áreas rurais e os distritos rurais e como esses planos, elaborados após o Estatuto da Cidade abordam esses espaços. É importante destacar que a análise foi realizada nas leis dos Planos Diretores Municipais já implementadas.

Para esse estudo, utilizou-se como base, a metodologia empregada por Oliveira (2011), ao analisar os Planos Diretores Municipais do Rio Grande do Sul. Assim, partiu-se do pressuposto da identificação dos seguintes termos: a) rural; b) campo; c) agrícola; d) agrário; e) distrito; f) vila, dentre outros que remetem ao espaço rural de forma a identificar os seguintes quesitos: a) o Plano Diretor define o que é rural e distrito?; b) o Plano delimita as áreas rurais por ele definidas, e os distritos?; c) o Plano estabelece diretrizes para o rural e seus distritos?; d) o Plano estabelece instrumentos relativos ao rural e aos distritos?

Dessa forma, foi possível identificar as questões mais relevantes destacadas em cada documento, a eficiência do município em conhecer suas especificidades locais para além do perímetro urbano e como vêm sendo realizado o cumprimento das determinações legais do Estatuto da Cidade.

Pesquisa de Campo

A pesquisa de campo é uma etapa essencial para os estudos geográficos, pois é por meio dela que o pesquisador entra em contato com a realidade pesquisada e pode confrontar as informações teóricas já obtidas com os dados empíricos. Para Minayo (2007), o campo na pesquisa qualitativa é o recorte espacial, em termos empíricos, do recorte teórico que corresponde ao objeto de investigação. Como o trabalho de campo parte de referenciais teóricos já construídos pelo pesquisador, ele não é neutro, mas carrega as preocupações e as visões de mundo de quem o realiza e que nos diz o que queremos e como queremos olhar.

A partir desses pressupostos, buscou-se nessa pesquisa de campo, informações sobre como os moradores das vilas distritais viam a sua própria realidade. Assim, essa etapa teve como objetivo principal, recolher informações sobre a qualidade de vida dos moradores da vila, infraestrutura, serviços, segurança, dentre outros e, também, sobre como o município atua no lugar.

A pesquisa *in loco* foi realizada durante o ano de 2017, no período de março a dezembro, com aplicação de roteiro de entrevista e registro fotográfico nas 9 (nove) vilas distritais de 5 municípios do Sul Goiano, a saber: Pires Belo e Santo Antônio do Rio Verde (Catalão); Cavalheiro e Domiciano Ribeiro (Ipameri); Lagoa do Bauzinho, Ouroana e Riverlândia (Rio Verde); Marcianópolis (Goiatuba); Itaguaçu (São Simão).

O roteiro de entrevista utilizado foi o semiestruturado (Apêndice 1). A escolha desse tipo de entrevista se justifica pela possibilidade de garantir maior flexibilidade quanto ao roteiro e uma livre abordagem do tema proposto. Para

Triviños (1987), a entrevista semiestruturada parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses (que interessam à pesquisa) e, em seguida, oferece amplo campo de interrogativas, frutos de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante.

O registro fotográfico foi realizado em todas as vilas pesquisadas e teve como objetivo trazer informações e ilustrar o assunto trabalhado, além de permitir ao leitor, maior proximidade da realidade e trazer para a pesquisa, o que foi vivenciado no campo.

A escolha da amostra foi organizada segundo os preceitos da amostragem por saturação. Essa metodologia é bastante utilizada em pesquisas qualitativas, empregada para estabelecer ou fechar o tamanho final de uma amostra de estudo. Nesse caso, o fechamento da amostra é definido quando os dados obtidos começam a apresentar certa redundância ou repetição, na visão do pesquisador, e dessa forma, não é relevante continuar na coleta de dados, já que as informações obtidas de novos participantes da pesquisa pouco acrescentariam ao material já obtido. Ou seja, “as ferramentas utilizadas na constatação de saturação não são de ordem matemática, e sim cognitiva (envolvendo a percepção do pesquisador e seu domínio teórico).” (FONTANELLA; TURATO, 2008, p. 24).

Minayo (2017), ao citar Glaser e Strauss (1967) acrescenta que a saturação se refere ao um momento no trabalho de campo em que a coleta de novos dados não traria mais esclarecimentos para o objeto estudado. Como essa etapa buscava a captação de informações que caracterizavam o grupo, o fechamento da amostra ocorreu quando as informações se tornaram suficientes para contemplar o objetivo da pesquisa.

Dessa forma, a pesquisa contou com o total de 77 participantes, ou seja, foram realizadas 77 entrevistas com os moradores residentes na área urbana dos distritos, a escolha da população a ser entrevistada ocorreu de forma aleatória simples, ou seja, a amostra foi selecionada ao acaso dentre os elementos da população amostral. A pesquisa foi distribuída da seguinte forma: a) 10 entrevistas realizadas na vila de Pires Belo; 8 (oito) em Santo Antônio do Rio Verde; c) 6 (seis) em Marcianópolis; d) 8 (oito) em Riverlândia; e) 8 (oito) em Ouroana; f) 9 (nove) em Lagoa do Bauzinho; g) 10 em Domiciano Ribeiro; h) 6 (seis) entrevistados em Cavalheiro; e i) 12 entrevistas em Itaguaçu.

Os moradores foram abordados em suas residências, nas ruas, nos comércios locais e nas praças e não foi encontrada nenhuma resistência durante à realização das entrevistas, de modo que a população se mostrou bastante receptiva em todas as vilas. Na abordagem inicial, apresentou-se aos entrevistados, os objetivos e as propostas do estudo com vistas a esclarecer aos sujeitos sobre o que se pretendia investigar, bem como sobre as possíveis repercussões advindas do processo investigativo.

Análise dos dados por meio da Matriz F.O.F.A

Após obter as informações por meio da pesquisa de campo *in loco*, realizou-se a análise dos dados por meio da Matriz F.O.F.A (Forças Oportunidades, Fraquezas e Ameaças). A matriz F.O.F.A é uma ferramenta de análise que busca compreender a realidade das instituições analisadas - neste caso, das vilas - e de onde ela está inserida, uma vez que propõe a interpretação dos pontos internos e externos que afetam a organização. Sendo assim, representa uma ferramenta

importante para análise das vilas dos distritos rurais, visto que permite reconhecer de forma simplificada, os principais problemas e possibilidades para essas áreas e assim, possibilitar a elaboração de estratégias para um planejamento eficiente.

Por meio da matriz F.O.F.A, realizou-se uma análise das informações obtidas por meio das entrevistas realizadas em todas as 9 (nove) vilas distritais. Essa análise pautou-se em elementos centrais como: a) saúde e educação; b) infraestrutura e serviços; c) segurança, entre outros.

O uso da matriz F.O.F.A contribuiu para clarificar e esquematizar as principais reivindicações e problemas, qualidades e oportunidades apontados pela população das vilas distritais. Dessa forma, foi possível elaborar um quadro de recomendações que visa contribuir para uma melhor qualidade de vida da população residente fora do distrito sede, em especial nos distritos rurais.

Estruturação da tese

Esta tese encontra-se estruturada em 5 (cinco) seções primárias, mais considerações iniciais e finais. A primeira seção *“O rural no planejamento municipal: os Planos Diretores Municipais pós Estatuto da Cidade”*, teve como objetivo apresentar como o rural foi inserido nos Planos Diretores Municipais pós Estatuto da Cidade, além de levantar uma discussão sobre a quem compete o ordenamento das áreas rurais e como o entendimento de rural é importante para que se elabore planos de ação condizentes com a realidade de cada município.

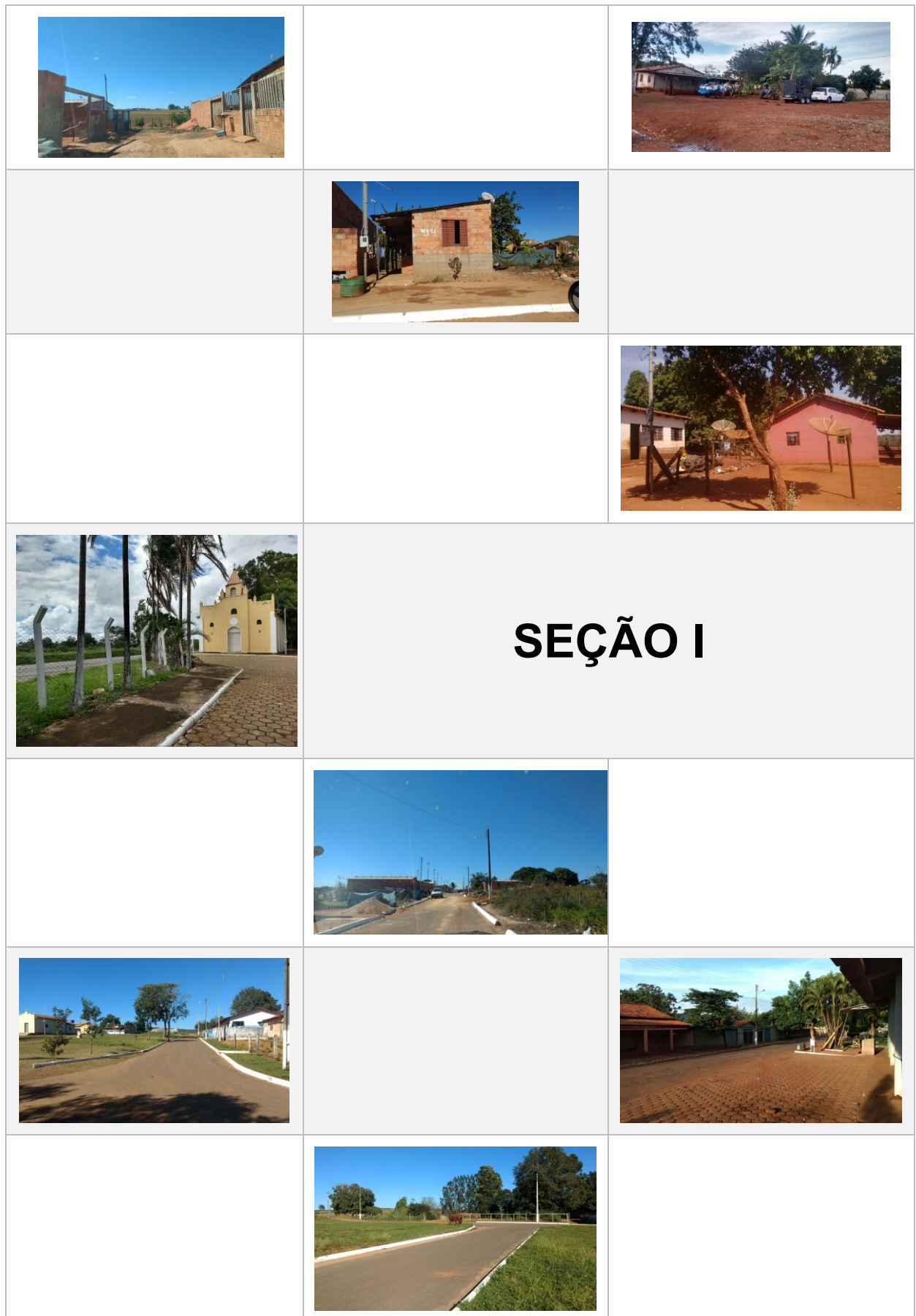
A segunda seção intitulada *“As perspectivas do desenvolvimento rural: de setor à território”*, objetivou apresentar as principais políticas e planos de ação voltados para as áreas rurais na atualidade e qual o real papel que desempenham

neste espaço. Acredita-se que a evolução e o direcionamento dessas políticas ao longo dos anos influenciaram sobremaneira as atuais e antigas atividades realizadas no rural, bem como condicionaram a permanência (ou não) dos trabalhadores no campo.

Na terceira seção, *“A formação socioeconômica e espacial do rural goiano: das constituições do passado e suas influências no presente”* apresentou-se algumas características do rural no estado de Goiás, em especial da mesorregião do Sul Goiano, desde a formação inicial do estado até os dias atuais e como as ações do passado afetaram e influenciaram a atual estrutura agrária do território rural goiano. Foi preciso reconhecer suas raízes históricas para desvendar a atualidade.

Na quarta seção, intitulada *“O município e o planejamento rural no estado de Goiás: os distritos rurais”*, apresentou-se os conceitos e as definições de distrito rural no Brasil, bem como características econômicas, sociais e culturais das vilas pesquisadas. Preocupou-se em reconhecer como os distritos estão localizados regionalmente e como essa condição influencia no modo de vida da população e na relação da vila com o distrito sede.

A quinta e última seção *“Os diversos olhares sobre os distritos rurais: os Planos Diretores Municipais e a análise da matriz F.O.F.A”* teve como objetivo, elucidar os resultados obtidos por meio da análise dos Planos Diretores Municipais e as informações da pesquisa de campo realizada nas vilas distritais, as quais foram analisadas com a ajuda da matriz de planejamento F.O.F.A. Nessa seção, também, foram apontadas algumas experiências e recomendações sobre o município e o Planejamento das áreas que estão além do perímetro urbano.



Distritos rurais do Sul Goiano: Fonte: Pesquisa de Campo (2017). Autor: Mesquita, A. P.

SEÇÃO I

O RURAL NO PLANEJAMENTO MUNICIPAL: os Planos Diretores Municipais pós Estatuto da Cidade

“[...] é comum uma certa precariedade dos instrumentos de planejamento do território rural, na maioria dos municípios brasileiros, dos quais poucos ainda possuem sequer mapas que mostrem as estradas, recursos naturais, vilas, etc. De fato ainda se sabe muito pouco do que ocorre fora dos perímetros urbanos.”

Santoro, Costa e Pinheiro (2004)

Ao compreender o município como um conjunto complexo formado por espaços urbanos e rurais, faz-se necessário repensar as questões referentes ao planejamento do território rural, principalmente quando essa ação pode partir do próprio município, pela extrema interdependência entre campo e cidade. Por muito tempo, as implicações socioeconômicas e ambientais do território rural eram de responsabilidade apenas da gestão federal e estadual, enquanto o município administrava, embora nem sempre de forma satisfatória, a infraestrutura viária e os povoados de caráter urbano nas áreas rurais.

A seção que se inicia está dividida em três partes: a primeira busca abordar como é realizado e quais são os instrumentos de planejamento territorial nas áreas rurais, bem como o Plano Diretor municipal pode ser uma ferramenta eficaz na ordenação dessas áreas. Assim, elaborou-se um panorama do planejamento territorial no contexto brasileiro, incluindo as leis e as ferramentas específicas para o ordenamento territorial. O conceito de planejamento, também, foi discutido de modo a clarificar as considerações e as denominações utilizadas no trabalho.

A segunda, apresenta as competências dos entes federativos, União, Estado e Município na legislação do território rural, bem como os limites, os conflitos e as dificuldades dessas atribuições, principalmente as pertinentes ao município. E por fim, a terceira parte aborda a importância em compreender o conceito de rural para além de espaço produtor e agrícola e buscar reconhecer suas novas atividades e sua inter-relação com o urbano, a fim de que se possa elaborar planos e ações que realmente contribuam para a melhoria da qualidade de vida dos moradores rurais.

1.1 A evolução do planejamento territorial no Brasil e a inserção do rural no planejamento municipal

De modo geral, o planejamento consiste em uma ferramenta de ordenamento e gestão pública que pressupõe o reconhecimento da realidade atual e a avaliação dos caminhos para a construção de um referencial futuro. Dessa forma, sugere conhecer o território a ser estudado para que, a partir dessa análise inicial, proponham-se ações para o ordenamento dos seus modos de uso e ocupação. Por isso, o planejamento territorial deve-se realizar com o prévio conhecimento das suas realidades e particularidades.

Diferente do que se imagina, o planejamento urbano no Brasil não teve seu início na década de 1950 quando o país se tornou essencialmente urbano, mas segundo Villaça (1999), em seu trabalho sobre a história do planejamento urbano, essa origem data de meados de 1875, principalmente, com os primeiros relatórios e ideias sobre planos gerais e/ou globais, preocupados com o melhoramento e o embelezamento das cidades. “Foi sob a égide de planos de embelezamento que

nasceu o planejamento urbano (*latu sensu*) brasileiro” (VILLAÇA, 1999, p. 193).

Ainda, segundo o autor, a busca da classe dominante por abandonar o passado arcaico - reflexo da rápida transformação de um país rural em um país eminentemente urbano - refletia-se na construção de grandes monumentos e avenidas e na preocupação com a higienização das cidades, ocasionando as primeiras transformações urbanas, fase do planejamento que, segundo Villaça (1999) perdurou até 1930.

A partir de 1930, com o enfraquecimento da tradicional burguesia e a crescente conscientização da classe operária de seus direitos, o conceito de planejamento ganha novos enfoques; de um lado, pela necessidade da reprodução do capital imobiliário nas cidades e, de outro, pela luta das classes populares urbanas pelo direito à moradia e à cidade.

Para substituir o planejamento antigo, reformulam-se e se ampliam os conceitos de globais e geral para abranger não só toda a cidade (e não apenas as áreas mais centrais e os bairros de alta renda) como também todos os aspectos da cidade e seus problemas [...] É o período do plano intelectual, que pretende impor-se e ser executado por que contém ‘boas ideias’, tem base científica e é correto tecnicamente. É o plano-discurso que se satisfaz com sua própria ‘verdade’ e não se preocupa com sua operacionalização e sua exequibilidade. Sua ‘verdade’ bastaria. (VILLAÇA, 1999. p. 204).

A partir desses novos ideais de planejamento urbano, surgem conceitos de urbanismo e Plano Diretor com interesses voltados às redes de transportes e à infraestrutura urbana por meio de discursos de planejamento para toda a cidade, embora o centro ainda fosse o objeto principal de interferência. Os conceitos de superplanos e planos sem mapas, também, marcaram esse período. Os primeiros, caracterizados por ideais de globalidade, elaborados por técnicos particulares e os últimos, por planos simplórios sem nenhuma ligação com as ações diretas do

Estado.

Os vários movimentos sociais ocasionados pelo descontentamento da população, a partir década de 1970, referente às questões urbanas como transporte, moradia e políticas públicas, levaram ao nascimento de outro capítulo da história do planejamento urbano, principalmente, a partir da instituição da nova Constituição Federal instaurada em 1988, resultado de anos de luta realizadas pelas classes urbanas menos favorecidas.

Assim, com o objetivo de garantir à população, os direitos sociais, econômicos, políticos e culturais, uma nova Constituição Federal trouxe para o seio da sociedade brasileira, o princípio básico da função social da cidade e da propriedade, que passou a compor um capítulo da Política Urbana³ na referida Constituição e garantiu, aos municípios, o papel de principal ator da política de desenvolvimento e de gestão urbana, sendo o Plano Diretor o principal instrumento dessa política, como contribui Santos Júnior, Silva e Sant'Ana (2011).

A Constituição Federal de 1988 trouxe para o seio da sociedade brasileira, recém empossada de seus direitos democráticos, um princípio básico para a equidade urbana e a justa distribuição dos ônus e benefícios do processo de urbanização: o princípio da função social da cidade e da propriedade. Este princípio[...] passou a compor um capítulo específico da nossa Constituição Federal: o da Política Urbana. Além desse princípio, o texto constitucional afirmou o papel protagonista dos municípios enquanto principais atores da política de desenvolvimento e gestão urbanos e elegeu o Plano Diretor como instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana[...] (SANTOS JÚNIOR; SILVA; SANT'ANA, 2011, p. 13).

Treze anos depois, em 2001, fruto das lutas e movimentos pela reforma

³ A política urbana é o conjunto de ações que devem ser promovidas pelo Poder Público, no sentido de garantir que todos os cidadãos tenham acesso à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer (SILVA JÚNIOR; PASSOS, 2006, p. 08).

urbana, foi promulgado o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257 de 2001), resultado da inserção, por meio de uma Emenda Popular (Emenda pela Reforma Urbana) na Constituição Federal de 1988, dos artigos 182 e 183, que definiu uma nova fase para a questão urbana no Brasil. De acordo com o Ministério das Cidades (BRASIL, 2006), foram muitas ações e manifestações de movimentos sociais, ONGs e entidades universitárias que buscaram a aprovação do Estatuto da Cidade.

O Estatuto da Cidade é o nome dado à lei que regulamenta o capítulo "Política Urbana" da Constituição Brasileira de 1988 e tem como princípio básico o planejamento participativo e a função social⁴ da propriedade. Define, também, o Plano Diretor como instrumento básico da política de expansão e de desenvolvimento urbano. Quanto ao Plano Diretor Municipal, Meirelles (2003), em seu trabalho sobre direito municipal brasileiro, o define como o complexo de normas legais e diretrizes técnicas para o desenvolvimento global e constante do município, ao mesmo tempo, deve ser a expressão das aspirações dos munícipes quanto ao progresso do território municipal no seu conjunto cidade-campo.

A partir do Estatuto da Cidade, o Plano Diretor ganhou um novo e estratégico patamar, visto que este se tornou o principal instrumento para gestão territorial do município e se preocupou em adaptar suas formas de elaboração, passando de um formato burocrático e tecnocrático, para uma prática que visava a participação popular.

Outra mudança observada nesses planos, foi a inserção de todo território municipal no planejamento pelo viés municipal, passando de um Plano Diretor

⁴ A cidade cumpre sua função social quando se torna acessível para todos os seus cidadãos. Isto significa que os bens e equipamentos urbanos de saúde, educação, assistência social, habitação, saneamento, lazer, emprego e renda devem ser usufruídos por todos, independentemente de sua condição social (SILVA JÚNIOR; PASSOS, 2006, p. 08).

urbano para um Plano Diretor Municipal, uma busca por parte dos planejadores e movimentos sociais em desenvolver uma nova concepção de planejamento urbano politizado, tendo como principal instrumento dessa reforma um Plano Diretor menos técnico com novas diretrizes, princípios e instrumentos voltados à gestão democrática da cidade e de todo município, como afirmam Santos Júnior e Montandon (2011).

[...] com a promulgação da Constituição de 1988 e posteriormente com a instituição do Estatuto da Cidade, em 2001, a abrangência dos Planos Diretores foi ampliada, e seu sentido, alterado, estando agora vinculados à definição da função social da cidade e da propriedade e ao plano de desenvolvimento urbano municipal. Com efeito, a aplicação, pelos municípios, de diversos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade depende da aprovação do Plano Diretor, que, segundo determina o próprio Estatuto, deve definir a função social das diferentes áreas do município, sejam elas urbana ou rural [...] (SANTOS JÚNIOR; MONTANDON, 2011, p. 27)

Dessa forma, apesar do Plano Diretor ser obrigatório a partir da Constituição de 1988 para as cidades com mais de 20 mil habitantes, foi apenas com o Estatuto da Cidade em 2001, que as áreas rurais passaram a ser consideradas no planejamento do município, tendo o Plano Diretor como instrumento adequado para o seu ordenamento.

O § 2º do artigo 40 estabelece que o Plano Diretor deverá englobar o território do Município como um todo, assim o Plano Diretor deve abranger tanto a zona urbana como a zona rural do Município. O Estatuto da Cidade define a abrangência territorial do Plano Diretor de forma a contemplar as zonas rurais com respaldo no texto constitucional, uma vez que a política urbana, de acordo com a diretriz prevista no inciso VII do artigo 2º do Estatuto da Cidade, deve promover a integração e a complementaridade entre atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município e do território sob sua área de influência. [...] O sistema de planejamento municipal, que é matéria do Plano Diretor, por exemplo, deverá ser constituído por órgãos administrativos regionalizados que compreendam também a região rural. (BRASIL, 2002, s/p).

Ao estabelecer que o Plano Diretor deve legislar, também, as áreas rurais municipais, este passa a ordenar sobre a planificação do rural, fato que representa um avanço, embora pequeno, no que se refere às questões territoriais, posto que as áreas rurais carecem de planejamento e assistência tanto quanto as áreas urbanas/urbanizadas, além de que o desenvolvimento rural acarreta melhorias em todo o município.

Além da promoção do Plano Diretor, a Constituição Federal e o Estatuto da Cidade fortaleceram a gestão democrática e a função social da cidade e da propriedade, com vistas à inclusão territorial e à diminuição das desigualdades. Nesse contexto, mais uma vez, o Plano Diretor foi a peça chave para o enfrentamento desses problemas, sobretudo, quando busca minimizar as desigualdades urbanas.

Segundo Oliveira (2011), após as determinações do Estatuto da Cidade, os profissionais responsáveis pela elaboração dos Planos começaram a propor diretrizes e instrumentos para todo o território municipal, visto que os municípios eram orientados a elaborar ou revisar seus planos em um período de seis anos, mas essas adequações não ocorreram de forma simplificada e encontraram vários entraves metodológicos e operacionais. Krambeck (2007), em estudo sobre o planejamento territorial rural, contribui,

Embora o rural tenha sido formalmente incluído no planejamento municipal a mentalidade na sua elaboração não mudou. O meio urbano ainda tem preponderância sobre o rural, sendo que este último na maioria das vezes é visto de forma homogênea e subserviente ao urbano, o que certamente não pode ser generalizado. (KRAMBECK, 2007, p. 17).

Assim, o planejamento do território rural pelo viés municipal ainda é

muito incipiente ou mesmo inexistente. A falta de metodologias para a organização dessas áreas, o pouco conhecimento do território como um todo e o preconceito em relação ao rural se constituem nos principais obstáculos para o desenvolvimento dessas áreas.

Um fator importante já citado por Lodder em 1976, refere-se ao fato de que as regiões rurais, embora possuam a mesma sistemática do processo de planejamento das áreas urbanas, demandam certa especialização e experiência por parte dos planejadores para que se possa identificar seus principais problemas e tentar desenvolver estratégias para solucioná-los.

Essa afirmação nos remete às especificidades do rural que carecem de atenção e de abordagens próprias para uma solução mais eficaz de seus problemas. “[...] é importante salientar que devido aos problemas e limitações específicas das regiões rurais, os planejadores regionais que delas fossem tratar deveriam ter algum conhecimento especializado do seu funcionamento e das suas características.” (LODDER, 1976, p. 4).

Além disso, de acordo com Santos Júnior, Silva e Sant’Ana (2011) sabe-se, que os municípios apresentam muitas dificuldades para implementar seus Planos Diretores, visto que a maioria não possui uma estrutura administrativa adequada para o exercício do planejamento urbano/rural no que se refere aos recursos técnicos, humanos, tecnológicos e materiais, além da baixa difusão dos conselhos de participação e controle social voltados para uma cultura participativa de construção e implantação da política de desenvolvimento urbano.

Outras questões encontradas por Silva e Peres (2009), ao estudarem a gestão dos territórios rurais estão relacionadas à insuficiência de instrumentos do

Estatuto da Cidade que permitam um suporte imediato e efetivo à gestão do espaço rural e, principalmente, pela falta de experiência na elaboração de Planos Diretores que consigam abranger todo território municipal. Para superar essa lacuna, os autores sugerem ampliar a compreensão de espaço rural, com análise das suas condições físico-espaciais, econômicas, políticas e sociais.

Lodder (1976), também buscou contribuir com esses entraves e sugeriu aos planejadores, que ao pensarem as áreas rurais, tivessem em mente determinadas realidades suplementares para que o planejamento rural se efetive, dentre elas: a) uma visão ampla dos padrões culturais e de comportamento do ambiente social - o planejador rural precisa ver sua região como os próprios habitantes a veem e, ao mesmo tempo, ter flexibilidade suficiente para desenvolver estratégias aceitáveis à população e ao poder central a que está vinculado; b) O planejamento rural deve tentar mudar a imagem de que as regiões rurais deveriam ser apenas fontes de matérias primas e de alimentos a serem processados pelas fabricas localizadas nas regiões urbanas, e preocupar-se com uma maior diversificação da base econômica rural, enfatizando as potencialidades da região e os efeitos para frente e para trás das atividades existentes.

Nas visões do autor supracitado, é necessária uma maior compreensão do que é rural e das atividades que são realizadas nesse espaço, principalmente as que não estão ligadas à grande produção. Dessa forma, a participação da população rural nos debates e ações para os planos de desenvolvimento podem contribuir para maior reconhecimento desses espaços, principalmente pela heterogeneidade de funções e atividades que neles são desenvolvidas e as suas potencialidades.

Outra questão, segundo Krambeck (2007) é a falta de um sistema de

planejamento territorial como instrumento de desenvolvimento nacional, ou seja, um conjunto de ideias, diretrizes, programas, investimentos e ações integradas. Para compreender a complexidade do território Brasileiro, são essenciais mudanças de paradigmas no que se refere ao planejamento territorial exclusivamente urbano e começar a olhar para as questões rurais e considerar o território como um conjunto que carece de um planejamento integral e integrador.

Além da dificuldade de integração territorial, isto é, a não compreensão, em um único plano do território urbano e do rural, de forma a incluir todos os grupos sociais, todas as comunidades e localidades, a determinação do Estatuto da Cidade que atribuiu ao município a função de legislar as áreas rurais encontra entraves de implementação, devido às distribuições das competências e atribuições entre município, União e Estado.

Zuquim (2008), ao estudar os processos de ordenamento territorial do meio rural, afirma que o Estatuto definiu, sem articular com outros níveis federativos, a abrangência do Plano Diretor, fato que gera conflitos de atribuições, pois as áreas rurais são constitucionalmente de competência da União. Com isso, o ordenamento territorial das áreas rurais favorece interpretações e entendimentos divergentes, o que dificulta o planejamento eficiente desse espaço.

Para uns, as áreas rurais passam a ser objeto das políticas públicas de desenvolvimento urbano, considerando que o município tem como atribuição legislar sobre todo o território. Para outros, a competência de legislar sobre o uso do solo das áreas rurais é da União, pois a política agrícola e agrária é competência da União, e o parcelamento do solo rural é de atribuição do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), já que existem normas específicas para tal. E ainda, sobre essas políticas públicas, apresentam-se à competência do Estado e União no legislar sobre as questões ambientais. (ZUQUIM, 2008, p. 5)

Conforme observado, há conflitos na compreensão das competências

em relação ao disciplinamento, ordenamento e controle do território rural. Essa situação desencadeia, sem dúvidas, dificuldades no planejamento, na gestão e na organização dessas áreas. As disposições legais do território rural ainda estão, em grande parte, sob a responsabilidade das esferas federal ou estadual: “[...] a atribuição do município como regulador do território rural ainda carece de experiências, de instrumentos e de capacidade de gestão para transformar-se em realidade.” (CYMBALISTA, 2006, p. 29).

Ao abordar o assunto, Saule Júnior (2004) acrescenta que, muitas vezes, o ordenamento do território e o disciplinamento do uso do solo rural, instituídos por legislações federais e estaduais, não consideram as necessidades e o interesse dos habitantes locais. Por isso, esse planejamento precisa ser matéria obrigatória dos Planos Diretores Municipais, os quais devem ser formuladores e executados com a participação popular. O autor defende que as políticas públicas locais devem ser desenvolvidas com a articulação entre município, Estado e União para que, assim, o primeiro passe a determinar as políticas de exploração do território rural por meio do Plano Diretor, visando, sempre, atender às necessidades e aos interesses de seus habitantes.

Não é possível separar o urbano e o rural, visando garantir o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, pois o sistema social e econômico local necessita dos equipamentos, da infraestrutura e dos serviços urbanos para desenvolver suas atividades agrícolas e agrárias na zona rural da cidade. Desse modo, para o município promover a política de desenvolvimento urbano, o Plano Diretor deve ser entendido como um instrumento de desenvolvimento local sustentável com normas voltadas a abranger a totalidade do seu território, compreendendo a área urbana e rural. (SAULE JÚNIOR, 2004, p. 46).

Convém salientar que compete à União, legislar sobre as políticas agrícola e agrária (art. 22. I Constituição Federal), no entanto, como estabelece o

Estatuto da Cidade, o ordenamento e o controle do território rural podem ser realizados por meio dos Planos Diretores Municipais. Apesar de o Estatuto da Cidade delegar novas atribuições aos municípios, no que se refere ao ordenamento do território rural, ainda há poucos instrumentos disponibilizados para a gestão dos territórios não urbanos.

O que se observa é que a instância municipal tem maior proximidade das realidades do território rural, visto que este apresenta características regionais e locais próprias. É um erro pensar que as áreas rurais são homogêneas em suas estruturas e que as estratégias de desenvolvimento seriam as mesmas para todas as áreas. Dessa forma, o poder público municipal tem maior possibilidade de conhecer e, assim, atender às necessidades dos seus habitantes.

A seguir serão discutidas as atribuições e as competências dos entes federativos – União, Estado e Município – na divisão dos deveres para a legislação do território rural, de modo a esclarecer o que se compreende sobre o planejamento dessas áreas e suas múltiplas e complexas interfaces com o urbano e com seus próprios limites territoriais, sociais, administrativos e políticos.

1.2 A competência dos entes federativos, União, Estado e Município na legislação do território rural

“Há uma fragmentação político-institucional representada pela duplicidade de programas, projetos, ações e orçamento para o rural e para o urbano. As diferentes instâncias federais, estaduais e municipais com competência para gerir, tributar ou planejar o território rural são pouco integradas, gerando vazios políticos e pouco impacto sobre o território como um todo.”

Santoro, Costa e Pinheiro (2004)

Umas das questões mais problematizadas e discutidas por pesquisadores e estudiosos sobre a legislação do território rural, refere-se à distribuição das competências e atribuições entre Município, Estado e União. Sabe-se que, constitucionalmente, as áreas rurais são de competência da União, no entanto, o Estatuto da Cidade atribuiu ao município, também, a função de legislar sobre as áreas rurais. A falta de articulação entre esses entes federativos, referente a distribuição das competências, gera conflitos legais de atribuição e mais que isso, deixa em segundo plano, os problemas enfrentados pelo espaço rural.

Une-se a essas questões, a dificuldade de demarcação, dentro do território, dos usos das atividades urbanas e rurais, visto que há predominância e sobreposições entre elas. A partir dessas afirmações, essa seção busca apresentar as competências da União, do Estado e do Município na legislação das áreas rurais e mostrar como este último, em articulação com os outros entes federativos, pode garantir maior desenvolvimento às áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes. Para isso, utilizou-se autores que abordam as atribuições das esferas do governo como Meirelles (2003); Santoro, Costa e Pinheiro (2004); Miranda (2008), dentre outros, além de documentos e legislações oficiais como a

Constituição Federal (BRASIL, 1988); o Estatuto da Terra (BRASIL, 1964); o Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), dentre outros.

Miranda (2008), ao estudar o planejamento das áreas de transição rural-urbana afirma que o Sistema Federativo brasileiro atribuiu competências legislativas entre a União, o Estado e os Municípios, cujo princípio norteador da repartição é o da predominância de interesse, ou seja, à União cabem os temas de interesse nacional, ao Estado, os de interesse regional e ao Município, assuntos de interesses locais, embora haja competências concorrentes.

De acordo com a Constituição Federal de 1988 é competência da União:

- a) legislar sobre o direito agrário; b) elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social; c) desapropriar terras por interesse social para fins de reforma agrária; d) executar a política agrícola; e) instituir impostos sobre a propriedade territorial rural. (BRASIL, 1988).

O Direito Agrário representa, segundo Heinen (2009), o conjunto de princípios e de normas que visam disciplinar as relações jurídicas, econômicas e sociais emergentes das atividades agrárias, com vistas a alcançar a justiça social e o cumprimento da função social da terra. Como competência da União, o Direito Agrário foi instituído a partir da Emenda Constitucional Nº 10 de 1964, fato que garantiu sua autonomia legislativa e permitiu a promulgação da Lei Básica do Direito Agrário, o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504 DE 1964), “lei que regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola.” (BRASIL, 1964).

É importante ressaltar que o Direito Agrário não é sinônimo de solo rural,

como afirma Gomes (2006) em seu estudo sobre o Plano Diretor pós Estatuto da Cidade, visto que este não se limita a ser objeto isolado do Direito Agrário. O município pode legislar sobre o território rural em muitos aspectos, mas não sobre a atividade relacionada ao setor primário da economia. Assim, cabe à União legislar sobre as atividades do setor primário da economia, dentre elas fixar o módulo rural⁵, o zoneamento das atividades dentre outras. Compete interferência dos municípios, apenas nos casos em que a exploração econômica gera algum risco ou afeta as áreas urbanas.

De modo geral, a doutrina costuma descartar a possibilidade de o Município regular o uso do solo rural, sua exploração econômica. Mas mesmo isso requer ressalvas, pois eventuais malefícios que a atividade agrária possa provocar sobre questões a serem protegidas e/ou promovidas pelo Município estarão ao alcance, sim, da legislação local. Pense-se, por exemplo, na hipótese de cultura agrícola próxima à malha urbana que coloque em risco a saúde da população, ou mais especificamente o serviço de abastecimento de água. Parece inequívoca aqui a competência municipal para proibi-la ou, ao menos, impor restrições para minimizar seus riscos. (GOMES, 2006, p. 76)

Outra ação que compete à União, representa a elaboração e a execução de planos de organização do território e de desenvolvimento econômico e social em nível nacional e regional, os quais buscam a implementação de projetos e políticas econômicas e sociais voltados ao desenvolvimento das áreas rurais. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)⁶ representam, em âmbito federal, as principais

⁵ Segundo a definição do INCRA (2008), módulo rural é uma unidade de medida, derivada do conceito de propriedade familiar, expressa em hectares, que busca exprimir a interdependência entre a dimensão, a situação geográfica dos imóveis rurais, a forma e as condições do seu aproveitamento econômico. Tem sua área fixada para cada região, a partir das características da produção agrícola regional.

⁶ Em 2016, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi extinto e incorporado ao antigo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) como Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, constituindo dessa forma, o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

estruturas voltadas ao desenvolvimento rural.

As políticas públicas mais importantes, segundo Favareto (2006), desenvolvidas por esses Ministérios são: a) o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que oferece apoio técnico e financeiro aos agricultores, com vistas ao desenvolvimento rural; b) o Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), com o objetivo de melhorar a distribuição de terras e oferecer condições de reprodução às famílias de agricultores sem-terra; c) o Programa Nacional de Créditos Fundiários (PNCF), o qual propicia aos agricultores sem-terra, ou com quantidades insuficientes, formas de aquisição a estas por meio de financiamento.

Quanto à desapropriação de terras para fins de reforma agrária, a União é representada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), autarquia⁷ federal ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O INCRA tem como missão prioritária, a realização da reforma agrária, o cadastro nacional de imóveis rurais e a administração de terras públicas da União. É responsável por todos os acordos, convênios e contratos multilaterais relacionados à reforma agrária, embora possa reunir esforços e recursos com o Estado e o Município mediante acordos, convênios ou contratos para a solução de problemas de interesse rural; para o cadastramento e vistorias a propriedades rurais localizadas nos seus territórios e contratação de funcionários, sempre em acordo com os parâmetros e critérios estabelecidos nas leis e nos atos normativos federais (BRASIL, 1964).

⁷ Entidade autônoma, auxiliar e descentralizada da administração pública, sujeita à fiscalização e tutela do Estado (União ou Estado membro), com patrimônio constituído de recursos próprios e cujo fim é executar serviços de caráter estatal ou interessantes à coletividade, como, entre outros, as caixas econômicas e os institutos de previdência. (DICIONÁRIO JURÍDICO)

O Zoneamento agrário também é de responsabilidade do INCRA e consiste na divisão do território em regiões homogêneas, do ponto de vista socioeconômico e das características da estrutura agrária, passíveis de uma mesma política, para que, assim, a partir da identificação diferenciada possam ser destinadas políticas agrárias para cada tipo de região, além de propiciar ações de órgãos governamentais para as áreas com maior significação econômica e social (BRASIL, 1964).

O imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) representa a tributação do imóvel localizado fora do perímetro urbano do município. É exercida pelo INCRA, em período anual e tem como objetivo principal, auxiliar as políticas públicas de desconcentração da terra. As normas gerais para a fixação desse imposto obedecem aos critérios de progressividade e regressividade, levando em conta diversos fatores como o valor da terra nua, dentre outros (BRASIL, 1996). Embora a cobrança do ITR seja feita pela União, 50% do produto de arrecadação do imóvel é destinado ao município em que se situam os imóveis rurais tributados.

A cobrança diferenciada dos impostos territoriais rurais e urbanos não acontece de forma simples. A dificuldade na delimitação de áreas rurais e urbanas gera conflitos nas cobranças de tributos, visto que há problemas na demarcação - dentro da complexidade do território - do que é uso e atividade urbana e uso e atividade rural, dificuldades estas, oriundas da predominância e/ou sobreposição de usos, como acrescentam Santoro, Costa e Pinheiro (2004).

No urbano, cobra-se o IPTU, que é imposto municipal; no rural, o ITR, que é imposto federal. Isso obriga a considerar a necessidade de planejar os territórios de forma integrada e compartilhada entre os entes federativos, de modo que se estabeleça um equilíbrio no campo tributário, quanto aos tributos que incidem sobre a propriedade urbana e rural. (SANTORO; COSTA; PINHEIRO, 2004, p. 11).

A partir desses apontamentos, observa-se que Município e União devem articular a jurisdição do território rural, em especial, quanto ao disciplinamento do uso do solo. A falta de articulação desses deveres pode gerar sérios conflitos, como a falta de concessão de alvarás de construção e licenciamento de atividades na área rural, a proliferação de assentamentos ilegais para fins tipicamente urbanos, além da frequente localização de equipamentos institucionais do Estado e da União sem qualquer consulta aos municípios (FERNANDES, 2003).

Quanto a atuação do governo Estadual, a constituição vigente delega ao Estado os poderes remanescentes, ou seja, aqueles não pertencem nem ao Município, nem à União. No território rural, o Estado é autorizado pelo Estatuto da Terra (BRASIL, 1964), em competência comum com o Distrito Federal e os municípios, a realizar vistorias, cadastramentos e avaliação das propriedades rurais localizadas em seu território, sempre respeitando a lei federal.

Segundo Cruz e Morette (2015), o Estado tem autonomia para atuar em toda a área rural, localizada em seu território, com vistas ao seu desenvolvimento e ao fortalecimento da produção agropecuária, a não ser, as áreas destinadas à Reforma Agrária, as quais são de competência exclusiva da União. Ao Estado, cabe também, em competência comum com a União e o Município, o fomento da produção agropecuária e a organização do abastecimento alimentar, bem como a cobrança de impostos sobre a circulação de mercadorias e de serviços de transportes interestadual e intermunicipal (ICMS).

Referente à legislação municipal para o território rural, é importante salientar que foi apenas após a Constituição Federal de 1988 que o Município se tornou ente federativo autônomo nos aspectos político, administrativo, financeiro e legislativo, com poder de elaborar sua própria lei orgânica, ganhando novas

possibilidades de atuação dentro da esfera pública, maior autonomia e novas competências. Além da competência privativa para alguns assuntos, passou a compartilhar, também, competências com os Estados, a União e o Distrito Federal.

Dentre suas competências privativas, segundo a constituição Federal (BRASIL, 1988) cabem, dentre outras atribuições, a legislação de assuntos de interesse local. Embora o interesse local represente a predominância e não a exclusividade municipal perante o Estado e a União, considera-se de ordem local, os assuntos ligados de forma direta e imediata à sociedade do Município e “[...] cujo atendimento não pode ficar na dependência de autoridades distantes do grupo que não viveu problemas locais” (FERRARI, 2003, p. 59).

Ao considerarmos os assuntos de interesse local como competência municipal, a regulação do uso, a ocupação e o parcelamento do território rural, representariam temas a serem abordados pelos Municípios, visto que este é constituído por sua área urbana e rural. Assim, embora a regulação do território rural seja competência da União, o Município pode e deve articular-se com o mesmo, principalmente por ter maior conhecimento das necessidades e interesses locais com vistas ao pleno desenvolvimento de todo território

Como já apresentado, o Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), lei que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, determina que o Plano Diretor deve “englobar o território do Município como um todo”, dessa forma, o ordenamento, o disciplinamento do uso, ocupação e exploração econômica do território rural devem ser matérias obrigatórias do Plano Diretor municipal.

Segundo Miranda (2008), com o pacto federativo em que as políticas públicas precisavam ser desenvolvidas de forma articulada e integrada, o município

deve assumir seu papel em assuntos que são tratados pelos demais entes federativos, de forma que possa abranger toda a população, tanto urbana quanto rural, sem discriminação e em busca da complementariedade entre as atividades desenvolvidas no campo e na cidade, tendo em vista o desenvolvimento econômico de todo o município.

Não há dúvida de que a competência sobre a questão agrária é da União (pelo art. 22, I, da Constituição Federal), mas é o município o ente com a melhor condição para planejar o desenvolvimento rural sustentável, a partir da compreensão das interfaces entre as questões urbanas e agrárias. Vale ressaltar a fragilidade das estruturas fiscal-tributária e de controle do uso e ocupação do solo para as áreas rurais sob a gestão do INCRA. (MIRANDA, 2008, p. 110).

A fragilidade nas estruturas do INCRA, citada pela autora, representa, de certa forma, o acúmulo de funções desempenhadas por este órgão, principalmente, com a intensificação das ações de reforma agrária ocorrida nos últimos anos e ao considerar a dimensão do território rural brasileiro. Essa fragilidade refere-se também, como acrescenta Nakano (2004), à carência do INCRA de informações organizadas sobre o cadastro georreferenciado dos imóveis rurais, o qual mapeia as características das propriedades, necessárias para o conhecimento da estrutura fundiárias do espaço rural.

Sem o conhecimento da estrutura e da dinâmica de todo território brasileiro, encontram-se lacunas na legislação das áreas rurais e uma consequente dificuldade no ordenamento das mesmas. Segundo Santos (2014), a ausência de planejamento rural se justifica, de um lado, pelo pouco conhecido sobre o rural por parte dos profissionais envolvidos, e de outro, pelas incertezas em relação às atribuições das competências e a definição de regras e restrições de uso para estas áreas.

A dificuldade de interpretação das leis e da divisão das competências legislativas devem-se, também à pouca experiência e prática de planejamento das áreas rurais pelo Município, pois esse comumente representa o planejamento apenas urbano com poucas ou inexistentes discussões sobre o planejamento territorial rural. A não-obrigatoriedade do Plano Diretor - principal instrumento de gestão municipal – para cidades com menos de 20 mil habitantes, o que representa boa parte dos municípios brasileiros, contribui para o ineficaz planejamento das áreas rurais pelo viés municipal. Como exemplo, no estado de Goiás, dos seus 246 municípios, 161 (77, 6%) possuem menos de 20 mil; em todo Brasil, esse número representa 68,3% dos 5.570 municípios (IBGE, 2017). Ademais, quando esses Planos Diretores existem apresentam um viés totalmente urbano que desconsidera a área rural municipal.

Além disso, os municípios ainda possuem pouco conhecimento sobre o que existe fora do urbano, como acrescentam Santoro, Costa e Pinheiros (2004). Carecem de informações mapeadas em relação à estrutura da área rural como: os recursos naturais disponíveis, as vilas e os povoados existentes, as estradas vicinais, chácaras de lazer/recreação, fato que prejudica o planejamento da área rurais por se conhecer muito pouco o que existe fora do perímetro urbano.

Ressalta-se que os problemas no ordenamento do território rural advêm, em grande parte, da dificuldade de compreensão dessas áreas, sobretudo, porque o rural, hoje, apresenta novas dinâmicas e funcionalidades - tanto pela deterioração da vida nas cidades, o que favorece a visão do rural como espaço de lazer e descanso, quanto pela presença de novas atividades no campo - as quais exigem novas análises e enfoques que considerem outras dimensões além dos aspectos físicos e econômicos e que considerem o modo de vida e as necessidades dos

habitantes locais. Dessa forma, são necessários instrumentos e ações que busquem compreender a complexidade e a totalidade do espaço rural brasileiro e, assim, definir estratégias de desenvolvimento.

Para que se elabore um Plano Diretor que englobe o rural, é necessário apreendê-lo mais que um espaço físico. Convém, compreendê-lo como modo de vida e as suas atividades para além do viés que o toma como uma "extensão do urbano". É preciso, previamente, reconhecer de que rural estamos falando bem como é desenvolvida sua dinâmica cotidiana. A seguir, apresenta-se o que se entende por rural e espaço rural e como o reconhecimento da complementaridade entre as atividades desenvolvidas no rural e no urbano pode favorecer o pleno desenvolvimento econômico e social do município e do território.

1.3 Os conceitos de rural e as dificuldades de sua definição

“Para mim, o mundo rural é um espaço de vida, isto é, um lugar onde se vive, onde tem gente! No Brasil, cerca de 30 milhões de pessoas vivem no meio rural. É um lugar de onde se vê o mundo e de onde se vive o mundo [...]”

Wanderley (2008)

O conceito de rural sempre foi objeto de debates e polêmicas em estudos sobre planejamento territorial e, também, quando se trata de elaborar metodologias de desenvolvimento e políticas públicas que beneficiem essas áreas, principalmente porque o rural foi, durante muito tempo, interpretado como o oposto do urbano, o atrasado e resquício, sendo que a única solução seria sua transformação em urbano, e também, porque foi - e ainda é - considerado como sinônimo de agrícola, desprezando o rural como espaço de vida e de reprodução

social e cultural. Nesse sentido, não se preocupou em melhorar a qualidade de vida da população rural.

De acordo com Oliveira (2011), em termos práticos, o planejamento sempre reforçou a separação entre cidade e campo e enfatizou a desigualdade nessa relação, sobretudo, na medida em que os planos urbanos foram se transformando em sistemas regulatórios de cunho físico-espacial. Para a autora, essa abordagem relegou o rural a um segundo plano, de fundo residual, primitivo, inexplorado, cujo destino seria aguardar sua inevitável transformação em urbano.

É importante ressaltar que a interpretação de rural da atualidade é influenciada pelas concepções passadas de rural e espaço rural. A economia e a sociedade de cada época traduzem as leituras desse espaço em cada período histórico. Assim, a noção que se tem hoje - embora ainda não haja um acordo do que se entende por rural e quais seus limites territoriais e sociais - carrega todo um processo histórico de constituição. O surgimento de aptidões no rural sugere uma redefinição de suas atribuições e a definição do que seja espaço rural, visto que as estratégias de desenvolvimento devem considerar a diversidade e as potencialidades locais para ultrapassar a situação de abandono vista em muitas áreas rurais brasileiras.

A definição do que seja rural encontra muitas dificuldades. Primeiro porque muitos trabalhos fazem uma abordagem restrita à legislação, e segundo porque é feita uma distinção arbitrária que enfatiza as diferenças entre o rural e o urbano ou que desconsidera a diversidade do rural. Marafon (2011), em estudo sobre o espaço rural fluminense, considera que alguns problemas enfrentados ao trabalhar com a noção de espaço rural existem porque vários trabalhos e pesquisas não abordam sua complexidade, a qual necessita de perspectivas transescalares

dos fenômenos. Pensar o espaço rural requer uma reflexão consistente, por parte da ciência Geográfica, que alia conceitos fundamentais ao conhecimento empírico da realidade.

Já para Figueiredo (2011), em estudo sobre o mundo rural de Portugal, a dificuldade de definição do rural se acentuou concomitante ao aumento de debates sobre o seu desaparecimento, acerca de meio século. As discussões do fim do rural vêm sendo notados em três sentidos, embora estejam interligados entre si. Um primeiro sentido anuncia o fim do rural como objeto de estudo em várias disciplinas científicas; um segundo, aponta a perda de especificidade econômica, social e cultural dos espaços rurais; e um terceiro prenuncia seu renascimento. Enquanto os dois primeiros marcam a morte do rural ou uma diluição dos seus conjuntos territoriais mais vastos, o terceiro remete, de forma equívoca sua ressurreição por meio da revalorização de qualidades específicas que apelam a uma maior autenticidade e genuinidade.

Outro fator destacado por Figueiredo (2011), quanto à dificuldade de definição do rural, está no fato deste já não ser apenas agrícola, embora para a autora ele ainda não seja outra coisa, ou nenhuma das outras coisas que os defensores da ressurreição anunciam. Nesse sentido, o fim do rural pode estar contido nos mecanismos que buscam promover a multifuncionalidade e o renascimento através de políticas públicas de regeneração do rural, as quais criam espaços vazios de dinâmicas, tanto no que se refere às velhas ou quanto às suas novas funções, proporcionando uma regeneração que nem sempre permite ganhos econômicos e sociais significativos para a população local.

Em parte, isto acontece porque essas inovações (sejam públicas ou privadas) derivam mais de exigências e olhares exteriores do que das

necessidades internas (quando ainda existem) e são, igualmente, desenvolvidas por agentes externos ao mundo rural. “Por outro lado, e na sequência do anterior, o rural não é primeiro pensado como espaço de vida e de trabalho (em muitos casos porque definitivamente deixou de o ser), desconsiderando-se assim os pontos de vista e o desejo de seus habitantes.” (FIGUEIREDO, 2011, p. 18).

Já para Wanderley (2001), ao estudar as ruralidades na contemporaneidade, afirma que o rural é um espaço e um modo de vida, por meio do qual os indivíduos enxergam a si mesmos e ao mundo em sua volta, ou seja, é um modo particular de utilização do espaço e de vida social. Nesse sentido, o mundo rural seria um universo que, embora não esteja isolado, carrega suas especificidades através da história. Quanto às características do rural, tem-se por um lado a relação específica do homem com a natureza por meio do trabalho e do habitat e, por outro, as relações sociais próprias que resultam em práticas particulares de convivência com o espaço, com a família e com o trabalho.

As transformações no rural apresentam particularidades que podem ser constatadas por meio de atividades econômicas, dos atores, das relações de trabalho e das representações sociais. No entanto, a análise do rural não reporta apenas ao espaço geográfico, mas às relações que nele são desenvolvidas e inseridas.

Woods (2005 apud MARAFON, 2011), apresenta quatro amplas abordagens para a interpretação desse espaço, são elas: a) definições descritivas, pelas quais a distinção geográfica entre áreas urbanas e rurais é baseada em características sócio espaciais e expressada por dados estatísticos; b) definições socioculturais em que os territórios rurais são identificados com a distinção entre os aspectos das sociedades urbanas e rurais; iii) rural como uma localidade, pela qual

as estruturas locais interagem com processos econômicos e sociais globais; c) rural como representação social que privilegia os símbolos e as imagens pessoais quando os indivíduos pensam sobre o rural, assim a definição do rural está além de dados estatísticos e se considera a relação indivíduo lugar.

Nessa última abordagem, a compreensão do que é rural ultrapassa perspectivas econômicas e reconhece o rural a partir das relações culturais, sociais e políticas. O rural é analisado como uma construção social especializada, fato que não permite uma leitura apenas pelo viés estatístico, principalmente ao considerar a diversidade do rural - o rural plural - que forma uma teia tão rica e complexa de relações, desejos, necessidades, saberes e usos que não é fácil, mesmo quando conveniente, destecer. Sobre o assunto Rosa e Ferreira (2010) acrescentam:

[...] nota-se a necessidade de estudos que discutam o modo de vida das populações e a própria ruralidade, já que algumas questões ainda permanecem: pode-se realmente afirmar a eliminação de valores - e da cultura rurais em meio à sociedade contemporânea, definida cada vez mais como urbana? Por outro lado, pode-se dizer que toda população residente nas cidades tem o urbano como padrão de vida? Em que medida os valores de grupos rurais estariam eliminados? (ROSA; FERREIRA, 2010, p. 196).

Os questionamentos das autoras se tornam pertinentes, principalmente, ao considerar as constantes transformações do território brasileiro que geram necessidade de análises locais, visto que surgem, cada vez mais, novas configurações na organização espacial intermunicipal, as quais devem ser avaliadas mediante a elaboração de planos e projetos para o desenvolvimento. Nesse sentido, identificar a presença do rural enquanto modo de vida e nas formas de organização do trabalho e da vida social, possibilita a leitura real de localidades particulares e facilita a elaboração de planos de ação específicos.

Além disso, a interpretação do rural não reporta apenas ao espaço

geográfico, mas, também, às relações nele desenvolvidas e inseridas. O rural como modo de vida ultrapassa os limites físicos do campo e manifesta-se em localidades onde se imagina a homogeneidade do modo de vida urbano. Assim, é imprescindível que o rural seja analisado enquanto modo de vida e de organização social e não como uma extensão dos limites do urbano. Reconhecer os significados do rural permite a elaboração de políticas públicas de intervenção em espaços que apresentam modos de vida específicos, especialmente, ao considerar sua dinâmica atual e reconhecer as necessidades dos habitantes locais para o melhor desenvolvimento de suas funções e atividades.

Faz-se essencial considerar que o rural, hoje, apresenta variadas e complexas atividades relacionadas não somente ao fazer agrícola, mas, também, ao lazer e ao turismo. Há, ainda, uma diversidade de grupos culturais, como as comunidades tradicionais que apresentam modos de vida e relações sociais (e com o ambiente) de forma bem particularizada, ou seja, relações sociais próprias que resultam em práticas particulares de convivência com o espaço, com a família e com o trabalho.

A partir desses apontamentos, o planejamento do espaço rural com vista ao pleno desenvolvimento deve superar a dificuldade de compreender a especificidade e a diversidade de atividades que são ali realizadas, bem como ultrapassar a perspectiva que considera o rural apenas como sinônimo de agrícola, enquanto outros aspectos importantes como os socioculturais, políticos e antropológicos são esquecidos.

Assim, os primeiros passos para promover o desenvolvimento territorial rural e para que os Planos Diretores possam contemplar, dentre as suas estratégias, esses espaços, é reconhecer o que se entende por rural, quais as suas

especificidades, os seus significados e suas principais necessidades. Tudo isso precisa levar em conta, sempre, o contexto regional em que o rural está inserido para evitar que se desenvolvam modelos prontos e engessados de realidade.

Dessa forma, justifica-se a necessidade de leitura, análise, planejamento e gestão das áreas rurais pelo poder público municipal, principalmente, em razão da proximidade com o local e pela possibilidade de uma interpretação mais eficaz dessas realidades. Além disso, salienta-se a urgência em compreender essas áreas e assim atender a população que ali vive. A seguir, serão apresentadas as dinâmicas e complexas relações entre o campo e a cidade, visto que as modificações no campo são resultado e reflexos das transformações da cidade e vice-versa e estes não podem ser compreendidos de forma isolada.

1.3.1 A complexidade de relações entre o campo e a cidade: complementaridade e interdependência

A realidade socioespacial do campo e da cidade torna-se cada vez mais complexa, os espaços rural e urbano, não podem ser compreendidos como realidades contraditórias e divergentes, visto que não existem isoladamente. Há realidades que se assemelham ao modo de vida reconhecido, tradicionalmente, como rural, inseridas em um contexto urbano, bem como realidades, com características urbanas, inseridas em contextos rurais. Estes fenômenos estão cada vez mais presentes na atualidade, efeitos da intensificação de trocas do mundo rural com o urbano, as quais extinguem as fronteiras e implicam numa maior riqueza de relações e interações.

Diversos debates sobre a relação entre campo e cidade foram instigados pela revolução científica, iniciada na segunda metade do século XX. Essa revolução foi resultado dos processos de urbanização e industrialização e da consequente modernização da agricultura, o que redefiniu os espaços rurais e imprimiu-lhes uma nova dinâmica. Diante disso, surgem novas leituras para o campo e para a cidade, identificando-os ora como espaços distintos, ora como espaços que se justapõem um ao outro.

As primeiras reflexões apresentavam uma leitura do rural como realidade específica e oposta ao urbano, caracterizando-o como detentor de características próprias e isoladas, as quais a princípio se contrapõem à realidade urbana. Esses debates apontam para análises que consideram a cidade como o *lócus* do desenvolvimento, da industrialização, da técnica e da modernidade enquanto o campo é o local do atraso que precisa ser transformado e/ou modernizado a fim de atender às demandas do modelo produtivo. Nessa visão dicotômica, o campo é pensado como meio social distinto que se opõe à cidade, e a ênfase dos estudos recai sobre as diferenças entre estes espaços (MARQUES, 2002).

Outras interpretações consideram que as transformações ocorridas no rural a partir da intensificação das trocas com o urbano, não descaracterizam o seu sistema social e cultural, visto que a invasão do urbano ao rural, ao mesmo tempo em que possibilita mudanças culturais no campo, influenciadas pelo modo de vida das cidades, sujeitará, ao urbano um misto de tradições e culturas trazidas do rural. Esses espaços sociais, rurais e urbanos, apresentam, em vez de uma homogeneidade nos modos de vida, diferenças significativas, o que reflete diretamente sobre identidades sociais, tanto rurais quanto urbanas (WANDERLEY, 2001; CARNEIRO, 1998).

Com o aumento da industrialização, segundo Souza Júnior (2010), intensificou-se as demandas de produção e produtividade, inclusive para atender à crescente demanda da população nas cidades. Nesse contexto, o campo deixa de ser o foco do atraso e, então é necessário modernizá-lo para atender às demandas do modelo produtivo. Fato que leva o campo a ser analisado como contínuo do processo de urbanização.

As transformações no processo produtivo agrícola nas últimas décadas do século XX, geraram uma heterogeneidade e uma diversidade nas relações campo-cidade o que favoreceu o surgimento de novos elementos como a pluriatividade, a agricultura em tempo parcial, a expansão dos serviços urbanos à população do campo, além de novas atividades não agrícolas, como o turismo (LOCATEL, 2004). A inserção desses elementos permitiu novas formas de articulação do campo com a cidade - impulsionada pela revalorização da natureza e pela urbanização difusa – resultante de um processo amplo de reestruturação da economia brasileira ainda em curso.

Ainda segundo o mesmo autor, o desenvolvimento de atividades não-agrícolas e as transformações sociais ocorridas no campo redefiniram os papéis do espaço rural brasileiro que mesclam funções tradicionais com novas funções, e assim, cada vez menos as concepções tradicionais de espaço rural e de ruralidade são suficientes para analisar a complexidade territorial brasileira. É preciso reconhecer que essas transformações, resultantes de processos gerais da sociedade, não traduzem na uniformização da sociedade e no fim das particularidades de certos espaços e grupos sociais e a ruralidade deve ser pensada a partir de uma sociedade multifacetada, sujeita a multideterminações.

Para Rosa e Ferreira (2010), as transformações no campo - antes

associadas às atividades agrícolas, e posteriormente às atividades desenvolvidas apenas em centros urbanos - desenvolveram uma série de estudos e teorias que buscaram uma ressignificação ao meio rural por causa dessas novas formas de produção e de trabalho. Essas transformações fizeram e fazem surgir, no plano teórico, diversas denominações acerca desse rural como “novo rural”, “novas ruralidades”, “espaços rurbanos” em busca de melhor descrever essas novas realidades.

Outra característica dos novos valores rurais é a pluriatividade, que mescla atividades agrícolas e não agrícolas no espaço rural. Busca-se, cada vez mais, a prestação de serviços fora da unidade produtiva atrás de novas oportunidades (estudo, trabalho na cidade) e estratégias de resistência para que a família consiga permanecer no campo.

A noção de pluriatividade surgiu na França na década de 1960 para caracterizar as propriedades em que os membros das famílias desempenhavam múltiplas atividades produtivas. Um dos primeiros autores a trabalhar com essa noção no Brasil foi Schneider (2001), para o qual a noção de pluriatividade era a melhor forma de definir o fenômeno da multiplicidade das formas de trabalho e renda das unidades agrícolas, pois servia para descrever o processo de diversificação que ocorreu dentro e fora da propriedade.

Schneider (2001), em estudo de famílias agricultoras em Regiões do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, no sul do Brasil, observou que parte das unidades familiares não desempenhava apenas atividades agrícolas, mas ampliava o orçamento buscando atividades fora das propriedades. Essas atividades chegam a representar um fenômeno permanente e não uma mera suplementação de rendas, segundo o autor:

Essa combinação permanente de atividades agrícolas e não-agrícolas, em uma mesma família, é que caracteriza e define a pluriatividade, que tanto pode ser um recurso ao qual a família faz uso para garantir a reprodução social do grupo ou do coletivo que lhe corresponde, como também pode representar uma estratégia individual, dos membros que constituem a unidade doméstica. A pluriatividade também pode adquirir significados diversos e servir para satisfazer projetos coletivos ou como resposta às decisões individuais. Além disso, as características da pluriatividade variam de acordo com o indivíduo-membro que a exerce, pois, o exercício de atividades não-agrícolas acarreta efeitos distintos sobre o grupo doméstico e sobre a unidade produtiva, de acordo com variáveis como o sexo ou posição na hierarquia da família de quem a pratica. O mesmo pode-se dizer das condições sociais e econômicas locais, do ambiente ou do contexto, em que ocorre a pluriatividade. Nesse caso, variáveis exógenas à unidade familiar, como o mercado de trabalho e a infraestrutura disponível, entre outros, são fatores determinantes da evolução e das tendências de tais fenômenos. (SCHNEIDER, 2001, p. 2).

Assim, a pluriatividade seria uma estratégia da família, com a finalidade de assegurar a reprodução e sua permanência como ponto de referência central e de convergência para todos os membros da família. A busca por atividades não-agrícolas que contribuam para a permanência no campo representa uma manifestação de resistência ao movimento de unificação urbano/rural pela lógica capitalista homogeneizadora, realizada pelas famílias que tentam manter ou reconstruir suas identidades. Ao falar desses novos valores introduzidos no campo, Carneiro (1998) coloca:

[...] as novas experiências engendradas contribuíram para criar uma diversidade social e cultural que é também condição de existência da sociedade na medida em que alimenta as trocas ao enriquecer os bens (culturais e simbólicos) e ampliar a rede de relações sociais. A heterogeneidade social, ainda que produza uma situação de tensão, não provoca obrigatoriamente a descaracterização da cultura local. (CARNEIRO, 1998, p. 5).

A partir desses argumentos, tem-se que os valores neo-ruralistas e anti-produtivistas, de certa forma, transformam o campo antes visto como espaço de

produção agrícola, em um lugar de lazer e descanso, embora isso não signifique uma total transformação do campo e do modo de vida rural em modos de vida urbano.

De acordo com Alentejano (2003), o desenvolvimento de estudos que apontam para a revalorização do rural pode, de um lado, apresentar uma revisão do modelo de desenvolvimento agropecuário historicamente dominante no Brasil, associando-se à reforma da estrutura fundiária e da política agrícola que garantiram o domínio do grande capital e da grande propriedade sobre o meio rural brasileiro, e por outro lado, uma revalorização conservadora do rural, ou seja, a sobrevivência do latifúndio, e como exemplo dessa tendência teríamos a incorporação do turismo rural (hotéis fazenda, museus fazenda) pelo agronegócio.

Com base nessas reflexões, Alentejano (2003) buscou definições que permitissem reconhecer o par rural/urbano como elemento de interpretação da realidade. Para isso faz-se necessário desmistificar ideias do desaparecimento do rural no Brasil, sendo este, próprio do agrícola e atrasado oposto ao urbano, moderno e industrial, bem como interpretações do rural como isolado, visto que as áreas rurais hoje apresentam a mesma dinâmica informacional e cultural das cidades, em contrapartida de certo isolamento de grupos sociais nas cidades.

O que todas essas observações nos permitem afirmar é que os tradicionais estereótipos que definiriam campo e cidade, rural e urbano, não são pertinentes e isto não se deve a uma unificação da realidade que moldaria tudo à imagem e semelhança das características atribuídas às cidades. Não se trata da eliminação pura e simples do rural e sua transmutação em urbano, mas de um fenômeno mais complexo, onde um novo urbano e um novo rural surgem do choque entre ambos. (ALENTEJANO, 2003, p. 10).

Embora Alentejano (2003) reconheça as transformações ocorridas no rural brasileiro com o processo de modernização da produção agrícola, não corrobora a ideia de que existe uma nova realidade no campo, justamente pelos velhos problemas que ainda persistem como a estrutura fundiária existente e a falta de uma política agrícola voltada aos pequenos agricultores.

Na tentativa de compreender essas novas funções do campo, o autor supracitado aponta que o território deve ser a base para as reflexões, seja sobre o desenvolvimento local e regional, seja para repensar as novas relações estabelecidas entre o campo e a cidade. Para pensar em um novo rural é preciso ultrapassar a dicotomia rural/urbano, visto que a construção desse novo rural passa pela difusão de serviços e atividades tidas como urbanas no campo.

Locatel (2004) considera que essas atividades no campo não podem ser consideradas como um novo fenômeno, já que sempre existiram. O que há de novo na visão do autor é o aumento significativo de pessoas que buscam essas formas de lazer, fato que tem gerado uma diversificação das atividades e uma distinção quanto às classes e a escala. Assim, essas atividades não caracterizam o novo rural, visto que não são novas, apenas manifestam-se com outras características e intensidade. “[...] deve-se levar em conta que o que existe no campo é uma nova ruralidade e não um novo rural, para não reforçar a dicotomia entre espaço rural e urbano.” (LOCATEL, 2004, p.157).

Rua (2011) prefere denominar essas transformações no campo de urbanidades no rural. As urbanidades seriam as manifestações materiais e imateriais com caráter inovador, em áreas rurais, sem precisar defini-las como áreas urbanas. Dentre os aspectos materiais estão a melhoria na infraestrutura e nos meios de comunicação, as novas formas de lazer, o turismo, as novas relações

de trabalho, dentre outros; como aspectos imateriais ou simbólicos estão os novos valores, antes predominantes apenas nas cidades, a moda, os costumes e os hábitos difundidos pela mídia que podem alterar a vida cotidiana rural.

Nesse sentido, a análise das urbanidades do rural é útil na criação de políticas públicas de intervenção no espaço rural, que levem em consideração, o momento atual de integração desses espaços e as reivindicações dos agentes e atores locais. O estudo das urbanidades resgata a multifuncionalidade do espaço geográfico e coloca os pesquisadores frente às contradições que a espacialidade contemporânea explicita.

Figueiredo (2011), acrescenta que essas novas funções atribuídas ao rural o transformam, progressivamente, de um espaço produtor a um espaço produzido para o consumo. Embora possam interessar a sociedade como um todo, em termos práticos, não representam mais que “pequenos balões de ar”, pela especificidade da oferta e pelas características limitadas da procura, as quais não representam alternativas eficazes de sobrevivência, embora beneficie alguns autores e agentes rurais, contribuindo para promover um discurso idílico de ruralidade. Ao se referir às atividades turísticas no mundo rural, a autora diz

Os recursos naturais, as tradições, as coisas da terra transformam-se em novos produtos para satisfazer procuras exteriores. Os próprios habitantes se transformam em objetos de apreciação e de consumo pelos turistas [...]. Vários autores nos deram já conta dos escassos contributos econômicos e sociais do turismo para o desenvolvimento local das áreas rurais, apesar da miragem de um rural cheio de futuros (e turistas) que esta actividade parece representar para os políticos a todas as escalas de governação. (FIGUEIREDO, 2011, p. 21).

Tais concepções destacam a outra face das novas atividades no rural, como o turismo/lazer, no qual a comunidade local não é beneficiada, visto que as

intervenções públicas ou privadas derivam de exigências externas e o rural não é pensado como espaço de vida e de trabalho, mas um espaço mercadoria a ser vendido para os turistas que veem o campo e o rural como natureza através de uma apropriação simbólica do termo.

Sobre o assunto, Marques (2002) considera que essa revalorização do rural é uma resposta do modelo produtivo ao constatar a “decadência” do urbano e passa a investir na imagem do rural próximo à natureza que se opõem ao artificialismo das cidades e, dessa forma, cria mecanismos para apropriar-se das paisagens rurais.

A busca por novas atividades e opções de lazer levou a interpretações de que o campo, sendo o *continuum* da cidade teria suas particularidades anuladas, contudo, mesmo com o avanço do processo de modernização e da cooptação do rural pelo capital, é possível encontrar às resistências e o que não é transformado por esse modelo de desenvolvimento. É preciso considerar a diversidade das formas de organização social e da reprodução da vida, bem como o conteúdo social que há nos espaços rurais e urbanos, imprimidos no lugar pelos sujeitos com todas suas contradições e dimensões (SOUZA JÚNIOR, 2010).

A superação da divisão entre a cidade e o campo não deve ser confundida com o desaparecimento do campo nem com uma consequente urbanização geral do planeta, pois urbano e rural permanecem como conteúdos sociais diferenciados, embora a oposição cidade/campo diminua. Além disso, as novas relações entre a cidade e o campo não podem ser pensadas em um único viés, no qual é a cidade que erradia o conhecimento e o modo de vida para o campo, visto que este, por causa das suas demandas, também determina processos na cidade.

A partir das diversas atividades que são realizadas no campo na atualidade, algumas realmente novas, outras apenas com novas roupagens, aliadas às intensas relações com o urbano, o qual de certa forma influencia essas relações no rural da mesma maneira que é influenciado, leva-nos a pensar, como o Estado, por meio de políticas públicas e planos de ação, tem articulado para promover melhorias na qualidade de vida da população rural, reconhecendo toda essa dinâmica já elencada. Dessa forma e com o objetivo de compreender são estabelecidas as perspectivas do desenvolvimento rural no Brasil, apresenta-se a seção a seguir.



SEÇÃO II

AS PERSPECTIVAS DO DESENVOLVIMENTO RURAL: de setor à território

Em termos político-institucionais, o desafio do desenvolvimento rural, no Brasil, inscreve-se dentro de uma lógica na qual políticas públicas atestam, institucionalmente, a dualidade do mundo rural. Tal dualidade se evidencia pela partilha, desigual, de terras entre a agricultura de cunho familiar e a agricultura patronal. [...]

Conterato e Fillipi (2009)

A busca por um desenvolvimento do território rural, que sempre envolveu interesses distintos, sejam eles públicos ou privados, afetou sobremaneira a realidade econômica, social e cultural desse espaço, não só no Brasil, mas em diversos países do mundo. Ora visto como cenário ideal para obtenção de lucro, ora como o atraso, o resquício, o espaço rural ainda hoje é cheio de contradições e se constrói como um emaranhado de relações que só é possível destecer ao se debruçar nas suas especificidades e buscar suas essências. É importante considerar, que o conceito de desenvolvimento compreendido neste trabalho envolve a promoção da qualidade de vida das pessoas que ali vivem por meio de preocupações relativas ao social, ao ambiental, ao cultural e ao econômico.

Por muito tempo, acreditou-se que crescimento econômico era sinônimo de desenvolvimento, e que este poderia ser alcançado por meio de intervenções ligadas à processos de modernização agrícola, em que o campo se tornaria reflexo das cidades, inclusive no modo de vida dos habitantes. Ao mesmo tempo, o rural era abordado a partir de uma perspectiva setorial e sinônimo de agrícola, em que representava o suprimento das cidades em um viés de mão única. A produção em

larga escala, voltada à exportação, com a utilização indiscriminada dos recursos naturais, o aumento da poluição do solo e da água por insumos agrícolas e a devastação significativa do meio ambiente, geraram graves problemas econômicos, de saúde humana e ambiental que não puderam mais ser desprezados.

Além disso, não demorou muito para que as pesquisas apontassem, ao invés de uma diminuição da pobreza, um aumento significativo, visto que nem todos os produtores rurais conseguiram se inserir no mercado competitivo sem políticas de apoio e incentivo, e quando estas existiam eram voltadas apenas a uma parcela da população rural, em geral, os grandes proprietários. Como forma de superar essa crise e, também, para reprodução econômica e social, as famílias agricultoras começaram a desenvolver atividades não-agrícolas, como o artesanato e o turismo, fato que aumentou, ainda mais, a complexidade do campo e levou os gestores a repensar o planejamento a partir dessas novas atividades em desenvolvimento.

Dessa forma, as transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas nas últimas décadas, principalmente a partir de 1990, levaram a uma mudança de enfoque do desenvolvimento rural, com perspectiva na abordagem territorial que se preocupou, embora ainda não de forma suficiente, com os pequenos produtores mais fragilizados, com a valorização das especificidades locais, das novas atividades desenvolvidas e com a sustentabilidade ambiental.

Apesar do avanço em relação ao modelo de desenvolvimento rural anterior, voltado apenas à grande produção, à especialização produtiva e à concentração fundiária, ainda há muitos entraves e dificuldades enfrentadas para que as políticas públicas atuais beneficiem toda a população de forma igualitária. Autores como Abramovay (2000, 2006); Navarro (2001); Schneider (2004, 2010);

Ortega (2008); Favareto et al. (2010), dentro outros nos ajudam a entender a complexa e multifacetada dimensão e evolução do desenvolvimento rural, principalmente no Brasil.

A segunda seção traz essas discussões divididas em três partes: a primeira aborda as definições e os conceitos de desenvolvimento rural e como essa noção vem mudando nos últimos anos, atreladas às perspectivas econômicas e políticas da sociedade e, dessa forma, moldando o espaço rural. Logo após, na segunda parte, é apresentada a inserção da perspectiva territorial no desenvolvimento rural no Brasil com exemplo em outros países e como essa nova abordagem tem direcionado os investimentos e políticas no espaço rural. E na terceira parte, apresenta-se os principais programas e políticas públicas voltados ao espaço rural em especial ao pequeno produtor.

A seguir, à luz das teorias e autores que se debruçaram sobre temas de desenvolvimento rural, busca-se apresentar algumas dessas perspectivas acreditando que há, ainda, um longo caminho a ser trilhado na busca da superação da pobreza rural e da melhoria da qualidade de vida dessa população que foi por muito tempo, desprezada.

2.1 Os ideais de desenvolvimento rural no Brasil: de espaço produtor para espaço de vida e de reprodução social e cultural

As discussões sobre desenvolvimento rural encontram vários empasses; primeiro porque a noção de desenvolvimento traz consigo, a noção de crescimento econômico e ‘superação do atraso’ eminente ao espaço rural, e essa superação

está entrelaçada à modernização do campo, fato que, sabemos, não extinguiu a pobreza rural. Segundo, porque o rural visto como lugar das potencialidades ligado ao turismo rural e ao discurso de sustentabilidade, requer uma visão de desenvolvimento que não abrange toda a população do campo e mais que isso, torna-o uma mercadoria a ser vendida e, na maioria das vezes, por agentes externos. Terceiro, porque o descontentamento em relação à noção de desenvolvimento rural, pelos motivos supracitados atrelados à pouca eficiência das políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade de vida da população do campo e a complexidade das atividades e do modo de vida rural, suscitaram inúmeros debates, muitas vezes contraditórios e divergentes dificultando um consenso sobre a noção de desenvolvimento rural.

Um dos autores que discute a noção de desenvolvimento rural é Navarro (2001), o qual, em seu artigo sobre o desenvolvimento rural no Brasil, compreende que houve dois períodos em que esse debate se intensificou, influenciando o campo da política e das ações sociais. Os anos seguintes após a Segunda Guerra, principalmente entre 1950 e 1970, representaram, para o autor, o primeiro período em que esse debate foi ativado.

Este momento foi marcado por um desenvolvimento voltado à novas formas de racionalidade produtiva e à modernização agrícola, alicerçada na chamada 'Revolução Verde⁸' em que o espaço rural deveria seguir os passos da modernização do espaço urbano. Os resultados insatisfatórios, como o aumento da pobreza no espaço rural e os ideais neoliberalistas - que enfraqueceram o papel do Estado e suas políticas públicas - retiraram o desenvolvimento rural da cena de

⁸ A revolução verde se caracteriza por um conjunto de transformações ocorridas no campo decorrentes da utilização de máquinas agrícolas, insumos e técnicas produtivas de base industrial, voltadas ao aumento da produtividade e do lucro nos anos de 1950 e 1960.

discussões.

Diferente do período anterior, o momento recente (a partir da década de 1990) em que ressurgem as discussões sobre desenvolvimento rural é caracterizado, segundo Navarro (2001, p. 85, grifos do autor), por “[...] uma percepção acerca da aparente *impossibilidade do desenvolvimento* ou, pelo menos, suas imensas dificuldades de materialização.” Ou seja, as discussões retomadas estavam mais preocupadas em provar a ineficácia do planejamento rural do que propor possíveis modelos de desenvolvimento, atitudes estas, influenciadas pela ‘disseminação da desesperança com relação ao futuro’:

[...] criou-se, como se sabe, um período de incertezas e riscos, talvez sem precedentes. Neste quadro de mudanças rápidas, profundas e inéditas, o tema desenvolvimento – e desenvolvimento rural – gradualmente reapareceu no teatro dos debates e das disputas sociais, agora em escala global (NAVARRO, 2001, p. 85).

É importante considerar que o crescimento econômico e as transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas nas décadas anteriores criaram condições para a materialização de estratégias para a promoção do desenvolvimento rural no Brasil. No entanto, como afirma Navarro (2001), há um conjunto de fatores, dentre eles os estruturais, que dificultam a implementação dessas estratégias, tanto referentes a sua racionalidade intrínseca quanto do ponto de vista operacional do processo. O reconhecimento desses limites, representa, para o autor, a reestruturação prévia que condiciona as mudanças sociais e econômicas no campo brasileiro. “Sem considerá-los devidamente, não se constituirá um processo de desenvolvimento rural no Brasil.” (NAVARRO, 2001, p. 94).

A heterogeneidade das atividades desenvolvidas no rural brasileiro, que

mescla modos de vida e de produção modernos e antigos é um dos entraves às estratégias de desenvolvimento rural, visto que necessitariam de iniciativas institucionais distintas para cada área ou região rural (NAVARRO, 2001). Dentre essas diferenças, destaca-se as regiões rurais no nordeste Brasileiro, com características físicas, sociais e econômicas totalmente distintas das regiões rurais do Sul, por exemplo.

Esses aspectos carecem de políticas públicas e ações de planejamento específicas, as quais, só podem ser realizadas por meio de estudos detalhados de cada local. Até mesmo em se tratando do Nordeste brasileiro é possível enxergar um rural tão complexo, com necessidades distintas que não precisamos ir tão longe. Não há como pensar em desenvolvimento rural sem saber das necessidades e das perspectivas de cada território, e esse planejamento suscita análises profundas que considerem, de fato, o rural em sua completude, ou seja, um rural que inclua os interesses e as necessidades de quem ali vive.

Schneider (2010), também retrata as questões de desenvolvimento rural no Brasil, assim, o autor aborda as questões políticas, históricas, econômicas e sociais que levaram a emergir o debate sobre o desenvolvimento territorial rural que se tem hoje, temática esta retomada pelo interesse, cada vez maior, em compreender a diversidade no processo de desenvolvimento e as raízes que explicam tal diversidade. Além disso, situa o debate sobre a categoria território nas políticas atuais de desenvolvimento para o rural.

Para Schneider (2010), a mudança no enfoque e no entendimento sobre desenvolvimento rural no Brasil em 1990, influenciada pelas diversas transformações - sociais, políticas e econômicas - e na mudança do enfoque analítico, desdobrou-se em políticas governamentais direcionadas à população

menos favorecida no campo. Assim, o autor apresenta três aspectos que permitiram o retorno das discussões sobre o desenvolvimento rural no Brasil após as novas regulamentações estabelecidas pela Constituição de 1988: a) a descentralização política e financeira dos municípios, os quais passam a ser entes federados e responsáveis por políticas públicas de desenvolvimento local; b) a criação de organizações não-governamentais, associações e o aumento da força dos movimentos e das organizações sociais que passaram a ser proativos e propositivos; c) a incorporação da noção de sustentabilidade e meio ambiente.

Além dessas novas regulamentações da Constituição Brasileira de 1988 que contribuíram para a retomada das discussões sobre o desenvolvimento rural, Schneider (2010) apresenta outros fatores que acredita serem decisivos para que as discussões em torno do tema fossem despertadas e ganhassem projeção e legitimidade.

O primeiro fator, representa a tomada de discussões e estudos sobre a agricultura familiar, tendo esta como modelo social, econômico e produtivo para a sociedade. Esses estudos significaram o ensejo inicial para a ação do Estado e a formulação de políticas públicas voltadas ao espaço rural como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que surgiu com o intuito de garantir, aos agricultores descapitalizados e com baixa produtividade, facilidade no acesso à créditos.

A crescente influência da ação do Estado, representou para Schneider (2010), o segundo fator que impulsionou os estudos sobre o desenvolvimento rural. Essas ações se deram através de políticas públicas para a agricultura familiar e de ações referentes à reforma agrária, à segurança alimentar, à regularização fundiária e ao apoio às populações tradicionais. A criação do Ministério de

Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1998, representou o primeiro passo para as mudanças no cenário rural que estavam por vir, principalmente com a mudança de enfoque e perspectivas voltadas aos pequenos produtores rurais.

O terceiro fator, refere-se às alterações no âmbito político e ideológico. Tanto em questões referentes à mudança de posição de elites agrárias em apoio às políticas sociais, quanto à apresentação das diferenças existente nos produtores da agricultura brasileira, visto que há, de um lado, a produção familiar, voltada ao mercado local e de outro, a produção patronal, voltada à produção de *commodities* para a exportação (SCHNEIDER, 2010).

E por último, o tema de sustentabilidade que de acordo com Schneider (2010) contribuiu para as discussões em torno de desenvolvimento rural, principalmente pelo interesse em converter a noção de sustentabilidade em modelo de desenvolvimento rural. O padrão de desenvolvimento vigente e o reconhecimento da finitude dos recursos naturais e da insustentabilidade econômica, social e ambiental em que se encontram, principalmente os territórios rurais, levou o tema sustentabilidade ao debate sobre o desenvolvimento rural, visto que não há desenvolvimento social e econômico em um ambiente impactado tanto ambientalmente quanto socialmente.

De forma geral, a participação do Estado e as políticas públicas tiveram papéis fundamentais na ampliação das discussões sobre o desenvolvimento rural. Ações que permitiram maior visibilidade às populações menos favorecidas do campo, como os agricultores familiares e às populações tradicionais, além de reconhecer a necessidade de pensar formas mais sustentáveis de produção para esse espaço.

Por outro lado, autores como Montenegro Gómez (2006), consideram que o discurso de desenvolvimento rural se configura em uma estratégia de reprodução do capital e de controle social que reproduz ainda mais, a pobreza no campo. Para o autor, as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento de base mercantil, geram aumento da concorrência no meio rural, fato que contribui para a ampliação das desigualdades no campo e constitui-se num círculo vicioso.

[...] o desenvolvimento, longe do sentido que se constrói, relacionado com progresso, com avanço positivo, dista muito de ser uma estratégia de melhora geral da qualidade de vida, para configurar-se como uma forma de controle social que mascara estratégias privadas de reprodução e acumulação do capital. (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 108).

A partir dessas perspectivas, o desenvolvimento rural não permitiria uma melhora na qualidade de vida da população rural, já que atende ao mercado capitalista com vistas à inclusão das famílias rurais nesse sistema, em vez da busca pela superação da pobreza e da melhoria da qualidade de vida. Assim, uma saída para esses problemas seria oferecer soluções que vão além da lógica capitalista, soluções estas que, inclusive o autor diz ser incapaz oferecer.

Cedro (2011), em estudo sobre o desenvolvimento rural no Brasil, afirma que há uma diferença entre desenvolvimento e crescimento econômico. Para reafirmar suas preposições, o autor apresenta os números da evolução da produção agropecuária Brasileira em quatro décadas, que passou de 17 bilhões de dólares em 1961 a 71 bilhões de dólares em 2001, e em 2015, o valor bruto da produção agropecuária alcançou 126 bilhões de dólares enquanto a diminuição da pobreza não alcançou esses patamares (MAPA, 2016).

Embora a pobreza rural tenha diminuído nos últimos anos, não

acompanha a evolução da produção agropecuária, desmistificando o fato de que o aumento da produção agrícola minimiza a pobreza do campo. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) em 2014, 20,2% da população rural era classificada como pobre (renda *per capita* mensal de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo⁹) e 7,6% viviam em situação de extrema pobreza (renda *per capita* mensal de até $\frac{1}{4}$ salário mínimo). Isso significa que em termos brutos, 27,8%¹⁰ da população rural ainda, em 2014, era classificada como pobre. Cedro (2011, p. 45, grifo nosso) acrescenta:

[...] apenas o crescimento, sem a devida ocorrência de outras **mudanças estruturais**, pode até mesmo gerar uma situação de aumento do bem-estar de alguns poucos indivíduos privilegiados dentro de uma sociedade, porém promovendo ao mesmo tempo, a exclusão de parcelas significativas, ou mesmo amplamente majoritárias da população. Nesse sentido, percebeu-se como inadequado tomar o crescimento econômico como meta singular para o desenvolvimento de um país, ou, mais relevantes ainda, de seu povo.

Apesar das propostas de desenvolvimento rural que foram articuladas ao longo dos anos estarem, de certa forma, mascaradas pelas estratégias de reprodução do capital e de controle social, não se deve ‘desistir’ de pensar e propor ações que busquem desenvolver o espaço rural. Não se pode negar que as políticas públicas implantadas pelo Estado, embora maquiadas por discursos capitalistas, tenham trazido benefícios à população rural o que cabe-nos considerar, de imediato, é a quem essas políticas têm servido e qual seu alcance nas dimensões que vão além do econômico.

Por fim, é importante considerar que há, de forma cada vez mais

⁹ O salário mínimo em valores de outubro de 2016 corresponde à 880,00 reais.

¹⁰ Segundo o Censo do IBGE de 2010, a população rural residente no rural é de 29.830.007 habitantes.

ampliada, políticas públicas voltadas à população rural, no entanto, são necessárias estratégias para que todos esses habitantes tenham acesso a essas políticas, bem como instrumentos para conseguir desenvolvê-las. No Quadro 1, observa-se uma síntese dos ideais de desenvolvimento rural realizados ao longo dos anos no Brasil.

Quadro 1: Brasil: síntese da evolução do desenvolvimento rural – 1970/2000

PERÍODO	CONCEITOS	ESTADO	POLÍTICAS PÚBLICAS	ANÁLISES
1970-1980	Revolução verde	Interventivo	Procuravam alterar o padrão tecnológico no meio rural Brasileiro. Visavam a modernização da agricultura e a inserção dos produtores no mercado produtivo.	Discursos e ideias desenvolvimentistas
1990	Agricultura familiar	Atuação do Estado minimizada. Ajuste estrutural e neoliberalismo.	Políticas públicas minimizadas e modificadas, voltadas à agricultura familiar.	Estudos sobre desenvolvimento rural saem de enfoque. Expansão de estudos sobre a agricultura familiar.
2000-atual	Desenvolvimento local. Desenvolvimento territorial. Importância do conceito de território. Revalorização do mundo rural. Novo rural.	Interventivo	Políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, à reforma agrária, ao combate à pobreza e à promoção do desenvolvimento sustentável Participação democrática na tomada de decisões.	Retorno às discussões sobre desenvolvimento rural. Inclusão das dimensões: ambiental, social, econômica e cultural

Org.: Mesquita, A. P. (2016)

Como observado, as políticas públicas brasileiras passaram de uma

visão centrada na grande produção e no melhoramento tecnológico do campo voltada à modernização da agricultura, para programas com interesse nos pequenos produtores e na produção destinada ao mercado interno. De políticas setoriais centradas no crescimento econômico, para análises de base territorial com a inclusão de outras dimensões como a ambiental, a social e a cultural com vistas à maior participação popular.

Toda essa evolução reflete as mudanças econômicas, sociais e principalmente políticas enfrentadas pelo país, em que a pressão de grupos populares e movimentos sociais tiveram grande importância na busca pela democratização do espaço rural e na conquista por políticas públicas que realmente integrassem quem mais precisava.

De forma geral, apesar das conquistas, ainda há muitos desafios para que se consiga o pleno desenvolvimento do campo, principalmente em relação à inserção da população mais necessitada nas políticas públicas com a participação da sociedade civil organizada nos projetos e ações, e também, na superação das amarras estruturais, como a restrição do acesso à terra. Para prosseguirmos com o entendimento das interfaces do desenvolvimento rural, a seguir será discutida a perspectiva territorial no desenvolvimento rural, bem como seus possíveis avanços para o desenvolvimento desse espaço.

2.2 De setor agrícola à território de vida: a inserção da abordagem territorial no desenvolvimento rural

A evolução do debate sobre o conceito de desenvolvimento territorial rural, inicia-se em meados dos anos de 1990 com políticas públicas voltadas ao

espaço rural e com a substituição do enfoque setorial pelo territorial, este último, visto como a unidade mais adequada para análises e estudos do rural. Essas modificações são advindas do contexto econômico e social vivido, principalmente com a ampliação da função dos municípios, resultado da descentralização político-administrativa, tornando-o escala privilegiada para o desenvolvimento de políticas públicas.

A proposta de descentralização na administração pública incluída na Constituição Federal de 1988, permitiu aos Estados e aos Municípios a ampliação das responsabilidades e uma maior autonomia administrativa, ademais, favoreceu o incremento de projetos para o desenvolvimento local (ORTEGA, 2008). Junta-se a esses fatores, o novo dinamismo no rural brasileiro que permite-o considerar como espaço e não mais como um setor, necessitado de políticas de desenvolvimento territorial. Essas políticas devem considerar as novas ações existentes no campo e não exclusivamente a agricultura, cientes da coexistência de múltiplas atividades.

Além disso, a formação dos territórios rurais permitiria uma articulação entre os atores locais e as políticas públicas estatais com vistas a promoção de estratégias para o desenvolvimento rural. Essa abordagem de desenvolvimento territorial é executada, principalmente pelo MDA (Atual Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrária) e as políticas públicas derivadas dessa instituição, foram em grande parte, influenciadas por estudos internacionais, principalmente pelas políticas agrícolas da União Europeia.

De acordo com Abramovay (2000), em estudo sobre a ruralidade no desenvolvimento contemporâneo, a criação pela Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), no início dos anos 1990 de uma divisão de desenvolvimento territorial que definia um conjunto de indicadores básicos para

compreender ao desenvolvimento rural, representou um marco importante para a inserção da perspectiva territorial no desenvolvimento rural no Brasil.

Para o autor, a noção de território contribuiu para o avanço de estudos sobre as regiões rurais em quatro dimensões: A primeira foi pelo abandono do horizonte setorial em que a agricultura era o único setor e os agricultores, os únicos agentes, fato que permitiu, sob o ângulo operacional, o refinamento de instrumentos que delimitaram a ruralidade e sua consequente redefinição de dimensões do rural. Além disso, houve uma ampliação de horizontes de natureza teórica com diversos autores que contribuíram com os estudos rurais por meio de teorias territoriais.

A segunda contribuição da vertente territorial, citada por Abramovay (2006), refere-se ao esclarecimento da diferença entre crescimento econômico e desenvolvimento, em que a pobreza rural não está relacionada à insuficiência da renda agropecuária, mas enquanto fenômeno multidimensional. A terceira contribuição considera o estímulo aos estudos dos mecanismos de governança pública incluídos na composição e atuação dos conselhos de desenvolvimento, o que contribui com o estudo empírico dos atores e de suas organizações em busca de compreender as situações locais.

E por fim, na quarta dimensão “[...] o território coloca ênfase na maneira como uma sociedade utiliza os recursos de que dispõe em sua organização produtiva e, portanto, na **relação entre sistemas sociais e ecológicos**” (ABRAMOVAY, 2006, p. 3, grifos do autor), ou seja, os territórios são resultados da forma em que a sociedade se organiza para reprodução da vida:

O estudo dos territórios sob o ângulo das forças sociais que os compõem não só é um convite a análises empíricas bem

fundamentadas sobre sua constituição – mais do que de recomendações de política – mas abre caminho para se compreender as mudanças que novas forças sociais podem imprimir à maneira como estão hoje organizados. (ABRAMOVAY, 2006, 10).

Nesse sentido, o território representa um aporte para a relações dos indivíduos entre si e com o espaço, relações estas que envolvem uma complexidade de ações e sujeitos. Assim, a noção de território avança à medida que permite compreender a natureza do processo de cooperação em torno do qual os territórios são construídos.

Outros estudos que trazem contribuições sobre a abordagem territorial do desenvolvimento rural são os de Schneider (2004). O autor considera que a emergência dessa abordagem pressupõe que o nível adequado de tratamento analítico e conceitual dos problemas concretos deva ser o espaço de ação, ou seja, o espaço construído pelos indivíduos a partir das suas relações sociais, econômicas políticas, institucionais e com o ambiente. O conteúdo desse espaço construído seria o território e este último permitiria explicar o papel do espaço social como fator de desenvolvimento.

Schneider (2004) ainda acrescenta que dois processos distintos favoreceram a emergência da abordagem territorial, dentre eles está o esgotamento teórico e prático da abordagem regional. A noção de região como unidade de referência para as políticas públicas apresentou certos limites relacionados ao conceito de desenvolvimento como crescimento econômico e à inserção de novos critérios para avaliação do desenvolvimento como qualidade de vida e sustentabilidade ambiental. Esse fato, segundo o autor, tornou a abordagem regional insuficiente como instrumento para o planejamento normativo das ações práticas do Estado e dos agentes políticos.

O segundo fator se baseia no crescente questionamento sobre a dinâmica setorial de ramos da atividade econômica que passaram a se desenvolver muito mais a partir de uma lógica de escopo do que de escala (SCHNEIDER, 2004). Une-se a isso, o fato da abordagem territorial permitir a superação do enfoque setorial das atividades econômicas e da dicotomia espacial entre rural e urbano.

Após apresentar alguns processos que considerou elementar para o surgimento da nova abordagem territorial, Schneider (2004) traz, também, em seu trabalho, questões que servem de alerta quando se trata do uso dessa abordagem para o desenvolvimento rural. O primeiro tema refere-se ao estatuto conceitual do território e a adequação de seu uso para finalidades normativas e práticas, em que se torna necessário a explicação do sentido em que se usa o território; se conceitual ou normativo, ou ambos. Para o autor, essa diversidade de noções sobre o território deve ser esclarecida, visto que na Geografia apresenta um caráter “conceitual e heurístico” relacionado com a ideia de relações de poder e dominação do espaço pelo indivíduo e, dessa forma, não poderia ser utilizado para representar fins normativos e operacionais:

[...] o uso normativo do território requer ponderações. Primeiro, deve-se reconhecer que não é possível uma adaptação pura e simples do seu sentido conceitual e analítico para fins **normativos e operacionais**, há que fazer mediações e adequações. Segundo, como referido, o pragmatismo prudente parece recomendar aos usuários não acadêmicos que deixem de lado as questões teóricas e heurísticas e passem a utilizar o território ou a abordagem territorial na perspectiva do desenvolvimento rural. Nessa perspectiva[...] a abordagem territorial assume a função de uma ferramenta para se pensar o planejamento e a intervenção no tecido social a partir de alguma escala, quer seja local, regional, microrregional, etc. Neste caso, o território passaria a ser uma **unidade de referência**, um nível de operação e agregação adequado para operar o planejamento de ações governamentais e políticas públicas que promovam mudanças e transformações múltiplas no espaço social. (SCHNEIDER, 2004, p. 110)

A partir das considerações do autor sobre desenvolvimento rural, observa-se que a noção de território é reduzida a um instrumento técnico de planejamento, sendo utilizado no sentido normativo com vistas a operacionalizar recortes como subsídio à futuras análises territoriais. Esse território em nada se parece com o conceito utilizado na Geografia, o qual representa os conflitos existentes que são as chaves do seu entendimento e representam relações de poder. O geógrafo Raffestin (1993), ao abordar o conceito de território na Geografia descreve:

O território [...] é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si. (RAFFESTIN, 1993, p. 50, grifos do autor).

Como observado e, também, como esclarece, Schneider (2004) em seu trabalho, há uma diferença, que não é apenas de forma, entre o território (na perspectiva da Geografia) e o que vem sendo chamado de enfoque, abordagem ou perspectiva territorial do desenvolvimento. Essa diferença se ressalta principalmente porque se mascara a disputa – relacionada a distintos interesses – pela apropriação do espaço, fato que não pode ser desconsiderado para compreender o rural brasileiro, um grande campo de disputas e de lutas e, principalmente para que se alcance um desenvolvimento rural de forma integral.

Assim, após apontar essa primeira limitação do enfoque territorial, Schneider (2004) levanta outras questões relacionadas às articulações externas dos territórios. O autor considera que a relação do território com a dinâmica social mais ampla ainda não está esclarecida, ou seja, os territórios não estão isolados, mas mantém, de forma constante, relações econômicas, sociais e culturais entre si,

bem como são influenciados por todo um contexto mais amplo como o nacional e o mundial. É a partir daí que a escala se converte em fator essencial para compreensão do território.

Em termos oficiais, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2003), em seu texto sobre “Referências para o desenvolvimento territorial sustentável” entende o território como mais que uma simples base física, visto que tem vida própria, tecido social e uma “teia complexa” de laços e relações com raízes históricas, políticas e de identidades diversas. E ainda afirma que as questões territoriais e espaciais, apenas, a pouco tempo tem sido tema de interesse das Ciências Econômicas.

O desenvolvimento rural deve ser concebido num quadro territorial, muito mais que setorial: nosso desafio será cada vez menos como integrar o agricultor à indústria e, cada vez mais, como criar as condições para que uma população valorize um certo território num conjunto muito variado de atividades e de mercados. (BRASIL, 2003, p. 4)

Ainda nesse documento (BRASIL, 2003, p. 4), os autores consideram a necessidade de políticas públicas que consigam valorizar os atributos locais e regionais no processo de desenvolvimento e que estas mesmas políticas “transformem as expectativas que as elites brasileiras têm a respeito do seu meio rural”, para as quais o esvaziamento do campo é visto como um indicador do próprio desenvolvendo. No entanto, a nova proposta buscava a valorização das múltiplas possibilidades que o rural pode oferecer como alternativa para a descentralização do crescimento econômico, principalmente em relação às metrópoles e como consequência o crescimento das cidades médias.

Nessa perspectiva, a abordagem territorial do desenvolvimento rural se

diferencia das anteriores pela busca da descentralização das atividades governamentais e pela ampliação da relação entre Estado e sociedade. Além disso, preocupa-se em minimizar a visão dicotômica rural/urbano de forma a incorporar as cidades e todo seu entorno numa perspectiva integradora que considera o desenvolvimento de forma inter-relacionada. Uma das primeiras questões deve ser a superação do entendimento do rural como sinônimo de agrícola e produtor e que assim possa ser considerado um rural como espaço de vida, em que todas as populações e suas formas de organização e produção sejam consideradas e atendidas pelas políticas públicas.

Embora recentes no Brasil, as políticas públicas com viés territorial já são aplicadas em outros países, principalmente da União Europeia. Mesmo ao considerar que as condições exógenas de cada lugar influenciam ou mesmo determinam a importância e o desenrolar dessas ações, é importante conhecer a origem dessa nova abordagem, bem como compreender os avanços e os desafios que foram e ainda são enfrentados nesses países. Assim, a seguir será apresentado a experiência da abordagem territorial no desenvolvimento rural em Portugal e na Argentina.

2.2.1 A experiência da perspectiva territorial em países da Europa e América Latina: O LEADER em Portugal e o PNADT na Argentina

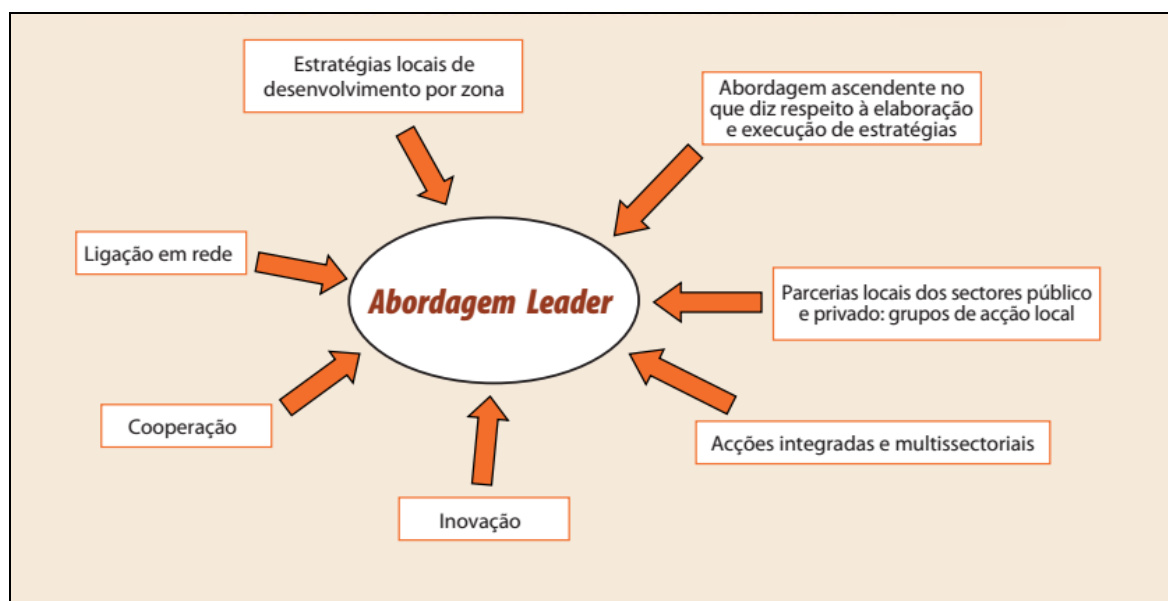
O enfoque territorial das políticas de desenvolvimento rural em evidência hoje no Brasil, tem sua origem nos estudos e pesquisas da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico¹¹ (OCDE) a partir de 1991, com maior

¹¹ Segundo Schneider e Blume (2004) a OCDE congrega países com elevado nível de

destaque em 1994 com a criação da divisão territorial da OCDE. Essas iniciativas partiam de abordagens que buscavam compreender e comparar o rural dos seus países membros por meio da análise de dados, indicadores para o planejamento e políticas de desenvolvimento. Além disso buscavam uma metodologia capaz de abarcar as especificidades e diversidades do rural dos seus países membros.

Schneider e Blume (2004), em estudo sobre a abordagem territorial, acrescentam que a OCDE buscou um quadro de referência conceitual de natureza empírica com base em indicadores, fato que permitiu a elaboração de três dimensões como: o território, o desenvolvimento rural e a dimensão temporal; referências estas que permitiram ao sistema territorial ser orientado por suas funções e potencialidades e não apenas pela simples base física e geográfica.

O programa de viés territorial que se tornou a principal referência de desenvolvimento rural na Europa e como consequência, em vários outros países, inclusive da América Latina, foi o “Ligações Entre Ações de Desenvolvimento das Economias Rurais” (LEADER), criado em 2001 como iniciativa comunitária da União Europeia em busca de formas de planejamento e políticas que pudessem diminuir a discrepância entre suas regiões (Figura 1). Foi um programa concebido para regiões essencialmente rurais, mais afastadas dos centros urbanos e que apresentavam vários indicadores de desenvolvimento abaixo da média se comparadas às áreas mais urbanizadas.

Figura 1: Características essenciais do LEADER - 2006

Fonte: Comunidades Europeias (2006)

Como observado, esse programa tem como característica, uma abordagem baseada na construção de parcerias locais entre os setores públicos e privados conhecidas como Grupos de Ação Local (GALs), uma natureza integradora e estrutura política ascendente, ou seja, os atores locais elaboram e executam os projetos (*bottom-up*). A marca inovadora do LEADER foi, segundo Favareto (2010), de um lado, seu viés territorial em oposição ao caráter setorial de investimentos que eram destinados ao espaço rural, e por outro lado, pelo tipo de estratégia fundamentada na competitividade territorial¹², no princípio da parceria, com caráter multissetorial e integrada:

Essa estratégia, baseada no conceito da competitividade territorial, envolve: a estruturação dos recursos do território de forma coerente; o envolvimento de diversos atores e instituições; a integração entre setores empresariais em uma dinâmica de inovações; e a

¹² O conceito de competitividade territorial se baseia na capacidade que uma área tem para competir no mercado e, ao mesmo tempo, assegurar a sustentabilidade ambiental, social e cultural, com um duplo enfoque de trabalho em rede e relações interterritoriais. (BEDUSCHI FILHO; ABRAMOVAY, 2004).

cooperação com outras áreas e políticas nos vários níveis de governo. (FAVARETO, 2010, p. 23).

Nesse sentido, a competitividade territorial seria alcançada por meio da elaboração de projetos de desenvolvimento com visões de futuro e participação de atores locais em contribuição com essa proposta de desenvolvimento. Assim, uma das preocupações do programa era a ação integrada de política e sociedade com uma abordagem de desenvolvimento de cima para baixo de forma a valorizar o conhecimento e a autonomia local.

O programa LEADER divide-se basicamente em três etapas: LEADER I (1990-1994); LEADER II (1995-1999) e LEADER+ (2000-2006) como pode ser observado na Tabela 1. Segundo Hespanhol (2008), a primeira e a segunda fase do programa tiveram como prioridade o desenvolvimento de “zonas desfavorecidas¹³” de países como Portugal, Espanha e Grécia. Durante o LEADER + buscou-se estender os benefícios a todos os países membros em busca da superação da visão setorial entre rural e urbano com a promoção da dinâmica territorial.

Quanto ao financiamento deste programa, foi até 2005 subsidiado pelo Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA). Em 2007 foi financiado pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural¹⁴ (FEADER), quando deixou de ser um programa e converteu-se no quarto eixo do FEADER.

¹³ Por zonas desfavorecidas subentendia-se a “concentração de agricultores que não ascenderam ao padrão tecnológico hegemônico na agricultura atual” (ORTEGA, 2008, p. 73).

¹⁴ O Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural é o instrumento de financiamento do segundo Pilar a Política Agrícola Comum da União Europeia e é um dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, que tem como objetivo fortalecer a agricultura, o setor florestal e as áreas rurais em geral (FEADER, 2015). A união europeia foi formada por três pilares os quais foram os elementos que constituíram sua arquitetura institucional desde o tratado de Maastricht, em 1992, até à sua abolição com o Tratado de Lisboa, em 2009.

Esse eixo é voltada especificamente ao financiamento de atividades não agrícolas no espaço rural (NEVES NETO; HESPANHOL, 2014).

Tabela 1: Evolução do programa LEADER - 1990 a 2006

Programa	LEADER I 1990 - 1994	LEADER II 1995 - 1999	LEADER + 2000 - 2006
Financiamentos UE (Euros)	417 milhões	1,75 bilhão	2,02 bilhões
Nº de projetos financiados	217	906	893
Superfície abrangida (km²)	367.000	1.375.144	1.577.386

Fonte: Comunidades Europeias (2006). Org.: Mesquita, A. P. (2016)

A iniciativa do LEADER em Portugal, foi financiada em maior parte pela União Europeia e buscava a revitalização dos espaços rurais por meio do incentivo à estabelecimentos não agrícolas, principalmente o turismo rural (Foto 1) e o artesanato (NEVES NETO; HESPANHOL, 2014). Os autores ainda acrescentam que o programa apresentou despenho considerável, atingindo na sua primeira fase 30 territórios, na segunda 48 territórios e na última edição 52, totalizando cerca de 80% do território de Portugal.

Foto 1: Portugal: hotel de turismo rural na aldeia de Travancinha - 2015



Fonte: <http://www.hotelandia.pt>. Acesso: out. 2016

Na Foto 1, vemos a imagem de uma modalidade do turismo rural conhecida como turismo de Aldeia¹⁵, em que a estadia é feita em típicas habitações de Aldeia. O turismo rural em Portugal, conhecido como um conjunto de atividades e serviços para exploração dos recursos naturais e culturais é visto como uma tentativa de desenvolvimento e insere-se nas mediadas adotadas pelo Estado Português e pela união Europeia em busca de reverter a crise gerada pelo êxodo rural. No entanto, Silva (2005), em estudos sobre o impacto do turismo rural em Portugal, afirma que o Turismo Rural criou poucos postos de trabalho e não dinamizou o comércio e os serviços, dessa forma, não é um instrumento eficaz no combate à desertificação das zonas rurais.

Além disso, é importante considerar que o LEADER apesar de atingir

¹⁵ O turismo de Aldeia é caracterizado como um “Serviço de hospedagem prestado num conjunto de, no mínimo, cinco casas particulares situadas numa aldeia e exploradas de uma forma integrada, quer sejam ou não utilizadas como habitação própria dos seus proprietários, possuidores ou legítimos detentores”, devendo, pela “sua traça, materiais de construção e demais características, integrar-se na arquitectura típica local (SILVA, 2005, p. 298).

parcela relevante do território português, não contemplou todas as áreas. Embora o programa procure desenvolver planos de ação com ênfase nas perspectivas dos atores locais, o grupo que participa desses processos é muito restrito, fato que acaba favorecendo apenas uma parcela da população enquanto a outra parcela não tem seus problemas discutidos e/ou analisados, se quer reconhecidos. Rover e Henriques (2006) em estudos sobre a relação do Programa LEADER com a sociedade civil em Portugal acrescentam:

[...] a elaboração de um plano, programa ou projecto por alguns actores sociais locais não exclui a necessidade de verificar em cada local quem realmente participa, decide sobre os planos e beneficia das políticas que se elaboram. Se o facto de desenvolver projectos e acções ao nível local permite uma maior proximidade dos problemas, necessidades e interesses, isto não quer dizer que necessariamente todos os problemas, necessidades e interesses sejam analisados e atendidos, quer porque não existem recursos para atender a todos, quer porque, na distribuição do poder local, as diferenças estão presentes como em outras escalas. (ROVER; HENRIQUES, 2006, p. 126).

Percebe-se que ainda é incipiente a participação dos atores sociais e das instituições nos processos de desenvolvimento, e mais que isso, ainda falta, por parte dos gestores desses programas, maior proximidade com o local a fim de compreender as diferentes realidades que também se manifestam nas escalas locais.

Os espaços menos beneficiados pelo LEADER, de acordo com Rover e Henriques (2006), foram os conhecidos como o “rural profundo”, ou seja, as áreas mais agrícolas, voltadas à agricultura familiar pouco integradas ao mercado e que historicamente foram negligenciadas pelas políticas de desenvolvimento. Para os autores, um dos principais motivos que limitaram e limitam os pequenos agricultores ao acesso à essas políticas são os mecanismos de microcréditos bem

como a falta de envolvimento desses grupos nas tomadas de decisões sobre desenvolvimento local.

O pouco envolvimento social nos processos de desenvolvimento, gera, na maioria das vezes um preconceito dos gestores em relação à capacidade de organização dessa população, em vez de buscarem investimentos para capacitação e formação dos mesmos. “Na ausência de métodos adequados que qualifiquem a participação social e de resultados efectivos que motivem as pessoas a envolver-se de forma continuada em processos participativos, torna-se mais fácil justificar o desinteresse das populações pela participação. ” (ROVER; HENRIQUES, 2006, p. 130).

Dentre os outros motivos que Rover e Henriques (2006) destacam como dificultadores da participação da população mais necessitada estão os relacionados à comodidade do trabalho técnico, visto que o não atendimento desse público garante a contratação de mais projetos bem como uma boa execução material e financeira relativa aos objetivos propostos, o que seria dificultado caso tivessem que se concentrar num trabalho de formação e organização de base. Outra explicação seria a ligação das Associações de Desenvolvimento Local¹⁶ (ADL) com as autarquias locais, o que acarreta no atendimento apenas dos projetos ligados aos grupos políticos e econômicos dominantes e como consequência da população escolhida por eles.

A partir desses apontamentos, pode-se observar que os problemas referentes à participação dos grupos sociais mais necessitados nos projetos de desenvolvimentos se assemelham aos entraves encontrados no PRONAF, no

¹⁶ As Associações de Desenvolvimento Local são as institucionalidades locais de articulação e integração interorganizacional e interinstitucional. Elas seriam, em tese, as instâncias institucionais de gestão coordenada do desenvolvimento local (ROVER; HENRIQUES, 2006).

Brasil. A população mais necessitada não consegue participar na elaboração dos projetos e acaba por ser menos beneficiada, fato que não permite que o desenvolvimento rural seja abrangente. Assim, a inserção da população mais pobre ainda é um desafio para as políticas de desenvolvimento rural na União Europeia e também no Brasil.

A partir de 2007, o LEADER foi incorporado aos programas de desenvolvimento rural de cada Estado-Membro da União Europeia, sendo financiado pelo FEADER e pelo orçamento de cada país. No caso de Portugal foi incorporado ao Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER). Segundo Neves Neto e Hespanhol (2014), o principal objetivo do PRODER é elevar a competitividade dos setores agrícolas e florestal, dinamizar economicamente e socialmente os espaços rurais e promover a sustentabilidade dos mesmos. Assim, prioriza boa parte dos recursos financeiros para a agricultura tradicional enquanto a iniciativa do LEADER representa apenas um eixo de um subprograma do PRODER que constitui na dinamização do espaço rural. Nesse sentido, como afirma os autores, embora houveram avanços ainda continua o predomínio de recursos para os espaços mais desenvolvidas e para as atividades agrícolas.

De forma geral, observa-se que o modelo de desenvolvimento rural com base na perspectiva territorial do Brasil seguiu o modelo de desenvolvimento realizado na união Europeia. Principalmente porque, como afirmam Gesthi e Silva (2016), em estudo sobre a transferência da abordagem territorial do LEADER para o contexto latino-americano, a América Latina serviu como “terreno fértil” para a experimentação do enfoque territorial do desenvolvimento rural, embora essa transferência tenha ocorrido de forma diferenciada em cada contexto nacional.

Na América Latina, em especial na Argentina, os desafios do enfoque

territorial nas políticas de desenvolvimento rural se iniciam com base na experiência Europeia, a partir dos anos 2000. Essas políticas tiveram como objetivos, assim como na Europa, valorizar os atributos específicos de cada território rural e reequilibrar os espaços rurais marginalizados.

Um dos programas que se destacaram foi o “*Programa Nacional de Apoyo al Desarrollo de los Territorios*” (PNADT) na Argentina. Iniciado em 2006, o PNADT é conduzido pelo *Instituto Nacional de Tecnología Agropecuária* (INTA) do *Ministerio de Agricultura, Ganadería y Pesca* e tem como objetivo, apoiar o desenvolvimento dos atores do sistema Agroalimentar, fortalecer as capacidades do INTA na gestão das estratégias de intervenção no território com busca na melhoria da competitividade local e regional, no âmbito da equidade social e sustentabilidade ambiental (INTA, 2006 apud DI FILIPPO, 2008).

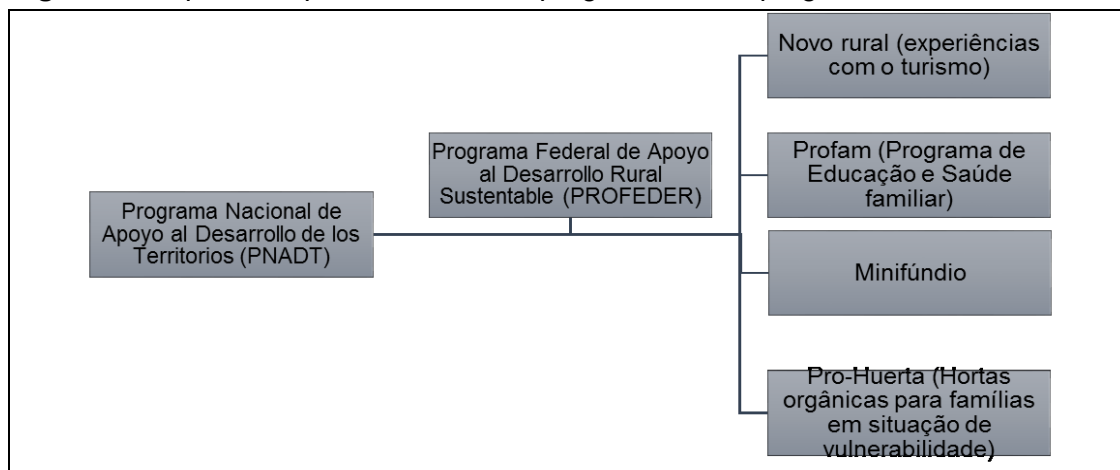
De esta manera, en sus líneas de acción el PNADT enfatiza “la articulación de la investigación aplicada, la experimentación, la capacitación y la transferencia de tecnologías productivas y organizacionales, a fin de promover y contribuir a la innovación para el desarrollo rural con enfoque territorial. (INTA, 2006 apud DI FILIPPO, 2008, p. 7).

Outrossim, o Programa adota a estratégia de inovação científica, tecnológica, organizacional e institucional como um de seus eixos centrais para o desenvolvimento econômico e social, assim como valoriza as novas formas de informação, comunicação e financiamento no apoio à reconstrução dos territórios rurais. O PNADT busca além da melhoria na qualidade e quantidade da produção, a consolidação de processos da organização social.

Dentre os componentes desse programa destacam-se o Programa Federal de Apoyo al Desarrollo Rural Sustentable (ProFeder), que propõem

estratégias de trabalho para grupos de produtores rurais articulando com outros subprogramas, como demonstra a Figura 2.

Figura 2: Esquema explicativo sobre os programas e subprogramas do INTA - 2014



Fonte: Kronenberger e Guedes (2014)

Essa articulação e integração das estratégias tem como objetivo otimizar a capacidade de acompanhamento pelas equipes gestoras dos processos de desenvolvimento, readequando táticas quando necessário e criando nova alternativas e linhas de ação. Além disso, a divisão do PNADT em subprogramas, permite aplicar estratégias e metodologias diferenciadas segundo os objetivos da população (Foto 2).

Foto 2: Argentina: entrega de kits pelo INTA para implantação de hortas orgânicas familiares - 2011



Fonte: <http://www.noticiasmercedinas.com>. Acesso em: out. 2016

Kronenberger e Guedes (2014) acrescentam que o enfoque do PNADT é propiciar a inovação tecnológica e organizacional dos atores sociais pertencentes ao território com ações direcionadas para o fortalecimento da competitividade dos produtores e da inclusão produtiva, características que diferenciam políticas públicas brasileiras como o PRONAT e O Territórios da Cidadania que são mais voltadas para a superação da pobreza e das desigualdades sociais.

Apesar de algumas diferenças e transformações, as políticas de desenvolvimento rural com a abordagem territorial da América Latina receberam influência de programas e instituições de países da União Europeia bem como uma territorialidade emergente das próprias condições endógenas. Há também, a transferência de modelos de políticas e programas entre os próprios países latino americanos.

As diferentes necessidades de cada país levaram a readaptações e

mudanças de enfoque dessa abordagem, no entanto a base dessas políticas continuam sendo o território, compreendido como uma construção social e não como um mero suporte geográfico. Para compreender a inserção o Brasil nessas políticas de viés territorial, serão discutidas as seguir, alguns dos principais programas criados para o desenvolvimento do espaço rural e como eles têm contribuído para a erradicação da pobreza rural.

2.3 Políticas de desenvolvimento do espaço rural brasileiro: da realidade à utopia

A condição histórica do rural brasileiro foi marcada pela hegemonia da grande propriedade sobre a pequena, esta última, relegada à subalternidade e ao esquecimento nas políticas públicas. A ação do Estado no espaço rural brasileiro por meio de políticas públicas e programas voltados à população mais pobre e aos pequenos produtores rurais, em busca da diminuição da pobreza e à inclusão social, é algo recente, com início em meados dos anos de 1990. Nesse momento, além de programas específicos para o território rural instituídos pelo MDA, criou-se também a Secretaria de desenvolvimento territorial no âmbito no âmbito desse ministério.

Segundo, Maluf (2015), atualmente, há um conjunto amplo e variado de políticas públicas voltadas ao rural brasileiro, tanto pelo aumento de ações e políticas do Estado, principalmente dirigidas à agricultura familiar e pela promoção da segurança alimentar e sustentabilidade, quanto pelos avanços ocorridos na democracia brasileira, os quais influenciaram a participação da sociedade civil nas discussões sobre o desenvolvimento.

Esses avanços levaram a uma maior valorização da agricultura familiar, que se constitui na produção em pequena escala voltada à produção de alimentos, em detrimento da agricultura patronal caracterizada pela produção em grande escala direcionada ao mercado; esta última, representou por muitos anos a prioridade das ações do Estado. As ações em torno da agricultura familiar, nas últimas décadas, refletiram o fracasso que o modelo de agricultura patronal provocou em termos de desenvolvimento das áreas rurais.

Como exemplo dessas novas ações para o espaço rurais, se destaca o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS), criado em 2013 a partir de amplos processos de debates realizados durante a 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CNDRSS) ao longo de 2013.

Dentre seus principais objetivos e estratégias se destacam: a) assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia; b) promover a reforma agrária e c) adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação inter-federativa; dentre outras que vão desde a busca pela maior participação social nas avaliações de políticas públicas até promover a autonomia das mulheres e de jovens rurais.

De forma geral, as políticas públicas direcionadas ao rural, no Brasil, compreendem-se em políticas agrícolas e agrárias, voltadas ao incentivo da pequena produção familiar e ao acesso e distribuição de terras; políticas sociais e de segurança alimentar com transferência de rendas, subsídios técnicos e de infraestrutura para produtores rurais de baixa renda e segurança alimentar; e por

fim, as políticas de desenvolvimento territorial rural, as quais propuseram a descentralização do poder público, a criação de conselhos municipais em busca de maior participação social nas tomadas de decisões e o abandono da perspectiva setorial do rural. No Quadro 2, é possível observar a síntese das principais políticas brasileiras voltadas ao desenvolvimento rural no período atual.

Além das políticas já apresentadas, em especial aos segmentos socioprodutivos do público da agricultura familiar, é importante acrescentar a institucionalização de políticas públicas direcionadas à autonomia das mulheres rurais com base no fortalecimento da organização produtiva e na garantia de direitos econômicos e sociais; aos povos e comunidades tradicionais¹⁷ com vistas a compreensão de sua lógica coletiva de organização, produção e dinâmica social e de suas referências culturais específicas; à juventude rural com foco na promoção de sua autonomia e emancipação embora com pouca representatividade e visibilidade perante à demais políticas para o desenvolvimento rural (PNDRSS, 2013).

¹⁷ De acordo com a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), são considerados Povos e Comunidades Tradicionais (PCT) os povos indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais, povos de terreiro, fundo de pasto, ciganos, faxinalenses, pantaneiros, pomeranos, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, ribeirinhos, caiçaras, praieiros, sertanejos, jangadeiros, açorianos, campeiros, varjeiros, geraizeiros, caatingueiros, barranqueiros, catadoras de mangaba, andirobeiras, morroquianos, vazanteiros, apanhadores de flores sempre-vivas, cipozeiros, isqueiras, retireiros, veredeiros, piaçaveiros e ilhéus, entre outros. (PNDRSS, 2013)

Quadro 2: Brasil: síntese das principais políticas públicas atuais voltadas ao desenvolvimento rural - 2016

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL			
Políticas agrícolas	PRONAF (1996) Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar.	PNATER (2003) Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural	SEAF (2006) Seguro da Agricultura Familiar
Objetivo	Contribuir para a capitalização e o acesso dos agricultores familiares “em transição” aos mercados, tornando-os consolidados.	Promover a melhoria das condições de vida da população rural e apoiar o processo de modernização da agricultura.	Segurar a produção de agricultores familiares que acessam o custeio agrícola vinculado ao PRONAF
Políticas agrárias	PRONERA (1998) Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária	PNCF (2003) Programa Nacional de Crédito Fundiário	PNRA (2003) Programa Nacional de Reforma Agrária
Objetivo	Propor e apoiar projetos de educação voltados para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária.	Oferecer condições para que os trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra possam comprar um imóvel rural por meio de um financiamento.	Melhorar a distribuição da terra, para atender os princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção.
Políticas sociais	PBF (2003) Programa Bolsa família	PNHR (2009) Programa Nacional de Habitação Rural	-
Objetivo	Transferir renda às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza de modo a superar a situação de vulnerabilidade e pobreza.	Subsidiar a construção e reforma/ampliação de unidades habitacionais para os agricultores familiares de baixa renda.	-
Políticas de segurança alimentar e nutricional	PNAE (1983) Plano Nacional de Alimentação Escolar	PAA (2003) Programa de aquisição de Alimentos	PCA (2003) Programa Cartão Alimentação
Objetivo	Suprir parcialmente as necessidades nutricionais dos alunos beneficiários, através da oferta de no mínimo uma refeição diária, visando atender os requisitos nutricionais referentes ao período em que este se encontra na escola.	Favorecer a compra direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, promovendo a agregação de valor à produção.	Fornecer crédito para as famílias que não dispõem de renda suficiente para a aquisição do mínimo necessário para sua alimentação
Políticas de desenvolvimento territorial	PRONAT (2003) Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais	PTR (2003) Programa Territórios Rurais	PTC (2008) Programa Territórios da Cidadania
Objetivo	Promover o planejamento, a implementação e a autogestão do processo de desenvolvimento sustentável em ampla gama de territórios rurais	Dinamizar as localidades mais empobrecidas, com apoio e incentivo na organização dos sujeitos locais e o fortalecimento institucional por meio da gestão participativa.	Promover o desenvolvimento econômico local e regional e universalizar programas básicos de cidadania por meio da integração de ações dos governos Federal, estaduais e municipais, com participação da sociedade civil

Fonte: Schneider e Grisa (2015); MDA (2016). Org.: Mesquita, A. P. (2016).

Quanto as políticas agrícolas, a política nacional para o desenvolvimento rural voltada a Agricultura Familiar iniciou-se em meados de 1990 e nos anos de 2000 tornou-se uma política efetiva e integrada. Pode-se considerar que a criação do Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura familiar (PRONAF) em 1996 foi o marco principal da ação do Estado em apoio à pequena produção.

O PRONAF é uma política que abrange todo o território nacional e tem como objetivo desenvolver o espaço rural Brasileiro por meio da oferta de créditos para produtores familiares e assentados da reforma agrária, como os destinados à melhoria nas infraestruturas dos municípios com significativa presença do agrário. Quanto à execução dessa política, esta ocorre de forma descentralizada e concebe um esquema de gestão onde estados e municípios são co-gestores do programa por meio dos seus Conselhos Municipais e Estaduais de Desenvolvimento Rural, fato que permite a priorização das demandas locais.

Segundo Cedro (2011, p. 53), o PRONAF foi uma resposta governamental a um “conjunto de amplas reivindicações realizadas por parte da sociedade civil, e especialmente pelas entidades ligadas aos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Esse programa foi dividido em quatro eixos de ação, a saber: a) negociação e articulação de políticas públicas; b) instalação e melhoria de infraestrutura e serviços nos municípios; c) financiamento da produção da agricultura familiar (custeio e investimento); e d) capacitação e profissionalização de agricultores familiares e técnicos, sendo que a linha de créditos para a produção foi a mais relevante em termos de abrangência.

Um dos principais problemas enfrentados pelo Programa quanto aos resultados satisfatórios referentes à diminuição da pobreza e das desigualdades no campo, está relacionado ao modelo de agricultura que representa, ou seja, o

PRONAF não conseguiu desvincular, de forma integral, do padrão convencional ligado à lógica setorial e produtivista. Ao privilegiar a pequena empresa familiar, o Pronaf deixou de lado a diversificação das atividades e fontes de renda das unidades de produção e financiou apenas a produção familiar voltada ao mercado com a produção de monoculturas, fato que gera a competitividade entre os agricultores. Sobre o tema, Aquino e Schneider (2015, p.76) acrescentam:

[...] os subsídios especiais embutidos nos recursos do Pronaf não estão sendo distribuídos de forma equitativa entre as diferentes categorias de agricultores familiares brasileiros. Uma análise pormenorizada dos beneficiários que acessam o crédito assim como a finalidade a que se destina, revela que ao longo de sua trajetória de quase duas décadas, o Pronaf foi se inclinando para um certo tipo de agricultor familiar, que se situa nas regiões sul e sudeste do Brasil e está fortemente dedicado à produção de *commodities*. A maioria dos agricultores familiares do Brasil, no entanto, fica a margem e não é contemplada, malgrado os esforços e mesmo o discurso em torno da necessidade de desconcentração do programa.

É evidente a importância que o Pronaf teve e tem para o desenvolvimento rural e para a melhoria das condições de vida do seguimento dos agricultores familiares. No entanto, voltamos mais uma vez sobre a questão: para quem esses programas são voltados? Como foi visto, nem todas as famílias são atendidas, fato que instiga uma mudança na estrutura dessas políticas para que busquem um desenvolvimento pautado na equidade social, na valorização do meio ambiente e na compatibilização da produção da riqueza. Houve sim um avanço na melhoria da qualidade de vida no rural Brasileiro, embora não seja o ideal, por isso, é importante analisar as principais falhas para a partir disso, propor políticas que visem um crescimento qualitativo para toda a população rural, sem distinção econômica, social e cultural.

Outro programa voltado ao desenvolvimento do território rural foi o

Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) criado em 2003 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e tem como objetivo, “promover e apoiar iniciativas das institucionalidades representativas dos Territórios Rurais¹⁸ que objetivem o incremento sustentável dos níveis de qualidade de vida da população rural (MDA/SDT, 2005, p. 7).

Esse Programa tem origem à luz das políticas territoriais que estavam e desenvolvimento na Europa e em outros países da América Latina como a Argentina. De forma regulamentada, o PRONAT começou a operar em 2005 por meio de uma Portaria (Nº 5, de 18/07/2005) emitida pela SDT que reconhece a seleção, alteração e administração de territórios rurais e garante suporte legal para os Territórios da Cidadania (TC), programa adicional que começou a ser efetivamente executado em 2008 (DELGADO; LEITE, 2013).

O PRONAT é originário de uma das linhas de ação do PRONAF, chamada Pronaf Infraestrutura e Serviços Municipais em atuação até 2002. Se diferencia dessa última pela opção de uma institucionalidade política por meio do conceito de território que visava a representação dos interesses sociais, econômicos e políticos centrados na agricultura familiar, além de prever a coordenação e a articulação de grupos de municípios em torno de uma estratégia comum. Dentre as estratégias desse programa está a gestão social dos territórios rurais; o fortalecimento do capital social; a dinamização das economias territoriais e a articulação interinstitucional. O Programa pauta-se na descentralização das

¹⁸ Segundo informações do MDA (2008, p. 2), um território rural se define por sua identidade social econômica e cultural com os seguintes requisitos: conjunto de municípios com até 50 mil habitantes; densidade populacional menor que 80 habitantes/Km²; organizados em territórios rurais de identidade; integrados com os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consad), do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e/ou Mesorregiões, do Ministério da Integração Nacional (MI).

políticas públicas e no empoderamento dos atores locais.

Segundo Torrens (2007), a mudança da concepção local – municipal - do Pronaf infraestrutura para um foco territorial e de abrangência institucional do PRONAT, gerou uma falta de interesse por parte dos poderes municipais em viabilizar o acesso a esses recursos públicos, visto que nessa nova modalidade se prevalecia a abordagem territorial do desenvolvimento, e não uma visão municipalizada. A Secretaria de Desenvolvimento Territorial considera o território como:

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (MDA, 2005, p. 28).

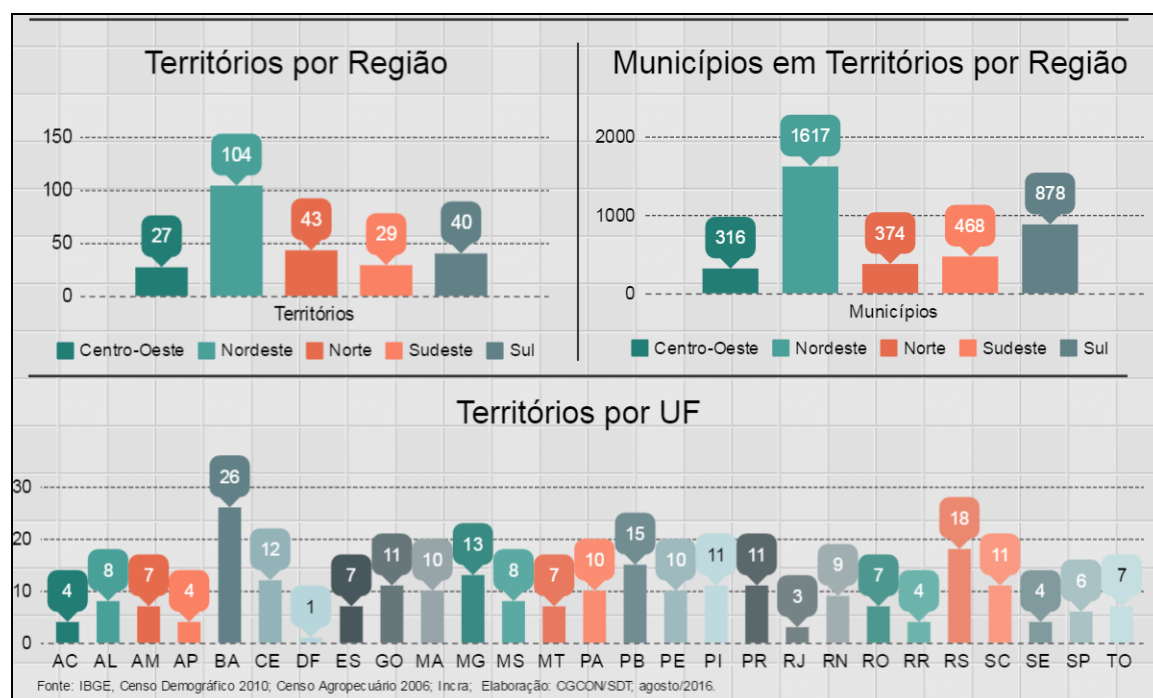
Assim, os projetos passariam a beneficiar as demandas de uma base mais ampla e a exigir dos representantes de cada território, capacidade de discussão e negociação de propostas com instituições governamentais e organizações da sociedade civil. Esses territórios de início, foram reunidos a partir das identidades regionais, critérios de ruralidade, densidade e quantitativo populacional em que se predominasse a agricultura familiar que mais tarde, em 2003, deram origem ao programa Territórios Rurais.

De acordo com Siqueira (2014), em estudo sobre as políticas públicas no Brasil, o programa Territórios Rurais nasceu com a intensão de dinamizar as localidades mais empobrecidas, apoiando e incentivando a organização dos sujeitos locais e o fortalecimento institucional por meio da gestão participativa. Para

isso, o programa foi implantado em áreas economicamente mais frágeis, em que a população historicamente esquecida pelas políticas públicas, como os agricultores familiares e as comunidades tradicionais pudessem ser priorizadas.

A ideia e Territórios rurais se centrava na perspectiva de que vários municípios unidos teriam mais forças para promover o desenvolvimento em relação à um pequeno município isolado, segundo Ortega (2008). Nesse sentido, os recursos deixariam de ser destinados a um único município, mas sim para projetos com o objetivo de promover o desenvolvimento do território. Segundo dados do MDA/NEDET, em 2016 havia no Brasil um total de 243 Territórios rurais contabilizando mais de 3.653 municípios (65% dos municípios), conforme visto na Figura 3.

Figura 3: Brasil: Território Rurais por região e municípios - 2016

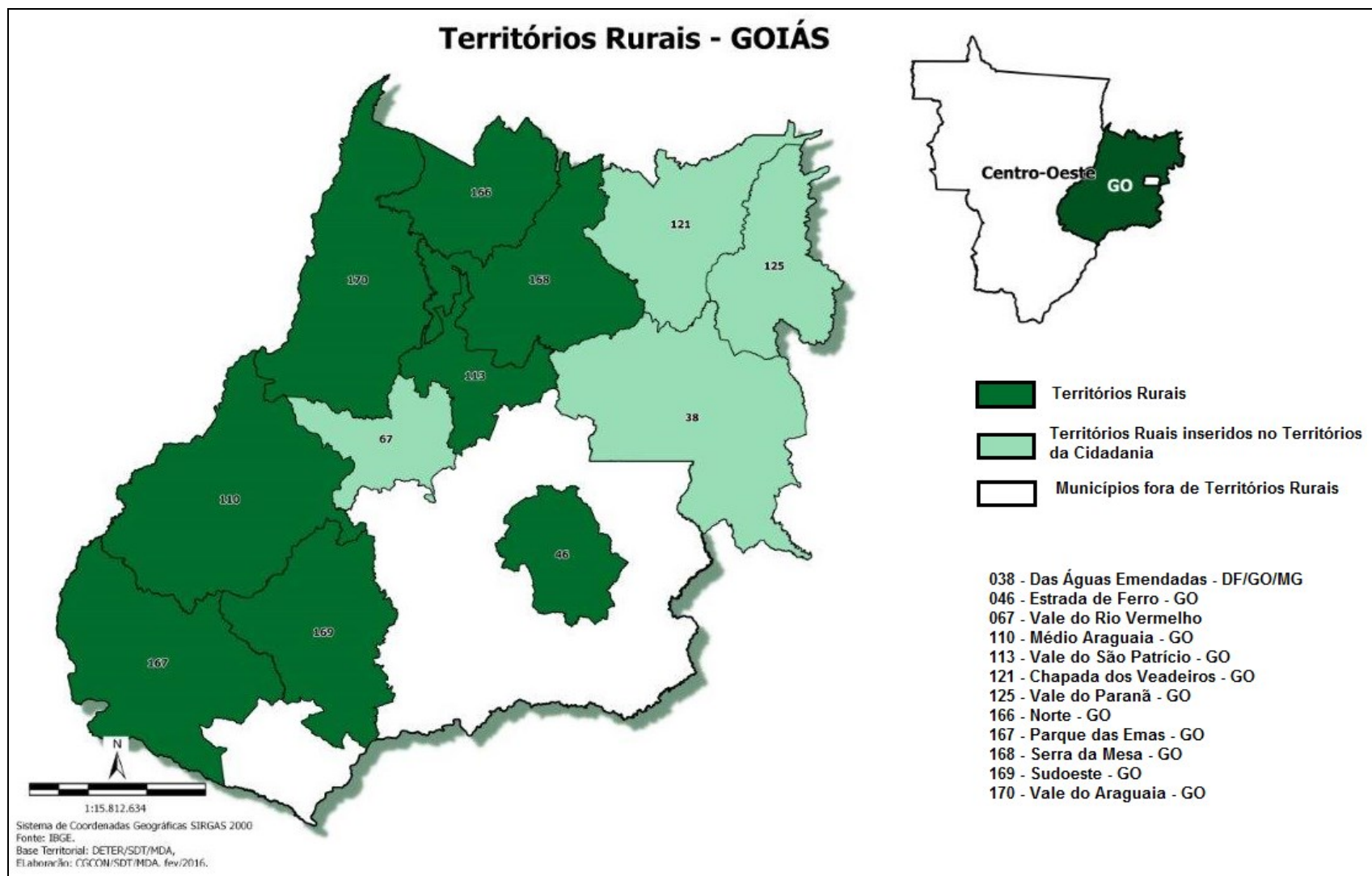


Fonte: NEDET (2016)

Como observado, os municípios mais contemplados pelo programa correspondem às regiões do Nordeste e Norte respectivamente, sendo a Bahia o estado com o maior número de Territórios Rurais. A presença do Programa nesses estados, consiste na presença de famílias em situações mais frágeis com uma economia agrícola de base familiar precária. Ademais, essas famílias, ao longo dos anos, já foram excluídas de diversos programas e políticas públicas brasileiras, principalmente porque eram ações voltadas à grande produção que, em maior ou menor intensidade, contribuíram para aumentar a pobreza nessas regiões e como consequência, as diferenças regionais.

É comum observar que as regiões mais necessitadas de recursos são as menos atendidas pelas políticas públicas, primeiro porque há pouco conhecimento da população envolvida sobre a elaboração e ação desses programas, segundo pelo pouco interesse, por parte dos gestores públicos em transmitir informações e garantir a participação de grupos locais na elaboração e aplicação dessas políticas. No estado de Goiás, há 11 Territórios Rurais como o Território da Chapada dos Veadeiros e do Vale do Araguaia, dentre outros como apresentado na Figura 4.

Figura 4: Goiás: Territórios Rurais do Estado - 2016



Fonte: NEDET (2016)

Assim como os outros municípios pertencentes aos Territórios Rurais, em Goiás, encontra-se regiões com décadas de estagnação e decadência econômica e populacional, principalmente pela reordenação do espaço após a mudança da capital do Estado para Goiânia e a construção da nova capital do Brasil. Outros fatores também contribuíram para essas questões como a queda na produção agrícola, do café e a expansão da agricultura moderna em outras regiões. Como exemplo desse declínio econômico e populacional, temos alguns municípios, hoje pertencentes ao Território da Estrada de Ferro, primeiro a ser criado em Goiás, que tiveram boa parte de sua população migrando para a nova capital federal (SILVA, 2014).

Apesar dessa nova abordagem territorial para as políticas públicas rurais buscarem diminuir os problemas acima relacionados, com vistas a incentivar a participação dos sujeitos, são encontrados vários entraves. Além da pouca representatividade dos seguimentos da agricultura familiar local nos fóruns ou colegiados para elaboração de projetos articulados com as necessidades dessa população, a escassez de recursos disponibilizados pelo Governo e o mascaramento dos conflitos existentes no território representam questões que ainda devem ser superadas.

Além disso, há a tentativa, por parte desses programas, de uma homogeneização dos municípios pertencentes aos Territórios Rurais, para que se possa aplicar, de forma prática e eficiente os mesmos planos de ação. Essa perspectiva desconsidera a complexidade e a multiplicidade de funções do espaço rural e as características territoriais e regionais, principalmente ao tratar do território Brasileiro em que os interesses e conflitos são distintos, se não, contraditórios.

Por outro lado, os avanços obtidos a partir da implantação das políticas

territoriais resultaram na oportunidade, embora ainda insuficiente, de uma maior participação social dos atores envolvidos no processo, além de permitir, como afirmaram Delgado e Leite (2013), por meio da criação dos Territórios, o estabelecimento de condições necessárias para a instauração de diálogos entre os diferentes autores locais que até então eram inexistentes o que de certa forma, aumenta a capacidade dos sujeitos na intervenção da realidade com a socialização de estratégias de luta por meio de uma formação política.

Durante o processo de identificação dos Territórios Rurais, observou-se que haviam alguns que apresentavam maior grau de fragilidade e vulnerabilidade econômica e social em relação a outros, assim, foi criado, pelo Governo Federal em 2008, o Programa Territórios da Cidadania (PTC) que visa atender os territórios mais carentes em relação ao acesso de serviços básicos.

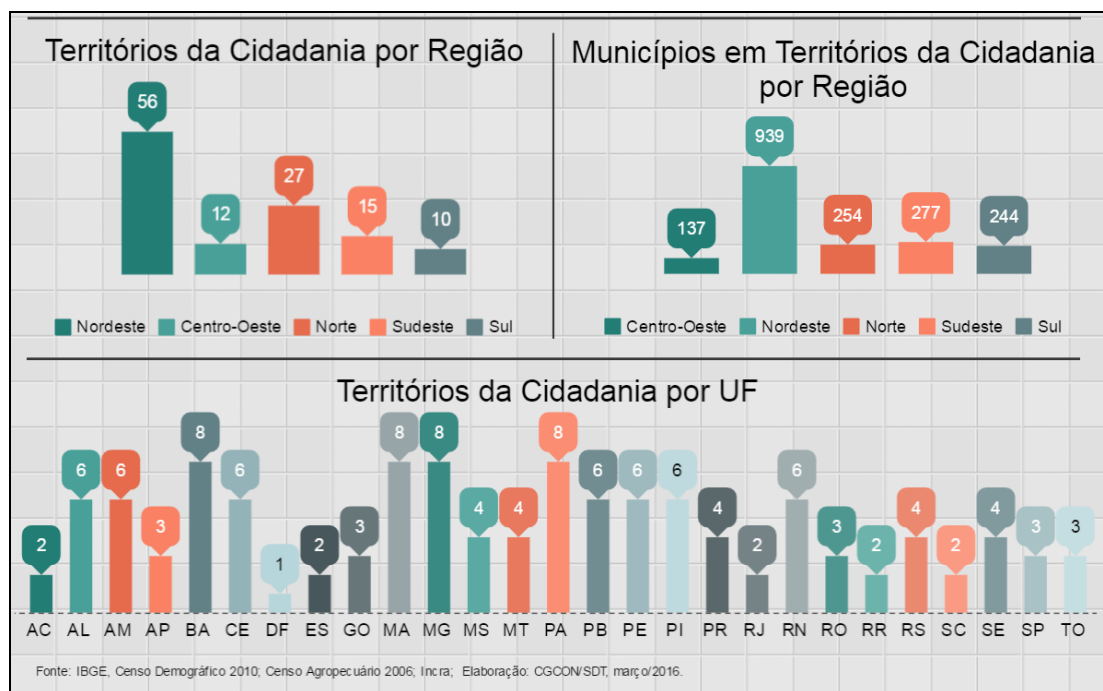
Segundo Delgado e Leite (2013), esse programa tem o mesmo referencial conceitual dos Territórios Rurais, visto que os Territórios da Cidadania foram selecionados a partir do conjunto desses primeiros, a partir de critérios como acesso aos serviços básicos, índices de estagnação na geração de renda e carência de políticas integradas e sustentáveis para autonomia economia a médio prazo.

O Territórios da Cidadania é uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais voltado às regiões do país que mais precisam, com objetivo de levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania. Trabalha com base na integração das ações do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, em um plano desenvolvido em cada território, com a participação da sociedade. Em cada território, um Conselho Territorial composto pelas três esferas governamentais e pela sociedade determinará um plano de desenvolvimento e uma agenda pactuada de ações. (MDA, 2008, p. 2).

Um dos pontos mais importantes dessa política é essa integração entre as esferas do governo Estadual, Federal e Municipal, sendo estabelecida por um Comitê Gestor Nacional (coordenação executiva geral do MDA), Comitês de Articulação Estadual (articulam órgãos federais, estaduais e representações das prefeituras dos municípios envolvidos nos territórios) e por Colegiados Estaduais (representantes das três esferas do governo e da sociedade em cada território).

A participação de diferentes Ministérios na organização das políticas territoriais permite diálogos entre estes e a possibilidade de levar problemas referente ao campo ocuparem as agendas não somente do MDA, mas de todo seguimento do governo. Essa articulação das esferas governamentais permite maior captação de recursos além de facilitar um planejamento integrado entre os atores locais e o poder público. O Programa está presente em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal cobrindo 120 territórios (Figura 5) os quais abrigam 1.851 municípios (33% do total de municípios brasileiros) (NEDET, 2016). A gestão do programa é feita, atualmente por 22 ministérios que colaboram institucionalmente para a sua implementação.

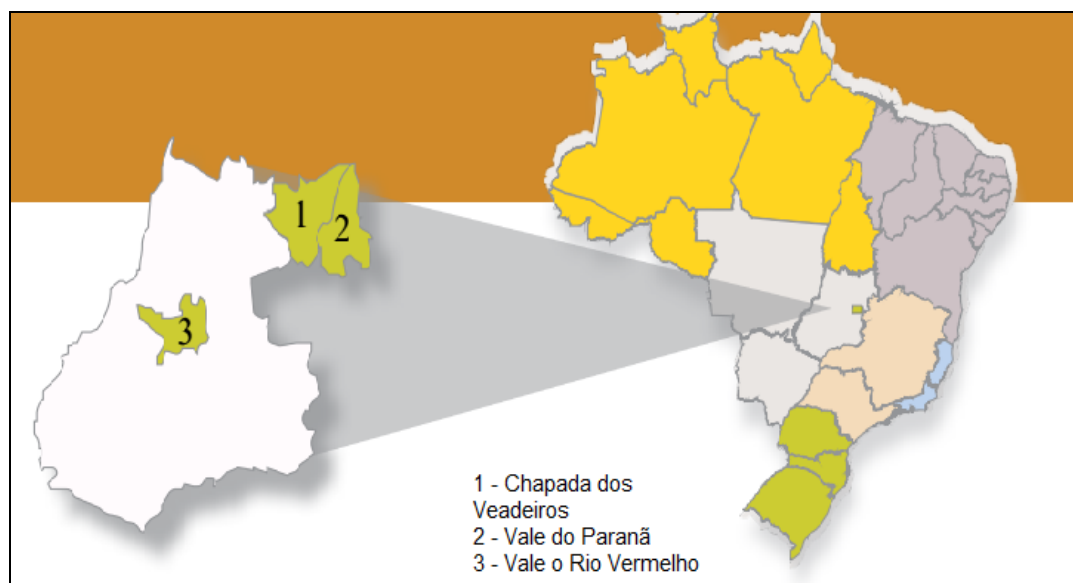
Figura 5: Brasil: Território da Cidadania por região e municípios - 2016



Fonte: NEDET (2016)

Em Goiás, atualmente, estão em desenvolvimento três territórios da cidadania (Figura 6): Território da Chapada dos Veadeiros; Território do Vale do Paranã e Território do Vale do Rio Vermelho.

Figura 6: Goiás: Territórios da Cidadania – 2013



Fonte: Territórios da Cidadania/MDA (2013)

O PTC em Goiás abrange os municípios com maior fragilidade econômica e com grande parcela de participantes no Programa Bolsa Família e Assentados da Reforma Agrária e representa os municípios com o menor índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do Estado. Esses territórios abrangem 16.421 agricultores familiares, 5.881 famílias assentadas, sete comunidades quilombolas e uma terra indígena, como pode ser observada na Tabela 2 abaixo (MDA, 2013).

Tabela 2 – Goiás: dados dos Territórios da Cidadania -2013

Territórios da cidadania	Nº de municípios abrangidos	IDHM (médio) ¹⁹	População total do território (hab.)	População rural (hab.)	Agricultores familiares	Famílias assentadas	Comunidades quilombolas	Terras indígenas
Território da Chapada dos Veadeiros	8 municípios	0,68.	62.656	20.546	3.347	1.412	6	1
Território do Vale do Paranã	12 municípios	0,67	107.305	38.088	5.787	3.389	1	-
Território do Vale do Rio Vermelho	16 municípios	0,74	156.393	33.059	7.287	1.080	-	-

Fonte: Territórios da Cidadania/MDA (2013). Org. Mesquita, A. P. (2016)

O Territórios da Cidadania é um programa recente e que ainda se encontra em fase ativa, no entanto já é possível destacar alguns problemas enfrentados. Siqueira (2014) afirma que a participação ativa dos agentes locais na elaboração dos programas e ações e a dificuldade de acesso aos créditos pelos agricultores familiares, seja por inadimplência dos municípios ou por falta de

¹⁹ O IDH do Estado de Goiás de 2013 era de 0,735. (ATLAS BRASIL, 2013)

informação por parte dos agricultores representa uma questão a ser superada visto que esses recursos são fundamentais para o desenvolvimento das famílias no campo.

Corroborando com a afirmações, Miederle (2014), em estudo sobre as políticas públicas territoriais, considera que a dificuldade de articulação entre os diversos ministérios foi um dos entraves, visto que a tentativa de expandir o escopo de ação para além do universo rural mostrou resultados pouco evidentes, principalmente pela dificuldade em articular políticas abrangentes com efetivo engajamento dos diversos ministérios. Ainda segundo o autor, a dificuldade na transferência de recursos públicos pelas organizações da sociedade civil também foram obstáculos para as inovações projetadas nesse modelo de gestão territorial.

Quanto aos ganhos já verificados desse programa, Cavalcanti et al. (2014), considera como de natureza social e política, visto que o PTC trouxe acesso às informações às comunidades e seus representantes das quais, anteriormente, não se tinha conhecimento bem como permitiu maior controle sobre as decisões e assuntos que afetam as comunidades e sobre a realização das ações decididas. Os autores complementam:

A atenção dada à própria visão dos atores locais nos convida a tomar consciência da complexidade das dinâmicas em jogo dentro de um programa como o PTC e a prestar mais atenção aos aspectos qualitativos, que não se deixam apreender por meio de critérios factuais e operacionais, mas permitem perceber movimentos ainda discretos que podem desembocar, a longo prazo, em mudanças das bases de funcionamento, sociais e políticas, do mundo rural, criando novas condições propícias para um desenvolvimento sustentável e equitativo. (CAVALCANTI et al., 2014, p. 233)

Ao analisarmos algumas das principais políticas públicas e programas

desenvolvidos no território rural voltados ao pequeno produtor e à população mais carente, observa-se que de forma geral, os problemas apresentados por esses programas têm a mesma base: não conseguem beneficiar à toda a população rural, fato que não suprime as desigualdades no campo. Apesar do avanço em relação ao atendimento de uma parcela importante dos territórios rurais e propiciar a estes, maior inserção em circuitos comerciais deve-se considerar a competição gerada por esse processo entre os pequenos agricultores o que desencadeia, como um círculo vicioso, o aumento das desigualdades dentro do grupo de pequenos produtores rurais.

Além disso, embora a perspectiva territorial busque integrar os territórios com características econômicas e sociais semelhantes com vistas a uma maior integração dos espaços rurais é importante considerar a dinamicidade e a complexidade dessas áreas que, na maioria das vezes apresentam interesses diferenciados e necessidades convergentes, fato que não permite que sejam encaixadas em um único modelo de desenvolvimento.

A partir desses apontamentos, a seção que se segue apresenta o processo de formação socioeconômica do território rural goiano e como esse processo reflete na atual estrutura e dinâmica desse espaço, promovendo significativas diferenças regionais, não apenas econômicas, mas também sociais e culturais, desde o seu processo de formação, até os dias atuais.

		
		
		
	SEÇÃO III	
		
		
		

SEÇÃO III

A FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA E ESPACIAL DO RURAL GOIANO: das constituições do passado e suas influências no presente

A construção discursiva sobre o sertão espelha a maneira como ele é pensado e uma maneira específica de “ver” o mundo. O olhar, o ato de contemplar a natureza, não é uma atitude natural. Pelo contrário, ele é resultante de uma instituição da cultura que inventou esta contemplação e lhe deu uma significação e um valor. Ora, partindo do pressuposto de que as culturas são diversas, no tempo e no espaço, a contemplação reveste-se, pois, desta pluralidade do olhar.

Almeida (1998)

O processo de colonização e ocupação do território Goiano reflete a formação socioespacial que se tem nos dias de hoje. Um espaço marcado pela economia agrícola voltada à grande produção e exportação, entremeada por segmentos de pequenos produtores e camponeses que buscam se reproduzir em meio ‘aos cercos’ da agricultura patronal. Quanto ao urbano, esse é caracterizado desde grandes aglomerações que se desenvolveram com fins políticos e administrativos até pequenas cidades e distritos rurais inseridos na economia e no modo de vida rural.

As características geoambientais do Estado como relevo, recursos hídricos, solo, clima, vegetação, também foram preponderantes para a formação da atual sociedade goiana, desde a produção agrícola tradicional que ocupava as áreas úmidas e férteis nas várzeas dos rios, até a modernização da agricultura com a expulsão das famílias do campo e a devastação ambiental, deixando marcas no presente, nas populações tradicionais e na paisagem goiana.

As transformações políticas, econômicas e sociais que acontecerem no Brasil e fora dele, ditaram as características do atual espaço rural de Goiás, marcado pelas expressões passadas, mas, também, reflexo das intervenções do presente. Na busca em compreender esse processo de formação socioterritorial de Goiás e suas influências na configuração do rural e no modo de vida de sua população, foram utilizados autores como: Bertran (1988); Pessoa (1988); Mendonça (2004); Mendes (2005); dentre outros, os quais por meio de seus conhecimentos teóricos e empíricos, forneceram a base para o reconhecimento da complexa realidade do espaço rural de Goiás.

A seção que se segue foi dividida em três partes: de início buscou-se apresentar o processo histórico de formação socioterritorial de Goiás e como essas 'fases' influenciaram a estrutura agrária e espacial que temos hoje. A segunda parte, retrata as diferenciações e desigualdades regionais do Estado derivadas, em grande parte, pelas diferentes estratégias e investimentos por parte dos governos. Em sequência, apresentou-se algumas características socioeconômicas da Mesorregião do Sul Goiano e seu destaque no país como região produtora de grãos.

3.1 Ouro, boi e trator: o retrato do rural Goiano

“Todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo ‘sentido’. Este se percebe não nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo.”

Prado Júnior (2011)

A formação do território goiano pode ser dividida em fases que vão desde

o processo de povoamento, até a modernização da agricultura; de uma economia mineradora à uma economia de exportação agropecuária. Fases estas, que se sobrepõem umas às outras embora não apaguem as marcas da anterior e se encarregam de contar, pela história escrita e vivida, a construção de um território que é caracterizado por marcantes diferenças regionais e uma complexa trajetória de constituição.

Apreender o processo de formação e construção do espaço Goiano nos dá as chaves da compressão do território rural que temos hoje, principalmente, porque a estrutura social e política que se realiza atualmente foi determinada por esse processo inicial de constituição, desde a má distribuição de terras e a exploração da população nativa, até a visão estereotipada do sertão Goiano²⁰ e da sua população que se materializa, ainda nos dias de hoje, em dois rurais, o da agricultura patronal e da agricultura familiar. Dois rurais que se opõem na paisagem,

É importante considerar que, embora as condições endógenas sejam preponderantes, seja da região ou do país, o contexto externo, e seus interesses também têm papel fundamental na construção do espaço. Assim, cada período ou fase relacionada a fatores internos ou externos, contribuiu para a construção socioespacial de Goiás, com o modelo de desenvolvimento que temos hoje e com os problemas e entraves estruturais enfrentados pela sociedade Goiana, principalmente a rural.

Ao estudar os processos de transformação socioespaciais de Goiás, Mendes (2005) considera alguns fatores que contribuíram para a compreensão do

²⁰ Ver ALMEIDA, M. G. de. Em busca do poético do sertão. **Espaço e cultura**, Rio de Janeiro, n. 6, p.33-43, jul./dez. 1998.

modelo de ocupação e organização da economia goiana do século XVI ao XX, dentre eles apresenta: a) exploração do ouro (1730); b) a decadência do ciclo da mineração (meados de 1770); c) a implantação de uma infraestrutura de transportes e a articulação/integração regional (a partir de 1910); d) A construção de Goiânia e Brasília (a partir de 1956); e) os programas e projetos de intervenção de ação direta sobre a região (POLOCENTRO e PRODECER) e f) a expansão agrícola do cerrado após 1970, dentre outros que de forma contínua e às vezes paralelas conduziram a formação do território Goiano.

A busca por riquezas minerais e escravos indígenas para suprir a economia nordestina do açúcar, levou as primeiras bandeiras a adentrarem o atual território Goiano no final do século XVI. Posteriormente, com a descoberta do ouro, já no início do século XVIII, inicia-se o processo de povoamento e ocupação de Goiás, ação que atraiu milhares de migrantes que se fixaram no território dando origem aos primeiros povoados e vilas (Foto 3), os quais eram construídos e desconstruídos de acordo com a disponibilidade e duração dos veios de ouro nas regiões, fato que não permitiu um elevado grau de fixação da população nesse período. Juntos à essa economia do ouro, unia-se a criação de gado para o seu abastecimento.

Foto 3: Pilar de Goiás: antiga vila fundada durante o período aurífero em Goiás no século XVIII.



Fonte: Secretaria de Cultura de Goiás. Acesso em: fev. 2017

Já em 1780, a exploração do ouro entrava em decadência “Esse pequeno mundo de lavras, de engenhos e de sítios vai se desfazendo, na medida em que o final do século XVIII escoar as últimas bateias do minério aurífero” (BERTRAN, 1988, p. 185). Como forma de sobrevivência, a população local que não retornou ao litoral, desenvolveu uma agricultura de subsistência e, também, a formação de grandes fazendas para a prática da pecuária extensiva, que apresentava mais vantagens para a região por utilizar as pastagens naturais e necessitar de menos gastos com mão de obra e com instalações.

Outro fator importante a ser considerado no processo de decadência da economia do ouro foi o esvaziamento das vilas fundadas durante esse período e a

migração da população para o campo, o que tornou mais difícil a manutenção do legado urbano dos tempos do ouro. Segundo Bertran (1988), em estudo sobre a história econômica do centro-oeste brasileiro, a decadência do ciclo da mineração desencadeou fluxos de correntes migratórias e de capital em escravos, com o povoamento do campo e o despovoamento das vilas. Para o autor, a decadência do sistema mercantil possibilitou o surgimento de uma nova economia agropecuária com a produção de uma diversificada quantidade de produtos agrícolas exportáveis que fortaleciam as atividades.

À medida em que a economia mineratória desestruturava-se, gerando novos fluxos de refluxos de corrente migratórias de capital de escravos, os campos eram apropriados e as vilas despovoadas mantinham-se como sentinelas avançadas da herança do sistema colonial, que se responsabilizará pelos nexos de continuidade entre a economia mineral em decadência e a nova economia agropecuária. (BERTRAN, 1988, p. 35).

A dificuldade e o custo do transporte do interior do Brasil para as áreas litorâneas fizeram com que a economia agrícola comercial (realizada pelas grandes fazendas) e de subsistência em Goiás, fossem destinadas, principalmente, ao mercado regional em que prevaleceu as inter-relações regionais. A distância do litoral, também diminuía o interesse da coroa Portuguesa por essas terras e, dessa forma, não havia controle rigoroso sobre a legitimação da posse, com possibilidade, inclusive, do apossamento puro e simples das áreas em que não haviam lavouras para a exportação (MENDES, 2005). Essa dificuldade de controle sobre a apropriação e a demarcação das terras favoreceu a concentração de terras para poucos, tornando-se um negócio lucrativo.

É importante considerar que a migração da população empobrecida com a decadência econômica de Minas Gerais e do Nordeste brasileiro desencadeou um intenso processo de povoamento que contribuiu para a ampliação do sistema

econômico agrícola, pecuarista e comercial, já no início do século XIX. Nesse período, segundo Bertran (1988), os novos povoadores aliados aos já radicados na região, ampliaram a ocupação de novas terras, criaram novas povoações e elevaram os antigos arraiais à condição de vila e sede de município. (Foto 4). No entanto, esse fato não foi possível sem a expulsão e/ou alocamento dos remanescentes indígenas, situação que deixa clara que a acumulação de terras teve origem, de início com a pilhagem de terras indígenas.

Foto 4 - Cidade de Goiás: vista da antiga Cidade de Goiás feita pelo artista austríaco Thomas Ender na década de 1820. É possível ver um pequeno rebanho de bovinos à beira do Rio Vermelho.



Fonte: O Vilaboense. www.ovilaboense.blogspot.in/2009/04/thomas-ender-em-goyaz-1819.html. Acesso em fev. 2017

Logo mais, no início da década de 1900 a ocupação e o povoamento de Goiás se acentuou devido à implementação e a expansão do transporte ferroviário. Com a importância da comercialização dos excedentes da agricultura, ampliou-se esse sistema de transporte que servia o Triângulo Mineiro com a criação de uma linha que interligava as principais áreas de Goiás com Minas Gerais e São Paulo. Segundo Bertran (1988), a facilidade de acesso e a disponibilidade de terras férteis,

permitiu a mais efetiva ocupação regional, fato que elevou a população Goiana de 227.572 em 1890, para 280.000 em 1908.

Até 1920, a Estrada de Ferro Goiás, que iniciou seu processo de construção em 1910, cobria um pequeno trecho em Goiás e boa parte dos produtos eram transportados em carros de bois e tropas de muares. A medida que melhorava as condições de transporte, aumentava-se a produção e por consequência, a diversificação dos produtos. A criação de bovinos, representava umas das principais fontes de renda, embora outros produtos fossem exportados como o fumo e o arroz, no sul de Goiás. Nesse período, Goiás era um estado estritamente agrário, tanto por ter a pecuária como principal atividade econômica, quanto pela concentração da população nas áreas rurais do Estado.

Em meados de 1929, com a crise internacional e o ápice do endividamento externo do país, permeado por todo o primeiro período republicano (1889-1930), Goiás não ficou imune às consequências da crise, embora de forma mais atenuada, visto que o comércio e as exportações durante a segunda Guerra Mundial, aliadas aos recursos do governo asseguraram a economia goiana nas décadas de 1935 a 1950 como afirma Bertran (1988).

Entretanto, houvera uma mudança nas regiões produtoras, em que se observou um abandono das zonas da ferrovia para as regiões centrais do Estado. Segundo Bertran (1988), essas mudanças ocorreram devido à uma saturação dos Cerrados nessa região, e também, porque não se dependia mais dessa via de transporte, havia agora novas estradas de rodagem permitindo maior mobilidade do sistema produtivo.

A partir das primeiras décadas do século XX, com o avanço da fronteira

agrícola do Sudeste, houve o crescimento e a especialização agropecuária em Goiás. Além disso, as mudanças político-institucionais após a década de 1930, a melhoria das redes de transporte e a construção de Brasília e Goiânia deram sustentação para a fronteira agrícola do Estado, colocando-o em lugar de destaque no discurso nacionalista, como acrescenta Bertran (1988):

Assim, se dá com a fundação de Goiânia, estabelecendo uma ruptura física com o passado degradado e a ideologia agrária de uma “Marcha para o Oeste”, oferecida ao país como a panaceia reconvertedora das populações de desempregados nas regiões cafeeiras, transmutadas em proprietárias agrícolas nas frentes de expansão de Goiás e Mato Grosso. (BERTRAN, 1988, p. 89).

As notícias espalhadas sobre a possível melhoria das condições de vida a serem alcançadas com a construção das capitais em Goiás, levou grande contingente populacional a deslocar-se para o interior do País (Foto 5). De acordo com Bertran (1988), a Marcha para Oeste esboçada no período de 1945-53 buscava o “adentramento” no território e a alocação do povoamento. Com a influência de programas para o desenvolvimento como as Colônias Agrícolas Nacionais (CAN), Goiás recebe uma população, principalmente proveniente de Minas Gerais que elevou a produção agrícola e trouxe para a região, grandes grupos empresariais que aproveitavam da abundância da mão de obra e da infraestrutura induzida pela colônia.

Foto 5 - Goiânia (GO): cartaz com incentivo à mudança da população para a nova capital de Goiás – dec. 1930



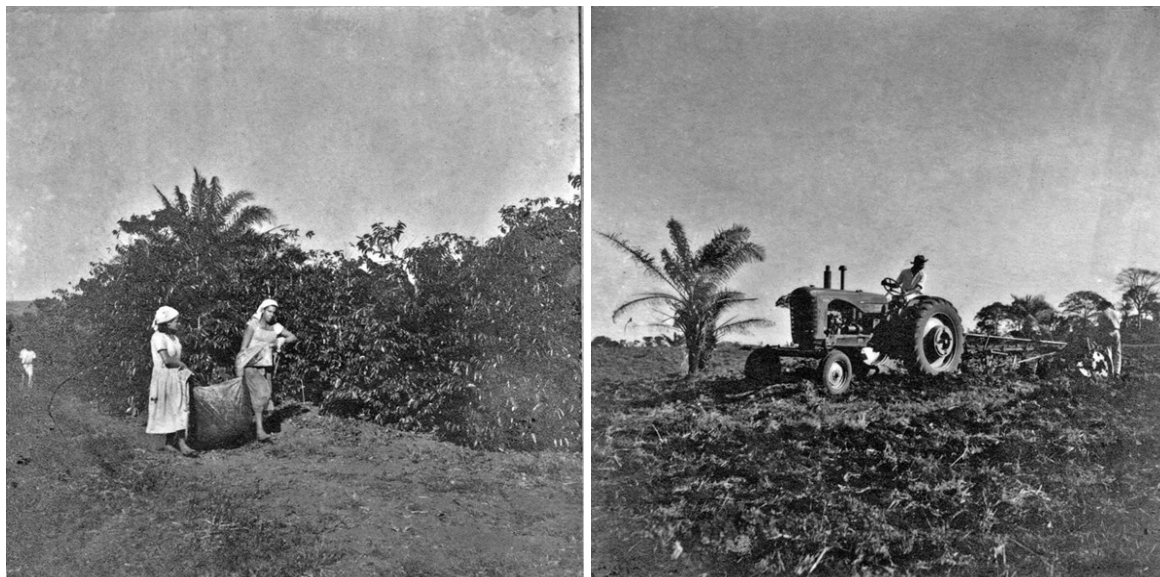
Fonte: <https://commons.wikimedia.org>. Acesso em: dez. 2016

A colônia agrícola Nacional de Goiás (CANG), atual cidade de Ceres (GO) foi a primeira a ser fundada no Brasil em 1941 e teve uma importância fundamental durante o processo de interiorização da população e da economia brasileira (1940-1950) (Foto 6). Com o intuito de integrar o território Nacional as Colônias Agrícolas garantiam a presença e a autoridade de agentes oficiais em todo território Nacional, condição importante, principalmente em porque se temia o avanço comunista no Brasil. Outrossim, as CANGs, buscavam superar as carências do modelo brasileiro de desenvolvimento, fixando o cidadão pobre e apto à agricultura e dessa forma pretendia, segundo Bertran (1988):

Alocar mão-de-obra liberada pela decadência da cafeicultura (e de

maneira mais global pela deterioração das relações de troca entre o velho campo e a nova economia urbana), e criar para esta uma frente agrícola comercial interna (BERTRAN, 1988, p. 92).

Foto 6: Colônia Agrícola de Ceres (GO): a) Colheria de café realizada por mulheres; b) A lida com a terra por meio de maquinários agrícolas - 196?.



Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/ceres/historico>

A marcha para o oeste e o povoamento da região central do Brasil, e em especial em Goiás, na região conhecida como Mato Grosso Goiano foi realizada por meio do incremento de técnicas e tecnologias e as características do meio natural definiam a localização das colônias Agrícolas. Castilho (2012) em estudo sobre a Colônia Agrícola Nacional de Goiás afirmou que, a marcha em direção a CANG, permitiu a ampliação econômica do território nacional e a ligação com São Paulo e garantindo demandas para a indústria Paulista

É importante considerar que esse povoamento não ocorreu em todo território Goiano, mas especialmente no Centro-sul (Sudeste e Sudoeste de Goiás) principalmente, pela influência da localização das capitais e pelas redes de transporte que facilitavam o deslocamento para Minas Gerais e São Paulo. Esse

fator influenciou e influencia as diversidades regionais e culturais no Estado.

Para Bertran (1988), esse crescimento no espaço rural Goiano se configurou até meados de 1970, quando alcançou taxas de expansão superiores às médias brasileiras. Como exemplo, o autor considera o período de 1950-60, no qual a área rural Goiana alcançou 24% do total da área rural do país, fato que mostra a preferência das migrações para o Estado no período de recessão nacional.

Com a expansão industrial verificada em todo país no início na década de 1950, com maior repercussão em 1960-70, observa-se um processo de modernização da agricultura pautado nos níveis de acumulação gerados pela indústria do Centro-Sul, por meio do financiamento da produção pelo Estado. Buscava-se uma modernização do campo aos moldes das indústrias citadinas, anunciando que esse modelo de desenvolvimento tiraria o rural e sua população do eminente “atraso” em relação ao urbano.

De acordo com Mendonça (2004), em estudo sobre as transformações do Cerrado Goiano, a busca pela integração nacional almejada pelos governantes e elites econômicas e assimilada pela população em geral, colocou Goiás como um grande laboratório para implementação de inovações. Além da construção de Brasília, a modernização da agricultura despertava no imaginário da população, o desejo pelo progresso e a civilização do “Sertão inóspito e rude”.

No entanto, a modernização da agricultura não aconteceu como esperada, principalmente como melhoria da qualidade de vida da população rural e diminuição da pobreza. Pessôa (1988), ao pesquisar as transformações agrárias nas áreas de Cerrado, considera que as ações do Estado para a transformação da agricultura não tiveram os efeitos anunciados pelos programas. Divulgava-se que

estes seriam destinados às regiões mais problemáticas do país, com vistas a atingir distribuição de terras e assistência ao pequeno produtor. No entanto, o sentido era outro, “[...] praticava-se a modernização conservadora, onde os beneficiados são sempre os mesmos, enquanto que a maioria, seguindo a lógica concentradora do capitalismo, continua explorada passando dificuldades.” (PESSÔA, 1988, p. 02).

As mudanças ocorridas nas áreas de Cerrado, começaram com a alteração dos hábitos da população, sobretudo porque se pautava na produção voltada exclusivamente ao mercado, e não mais de subsistência. As trocas pessoais de produtos alimentícios, também foram alteradas por relações interpessoais com o mercado, em que se exigia um certo nível de gestão e capital de investimento por parte do produtor rural, característica que excluía o pequeno agricultor do processo.

Outro fator a considerar são as políticas públicas e programas governamentais que eram voltados de forma exclusiva ao grande proprietário, como forma de incentivar a produção destinada ao mercado, enquanto o pequeno agricultor e todos os outros trabalhadores rurais foram ignorados pelas políticas públicas.

Sobre o assunto, Mendes (2005) acrescenta que os governos federal e estadual elaboravam programas de intervenção, investimentos em infraestrutura e financiamento à produção, como exemplo tem-se o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados²¹ (POLOCENTRO) que abrangia 30% das áreas de Goiás e Minas

²¹ Instituído em 1975, o POLOCENTRO visava a ocupação racional e indiscriminada do Cerrado, implantando as técnicas modernas na agricultura, além da implementação de eixos rodoviários, redes de energia elétrica, armazéns e toda infraestrutura necessária ao desenvolvimento do capital. Atuava em várias frentes, destacando-se: o desenvolvimento tecnológico; a extensão rural; o crédito rural; e no incentivo ao cooperativismo, para facilitar a disseminação das inovações tecnológicas, o beneficiamento e a comercialização da produção. Incorporou 3 milhões

Gerais. Essas políticas genéricas, segundo a autora, criaram as condições necessárias para a expansão da agricultura por meio da abertura e ocupação do Cerrado com a oferta de crédito subsidiado e isenção de imposto de renda sobre as atividades agrícolas.

Esse programa não era destinado à todas as categorias de agricultores, dessa forma, enriquecia a parcela beneficiada e acentuava a concentração fundiária, a exploração do trabalhador rural e os problemas de degradação ambiental, essas particularidades agravaram, sobremaneira, as distorções sociais do campo (PESSÔA, 1988).

Dentre os investimentos do programa, buscavam o desenvolvimento de tecnologias que alterassem as características dos solos do Cerrado, os quais por muito tempo, foram considerados pouco produtivos pelos habitantes locais, que utilizavam para o plantio, as terras férteis dos fundos de vale. Uma das empresas que se destacou no desenvolvimento dessa nova tecnologia foi a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), responsável por difundir os novos sistemas técnicos agrícolas. Segundo Mendes (2005), as tecnologias e as pesquisas desenvolvidas pela EMBRAPA estavam voltadas às necessidades dos médios e grandes produtores, às pessoas de certo nível educacional e que gozassem de um espírito empreendedor. Essas tecnologias empregadas correspondem ao modelo de desenvolvimento econômico, sempre em busca do desenvolvimento industrial.

Outro programa que desencadeou o processo de territorialização do capital no campo nas regiões de Cerrado, em especial no estado de Goiás foi o

de hectares das áreas de Cerrado à produção agropecuária. Cerca de 1878 projetos foram atendidos pelo POLOCENTRO, cujas áreas médias situavam-se em torno de 630ha, sendo altamente excludente e concentrador de terras e rendas. (MENDONÇA, 2004, p. 199).

Programa Cooperativo Nipo-Brasileiro para o desenvolvimento do Cerrado²² (PRODECER), implantado a partir de 1978. Inocêncio (2010), ao estudar as influências do PRODECER no Cerrado acrescenta que esse programa foi um projeto de cooperação econômica bilateral (Brasil-Japão) de grande porte e que teve importantes papéis no processo de territorialização do capital no Cerrado. Dentre esses papéis, desenvolveu as fronteiras agrícolas com abrangência em extensas áreas do Cerrado. Além disso, aumentou a oferta internacional de alimentos por meio da exportação de produtos agrícolas; e por último, buscou desenvolver estratégias próprias de incorporação do campo brasileiro ao circuito produtivo capitalista mundial. “De um lado, o Brasil recebia investimentos japoneses destinados a financiar a pesquisa agropecuária; e de outro, o Japão se beneficiava da maior oferta de soja no mercado internacional.” (INOCÊNCIO, 2010, p. 86)

Esse processo, buscava realizar a reprodução e expansão do capital nas áreas de Cerrado, colocando-o nos circuitos nacionais e internacionais de produção agropecuária. Em Goiás, o programa expandiu-se em 1985, com ofertas de crédito supervisionado para cobrir as despesas operacionais a taxas de juros reais. Se territorializou, principalmente, no entorno de Brasília e gerou grandes impactos na implantação de irrigação por “Pivô Central”. (MENDES, 2005).

De forma geral, o POLOCENTRO e o PRODECER expandiram as fronteiras agrícolas para além das suas áreas de abrangência, em busca do desenvolvimento e da modernização das atividades agropecuárias. Entretanto, esse modelo de desenvolvimento é excludente e socialmente segregador. Se de

²² O PRODECER é o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado. Idealizado em 1974, negociado entre os governos do Brasil e do Japão durante 5 anos e implementado a partir do ano de 1978, tendo sido o coordenador político-institucional, o Ministério da Agricultura e do Abastecimento e a coordenadora de implementação, a CAMPO, financiado pelos Governos do Brasil, do Japão e bancos privados japoneses. (CAMPO, 2001).

um lado beneficia as grandes empresas agropecuárias e agroindustriais; de outro prejudica os pequenos produtores e a produção de alimentos.

Sobre o assunto, Pessoa (1988) considera que os objetivos desses programas foram inadequados para a solução do abastecimento alimentar, visto que este ramo não recebeu incentivos necessários por causa da lucratividade mais elevada das culturas de exportação. Além disso, possuíam como uma das exigências básicas para a participação no programa, a disposição de capital, característica que excluiu boa parcela dos agricultores:

Dessa forma, o processo torna-se muito seletivo, porque sabemos que a maioria dos agricultores brasileiros representados pelos pequenos, são descapitalizados. Isto se reflete, por tanto, na organização da produção agrícola, onde a dependência da agricultura ao capital se manifesta de forma diferenciada e, como consequência, há uma desigualdade na expansão capitalista no campo. (PESSÔA, 1988. p. 07)

Essa forma diferenciada é reflexo da lógica do modo de produção capitalista que, para se desenvolver precisa da exploração de determinados seguimentos da sociedade. Uma das consequências do aumento do uso de maquinários e insumos agrícolas foi o declínio relativo da mão de obra empregada nas atividades agropecuárias (Foto 7). A partir desses processos e até os dias atuais, a questão agrária brasileira, e em especial de Goiás se caracteriza pela concentração de terras e por níveis diferentes de desenvolvimento.

Foto 7: Cristalina (GO): colheita de soja com uso de maquinários – 2016



Fonte: aprosojago.com.br. Acesso em: nov. 2016

Se por um lado, houve o aumento da produtividade e o destaque de Goiás no mercado nacional, principalmente com a produção de grãos (soja, milho arroz), leite e carne, por outro, houve o aumento da pobreza rural, pois como já apresentado, os programas e as políticas agrícolas e agrárias beneficiavam apenas o grande produtor rural e os empresários, além disso, com as novas técnicas agrícolas, os pequenos proprietários, sem conseguir competir no mercado, se viram obrigados a vender suas terras e a trabalhar como assalariados, modificando as relações de trabalho no campo. Dessa forma, a modernização agrícola em Goiás reproduziu os aspectos gerais da política nacional pautada no caráter, excludente e concentrador, como considerou Zuquim (2002) ao estudar as questões agrárias e ambientais no estado de São Paulo:

Ao contrário, contudo, do que se deveria esperar da modernização do campo e do emprego de mão-de-obra agrícola, a modernização que se fez não foi capaz de desenvolver-se sem comprometer extensas faixas contínuas do território; sem devastar inúmeros

recursos naturais, com a utilização intensiva da terra e larga utilização dos insumos agrícolas industriais; sem provocar sérios conflitos fundiários; sem estimular a grande concentração de terra e de riquezas; e, principalmente, sem impedir que aumentasse o já grave êxodo rural para os centros urbanos industrializados. (ZUMQUIM, 2002, p. 2).

A partir desses apontamentos, considera-se que a questão agrária de Goiás, que não é diferente do restante do país, é estrutural e carrega até os dias atuais, os problemas relacionados ao acesso à terra e a exploração social desde a sua colonização. Embora mudem os atores, fica claro a forma cíclica de desenvolvimento ofertada pelo Estado; em que a busca pelo lucro está sempre em primeira ordem. É estratégico manter a estrutura econômica e social vigente no campo.

Um dado importante a considerar, que vem de encontro às afirmações anteriores sobre a estrutura fundiária em Goiás, reafirma o domínio da grande propriedade no estado, as quais apesar de apresentarem menor quantidade, contemplam 54,3% da área rural do estado, enquanto a pequena e a média propriedade representam 16,3% e 29,4% da área respectivamente. Assim, do total de 146.461 propriedades rurais em Goiás, apenas 12.088 são grandes propriedades e ocupam mais da metade da área rural goiana, enquanto as 103.205 propriedades cadastradas como pequenas, abrangem pouco mais de 16% da área rural (IMB/SEGPLAN, 2005).

Embora tenhamos hoje, políticas públicas voltadas ao pequeno produtor rural e ao acesso à terra, como o PRONAF, ainda é longo o caminho para alcançar a equidade social no campo. Até lá, é sempre importante que a ciência, e seus estudiosos, busquem compreender e contribuir para o aprimoramento dos projetos voltados à melhoria de vida da população rural. A seguir, serão discutidas as

diferenciações regionais do estado de Goiás que são reflexo dos distintos níveis de apoio e investimento no espaço rural do estado.

3.2 O território rural de Goiás na atualidade e suas diferenciações regionais

A heterogeneidade do rural no estado de Goiás, constituído por áreas com diferentes níveis de desenvolvimento e dinamismo, caracteriza o espaço Goiano ainda nos dias de hoje. A importância econômica que o Estado adquiriu no mercado nacional com a exportação dos seus produtos, principalmente nas décadas de 1970/80 deixou marcas expressivas nas características do rural goiano. Características estas que precisam ser reconhecidas para que as políticas direcionadas para esse espaço sejam efetivas, principalmente ao reconhecer que a população historicamente menos favorecida do campo é a principal necessitada desses recursos.

As significativas transformações ocorridas no espaço goiano, em especial após a modernização da agricultura, trouxeram mudanças na sua estrutura social. Como destaque, houve as constantes migrações de outras regiões brasileiras para o Estado, bem como a migração campo-cidade que levou Goiás de estritamente rural para majoritariamente urbano. Segundo dados do IBGE (1980; 2010) a população rural do Estado passou de 1.012.669 habitantes em 1980 para 582.976 habitantes em 2010, ou seja, um decréscimo de aproximadamente 42%. Enquanto a população urbana passou de 2.108.049 em 1980 para 5.421.069 em 2010.

Dentre os vários motivos do êxodo rural nesse período, destaca-se a

modernização da agricultura que alterou as relações de trabalho no campo, com a mecanização do trabalho agrícola e a consequente diminuição da necessidade de mão de obra; junta-se a esse fato, a dificuldade que o pequeno produtor, descapitalizado, tinha de concorrer no mercado com os grandes produtores rurais, capitalizados e ainda com incentivos do Estado. Não podemos deixar de destacar que o ideário de um campo atrasado, noticiado pela mídia em oposição à cidade moderna, despertava, no imaginário da população do campo, o desejo por uma vida melhor.

Além do êxodo rural que aumentou a população das cidades goianas, a migração populacional de outros estados e regiões teve relevância no acréscimo urbano. A construção de Brasília e de Goiânia, a ideia de progresso e o discurso de uma cidade para todos, levou a população a adentrar o centro-oeste Brasileiro, promovendo o ideário político de integração do território nacional.

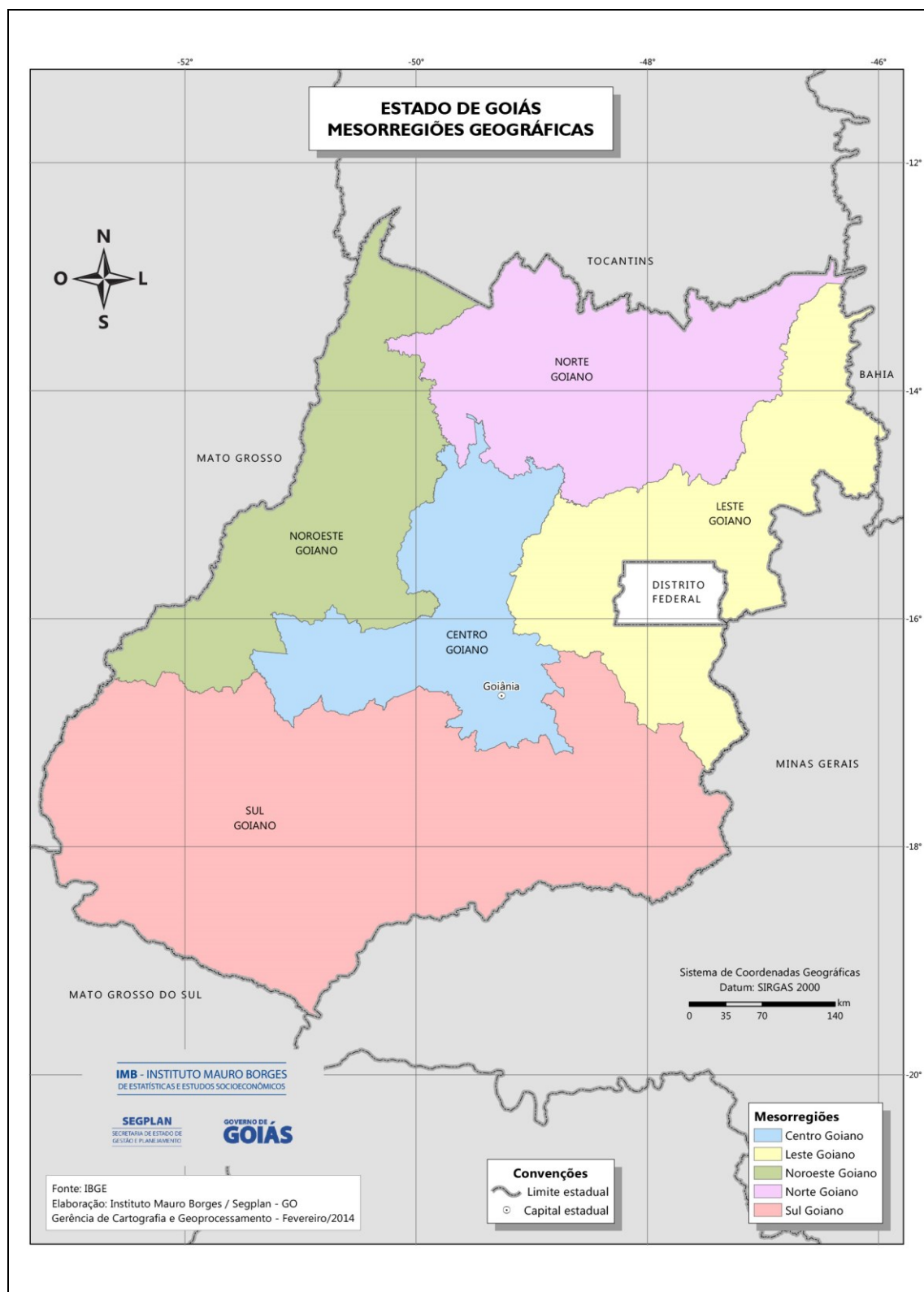
Apesar de eminentemente urbano, o Estado de Goiás ainda carrega as características de uma economia agrária, e esta continua sendo uma importante atividade econômica para o estado e para o país, uma vez que representa boa parte do PIB goiano e a produção de carne e grãos impulsionam as exportações do Brasil. Dessa forma, Goiás representa o 9º (nono) lugar da economia brasileira, com destaque para suas riquezas minerais e os amplos terrenos agricultáveis (IMB/SEPLAN, 2015).

Não obstante, a proeminência da economia goiana em nível nacional, não contribuiu para a diminuição das desigualdades no Estado; começando pelas desigualdades regionais. O estado é dividido pelo IBGE, para fins estatísticos, em

cinco mesorregiões²³ e 18 microrregiões geográficas, em relação às similaridades econômicas e sociais; a saber: Mesorregião Leste Goiano, que compreende 32 municípios e duas microrregiões; Mesorregião Centro Goiano, que compreende 82 municípios e cinco microrregiões; Mesorregião Sul Goiano, que compreende 82 municípios e seis microrregiões; Mesorregião Noroeste Goiano, que compreende 23 municípios e 3 microrregiões; e Mesorregião Norte Goiano, que compreende 27 município e 2 microrregiões apresentadas no Mapa 2.

²³ Mesorregião é uma subdivisão dos estados brasileiros que congrega diversos municípios de uma área geográfica com similaridades econômicas e sociais, que por sua vez, são subdivididas em Microrregiões. Foi criada pelo IBGE e é utilizada para fins estatísticos e não constitui, portanto, uma entidade política ou administrativa (IMB/SEPLAN, 2014)

Mapa 2: Goiás: mesorregiões geográficas do estado - 2014



Fonte: IMB/SEPLAN (2014)

De início, a diferença no número populacional (Tabela 3) já nos dá pistas das discrepâncias regionais. A mesorregião do Centro Goiano é a mais populosa com 3.056.794 habitantes em 2010, seguida pelo Sul Goiano com uma população de 1.272.621; em sequência, seguem Leste Goiano com 1.159.722 habitantes; o norte Goiano com 220.541 habitantes e por último, o Noroeste Goiano com 220.541 habitantes, dados do censo demográfico IBGE (2010).

Tabela 3: Goiás: evolução da população das mesorregiões – 2000/2010

Mesorregião	Microrregião	População em 2000	População em 2007	População em 2010	Saldo (2000-2010)
Centro Goiano	Anápolis	2.535.613	2.924.950	3.056.794	+521.181 (20,55%)
	Anicuns				
	Ceres				
	Goiânia				
	Iporá				
Sul Goiano	Catalão	1.058.208	1.161.428	1.272.621	+214.413 (20,26%)
	Meia Ponte				
	Pires do Rio				
	Quirinópolis				
	Sudoeste de Goiás				
	Vale do Rio dos Bois				
Leste Goiano	Entorno do Distrito Federal	907.168	1.063.068	1.159.722	+252.554 (27,83%)
	Vão do Paranã				
Norte Goiano	Chapada dos Veadeiros	282.521	281.06	294.110	+11.589 (4,10%)
	Porangatu				
Noroeste Goiano	Aragarças	219.718	216.528	220.541	+823 (0,37%)
	Rio Vermelho				
	São Miguel do Araguaia				

Fonte: SEGPLAN/IMB (2010). Org.: Mesquita, A. P. (2016)

Como pode ser observado na Tabela 3, há grandes disparidades regionais em relação à taxa populacional. O Centro Goiano, é a mesorregião mais populosa e apresentou, também um elevado índice de crescimento entre 2000 e 2010 só perdendo para o Leste Goiano com crescimento de 27,83% nesse período. Ao contrário, o Noroeste Goiano apresentou o menor índice de crescimento populacional 0,37%, com a menor população entre as mesorregiões.

Não é de se estranhar que as regiões que recebem mais investimentos públicos e privados tendem a atrair maior população, enquanto outras, menos desenvolvidas socioeconomicamente, e com menos investimentos e interesse do Estado apresentam pouco crescimento populacional. A busca por melhores condições de vida, emprego e ensino, representa boa parte do fluxo migratório para essas regiões; há de considerar a localização de Brasília e Goiânia e de modernos complexos agroindustriais nas mesorregiões Leste, Centro e Sul Goiano respectivamente.

As diferenças populacionais, também, refletem no desenvolvimento das regiões, as áreas mais dinâmicas e otimizadas são sempre as privilegiadas pelas ações públicas e privadas por permitirem maior fluidez de mercadorias, pessoas e informações, fator que, como um círculo vicioso, contribui cada vez mais com as desigualdades regionais. Dessa forma, enquanto há regiões totalmente inseridas no mercado produtivo e na economia global, há espaços pautados nas relações pessoais e de troca, arraigados numa cultura e num modo de vida particular, visto que a territorialização do agronegócio não se estabeleceu de forma homogênea, mas criou regiões com altos níveis técnicos de desenvolvimento e outras baseadas na agricultura tradicional.

Assim, Goiás hoje, apresenta espaços totalmente inseridos na

globalização com fluxos de pessoas e mercadorias intensos, ligados por corredores de transportes que estão em constantes usos e melhorias; entremeados por lugares que apresentam um tempo lento, marcados por relações interpessoais. Enquanto o Sul Goiano sofreu de maneira intensa os impactos da territorialização do agronegócio, o Norte Goiano obteve menos transformações na sua estrutura territorial, apesar de, nos últimos anos ter sido inserido nesse processo.

[...] o estado de Goiás, por meio dos incentivos fiscais, investimentos em infraestrutura, etc., fez com que as externalidades chegassem aos diversos lugares, em um movimento contraditório de homogeneização do capitalismo no território, através dos investimentos privados, transformando regiões do centro sul de Goiás, outrora opacas para o capital, em luminosas. Por outro lado, a porção norte e nordeste amarga baixos índices de desenvolvimento. (DEUS, 2005, p. 4154)

Dessa forma, a porção norte (nordeste e noroeste) do Estado apresenta pouca integração com o dinamismo econômico do Centro-sul de Goiás, característica que pode ser observada por meio da renda *per capita*²⁴ dos municípios que se constituem nos mais pobres de Goiás como mostra a Tabela 4 a seguir.

²⁴ Razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos. Valores em reais de 01 de agosto de 2010. (ATLAS BRASIL, 2010)

Tabela 4 – Goiás: menor renda *per capita* por município - 2010

Ranking	Municípios	Meso/Microrregião	< Renda <i>per capita</i> (2010)
1º	Amaralina	Norte Goiano/Porangatu	276,05
2º	Guarani de Goiás	Leste Goiano/Vão do Paranã	276,13
3º	São Domingos	Leste Goiano/Vão do Paranã	288,36
4º	Mondividiu do Norte	Norte Goiano/Porangatu	291,78
5º	Flores de Goiás	Leste Goiano/Vão do Paranã	301,92
6º	Sítio D'Abadia	Leste Goiano/Vão do Paranã	314,05
7º	Monte Alegre de Goiás	Norte Goiano/Chapada dos Veadeiros	317,66
8º	Nova Roma	Norte Goiano/Chapada dos Veadeiros	323,19
9º	Simolândia	Leste Goiano/Vão do Paranã	324,26
10º	Cavalcante	Norte Goiano/Chapada dos Veadeiros	324,92
Goiás			810,97
Brasil			793,87

Fonte: Atlas Brasil (2010). Org.: Mesquita, A. P. (2016)

Como observado, os dez municípios com as menores rendas *per capita* estão compreendidos em três microrregiões geográficas: Porangatu, Vão do Paranã e Chapada dos Veadeiros, localizadas ao norte do Estado. Em comparação com a renda per capita de Goiás, esse número se torna ainda mais alarmante, retrato da desigualdade sociocultural construída desde os primórdios da colonização do Estado. Os altos níveis de pobreza e miséria aliados às questões ambientais (solo pobre, secas prolongadas, relevo acidentado) levaram essas regiões, por muito tempo, a despertarem desinteresse público e privado, e mais que isso, a tornarem-se um empecilho para o desenvolvimento econômico do estado (DEUS, 2005).

Por outro lado, o Centro-Sul de Goiás representa outra realidade, com destaque para as mesorregiões Centro e Sul Goiano. Esta última, se destaca como uma das regiões mais prósperas do estado caracterizada por possuir uma agricultura moderna e rebanho de qualidade. Em relação aos dez municípios de Goiás com a maior renda per capita, oito são pertencentes a mesorregião Sul como pode ser visto na Tabela 5.

Tabela 5: Goiás: maior renda *per capita* por município – 2010

Ranking	Municípios	Meso/Microrregião	> Renda <i>per capita</i> (2010)
1º	Goiânia	Centro Goiano/Goiânia	1.348,55
2º	Caçu	Sul Goiano/Quirinópolis	987,30
3º	Jataí	Sul Goiano/Sudoeste de Goiás	987,04
4º	Itarumã	Sul Goiano/Quirinópolis	960,55
5º	Catalão	Sul Goiano/Catalão	959,40
6º	Jussara	Noroeste Goiano/Rio Vermelho	951,07
7º	Rio Verde	Sul Goiano/Sudoeste de Goiás	936,75
8º	São Simão	Sul Goiano/Quirinópolis	883,78
9º	Edéia	Sul Goiano/Vale do Rio dos Bois	876,15
10º	Mineiro	Sul Goiano/Sudoeste de Goiás	869,04
Goiás			810,97
Brasil			793,87

Fonte: Atlas Brasil (2010). Org.: Mesquita, A. P. (2016)

As disparidades regionais, como visto, são fruto do modelo de desenvolvimento implantado no Estado; a expansão da fronteira agrícola, foi, sem dúvidas o ponto principal que levou à essas disparidades regionais pautadas nas diferentes categorias de uso do solo e do acesso à terra. Segundo Deus (2005), a atração de grandes investimentos privados, devido à boas infraestruturas de

determinadas regiões, a escassez de investimentos públicos ao longo dos anos e a concentração de renda, contribuíram para o aumento dessas desigualdades. Para o autor, uma solução seria realizar uma análise das potencialidades regionais para que, a partir disso se proponha atividades econômicas de bases locais com a implantação da infraestrutura necessária para o crescimento dessa economia, sem, no entanto, devastar o Cerrado.

Sobre o assunto, embora em outra perspectiva, Arrais (2002), ao estudar a dimensão técnica como promotora das diferenciações regionais a partir da década de 1970, considera que as disparidades entre as regiões Nordeste e Sudoeste Goiano, muitas vezes anunciadas como alarmantes e elevando a região Nordeste Goiano como uma “região problema”, escondem o fato da pouca ou nenhuma compreensão do que é rural nessa região, o qual tem sua base construída na pecuária extensiva e na agricultura de subsistência e não pode ter seus indicadores sociais (saúde, educação, dentre outros) comparados à outras regiões com diferentes formas de produção, visto que reforçam o discurso de atraso e de subdesenvolvimento do Nordeste Goiano.

Essas análises do autor nos levam a refletir o quão complexa são as questões relacionadas ao desenvolvimento regional de forma específica, visto que a comparação de regiões com economias e culturas totalmente distintas, embora no mesmo estado, podem levar a comparações simplórias e que não beneficiam de nenhuma forma tais regiões, principalmente, porque cairíamos no mesmo erro ao pensar que a solução para o desenvolvimento rural seria sua transformação em urbano.

Não obstante, essas disparidades também se manifestam dentro das próprias regiões. No caso do Sul Goiano, apesar de se caracterizar por uma base

produtiva agropecuária moderna e competitiva com avanços no setor sucroalcooleiro e nos sistemas agroindustriais, destacando-se em nível nacional com a média de indicadores sociais altas, está permeado por significativas contradições sociais, econômicas e culturais, a começar pela concentração de terras e de renda e a expulsão dos pequenos agricultores de suas terras. Mendonça (2004), ao estudar o Sul Goiano acrescenta ainda que:

A incorporação das chapadas pela agricultura intensiva comercial empurrou os camponeses e demais categorias de *trabalhadores da terra* para os vales e encostas que não são adequados para a motomecanização. Confinados em pequenas áreas tentam sobreviver implementando a *agricultura da abundância*. Mas a maioria não conseguiu permanecer e/ou ter acesso à terra e, atualmente, se dedicam a amansar a terra como arrendatários, facilitando a territorialização dos empreendimentos agroindustriais. (MENDONÇA, 2004, p. 234, grifos do autor).

Dessa maneira, o aparente desenvolvimento do Sul Goiano e os altos índices de renda, por exemplo, ajudam a mascarar as desigualdades do território e mais que isso, ecoa-se a ideia de que crescimento econômico é sinônimo de desenvolvimento social e que a única salvação para as áreas empobrecidas do estado seria adotar esse modelo agroindustrial exportador, enquanto sua população se tornaria urbana.

No entanto, não se pode negar ou tentar esconder as inúmeras famílias rurais que resistem em meio aos “cercos” da nova reestruturação produtiva implantada no campo, sejam elas de agricultores familiares, comunidades tradicionais ou assentados que constituem a “colcha de retalhos” que é o espaço rural goiano. Embora hoje exista programas e políticas voltadas à essas populações, como apresentado anteriormente, e que ainda não foram/são suficientes e contempladoras, reconhece-se a necessidade de sujeitos e ações que

de forma integrada, contribuam para o desenvolvimento social das populações menos favorecidas no campo, conhecendo as especificidades regionais e suas principais necessidades. Com esse objetivo, a seguir será apresentada as características socioeconômica e espacial do Sul Goiano.

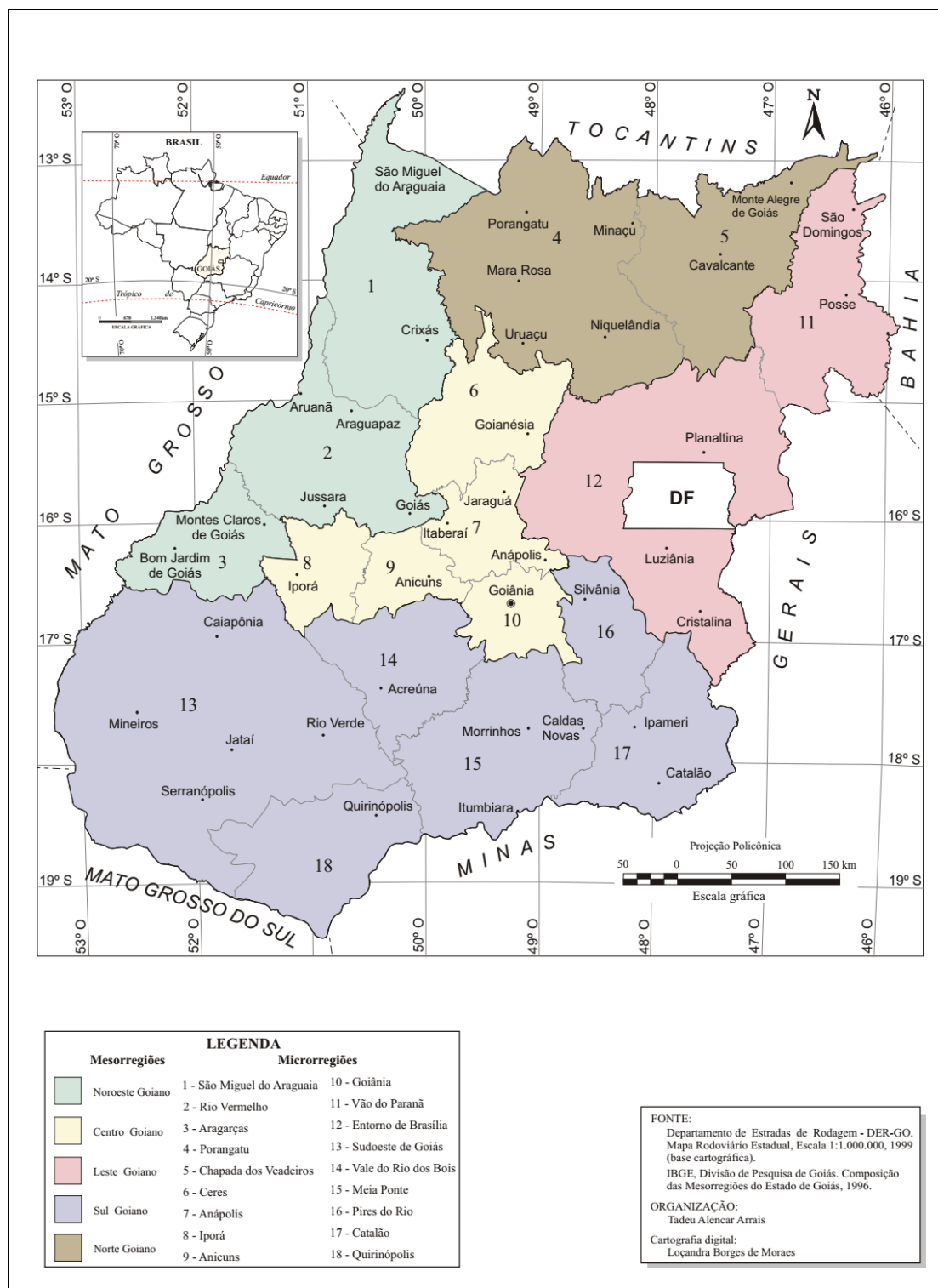
3.3 Sul Goiano: características socioeconômicas e regionais

A mesorregião do Sul Goiano é uma divisão regional do IBGE de 1989 que teve como objetivo identificar áreas individualizadas em cada uma das Unidades Federadas, essas regiões foram definidas tendo o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial (IBGE, 1990).

A escolha dessa mesorregião se assenta na busca por compreender como essa região, aparentemente desenvolvida e com a segunda maior economia do estado, com destaque principalmente para o seu grande potencial agrícola, pode apresentar distintas realidades econômicas, sociais e culturais, principalmente nas áreas rurais. Diversidades estas que são mascaradas pela superficial condição de região desenvolvida.

O sul Goiano é subdividido em seis microrregiões (Mapa 3), a saber: Catalão (11 municípios); Pires do Rio (10 municípios); Meia Ponte (21 municípios); Vale dos Rios dos Bois (13 municípios); Quirinópolis (9 municípios) e Sudoeste de Goiás (18 municípios) totalizando 82 municípios. As microrregiões do sul goiano, apesar da similaridade apresenta níveis econômicos sociais e culturais distintos (Tabela 6).

Mapa 3: Goiás: Mesorregiões, Microrregiões e principais cidades do estado- 2000



Fonte: Observatório geográfico de Goiás, IESA, UFG (2000)

Tabela 6: Mesorregião do Sul Goiano: População e renda *per capita* por microrregião - 2010

Microrregiões do Sul Goiano	População total	População urbana	População rural	Renda <i>per capita</i> (média)
17 - Catalão	147.276	131.671	15.605	709,60
15 - Meia Ponte	361.323	323.942	37.381	666,75
16 - Pires do Rio	93.214	67.907	25.307	659,22
18 - Quirinópolis	112.344	95.924	16.420	727,11
13 - Sudoeste de Goiás	446.433	400.467	45.966	684,12
14 - Vale do Rio dos Bois	113.566	90.092	23.474	618,98

Fonte: Atlas Brasil (2010). Org.: Mesquita, A. P. (2016)

A mesorregião do Sul Goiano é a maior produtora de grãos do Estado e representava em 2013, 75% da produção (IMB, 2013), com destaque para a microrregião Sudoeste de Goiás, que sozinha, produzia 41,01% do total, além disso, é a maior produtora de bovinos, suínos e aves. Por outro lado, a concentração de terras nessa mesorregião apresenta números elevados, não diferente das outras regiões do Estado, mas que resulta do modelo econômico desenvolvido nesse espaço. Segundo Teixeira Neto (2011), em 2003, dos imóveis rurais cadastrados pelo INCRA no Sul Goiano, 55,1% eram classificados como grande propriedade e 30% como médias propriedades, característica que mostra o caráter concentrador da terra nas mãos de poucos donos.

Apesar de algumas singularidades dessa região, principalmente ao compará-la com as outras mesorregiões de Goiás se torna importante destacar as diferenças econômicas, sociais e culturais existentes no Sul Goiano, resultado do processo de ocupação e do modelo de desenvolvimento instalado nesse espaço. A porção sudeste do estado, compreendendo, principalmente, as microrregiões de Catalão e Pires do Rio incorporaram-se ao mercado nacional, somente após a década de 1980, a partir da extensão de ferroviárias e rodovias que ligavam essas áreas às importantes regiões econômicas do País como São Paulo e Minas Gerais; a reestruturação produtiva nessa região, derivada da territorialização do capital nas atividades agrícolas, ocorreu de forma tardia se comparada à microrregião Sudoeste de Goiás, por exemplo.

Esse processo tardio resultou em pouca presença do Estado no Sudeste Goiano, pois já se vivia o desmonte das políticas públicas. Dessa forma, a territorialização do capital ocorreu de forma distinta, principalmente porque foram contemplados apenas os municípios com maior inserção de capital privado. Já na microrregião Sudoeste de Goiás, esse processo iniciou, com a expansão da fronteira agrícola já no início da década de 1970 e obteve diversos recursos, via política agrícola em busca da sua transformação em área agricultável. Ao falar sobre a microrregião Sudoeste de Goiás, Arrais (2002) acrescenta:

A microrregião Sudoeste pode ser entendida como uma das mais singulares do Estado de Goiás. [...] Nessa região, os dormentes, que despertaram um certo padrão de reprodução nas relações econômicas no Sudeste do Estado no início do século, para lembrar a metáfora de Borges (1990)²⁵, adquiriram outras funções. Despertam para a soja numa região articulada com o mercado nacional e internacional. Certamente, o sonho da ferrovia, como fora no passado para os habitantes de Catalão, Goiandira, Ipameri, e outros municípios que aguardavam ansiosamente o progresso

²⁵ O autor faz referência ao estudo de Borges (1990) sobre a penetração do capitalismo em uma economia agrária pela ótica da estrada de ferro.

representado pelos trilhos, não adquire a mesma função para os habitantes da região Sudoeste, onde a FERRONORTE caminha a “passos” largos, possibilitando o escoamento de parte da soja produzida na região. (ARRAIS, 2002, p. 16)

Assim, como dito anteriormente, a ideia de região desenvolvida que mascara as desigualdades sociais pode ser bem aplicada na microrregião Sudoeste de Goiás a considerar que a “modernidade” ainda não foi capaz de minimizar a parcela significativa da população que vive em condições precárias em bairros nas periferias de alguns municípios do Sudoeste de Goiás como Rio Verde e Jataí, os quais têm as maiores produções agrícolas do Estado. “A questão é que se o Sudoeste produziu a modernidade, também, não devemos esquecer, produziu o seu oposto, ou seja, a miséria e a proletarização de parte significativa da população que os indicadores sociais podem camuflar.” (ARRAIS, 2002, p. 22).

Dessa forma, há de um lado, grandes latifúndios com produção para o mercado e uso indiscriminado de insumos agrícolas e maquinários, condições que alteram as relações de trabalho no campo, baseadas no assalariamento do trabalhador rural; e de outro, pequenas propriedades com produção de alimentos para o autoconsumo e comércio de excedentes, relações de trabalho pautadas na ajuda familiar, na cooperação mútua entre vizinhos e no trabalho braçal. Centros urbanos modernos em que o modo de vida é ditado pela mundialização da cultura; o trabalho e as relações diárias obedecem a ordem dos negócios e das relações nacionais e internacionais, e em contradição, há centros urbanos ainda ditados pelo tempo do campo em que as tarefas diárias ainda estão ligadas com o rural, como pode ser observado nas sedes dos distritos rurais.

Assim, essas diferenças, que na verdade se completam e se complementam compõem o espaço Goiano que temos hoje. Embora de longe se

veja uma homogeneidade de lugares e pessoas - um estado agrário - o desvendar da sua essência nos mostra além, que há muito a ser estudado e há muito Goiás para ser 'lido' e por isso, ainda há muito para ser feito em busca de qualidade de vida para quem ali vive.

Dentro desse Goiás 'não lido', os distritos rurais nos despertam tamanho interesse. Seja pela carência de estudos e análises que os reconheçam como lugar de moradia e de vida, seja pelo número expressivo que apresentam não só em Goiás, mas também no Brasil, o que nos leva a entender que há uma parcela significativa da população que reside nesses espaços, as quais não podem ser desprezadas diante dos processos de planejamento.

Lugarejos que, em geral, são marcados pelo modo de vida rural, mas que trazem na sua estrutura e oficialidade, um núcleo urbano - a vila. Assim, os distritos rurais se encontram permeados por relações entre o campo e a cidade, características que os tornam únicos na estrutura política/administrativa brasileira. Sem autonomia administrativa são dependentes dos seus distritos sedes, entretanto representam tamanha importância para a população rural mais próxima, não deixando dúvida de que, também, estão inseridos na dinâmica local e regional. Nesse contexto, apresenta-se a seguir definições teóricas, conceituais e oficiais de distrito rural, bem como esses espaços são organizados e quais suas relações com o município sede e com as áreas rurais do entorno.

		
		
		
	SEÇÃO IV	
		
		
		

SEÇÃO IV

O MUNICÍPIO E O PLANEJAMENTO RURAL NO ESTADO DE GOIÁS: os distritos rurais

“[...] São lugares que sobrevivem negando uma noção de tempo característica de uma “temporalidade linear”, leitura dominante que desconsidera de coexistência de múltiplas temporalidades lá encontradas. Recriam-se numa intransição: nem roça nem cidade. Demonstram que entre a roça e a cidade existem vários territórios. Formulam o seu território possível, no Lugar, no Espaço. ”

Silva (2008)

Pensar o planejamento municipal para além do limite estabelecido como perímetro urbano não é tarefa fácil. O emaranhado de espaços, territórios e relações constituídas nos levam a supor que há bem mais entre o rural e o urbano do que podemos imaginar. E ainda, é preciso reconhecer que fora do limite urbano há mais que um espaço produtor e de suprimento, há um espaço de vida e de reprodução da vida, espaço plural e diversificado.

No Brasil, apesar de controvérsias, o rural ainda é identificado pelos órgãos competentes como o que está fora dos perímetros urbanos, ou seja, o rural é o que não é urbano. Partindo dessa premissa, a complexidade do rural brasileiro já começa a ser estabelecida, principalmente, porque ainda hoje, pouco se sabe sobre o que ocorre fora dos limites urbanos, inclusive pelo viés municipal.

Ao considerarmos o espaço rural como lugar de vida, de moradia e de reprodução social e cultural, nos deparamos com uma complexidade de sujeitos e de identidades que se torna impossível desprezar como se estivessem fadados ao abandono e à condição de resquício. Isso sem falar na dificuldade de conciliar as

atribuições e competências entre Município, Estado e União para legislar o território rural, fato que gera displicência e entraves administrativos.

A dificuldade em compreender o que é rural no Brasil, onde começam seus limites e atividades, quem são seus sujeitos e suas principais necessidades se torna ainda mais acentuada ao considerar a proporção do território brasileiro, suas distintas dinâmicas regionais e locais que interferem sobremaneira no entendimento de um rural como homogêneo e a partir de um viés unilateral, visto que este apresenta características distintas derivadas das suas variáveis endógenas e de todo contexto regional e nacional.

Dentre as especificidades do espaço rural no Brasil, não podemos deixar de considerar as inúmeras localidades como os distritos rurais, os quais, apesar de localizarem-se na área rural do município têm sua sede, a vila, classificada como área urbana, embora não seja uma cidade e sua economia proveniente, na maioria dos casos, das áreas rurais, bem como os hábitos e os modos de vida da população, ficando sempre no meio do caminho: nem campo, nem cidade. Essa condição não permite que os moradores das vilas, consideradas urbanas, sejam contemplados pelas mesmas políticas públicas e ações voltadas à população rural e da mesma forma, não podem ser atendidas e entendidas a partir de um viés urbano e de cidade, já que não são.

Sem autonomia administrativa, os distritos rurais ficam a cargo do governo municipal (distrito sede) e funcionam como local de organização da pequena produção e de atendimento às primeiras necessidades da população residente e representa importante função no suprimento da população rural em seu entorno.

A partir dessas considerações, discorre-se a seguir sobre os processos conceituais, de formação e configuração dos distritos no Brasil, com destaque para o Estado de Goiás e a mesorregião do Sul Goiano bem como o município, por meio do Plano Diretor Municipal pode promover melhores condições de vida nesses espaços. Autores como Pinto (2003), Monastirsky et al. (2009), Silva (2008); Montes (2006) em seus estudos sobre os distritos em diversas regiões do país oferecem a base para a identificação das diversas realidades.

4.1 Os distritos rurais: entre o rural e o urbano

*Casas entre bananeiras
mulheres entre laranjeiras
pomar, amor, cantar.
Um homem vai devagar.
Um cachorro vai devagar.
Um burro vai devagar.
Devagar... as janelas olham.
Eta vida besta, meu Deus.*

Carlos Drummond de Andrade

No Brasil, o termo distrito é utilizado para designar diferentes áreas administrativas de extensões e limites pré-estabelecidos. No contexto político-administrativo, os distritos podem pertencer à União, ao Estado e aos Municípios²⁶. Estes últimos, representam uma divisão territorial dos municípios instituída com

²⁶ De acordo com Souza e Castilho (2014), o Brasil é constituído por um distrito Federal, que assim como os estados e municípios é um ente federativo, tem autonomia política, administrativa, financeira e governo próprio. Um distrito estadual denominado Fernando de Noronha; um arquipélago formado por 21 ilhas e administrado pelo Estado de Pernambuco nos termos de sua Constituição e 10.283 distritos municipais, compostos pelo distrito sede (cidades) e pelos distritos não sede (Vila).

vistas a possibilitar uma melhor administração do local e dessa forma, estão subordinados a este poder público.

Os municípios se constituem em unidades autônomas de menor hierarquia dentro da organização político-administrativa do Brasil. Estas unidades são consideradas como o conjunto formado pela zona rural e pela zona urbana. A zona rural se compõe pela população e pelos domicílios recenseados em toda a área fora dos limites urbanos, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, e zona urbana, pelas pessoas e pelos domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou que correspondem às cidades, às vilas ou às áreas urbanas isoladas.

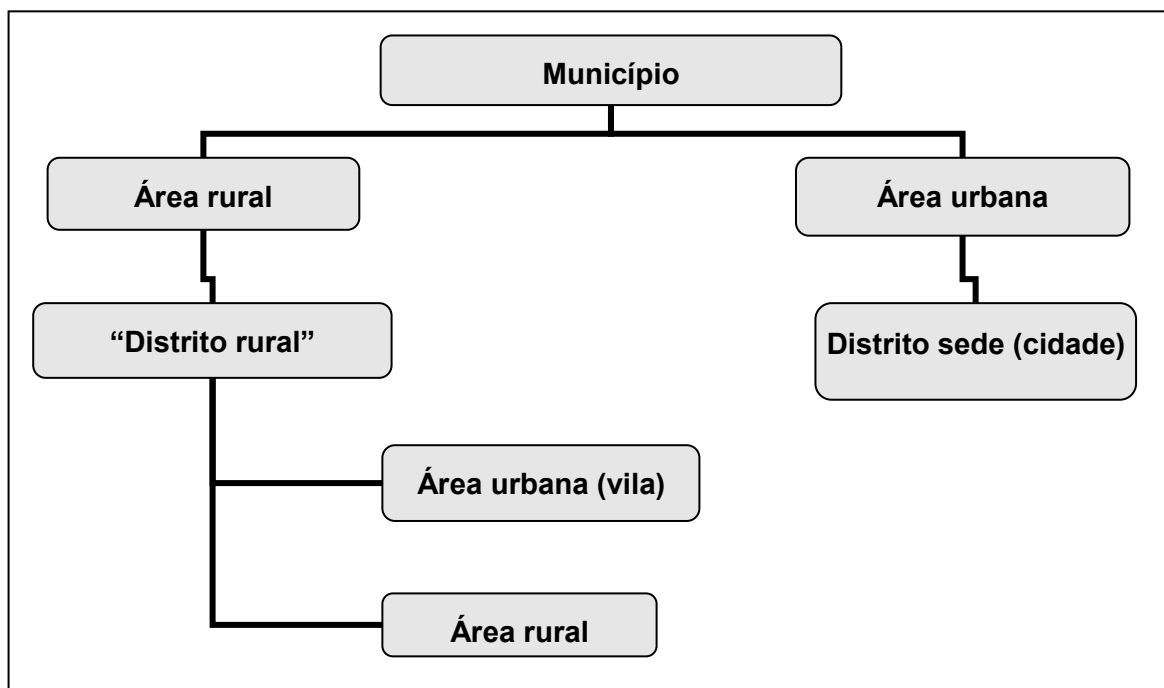
A criação, incorporação, fusão ou desmembramento de um município é feita por leis estaduais, observada a continuidade territorial, a unidade histórico-cultural do ambiente urbano e os requisitos previstos em Lei Complementar Estadual. Os municípios são regidos por leis orgânicas e podem criar, organizar e suprimir distritos. De acordo com Pinto (2003, p. 58), “[...] o município é formado pelo seu distrito-sede, cujo principal núcleo urbano recebe o nome de cidade, e pelos demais distritos que porventura existirem, cujo principal núcleo recebe o nome de vila. ” Além dos distritos, as sedes municipais são subdivididas em bairros caracterizados como partes delimitadas da cidade, que não ultrapassam o limite administrativo e adquirem outra conotação de localidade.

Os distritos são unidades administrativas dos municípios, criados por lei municipal, observando os requisitos previstos em lei estadual. O distrito é uma subdivisão do município, que tem como sede a vila. Não possui autonomia administrativa e funciona como local de organização da pequena produção e de atendimento às primeiras necessidades da população residente em seu entorno,

cujo comando fica a cargo da sede do município. De acordo com as notas oficiais do Decreto-Lei nº311, de 2 de março de 1938.

Art. 2º Os municípios compreenderão um ou mais distritos, formando área contínua. [...] Art. 3º A sede do município tem a categoria de cidade e lhe dá o nome. Art. 4º O distrito se designará pelo nome da respectiva sede, a qual, enquanto não for erigida em cidade, terá, a categoria de vila. *Parágrafo único.* No mesmo distrito não haverá mais de uma vila. (BRASIL, 1938).

Assim como as cidades, os distritos rurais são divididos em áreas urbanas (vila) e rurais (Figura 7). O distrito é localizado na área rural do município, embora sua sede, a vila, é considerada urbana e a população residente é contabilizada pelos Censos e dados oficiais como população urbana. Segundo Souza e Castilho (2014), como os municípios podem ser divididos em mais de um distrito, estes podem ser classificados como primário e secundário. A primeira classificação representa o distrito sede, ou seja, a cidade onde se constitui o governo municipal, enquanto o distrito secundário é o distrito não sede, formado geralmente por um povoado ou vilarejo e recebe a categoria de Vila.

Figura 7- Estrutura organizacional do município brasileiro -2017

Fonte: IBGE (2010). Org.: Mesquita, A. P. (2017)

Neste trabalho, o distrito secundário, ou distrito não sede, foi denominado de distrito rural. A escolha dessa terminologia se deu para evitar possíveis confusões quanto às designações entre distrito sede e distrito municipal. Buscou-se, dessa forma, por meio do termo distrito rural, embora se reconheça a terminologia oficial utilizada pelo IBGE (2010), demonstrar a verdadeira essência dessas localidades, as quais se configuram, salvo exceções²⁷, em espaços com conteúdo e modo de vida rural.

Apesar de os distritos serem compostos, em geral, por uma pequena população, o total de distritos rurais no Brasil representa uma parcela significativa

²⁷ No Estado de Goiás, o distrito de Nova Brasília (Aparecida de Goiânia) e Jardim Ingá (Luziânia) representam exceções dos “distritos rurais” goianos, visto que se localizam em áreas de grande aglomeração urbana como as regiões metropolitanas de Goiânia e Brasília, respectivamente.

de habitantes que não pode ser esquecida ou desprezada. Em 2010, segundo dados do IBGE, existiam no Brasil 10.283 distritos, destes, 5.563 são as cidades (distrito sede) e 4.720 são as vilas (sede de distritos municipais).

Como pode ser observado, o IBGE (2010) considera as cidades como distritos sede, ou seja, o município é formado pelo distrito sede e pelos demais distritos rurais cuja sede é a vila caso existam. A população residente nessas áreas varia de aproximadamente 100 habitantes, em áreas mais afastadas, geralmente, no interior dos estados brasileiros, até cerca de 100 mil habitantes, em regiões com alto índice de desenvolvimento.

A incipiente infraestrutura, como observado nos distritos rurais retratados nas Fotos 8a e 8b, e a pouca oferta de serviços influenciam o deslocamento quase diário de pessoas para as cidades maiores, o que ocasiona a pouca circulação de capital nos distritos e contribui para a constante relação de subordinação às cidades maiores.

A carência de serviços oferecidos pode ser observada, mormente, em relação à saúde e à educação, bem como a pouca oportunidade de empregos, os quais são, em geral, nas áreas rurais, o que obriga parte significativa dos jovens a migrarem para as cidades maiores em busca de melhores condições de vida. Tal fato promove a estagnação econômica do local, como também a perda e/ou envelhecimento populacional. Essa migração poderia ser contida com o investimento, pelos Governos Municipais, em postos de trabalho, os quais contribuiriam para a dinamização da economia local.

Foto 8: a) Domiciano Ribeiro (Ipameri): falta de pavimentação nas ruas da vila; b) Marcianópolis (Goiatuba): Obra para construção da unidade básica de Saúde parada.



Fonte: Pesquisa de campo (2017). Autor: Mesquita, A. P.

Por outro lado, os distritos desempenham um importante papel de suprimento de artigos de primeira necessidade para a população rural em seu entorno, como ilustrado nas Fotos 9a e 9b. Com menor distância em relação às cidades maiores, os distritos se tornam ponto de venda de artigos e produtos alimentícios, de higiene pessoal e agropecuários para a população que reside nas áreas rurais, além de oferecerem atendimento médico nos postos de saúde, em alguns casos.

Foto 9: a) Domiciano Ribeiro (Ipameri): fachada de loja de vestuário; b) Riverlândia (Rio Verde): Fachada de uma farmácia e ao lado loja de utilidades - 2017



Fonte: Pesquisa de campo (2017). Autor: Mesquita, A. P.

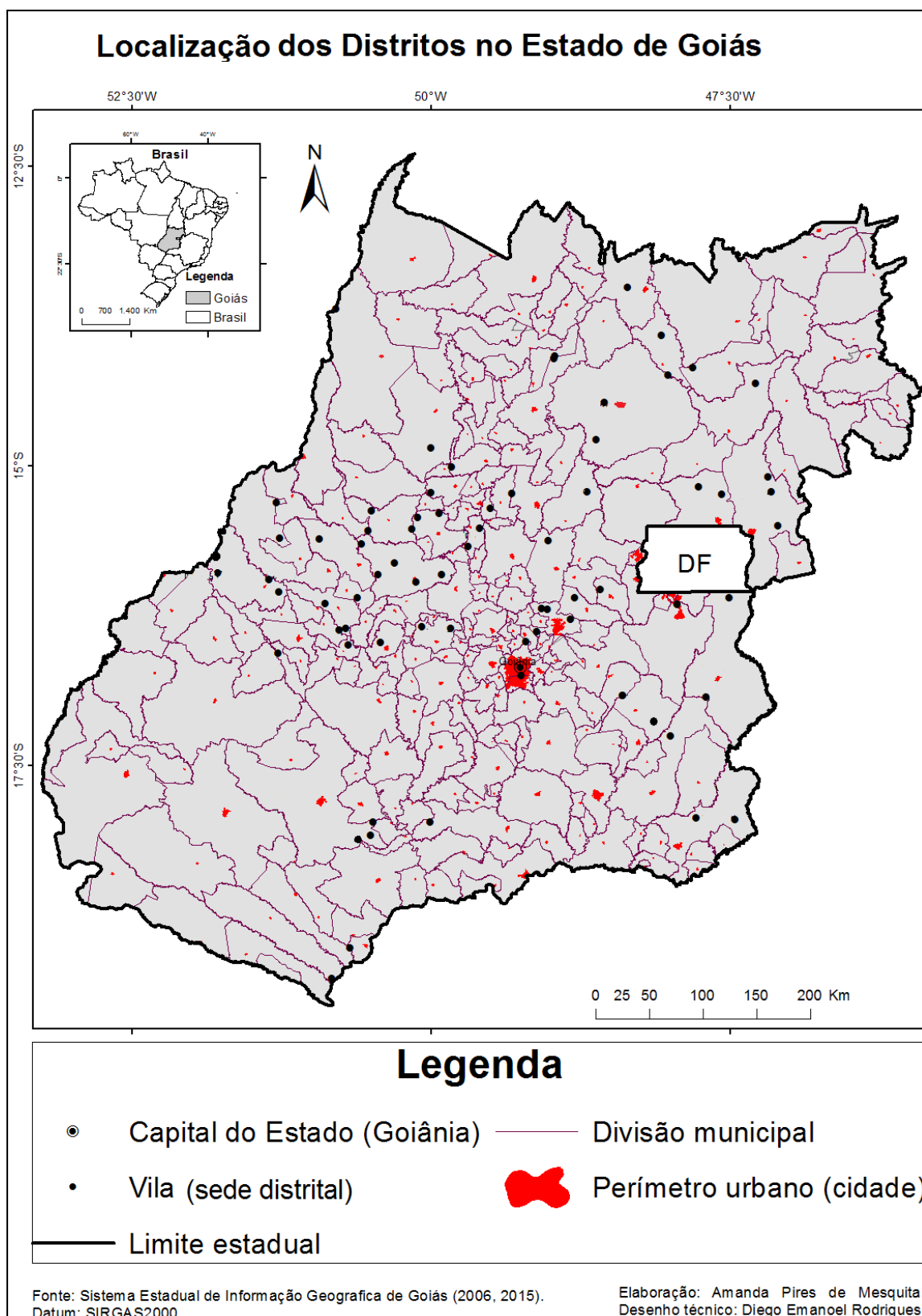
Assim, a preponderância do modo de vida em uma vila tem relação direta com o contexto regional. Embora seja considerada urbana, sua sede, a vila, é dominada pelo cotidiano rural, tanto pelo modo de vida quanto pela economia local, que depende diretamente do campo. Enquanto não possui autonomia administrativa, o distrito rural fica sob o comando do governo municipal que, raramente, atende às suas necessidades. E não raras vezes essa é a realidade da maioria dos distritos rurais brasileiros.

Os desafios do planejamento dessas áreas estão vinculados à complexidade de relações entre o campo e a cidade. Desse modo, suas particularidades estão diretamente relacionadas e influenciadas pelo entorno rural e pelo urbano, sugerindo, portanto, o conhecimento do seu modo de vida para entender às necessidades locais, o que não é feito pelos órgãos competentes. O planejamento das áreas rurais visa, na maioria das vezes, resolver os problemas de ordem ambiental e não se preocupam, eficazmente, com as necessidades de seus habitantes.

Em Goiás, segundo dados do SIDRA/IBGE (2010) há 71 distritos rurais²⁸ distribuídos em 45 municípios (Mapa 4) lembrando que o estado de Goiás é composto por 246 municípios, dados do censo do IBGE de 2010, e que nem todos são divididos em distritos rurais, apenas em distritos sedes (cidades). Quanto ao número de habitantes residentes nesses distritos rurais” variam desde menos de 100 habitantes como o distrito de Juscelândia (Jussara) na Microrregião do Rio Vermelho, até distritos com mais de 100 mil habitantes como o Nova Brasília (Aparecida de Goiânia), localizado na Microrregião de Goiânia (Tabela 7).

²⁸ O IBGE não considera em sua contagem de 2010, o distrito de Pires Belo, pertencente ao município de Catalão, na mesorregião do Sul Goiano. Pires Belo, tornou-se distrito em 26 de fevereiro de 1997 pela Lei Municipal Nº 1.594/1997. Dessa forma, Goiás compreende 72 distritos municipais.

Mapa 4: Goiás: localização dos distritos rurais - 2016



Fonte: Sistema Estadual de Informação Geográfica de Goiás (2006, 2015)

Tabela 7: Goiás: população por tipo de residência dos distritos rurais – 2010

Município	Distrito rural	População distrito rural			Município	Distrito rural	População distrito rural		
		Urbana	Rural	Total			Urbana	Rural	Total
Abadiânia	Posse d'Abadia	314	2.205	2.519	Itarumã	Olaria do Angico	24	490	514
Alexânia	Olhos d'Água	957	409	1.366					
Alto Paraíso de Goiás	São Jorge	446	59	505					
Anápolis	Goialândia	883	173	1.056					
	Interlândia	1.355	606	1.961	Ivolândia	Campolândia	98	461	559
	Joanópolis	457	442	899	Jussara	Canadá	11	516	527
	Sousânia	528	949	1.477		Juscelândia	-	88	88
Anicuns	Capelinha	308	287	595		São Sebastião do Rio Claro	179	894	1.073
	Choupana	273	154	427	Luziânia	Jardim Ingá	64.547	-	64.547
Aparecida de Goiânia	Nova Brasília	297.897	105	298.002	Matrinchã	Lua Nova	565	538	1.103
Campinorte	Colinaçu	418	931	1.349	Minaçu	Cana Brava	463	3.066	3.529
Catalão	Pires Belo	1.021	348	1.369					
	Santo Antônio do Rio Verde	2.018	1.295	3.313	Moiporá	Messianópolis	313	157	470
Colinas do Sul	Vila Borba	344	246	590	Montes Claros de Goiás	Aparecida do Rio Claro	328	128	456
Cristalina	Campos Lindos	6.290	1.942	8.232		Lucilândia	140	268	408
Crixás	Auriverde	410	1.260	1.670		Ponte Alta do Araguaia	647	621	1.268
Faina	Caiçara	347	578	925		Registro do Araguaia	143	604	747
	Jeroaquara	229	690	919	Niquelândia	São Luiz do Tocantins	-	2.628	2.628
Fazenda Nova	Bacilândia	399	457	856		Tupiraçaba	150	2.034	2.184
	Serra Dourada	132	232	364		Vila Taveira	1.151	1.459	2.610
Formosa	Bezerra	1.741	1.047	2.788					
	Juscelino Kubitschek	1.144	565	1.709					
	Santa Rosa	852	2.173	3.025	Nova Crixás	Bandeirantes	1.023	2.455	3.478
Goianésia	Natinópolis	182	109	291					

(Continua)

(Continuação)

Município	Distrito rural	População distrital			Município	Distrito rural	População distrital		
		Urbana	Rural	Total			Urbana	Rural	Total
Goiânia	Vila Rica	775	864	1.639	Orizona	Alto Alvorada	135	807	942
Goiás	Buenolândia	85	867	952	Pirenópolis	Lagolândia	205	718	923
	Calcilândia	228	1.260	1.488	Planaltina	Córrego Rico	214	1.074	1.288
	Davidópolis	1.404	534	1.938		São Gabriel de Goiás	1.082	2.979	4.061
	São João	208	290	498	Rialma	Castrinópolis	90	307	397
	Uvã	301	1.600	1.901	Rio Verde	Lagoa do Bauzinho	1.234	495	1.729
Goiatuba	Marcianópolis	744	451	1.195		Ouroana	771	203	974
Ipameri	Cavalheiro	92	341	433		Riverlândia	735	250	985
	Domiciano Ribeiro	3.164	583	3.747	Rubiataba	Valdelândia	195	374	569
Israelândia	Piloândia	141	96	237	São João d'Aliança	Forte	140	1.874	2.014
Itapaci	Aparecida de Goiás	80	239	319	São Luís de Montes Belos	Rosalândia	252	926	1.178
Itapirapuã	Jacilândia	487	714	1.201	São Simão	Itaguaçu	1.339	574	1.913
Itapuranga	Cibele	179	348	527	Uruaçu	Geriaçu	48	359	407
						Pau Terra	-	570	570
	Diolândia	537	265	802	Uruana	Uruceres	408	200	608
						Uruíta	904	574	1.478
					Vianópolis	Caraíba	215	453	668
População total dos distritos rurais - urbana (Vila)		População total dos distritos rurais - área rural			População total dos distritos rural (urbana e rural)				
405.119		54.858			459.977				

Fonte: SIDRA/IBGE (2010). Org.: Mesquita, A. P. (2016)

Como pode ser observado, a maior parte da população dos distritos é rural. Dos 72 distritos rurais de Goiás, 38 (52%) possuem maior população residente nas áreas rurais, ou seja, não residem na área urbana do Distrito, na vila.

De modo geral, a população desses distritos rurais é pequena, com exceção dos distritos de Nova Brasília (Aparecida de Goiânia) e Jardim Ingá (Luziânia) pertencentes às regiões metropolitanas da microrregião de Goiânia e do Entorno do Distrito Federal respectivamente.

As diferenças desses lugares também se manifestam no modo de vida dos habitantes locais, que na maioria das vezes é influenciada pelas características das regiões e dos municípios a que pertencem. Enquanto alguns distritos rurais se caracterizam por atividades basicamente agrícolas como Santo Antônio do Rio Verde (Catalão) localizado no Sul Goiano e se destacam na produção de soja, milho e no cultivo de Pinus atraindo migrantes de várias partes do país, especialmente do Sul e do Sudeste (Foto 10), outros como Posse d'Abadia (Abadiânia)²⁹ no Leste Goiano, passam pelo processo de esvaziamento populacional após já ter obtido o *status* de sede municipal (Abadiânia Velha); hoje sua economia baseia-se no artesanato e na agricultura familiar e se encontra basicamente esquecido no vale e no tempo e habitado principalmente por crianças e idosos (Fotos 11 e 12).

²⁹ Nascida no fim dos anos 1800, Abadiânia Velha, ou Posse D'Abadia, já foi cidade. Perdeu o status em 1963, quando políticos goianos decidiram mudar a sede do município. Sem as repartições da administração municipal, ela perdeu os serviços e a maior parte dos habitantes. Onde chegaram a morar 3 mil pessoas, hoje não há mais de 550. A maioria, crianças e idosos. (ALVES, 2014).

Foto 10: St. Antônio do Rio Verde (Catalão): Vista parcial da unidade da empresa COCARI³⁰ - 2017



Fonte: Pesquisa de campo (2017). Autor: Mesquita, A. P.

Foto 11: Posse d'Abadia (Abadiânia): vista parcial do distrito - 2014



Fonte: Alves (2014)

³⁰ A COCARI (Cooperativa Agropecuária e Industrial), instalada no Distrito de Santo Antônio do Rio Verde (Catalão) em 2012 é uma empresa com estrutura para recebimento, beneficiamento e armazenagem das safras de cooperados da empresa.

As diferenças desses distritos rurais vão além do número populacional e se manifestam, também, na configuração da paisagem, na economia e no modo de vida. Se de um lado podem representar certa importância econômica para o seu município, por outro constituem-se como lugares de vida para seus moradores. No segundo caso, mais que no primeiro, embora seja quase uma regra para ambas as situações, há um abandono, inclusive em relação às necessidades básicas nessas áreas, questões que levam como dito, a um esvaziamento e envelhecimento populacional (Foto 12).

Foto 12: Riverlândia (Rio Verde): prosa de senhoras - 2017



Fonte: Pesquisa de campo (2017). Autor: Mesquita, A. P.

O envelhecimento populacional é característica proeminente em regiões que não oferecem boas oportunidades de educação, emprego, cultura e saúde,

fato que obriga a população mais jovem a migrar para espaços que ofereçam melhores condições de vida, sendo que os retornos destes, são raros. Assim, enquanto os distritos rurais mais afastados de grandes centros urbanos, em sua maioria, passam pela estagnação/esvaziamento e envelhecimento populacional, outros localizados em regiões mais dinâmicas – que não são muitos - apresentam relevante crescimento populacional e funcionam como local de reserva de mão de obra, principalmente pelo menor custo de vida encontrado nesses espaços, assim como acontece com pequenas cidades no entorno de Brasília e Goiânia, por exemplo.

Dos 72 distritos rurais de Goiás, 48 (66%) tiveram seu número populacional reduzido de 2000 a 2010 (SIDRA/IBGE, 2000, 2010), enquanto os outros mantiveram suas populações estagnadas a não ser os distritos de Campos Lindos (Cristalina), Jardim Ingá (Luziânia) e Nova Brasília (Aparecida de Goiânia), os quais estão situados em contextos regionais específicos como a proximidade de Brasília (Campos Lindos e Jardim Ingá) e Goiânia (Nova Brasília) e tiveram um aumento populacional significativo durante esse período.

As particularidades dos distritos rurais, as quais os aproximam, mas, ao mesmo tempo os diferenciam uns dos outros - e ainda mais das grandes cidades, indicam que os modelos de desenvolvimento e ações para esses espaços não podem ser os mesmos utilizados em áreas metropolitanas. Essas questões suscitam estudos para compreender as especificidades desses locais, suas relações cotidianas, as relações com a rede urbana e com o espaço rural, bem como levar em consideração todo o contexto regional em que estão inseridos, como sugerem Souza e Castilho (2014).

A realidade de cada vila ou povoado, portanto, não pode ser compreendida a partir de uma metodologia que geralmente se utiliza para compreender os espaços metropolitanos. É preciso considerar a formação do distrito, a sua participação na rede urbana, a vida de relações existentes na localidade e também a atuação dos atores sociais. Podemos citar, por exemplo, fazendeiros, camponeses, lideranças políticas, movimentos sociais, líderes religiosos e proprietários de estabelecimentos comerciais. O distrito, nesse sentido, não é isento de conflitos de interesses, o que lhe confere uma característica eminentemente política (SOUZA; CASTILHO, 2014, p. 538).

Outra questão a ser considerada é que, apesar da quantidade de distritos rurais no Estado de Goiás, há uma enorme dificuldade em conseguir os dados oficiais desses lugares, visto que algumas informações como o número populacional, idade da população são fornecidas em conjunto com os dados dos distritos sedes, fato que dificulta as informações exatas dessas áreas. Além disso, há distritos rurais que não são contabilizados pelo IBGE como o distrito de Pires Belo, no município de Catalão o qual não aparece nas contagens desse Instituto, e apresenta contradição nas informações disponíveis.

Além da dificuldade em conseguir informações e dados oficiais dos distritos, há também pouca produção científica sobre o tema, inclusive no âmbito da Geografia Urbana e Agrária, fato que impede ainda mais a visibilidade dos mesmos. É importante destacar que apesar de poucos, há importantes estudos que buscam possibilitar maior reconhecimento dessas áreas como no trabalho de Silva (2008) sobre os espaços e as relações dos distritos rurais de Cibeles e Caiçara em Goiás; Monastirsky et al (2009) que aborda a modernização e as políticas públicas na região de Campos Gerais do Paraná; a pesquisa de Montes (2006) sobre as territorialidades do distrito de Tapuira em Uberlândia (MG) e a pesquisa de Souza e Castilho (2014) que, em especial, trazem algumas questões

oficiais teóricas sobre os distritos rurais de Goiás, os quais sobremaneira, contribuíram para a constituição deste trabalho.

Monastirsky et al (2009), acrescenta que a pouca produção científica no Brasil em relação aos distritos rurais e a pouca visibilidade dos mesmos pode contribuir para a negligência do poder público em relação, principalmente, às políticas públicas básicas como saúde e educação, as quais se constituem numa infraestrutura mínima necessária para a boa qualidade de vida. Assim, compreender a configuração espacial e as particularidades dos distritos rurais é relevante, principalmente, na elaboração de políticas e de planos de ação voltados aos interesses e melhorias na qualidade de vida dos moradores locais.

Sobre o assunto, Maluf (2004) considera que o município, mediante o Plano Diretor ou por lei municipal, deve disciplinar o território rural, também, no que concerne à regulação do uso e ocupação do solo nos distritos situados na área rural de forma a considerar todo o município, suas vocações, predominâncias e interesses, pois embora apresentem pouca expressividade populacional representam parcela significativa de localidades no Brasil.

A partir desses apontamentos e sabendo que o Plano Diretor municipal é a principal ferramenta de ordenamento do município, devendo abranger sua totalidade, incluindo as áreas rurais e os distritos rurais, se torna importante reconhecer a realidade dessas áreas para que se possa desenvolver planos de ação e desenvolvimento que contemplem cada realidade em particular. Dessa forma, a seguir será apresentado como os municípios, por meio do Plano Diretor Municipal abordam as áreas rurais, em especial os distritos rurais na Mesorregião do Sul Goiano.

4.2 Planejamento Municipal e os distritos rurais do Sul Goiano: os caminhos da pesquisa

O rural do Sul Goiano é marcado por uma grande diversidade de sujeitos sociais que, direta ou indiretamente transformam o território e moldam as suas características. Reconhecendo todas as dinâmicas territoriais e expressões locais do espaço rural, compreende-se que o Poder Público municipal, tanto pela proximidade, quanto pela autonomia e competência recebida para organizar seu território, deve disciplinar, também sua área rural.

Quando falamos em rural, consideramos também, as inúmeras localidades situadas além do perímetro urbano. Neste contexto, os distritos rurais, embora tenha suas vilas conceituados como áreas urbanas, apresentam características de áreas rurais, tanto no que diz respeito à economia local, quanto à insuficiência de serviços públicos urbanos (saúde, educação, lazer, comércio, dentre outros) e políticas públicas específicas direcionadas à população, oficialmente urbana, mas essencialmente rural.

Assim, essa subseção tem como objetivo, apresentar as características socioeconômicas e geoambientais dos municípios estudados e de seus distritos. A importância dessa caracterização, está na perspectiva da análise e compreensão da diversidade desses espaços e no reconhecimento do perfil dos municípios estudados, visto que se considera necessário abarcar todo o contexto regional, para compreender a gênese dos distritos Goianos, que em boa parte das vezes, se não, na maioria, carregam as características das suas áreas de formação.

Segundo Monastirsky et al (2009), a distância espacial, absoluta e relativa, em relação à sede municipal e o componente demográfico de padrão disperso, são elementos importantes à serem avaliados em relação às especificidades das demandas distritais por políticas públicas. Principalmente porque, segundo os autores, essas características dificultam a formação de capital político para a conquista de maior autonomia administrativa, e assim, conseguir atender às reivindicações da comunidade por melhor infraestrutura e serviços públicos.

A mesorregião do Sul Goiano é compreendida por 82 municípios, destes apenas 8 (oito) possuem distritos rurais, totalizando 12 distritos. Dos municípios que são subdivididos em distritos rurais, apenas quatro possuem uma população superior à 20 mil habitantes (IBGE, 2010) e um está localizado em área de influência de empreendimentos hidrelétricos (Usina Hidrelétrica de São Simão), requisitos necessários para a elaboração do Plano Diretor municipal (Tabela 8).

Tabela 8: Mesorregião do Sul Goiano: população dos municípios que são subdivididos em distritos rurais - 2016

Município	População municipal 2010/hab.	Estimativa população municipal 2016/hab.	Distritos rurais	População distrital/hab. 2010*
Catalão**	86.647	100. 590	Pires Belo	1.369
			Santo Antônio do Rio Verde	3.313
Goiatuba**	32.492	34.179	Marcianópolis	1.195
Ipameri**	24.735	26.536	Cavalheiro	433
			Domiciano Ribeiro	3.747
Itarumã	6.300	6.927	Olaria do Angico	514
Orizona	14.300	15.364	Alto Alvorada	942
Rio Verde**	176.424	212.237	Lagoa do Bauzinho	1.729
			Riverlândia	985
			Ouroana	974
São Simão***	17.088	19.407	Itaguaçu	1.913
Vianópolis	12.548	13.567	Caraíba	668

Fonte: IBGE Cidades (2016). Org.: Mesquita, A. P. (2016)

* Dados do IBGE/SIDRA, Censo populacional de 2010.

** Municípios com mais de 20 mil habitantes (IBGE, 2010)

*** Município localizado em área de influência de Usina Hidrelétrica.

Dessa forma, a área de pesquisa compreende 09 (nove) distritos rurais de 05 (cinco) municípios do Sul Goiano, sendo eles: Pires Belo e Santo Antônio do Rio Verde (Catalão), Cavalheiro e Domiciano Ribeiro (Ipameri); Marcianópolis (Goiatuba); Lagoa do Bauzinho, Riverlândia e Ouroana (Rio Verde) e Itaguaçu (São Simão). A população desses distritos varia de uma média de 433 a 3.747

habitantes segundo dos dados populacionais do IBGE (2010) (Tabela 8).

A área escolhida se justifica pela necessidade de analisar municípios que sejam subdivididos em distritos rurais e possuam Planos Diretores municipais já definidos e implantados. Dessa forma, apenas cinco municípios da Mesorregião do Sul Goiano se adequaram a esses critérios de classificação. A escolha dessa Mesorregião, se explica pela diversidade econômica e social, visto que, apesar de possuir uma das maiores economias do estado de Goiás, apresenta uma proeminente desigualdade regional que muitas vezes é mascarada pelos elevados índices econômicos de alguns municípios e da região voltados à atividade agrícola.

Essas desigualdades são reflexo da distribuição de recursos e da aplicação de políticas públicas para determinadas regiões em detrimento de outras, bem como da diversidade do dinamismo econômico e social. Enquanto região promissora para o mercado agrícola, o Sul Goiano possui um contingente significativo de trabalhadores rurais submetidos a condições precárias de trabalho no campo e/ou em periferias das cidades. Como podemos ver a seguir, apesar das similaridades dos espaços rurais dos municípios pesquisados, as realidades locais ressaltam suas diferentes necessidades.

4.2.1 Os municípios goianos e seus distritos rurais: Catalão, Goiatuba, Ipameri, Rio Verde e São Simão

A formação socioespacial dos municípios estudados, assim como de outros municípios goianos, se explica pelos processos econômicos e políticos que marcaram a organização territorial brasileira, como também, a interação desses processos com as especificidades locais, as quais constituíram, ao longo do

tempo, os traços particulares do espaço goiano.

De forma geral, a formação dos primeiros povoados goianos teve grande influência da mineração, com a criação dos primeiros núcleos urbanos nas proximidades dos veios de ouro; bem como pela ação de proprietários rurais e pela movimentação do gado entre os mercados consumidores e as áreas de produção. Vários desses primeiros arraiais, vilas e povoados se fixaram e deram origem às atuais cidades goianas. Ademais, a concentração de pontos de comércio em determinadas localidades, a influência da igreja católica nos conhecidos “patrimônios³¹”, a implementação de ferrovias e rodovias favoreceram a formação de vários núcleos urbanos no estado de Goiás (LIMA, 2004).

Para apreender a constituição dos municípios e distritos rurais estudados, é necessário considerar que esses espaços estão inseridos em processos gerais que marcaram a formação socioeconômica e espacial da região da qual fazem parte e só podem ser entendidos como totalidade. Por outro lado, há de se considerar que cada lugar apresenta uma história própria e formas diferentes de inserção na dinâmica sócioespacial. Dessa forma, os municípios de Catalão, Ipameri, Rio Verde, São Simão e Goiatuba, serão analisados enquanto partes de um contexto geral, de um Estado com suas próprias características econômicas e sociais próprias, ao mesmo tempo em que serão compreendidos enquanto individualidades.

³¹ Patrimônios são embriões de cidades ou aglomerações urbanas do passado que surgiram no meio rural; normalmente, eram lotes de terras doadas pelo fazendeiro à Igreja (Paróquia), sob o pretexto de agradar o Santo ou Santa Padroeira (GOMES; TEIXEIRA NETO 1993, p. 216).

Catalão (GO)

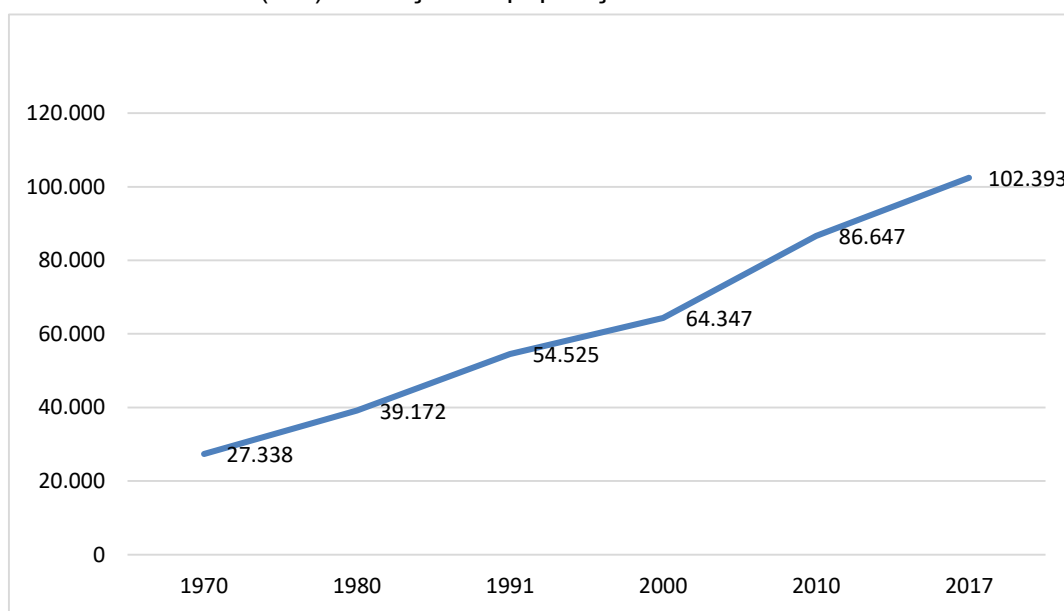
O município de Catalão, localiza-se na porção sudeste do estado de Goiás, na microrregião que leva seu nome. É um dos municípios mais desenvolvidos do estado e as atividades econômicas com maior destaque são o setor de serviços, a agropecuária e a indústria, respectivamente. Quanto aos aspectos populacionais é o segundo mais populoso dos municípios pesquisados e o 3º da mesorregião do Sul Goiano com 100.590 habitantes de acordo com a estimativa populacional do IBGE de 2016.

Pode-se considerar que Catalão passou por quatro períodos em que obteve grande destaque econômico, social, político e cultural. O primeiro, no início do século XX, com a chegada das ferrovias, Catalão se tornou uma das cidades mais importantes de Goiás; o segundo, com a criação de Brasília e da BR-050 ligando Brasília à São Paulo e a prioridade do rodoviarismo; o terceiro período, a partir da década de 1970 com a descoberta das minas de Nióbio e Fosfato e a inserção das novas técnicas agrícolas nas suas áreas de chapada; e o quarto, a partir da década de 1990, com a instalação da montadora de veículos *Mitsubishi Motors Company* (1997) e a instalação de mais doze novos cursos de graduação na Universidade Federal de Goiás, em que passou a atuar além da área de licenciatura (1996 com o curso de Ciências da Computação), totalizando em 2009, vinte cursos de Graduação.

Nesta penúltima e última fases, a população municipal obteve um aumento significativo como podemos observar no Gráfico 1. O aumento populacional nesse período teve origem nas mudanças econômicas do município, com a chegada das indústrias mineradoras, da montadora de Veículos e também,

com a ampliação de novos cursos de Graduação na UFG as quais atraíram migrantes de outras regiões e estados. Esse significativo aumento populacional de Catalão pode ser melhor interpretado ao se observar o Gráfico 1, no qual fica evidente o crescimento populacional a partir da década de 1970.

Gráfico 1: Catalão (GO): evolução da população total - 1970/2010.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010 e estimativa populacional de 2017. Org.: Mesquita, A. P. (2017)

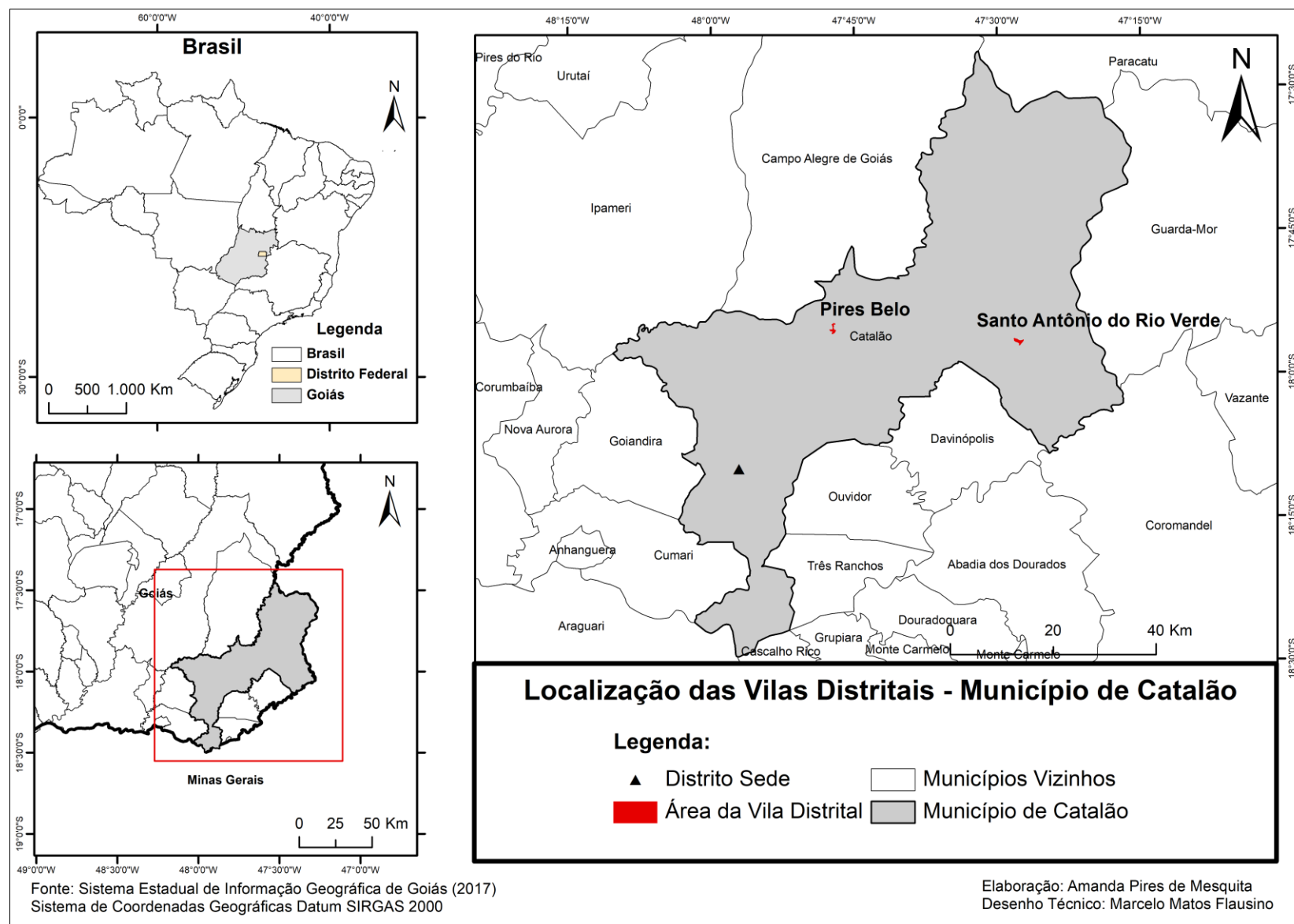
A sua localização - no entroncamento de importantes rodovias, bem com a proximidade com alguns dos principais centros consumidores do Brasil, como Goiânia, Brasília e em especial São Paulo – e a sua disposição na rede rodoferroviária, favoreceram a instalação de indústrias, dentre elas a Mitsubishi Motors (1998) que garantiram maior poder econômico ao município. A presença de Nióbio e Fosfato no solo catalano, atrelado à apoios fiscais e mão de obra barata e qualificada (Universidades públicas e privadas e Centros de ensino técnico), possibilitaram a Catalão, em poucos anos a obter o terceiro maior IDHM e o quinto maior PIB do estado de Goiás, segundo dados do IMB/IBGE (2014).

Segundo Mendonça (2004), a chegada das mineradoras na década de 1970 e a modernização da agricultura em 1980 são os principais fatores que explicam a relevância econômica de Catalão e do Sudeste Goiano atualmente. Fatos estes que foram possíveis graças à presença de rede rodoferroviária que permitia o deslocamento da produção e o fluxo de pessoas e mercadorias.

O espaço rural de Catalão se caracteriza pela presença da agropecuária extensiva com o cultivo de soja e milho e na criação de gado bovino de corte nas áreas de chapada, realizada por grandes proprietários de terra, boa parte provenientes de São Paulo e do Sul do País; enquanto nas regiões de relevo mais acidentado, predomina a pecuária leiteira e o cultivo de tomate em pequenas áreas, geralmente arrendadas, além da agricultura para o autoconsumo realizadas por agricultores familiares.

O município de Catalão é dividido em três distritos, sendo dois distritos rurais, Pires Belo e Santo Antônio do Rio Verde (Mapa 5) e distrito sede que recebe o mesmo nome. O distrito rural de Pires Belo, elevado à categoria de distrito em 1997, conta com um total de 1.369 habitantes (1.021 na área urbana). Sua vila está localizada à 30 km do distrito sede de Catalão e o acesso é feito pela BR-050, fator que facilita a mobilidade entre distrito rural e distrito sede. Mesquita (2014), em estudo sobre a vila de Pires Belo, acrescenta que a localização do antigo povoamento ao lado de uma Rodovia Federal (BR-050) facilitou seu desenvolvimento como ponto de comércio e dessa forma, representou o local de abastecimento de fazendeiros da região com produtos de primeira necessidade o quais não eram produzidos nas fazendas, além de ponto de encontro, principalmente por motivos religiosos.

Mapa 5: Catalão (GO): Divisão político-administrativa – 2018



Fonte: Sistema Estadual de Informações Geográficas de Goiás (2017)

A economia do distrito rural de Pires Belo, baseia-se na pecuária leiteira e na produção de milho, feijão geralmente para o autoconsumo e em pequenas propriedades rurais que variam de 1 a 4ha. O cultivo de tomate, representa também, importante fator no provimento da economia local, visto que necessita de pequenas áreas para a produção e poucos maquinários. Atualmente, há inserção do plantio de soja no distrito de Pires Belo, geralmente por moradores da região por meio do sistema de arrendamentos³², muito comum no local. O plantio de soja, diferente de outras regiões é realizado em pequenas propriedades e em menor quantidade. Por apresentar, em sua geomorfologia, formas de relevo onduladas, a região do Distrito não favorece a prática de cultivos mecanizados. De tal modo, a agricultura de Pires Belo é voltada para o sustento familiar, com pequena produção para o mercado.

A proximidade entre a vila de Pires Belo e o distrito sede de Catalão, aliada à existência de transporte coletivo que faz esse trajeto de três à quatro vezes ao dia, contribui para que haja um fluxo diário entre Pires Belo e a cidade de Catalão. Essa condição, facilita o acesso aos serviços e itens de consumo no distrito sede e dificultam o desenvolvimento dos mesmos na vila, a qual conta com poucos comércios e pouca variedade de produtos.

Além das atividades realizadas nas áreas rurais, há nas proximidades da vila, uma empresa (Empresa Global de Projetos e Obras Ltda.– EGP) que oferece algumas vagas de emprego à população (Foto 13). Essa empresa é uma construtora de rodovias e realiza a moagem de rochas (Granito) para a construção

³² Chelotti (2009) em estudo sobre o arrendamento da terra, afirma que esse processo é uma forma de se obter renda fundiária, visto que os capitalistas que não possuem terras, aplicam capital para fazê-las produzir. Acrescenta que no Brasil, essa prática é anterior ao processo de modernização da agricultura que começou em meados de 1960 em algumas regiões como São Paulo e Rio Grande do Sul.

e manutenção das mesmas, no caso de Pires Belo, para a duplicação e reforma da BR-050. Se por um lado, essa empresa emprega a população da vila, por outro não se pode desconsiderar os problemas causados; a explosão e a moagem da rocha além de causar rachaduras nas residências da vila, poluem o ar e prejudicam a saúde da população com o excesso de poeira.

Foto 13: Pires Belo (Catalão): vista parcial da EGP Engenharia - 2017



Fonte: Pesquisa de campo (2017). Autor: Mesquita, A. P.

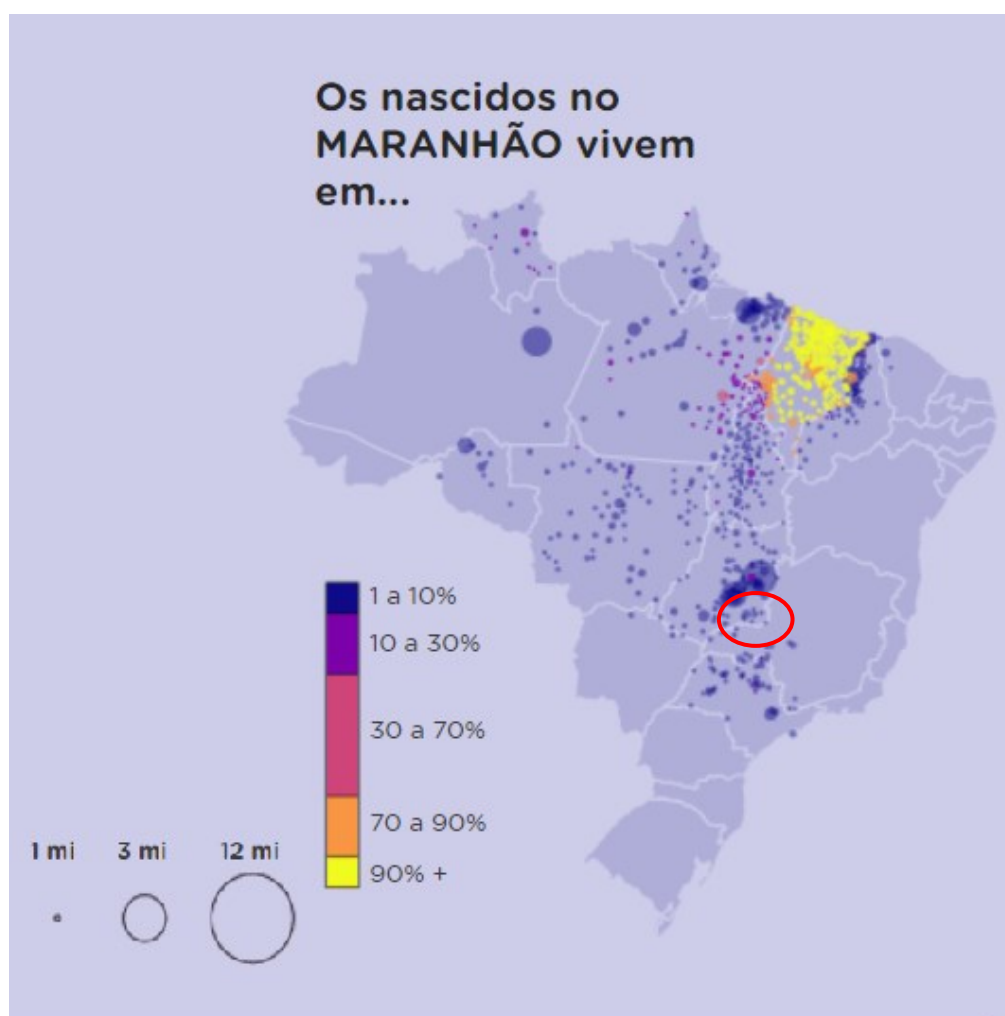
A EGP, engenharia fica localizada ao lado da BR-050, condição que, aliada à disponibilidade de matéria prima nas áreas do distrito, despertaram o interesse da empresa para que se instalasse na região. Além dessa instituição, a vila conta com uma serraria (Serraria Pires Belo), um posto de combustível, restaurante e um hotel que emprega a população.

A disponibilidade de trabalho nas lavouras de tomate, de soja e nas empresas e fábricas instaladas na vila, atrai migrantes de outras regiões do país, em especial do Nordeste. Há um grande contingente de maranhenses, cearenses e baianos que escolheram a vila para morar, trazendo suas famílias, ou apenas

permanecem no local durante os períodos de safra, retornando para suas famílias quando estas terminam.

A Figura 8 mostra a porcentagem de migrantes de Maranhão que residem em outros estados; no estado de Goiás, concentram-se na capital do estado, Goiânia e em Brasília, no entanto, observa-se a agrupamento de maranhenses na mesorregião do Sul Goiano.

Figura 8: Maranhão: porcentagem da população nascida em Maranhão que reside em outros estados. Destaque para o Estado de Goiás – 2017.



Fonte: <https://www.nexojornal.com.br>. Acesso em 07 dez. 2017

Adapt.: Mesquita, A. P. (2017)

Essa população migra em busca de oportunidades de trabalho e de melhores condições de vida e para fugir dos problemas enfrentados nessa região – como a intensificação da agricultura e a mecanização que alcança o nordeste. Essa situação também pode ser observada em outros distritos de Goiás, como Santo Antônio do Rio Verde e Domiciano Ribeiro (Ver logo abaixo).

A população que escolhe pelas vilas distritais, alegam que há um menor custo de vida se comparado à grandes cidades; a pouca especialização dos trabalhadores, também é outro fator preponderante para a escolha de lugares como as vilas. (Informação verbal, pesquisa de campo, Pires Belo e Santo Antônio do Rio Verde (Catalão), Domiciano Ribeiro (Ipameri), 2017). A migração de maranhenses para o Estado de Goiás, já foi apontada em 2015 pelo Jornal O Popular, como podemos observar:

Em uma década, eles saltaram de 92 mil para 161 mil vivendo em Goiás – crescimento de 75%. Os maranhenses são, entre os nascidos nos Estados do Norte e Nordeste do País, os que mais migraram para Goiás na última década [...], em números absolutos. [...] O incremento da construção civil e o desenvolvimento econômico experimentado pelo eixo formado pelo Distrito Federal e Goiás, aliados à recente expansão da fronteira agrícola nas Regiões Norte e Nordeste estão entre os fatores que explicam este movimento migratório. Esse cenário acaba atraindo mão de obra qualificada e não-qualificada, também. E não só para viver em Goiânia, como em cidades que se destacam por características diversas [...]. (O POPULAR, 2015).

A vinda desses migrantes, garante que as vilas não permaneçam em um estágio de estagnação populacional, visto que boa parte dos moradores naturais das vilas, veem seus filhos e netos migrarem para centros urbanos maiores em busca de estudo e/ou trabalho. A presença de novos moradores, além de garantir uma nova dinâmica na vila (cultural, econômica, social), contribuem para a

movimentação da economia local.

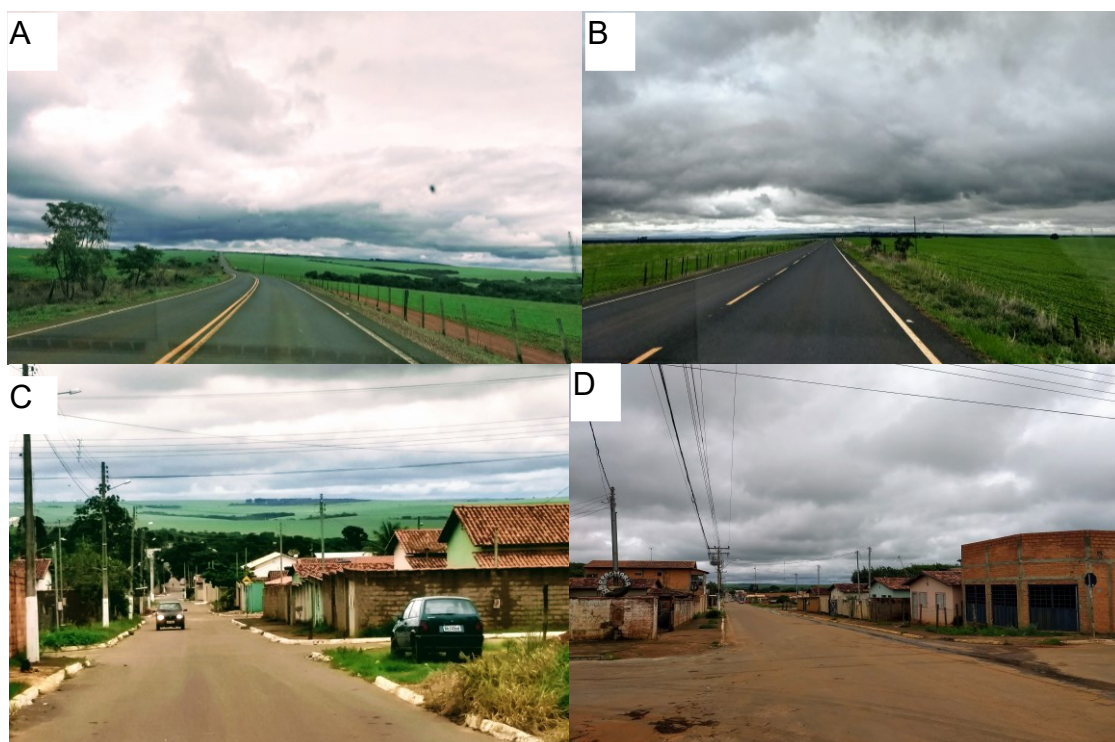
O distrito de Santo Antônio do Rio Verde foi criado em 1830 e se constitui em um dos distritos mais antigos da região. Em 2010, possuía uma população total de 3.313 habitantes e uma população urbana de 2.018 habitantes (IBGE/SIDRA, 2010). No entanto segundo informações obtidas durante as entrevistas com a população, a vila já conta com mais de 5.000 moradores, o que revela um constante crescimento populacional. Localiza-se na região nordeste do município de Catalão e sua vila se distancia à 78km da cidade sede. Diferente do distrito de Pires Belo, Santo Antônio do Rio Verde possui relevo plano conhecido como chapadão, o qual se destaca na produção de grãos, principalmente a soja, devido às suas características físico-naturais, abundância dos recursos hídricos, bem como pela localização geográfica e o baixo preço da terra (MESQUITA, 2014).

Nas décadas de 1980/90, essa região atraiu imigrantes de várias partes do país, especialmente do Sul e do Sudeste para a implantação de uma agricultura comercial moderna, e ainda hoje é uma das áreas mais importantes, de agricultura moderna da região Sudeste do estado de Goiás. De acordo com os estudos de Mendonça (2004), apenas nessa região estima-se aproximadamente 50 pivôs que irrigam cerca de 8.000ha e demonstram a aceleração no processo de incorporação dessas áreas ao circuito produtivo.

Atualmente, a população conta com um número considerável de migrantes nordestinos, em especial maranhenses que vieram para a vila em busca de trabalho nas fazendas de soja, milho e sorgo da região. A vila de Santo Antônio do Rio Verde é, entre as vilas pesquisadas, uma das que possuem maior quantidade de equipamentos públicos urbanos e uma melhor infraestrutura. No

entanto, ao considerar a importância econômica que a região possui para o município de Catalão e para todo o estado de Goiás, toda essa infraestrutura se torna insuficiente e precária. E com esse apontamento, reafirmamos o que já foi dito anteriormente: crescimento econômico não significa desenvolvimento social. Principalmente quando todos os recursos de uma região não pertencem à população local, assim conseguimos entender, a contradição socioespacial que salta aos nossos olhos Foto 14:

Foto 14: Santo Antônio do Rio Verde (Catalão): a) e b) vista parcial das lavouras de soja na região do distrito; c) e d) infraestrutura da vila e condição das vias e residências – 2017.



Fonte: Pesquisa de campo (2017). Autor: Mesquita, A. P.

As maiores reclamações dos moradores estão relacionadas à falta de apoio da sede municipal em relação principalmente à saúde. Na vila, há uma

Unidade Básica de Saúde (UBS), no entanto, sempre faltam médicos e os serviços básicos. Na mesma situação, se encontra a Farmácia Municipal, que não disponibiliza medicamentos para a população, que estão sempre em falta. A ambulância, que deveria permanecer na vila para dar apoio aos moradores, fica a maior parte do tempo no distrito sede, e considerando a distância entre esses locais, em casos de emergência, a população não é atendida com prontidão (Informação verbal, pesquisa de campo, Santo Antônio do Rio Verde (Catalão), 2017).

Quanto ao deslocamento até o distrito sede, há transporte público que faz o trajeto duas vezes ao dia, condição que facilita a busca dos moradores por produtos e serviços não encontrados na vila como atendimento bancários, médico, serviços de cartório e, também, alguns moradores fazer a aquisição de itens de consumo básico, alimentação, vestuário, farmácias no distrito sede de Catalão, alegando o alto valor cobrado pelos mesmo produtos na vila.

Ipameri

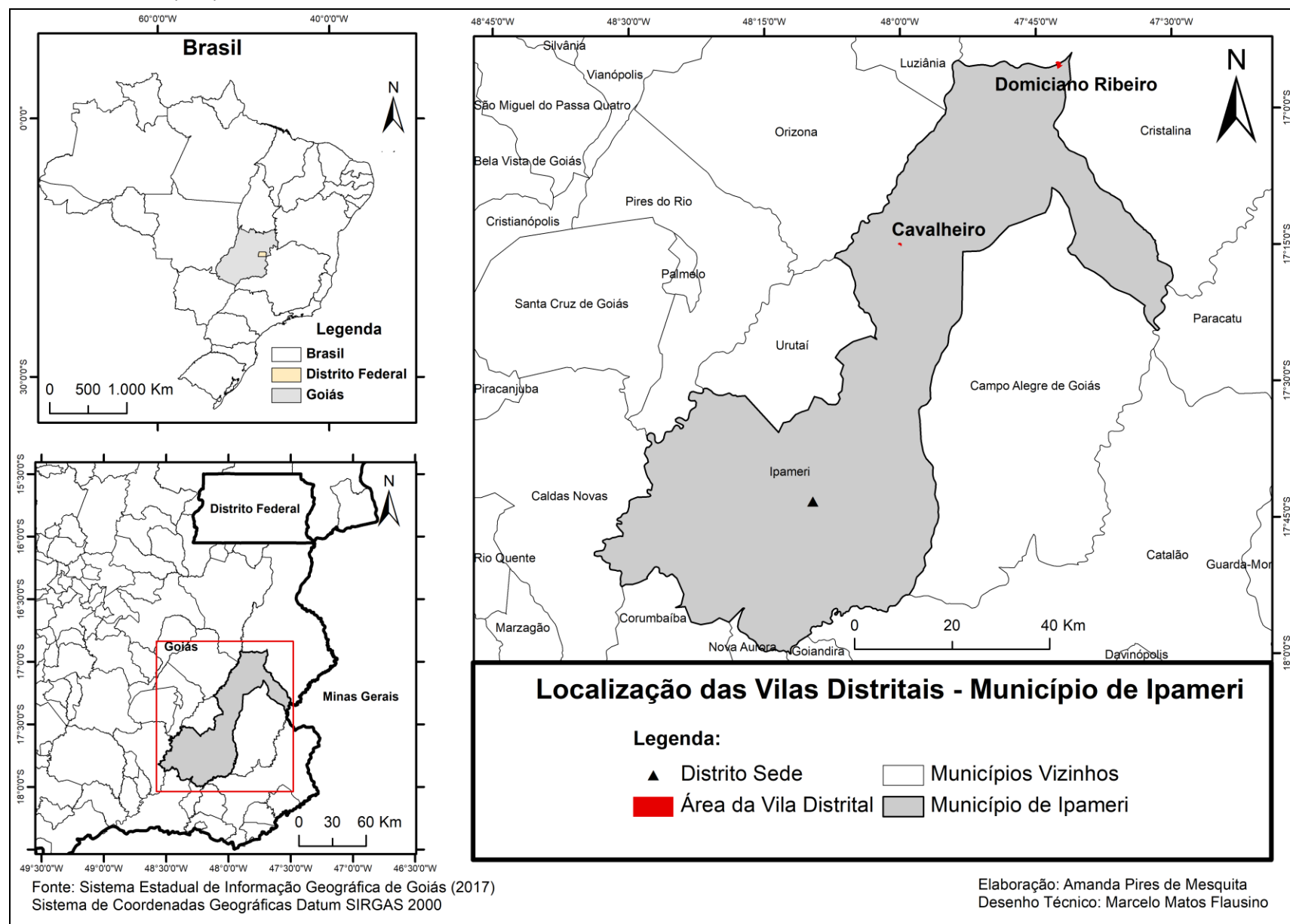
Fundada em 1880, a cidade de Ipameri, antiga “Entre Rios” obteve sua expansão econômica e populacional a partir da chegada da ferrovia em 1913, marco importante para o município e região que reflete ainda hoje, nos seus aspectos políticos, econômicos e sociais. Foi com a chegada da linha férrea que se iniciou o processo de reurbanização da cidade, possibilitando-a a ser a primeira cidade em Goiás a obter um sistema de energia elétrica e iluminação pública (início da década de 1990), fator de extrema relevância para a época.

Atualmente, Ipameri possui uma população de 26.563 habitantes segundos dados da estimativa populacional de IBGE (2016). Localiza-se na porção sudeste do estado na Microrregião de Catalão e a 210km de Goiânia e 280km de Brasília. Sua economia baseia-se na agricultura e pecuária e nos serviços associados a essas atividades, como fábricas de produtos lácteos dentre outros. As condições do relevo, associadas aos insumos agrícolas advindos da modernização da agricultura, permitiram ao município, destaque enquanto importante produtor de grãos do estado de Goiás. Situada em uma área de confluência de rodovias (GO-330, GO-307 e BR-490) e da Ferrovia Centro Atlântica (FCA), a cidade de Ipameri mantém uma localização privilegiada e com fácil acesso à Brasília, Goiânia, Catalão e Triângulo Mineiro, fator que facilita o escoamento da produção agrícola para as regiões consumidoras.

Quanto ao seu espaço rural, segundo informações do INCRA IMB (2003), é caracterizado por uma significativa concentração fundiária em que as pequenas propriedades, embora representem maior número, 717 do total de 1.390 imóveis rurais cadastrados, ocupam apenas 20% da área; enquanto 182 grandes propriedades ocupam cerca de 80% da área total. Segundo Teixeira Neto (2011), o aumento das grandes propriedades em Goiás ocorreu em um período compreendido entre 1993 e 2003, na mesma ocasião em que se observou uma diminuição de médias propriedades que assim como as pequenas, são voltadas à atividade familiar.

Quanto à divisão territorial, o município de Ipameri é constituído pelo distrito sede com o mesmo nome e por dois distritos rurais, Cavalheiro e Domiciano Ribeiro, como pode ser observado no Mapa 6.

Mapa 6: Ipameri (GO): divisão político-administrativa – 2018



Fonte: Sistema Estadual de Informações Geográficas de Goiás (2017)

O primeiro, criado em 1888 com o nome de Santo Antônio de Cavalheiro distancia-se à 95 km da sede municipal, acesso feito pelas BR-352 e GO-020, nas proximidades dos municípios de Orizona, Urutaí e Pires do Rio. Segundo dados do IBGE (2010), o distrito contava com uma população total de 433 habitantes e urbana de 92 habitantes. No entanto, os moradores da vila afirmam que atualmente, a população urbana se constitui por aproximadamente 150 moradores distribuídos em cerca de 70 residências (Informação Verbal, pesquisa de campo, Cavalheiro, jul. 2017). (Foto 15)

Foto 15: Cavalheiro (Ipameri): residências típicas da vila do distrito – 2017.



Fonte: Pesquisa de campo (2017). Autor: Mesquita, A. P.

Dentre os distritos rurais analisados, Cavalheiro é o que possui menor

número populacional, além disso, conta com pouca infraestrutura, sendo dois bares, uma escola municipal, um posto de saúde, uma quadra de esportes em construção e um Centro Comunitário. Para adquirir os itens de consumo, os moradores precisam se deslocar para as cidades mais próximas, em especial, Pires do Rio (distrito sede do município limítrofe mais próximo) que fica à 51 km do distrito. Não há transporte coletivo que busque os moradores de Cavalheiro para as cidades vizinhas ou para Ipameri, no entanto, há um ônibus com destino à Pires do Rio que passa pela Rodovia GO-020 (cerca de 7km em via sem pavimentação do distrito) que é utilizado pelos moradores.

Os moradores do distrito de Cavalheiro, mantêm pouco contato com sua cidade sede, tanto pela distância, quanto pela dificuldade de acesso à mesma, visto que só é possível chegar à cidade de Ipameri por meio de veículo próprio, assim, os moradores procuram cidades com Pires do Rio e Urutaí, que segundo os mesmos, oferece maior apoio à população local. A base da economia de Cavalheiro concentra na agricultura (soja e milho) e na pecuária leiteira, além do trabalho na escola municipal do distrito, localizada na vila do mesmo nome, a qual, segundo os moradores, emprega boa parte dos moradores.

O distrito de Domiciano Ribeiro foi criado em 1953 e possuía um total, de 3.747 habitantes, segundo dados do IBGE de 2010, sendo que destes 3.164 residiam na vila. No entanto, segundo os moradores, atualmente a população urbana aproxima-se de 6.000 habitantes. Localiza-se à 140km de distância da sede do município de Ipameri, nas margens da BR-050, entre os municípios de Cristalina (20km) (GO) e Campo Alegre de Goiás.

A economia do distrito baseia-se na agricultura e pecuária. Boa parte dos moradores de Domiciano Ribeiro trabalham nas fazendas próximas ao distrito no plantio e colheita de cebola, tomate, eucalipto e batatas; na pequena fábrica de beneficiamento e nos poucos comércios (supermercados, hotéis, lanchonetes, lojas, bares) locais e nas escolas Estaduais e municipais do distrito.

Domiciano Ribeiro conta com a presença de muitos migrantes de outras regiões do país, em especial do Maranhão. Essa população veio em busca de trabalho na colheita de leguminosas (cebola e batata principalmente) nas áreas rurais do entorno do distrito e realizam um trabalho temporário, em média de seis meses, e nos outros meses do ano ficam desempregados

Os trabalhadores saem de Domiciano Ribeiro às seis horas da manhã e retornam para suas casas entre as 14 e 18 horas a depender da demanda de trabalho. São transportados por ônibus rurais que realizam o transporte de trabalhadores da vila até às áreas de colheita (Pesquisa de campo, Domiciano Ribeiro, jun. 2017) (Foto 16).

Foto 16: Domiciano Ribeiro (Ipameri): ônibus que transporta os trabalhadores do distrito para o trabalho nas lavouras - 2017



Fonte: Pesquisa de campo (2017). Autor: Mesquita, A. P.

A vila do distrito de Domiciano Ribeiro (Foto 17) conta com uma boa infraestrutura, principalmente se comparado à Cavalheiro. A sua localização, às margens da BR-050, facilitou o processo de povoamento e desenvolvimento do local, dessa forma continua a crescer a cada ano. A região do distrito é uma importante área agricultável, sendo o destaque do município, condição que segundo moradores locais, dificulta a emancipação do distrito e provoca uma certa disputa política com o distrito sede.

Foto 17: Domiciano Ribeiro (Ipameri): equipamentos públicos na vila do distrito - 2017



Fonte: Pesquisa de campo (2017). Autor: Mesquita, A. P.

Segundo informações obtidas durante a pesquisa de campo, o distrito tem muitos recursos, no entanto estes não são repassados para a população, há muitos migrantes de outras regiões que chegam no distrito e não recebem suporte, para moradia, educação, dentre outros. As escolas estão funcionando

acima da capacidade e muitos alunos precisam ser levados para escolas do município vizinho de Cristalina (Informação verbal, pesquisa de campo, Domiciano Ribeiro, jul. 2017). Há falta de moradia para a população e muitas estão em condição precária, embora o valor do aluguel seja alto, fator que, aliado às condições de subemprego, não garantem uma boa qualidade de vida aos moradores, em especial, os migrantes.

O maior vínculo da população é feito com Cristalina e não com o distrito sede de Ipameri, principalmente pela proximidade (24km), mas também, por questões políticas. Há transporte coletivo semiurbano que faz o trajeto Cristalina - Domiciano Ribeiro todos os dias, o que facilita o deslocamento diária dos moradores que buscam serviços e itens de consumo que não são disponibilizados na Vila. Já para Ipameri, o trajeto é feito em veículos particulares, já que não é ofertado transporte coletivo.

Rio Verde

Criado em 1888, o município de Rio Verde iniciou sua história nos primeiros anos do século XIX com a vinda de migrantes paulistas para a uma área antes formada por latifúndios improdutivos ao lado do Rio São Tomás na porção do sudoeste Goiano (IBGE/cidades, 2017). A partir da década de 1970, com a ocupação do Cerrado para a exploração agrícola e pecuária, Rio Verde passou por um grande crescimento econômico e populacional, passando de 55.697 habitantes em 1970 para 74.699 em 1980, índices acima da média

estadual³³, resultado do crescimento da base agroindustrial do município aliada ao agronegócio.

Localizado na microrregião do Sudoeste de Goiás, Rio Verde possuía em 2010 segundo dados do Censo demográfico do IBGE, uma população total de 176.424 habitantes, sendo 163.540 na área urbana e 12.884 na área rural com estimativa populacional em 2016 de 212.237 habitantes (IBGE, 2017). É o quarto município mais populoso de Goiás.

As características favoráveis de relevo, solo e clima permitiram que as atividades econômicas do município sempre estivessem ligadas à agropecuária e atualmente, também, à agroindústria. Esta última ocorreu principalmente com a instalação da empresa BrFoods (Perdigão) em 2000, a qual garantiu a consolidação do Complexo Agroindustrial no município e permitiu maior articulação na cadeia produtiva entre campo e cidade. Este fator, estimulou a produção de matéria prima (frangos, suínos) nas pequenas propriedades rurais da região que não eram utilizadas para o plantio de cereais e por outro lado, favoreceu na cidade, as atividades voltadas ao armazenamento, processamento e venda desses produtos.

Com uma localização privilegiada, cortado por duas rodovias federais (BR-060 e BR 452) e uma estadual (GO-174), que permite o fácil escoamento da produção para os principais centros consumidores, aliados às boas condições geoambientais (relevo, solo, clima, dentre outros) e incentivos fiscais, Rio Verde mantém destaque enquanto região produtora e vem se firmando como polo de produção agropecuária com grandes investimentos na tecnologia e em processos

³³ Nesse mesmo período Goiás obteve um crescimento médio anual de 3,12% enquanto Rio verde de 3,40%.

que reúnem a produção, a comercialização e o processamento de insumos e bens de produção.

Segundo dados do IMB (2014 e 2017), o município de Rio Verde encontra-se na 4º posição entre os municípios do país em empréstimos de créditos rurais³⁴, principalmente para a o custeio da produção agrícola, referente ao volume de crédito rural, no período 2015/2016. Possui o 4º maior PIB do estado e a maior participação no total da produção agropecuária (6,5%), com destaque para a silvicultura e a extração vegetal, a criação de aves, suínos e bovinos, o cultivo de cereais e soja, características que o tornaram o maior exportador de soja e milho de Goiás (IMB, 2014).

Esses fatores e processos, aliados à falta de incentivos à pequena produção, desapropriou o pequeno produtor de suas terras e levou-o a migrar para outras regiões ou para a cidade sede, situação que prevaleceu a concentração de terras na região visto que as grandes propriedades (com mais de 450 ha) ocupam 58,9% da área total e representam apenas 508 dos 3.723 imóveis rurais cadastrados em Rio Verde, enquanto as 2.108 pequenas propriedades cadastradas (0 a 120 ha) ocupam apenas 11,5% da área total (IMB/INCRA, 2003).³⁵

Além disso, diferente do esperado, a elevada mecanização das atividades do campo, aliada à concentração de terras, diminuiu as ofertas de trabalho nesse espaço, bem como levou o pequeno produtor descapitalizado, a

³⁴ O crédito rural é um financiamento destinado a produtores rurais e cooperativas ou associações de produtores rurais. Seu objetivo é estimular os investimentos e ajudar no custeio da produção e comercialização de produtos agropecuários. (BRASIL, 2014). Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2009/11/credito-rural>.

³⁵ http://www.imb.go.gov.br/pub/anuario/2005/estfundaria/tab01_fundiaria.htm

deixar seu espaço de trabalho. Essas condições, ligadas à pouca especialização técnica do trabalhador rural, aumentou o nível de desemprego e como consequência, a desigualdade social.

Nas cidades, a vinda dos trabalhadores desapropriados do campo, unidos aos migrantes de outras regiões que vieram em busca de melhores oportunidades de trabalho, elevou o crescimento da população urbana, que não acompanhou a melhoria nas ofertas de saúde, educação, moradia e emprego e dessa forma, o homem do campo, sem qualificação e sem bens é levado à ocupar as periferias pobres, como acrescentam Oliveira e Soares (2014):

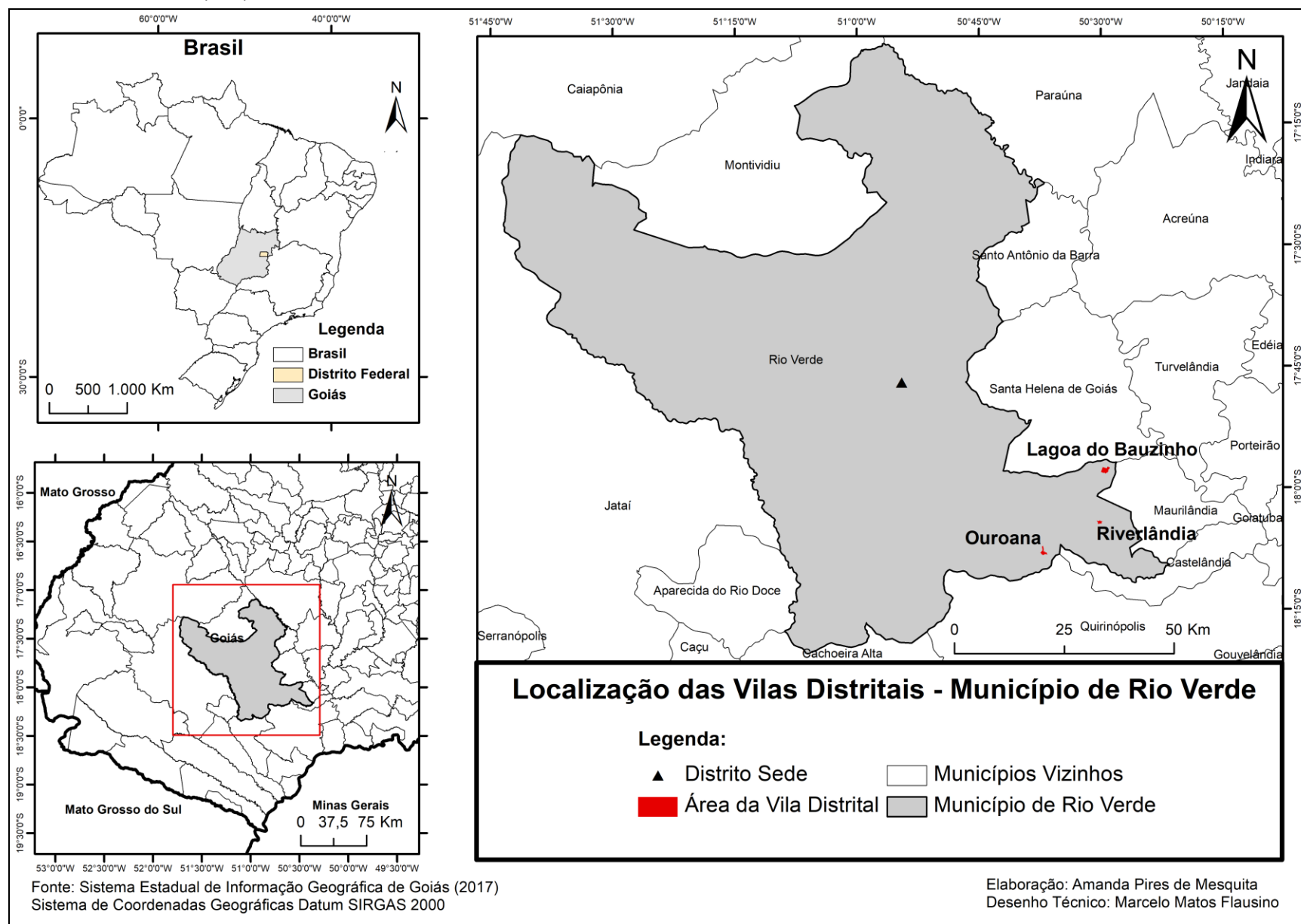
O acelerado crescimento populacional presente em Rio Verde, fruto do êxodo rural e da migração interestadual, tem contribuído significativamente no mercado de terras urbanas, provocando mudanças nas formas urbanas, nas suas funções e nos preços. Trata-se de um processo em que o solo urbano, entendido apenas como mercadoria, deixa de cumprir com a sua função social, garantindo a todos o direito à cidade. Com isso, a cidade do agronegócio tem intensificado a segregação socioespacial, cujos muros, visíveis ou não, limita as possibilidades de mobilidade social, agravando a contradição capitalista que faz do mesmo espaço o local de geração de riqueza e reprodução da pobreza. (OLIVEIRA; SOARES, 2014, p. 4251).

Como pode ser observado na fala das autoras, a ideia de desenvolvimento por trás das cidades do agronegócio mascara a verdadeira face da desigualdade social e da concentração de terras e de renda existente nesses municípios. Desigualdades que não são encontradas nos números de indicadores sociais como o IDH, PIB e Renda per capita, mas sim ao se observar a periferia das cidades; nos pequenos proprietários rurais que praticam uma economia de subsistência sem incentivos e assistências do estado; nos distritos rurais que amarguram a falta de emprego e a deficiência ou ausência de infraestrutura e

serviços públicos. Assim, o crescimento econômico que pode ser visto nas últimas décadas e o destaque do município como polo do agronegócio em Goiás não representou de fato, um desenvolvimento social para todos.

Quanto à sua divisão administrativa, Rio Verde é composto pelo distrito sede (Rio Verde) e por três distritos rurais que são: Riverlândia, Ouroana e Lagoa do Bauzinho como pode-se observar no Mapa 7.

Mapa 7: Rio Verde (GO): divisão político-administrativa – 2018



Fonte: Sistema Estadual de Informações Geográficas de Goiás (2017)

O distrito de Ouroana, encontra a aproximadamente 75km da cidade de Rio Verde, acesso feito pelas Rodovias BR-052 e GO-501 e à 45km da cidade de Santa Helena de Goiás. Foi criado em 1959 e atualmente conta com uma população total de 974 habitantes, 771 na área urbana e 203 na área rural (SIDRA/IBGE, 2010). A base da economia do distrito é a pecuária leiteira realizada por ordenha manual e ordenha mecânica. O leite produzido (em média 100.000L/dia) é entregue aos laticínios da região e no próprio distrito que conta com o laticínio Ourolac, fábrica de soluções lácteas (molhos e preparos para sorvetes) que emprega em média 100 pessoas (Informação verbal, pesquisa de campo Ouroana, maio de 2017). (Foto 18)

A vila de Ouroana está cercada por grandes fazendas de soja, sorgo, milho e cana, no entanto essas atividades pouco empregam a população local, retrato da mecanização das atividades do campo. Há ainda uma usina de álcool (Usina Ouroana) instalada em 2007 que oferece algumas poucas vagas de trabalho para a população.

Foto 18: Ouroana (Rio Verde): a) Vista frontal do Laticínio Ourolac; b) Plantação de sorgo nas áreas rurais na proximidade no distrito de Ouroana. - 2017



Fonte: Pesquisa de campo (2017). Autor: Mesquita, A. P.

Uma vez ao ano, desde 2009, os moradores do distrito de Ouroana realizam a tradicional “Festa do Leite”, evento realizado para celebrar e promover a produção leiteira local, além de movimentar a economia. Durante o evento é realizado o comércio de derivados do leite, apresentações musicais e rodeio. Segundo os moradores da vila, o evento é o maior acontecimento cultural e recreativo de Ouroana.

Ouroana conta, também, com um potencial turístico por possuir em sua área, diversas cachoeiras e paisagens marcadas por matas e serras, as quais, permitem a prática de esportes radicais, fazendo com que o distrito receba visitantes de diversos lugares do país. Para atender esses visitantes, Ouroana conta com o Centro de Atendimento ao Turista (CAT) da subprefeitura. No entanto, o distrito ainda não possui infraestrutura suficiente para atender esses visitantes, visto que não disponibiliza opções de hospedagem nem alimentação, para as quais se deve procurar as cidades próximas (Pesquisa de campo, Ouroana, maio 2017).
(Foto 19)

Foto 19: Ouroana (Rio Verde): a) Centro de atendimento ao Turista (CAT); b) Vista da cachoeira do Rio Preto; c) Voo de parapente em Ouroana; d) Cachoeira Água Limpa - 2017



Fonte: a) Pesquisa de campo (2017). Autor: Mesquita, A. P; b) www.revistaking.com; c, d) www.omelhordobairro.com. Acesso em: out. 2017.

Na vila de Ouroana, há poucos comércios e uma pequena variedade de itens de consumo e oferta de serviços, o que leva os moradores a buscar esses produtos nas cidades mais próximas, como próprio distrito sede (Rio Verde) ou cidades como Quirinópolis (GO) à 70km e Santa Helena de Goiás (GO) à 50km. Há todos os dias da semana, um ônibus que faz o trajeto, Ouroana e Distrito sede (Rio Verde) muito utilizado pela população que busca os serviços e produtos que faltam na vila.

Por sua vez, o distrito de Riverlândia localiza-se à cerca de 70km de Rio Verde, acesso feito pela BR-452 e GO-164, é ligado ao distrito de Ouroana por

uma via sem pavimentação (GO-527) de 17km. Foi criado por Decreto municipal em 1961. Em 2010, a população total do distrito era de 985 habitantes, destes 735 residiam na área urbana (vila) e 250 na área rural do distrito (IBGE/SIDRA, 2010). A base da sua economia é a pecuária de corte e de leite e a produção de soja, cana de açúcar, sorgo e milho, cana-de-açúcar e girassol realizadas em grandes fazendas que circundam a vila.

As principais atividades que empregam os moradores da vila do distrito de Riverlândia são agrícolas, voltadas ao trabalho em usinas de álcool e açúcar e nas granjas de suínos e aves localizadas na região. Estas últimas atividades são reflexo da integração entre o complexo de grãos e os complexos avícolas e suinícolas, formando os complexos agroindustriais³⁶ da região de Rio Verde.

Anualmente, no mês de maio é realizada em Riverlândia, uma tradicional cavalgada que reúne mais de 500 pessoas, entre moradores do distrito e das cidades e distritos vizinhos (Foto 20). Segundo moradores de Riverlândia, a Cavalgada, acompanhada de uma confraternização dos participantes e da comunidade é o maior evento realizado no local e ajuda a aquecer a economia do distrito (Informação Verbal, pesquisa de campo, Riverlândia, maio de 2017).

36 O complexo agroindustrial é uma forma de unificação das relações interdepartamentais com os ciclos econômicos e as esferas de produção, distribuição e consumo, relações estas associadas às atividades agrárias (MÜLLER, 1989).

Foto 20: Riverlândia (Rio Verde): a) Cartaz com as informações da Cavalgada realizada anualmente no Distrito; b) Encontro dos participantes da Cavalgada e da comunidade durante o almoço - 2017



Fonte: Pesquisa de campo (2017). Autor: Mesquita, A. P.

Assim como a vila de Ouroana, Riverlândia possui uma infraestrutura elementar, com poucos comércios e pouco variedade de itens comercializados (Foto 21). Dessa forma, assim como nas outras vilas apresentadas, os moradores buscam os produtos e os serviços que faltam nas cidades mais próximas, em especial no distrito sede, Rio Verde. Para esse trajeto, os moradores contam com transporte coletivo todos os dias da semana, 2 (duas) vezes ao dia.

Foto 21: Riverlândia (Rio Verde): Comércios locais instalados na vila - 2017



Fonte: Pesquisa de campo (2017). Autor: Mesquita, A. P.

Lagoa do Bauzinho é o maior distrito em número populacional entre os três distritos rurais de Rio Verde. A sua localização, ao lado da Rodovia que liga às cidades de Rio Verde, Santa Helena de Goiás e Bom Jesus de Goiás (BR-452), facilitou o processo de povoamento do local. Foi criado em 1994 por lei municipal e com conta com uma população de 1.729 habitantes, destes, 1.234 residem na área urbana (vila) e 495 na área rural. Assim como os outros distritos rurais de Rio Verde, Lagoa do Bauzinho tem parte da sua economia voltada à agricultura, principalmente com a produção de grãos e na criação de granjas.

No entanto é no ramo da fruticultura que o distrito se destaca em cenário estadual por meio da produção de melancia. Em 2013, o município de Rio verde produziu uma média de 40 toneladas da fruta por hectare em 260 hectares de área plantada, deste total, cerca de 30 toneladas foram produzidas na região do distrito de Lagoa do Bauzinho (IBGE, 2014). Alguns produtores de Lagoa do Bauzinho utilizam áreas para plantação da melancia em município vizinhos como Santa Helena de Goiás e Maurilândia (Informação verbal, pesquisa de campo Lagoa do Bauzinho, maio de 2017).

O cultivo da fruta movimenta a economia e gera emprego, sendo realizado principalmente nas propriedades de agricultores familiares da região. A fruta é comercializada na região Sudeste, Sul e Centro-oeste do país e também exportada para a Argentina. Para comemorar a colheita da melancia é realizada no distrito há cerca de 12 anos a “Festa da Melancia”. Festividade que dispõe de exposições do produto para a degustação e apreciação, competições e apresentações artísticas que reúnem milhares de pessoa de toda a região (Foto 22).

Foto 22: Lagoa do Bauzinho (Rio Verde): a) Cartaz com as informações da festa da melancia; b) Exposição e degustação da fruta durante a festa da melancia no Distrito - 2016



Fonte: www.rioverdeagora.com.br. Acesso em: 15 jun. 2017

De forma geral, uma das maiores carências dos moradores das vilas dos distritos de Rio Verde refere-se a pouca oferta de trabalho. Embora as áreas rurais empregam a população, principalmente a masculina nas lavouras de grãos, frutas e nas granjas, são trabalhos temporários e escassos, principalmente porque muitas dessas ofertas de trabalho exigem qualificação profissional, não adquirida pela população residente nesses distritos que em geral, tem uma tradição de trabalhos manuais com pouca especialização técnica.

Na vila dos distritos, as ofertas de emprego se concentram nos poucos comércios locais e nas funções públicas, principalmente nas escolas e nas subprefeituras, além do armazém da Caramuru instalado nas proximidades da vila, o qual, segundo a população, oferece poucas vagas de emprego para os moradores da vila. (Foto 23).

Foto 23: Lagoa do Bauzinho (Rio Verde): Vista do armazém da Caramuru ao lado da rodovia BR-452, nas proximidades da vila - 2017



Fonte: Fonte: Pesquisa de campo (2017). Autor: Mesquita, A. P.

De forma geral, os trabalhos disponibilizados à população que reside na vila são pouco e com baixa remuneração, condição que leva os moradores, principalmente os mais jovens, a migrarem para regiões com melhores ofertas de emprego, ou para fugir do labor nas áreas rurais. (Pesquisa de campo, município de Rio Verde, maio de 2017).

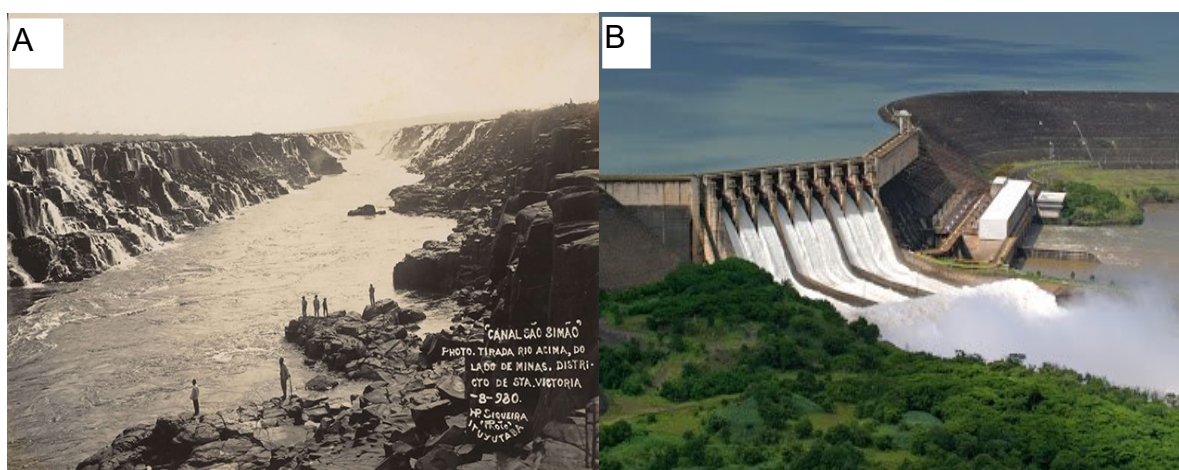
São Simão

O município de São Simão, microrregião de Quirinópolis é o único município pesquisado com menos de 20 mil habitantes; em 2010 possuía 17.088 com estimativa populacional em 2016 de 19.407 habitantes segundos dados de IBGE (2010, 2016). A obrigatoriedade da elaboração do Plano Diretor Municipal se dá pela instalação da Usina de Aproveitamento Hidrelétrico (UHE) São Simão

no rio Paranaíba, divisa de Goiás e Minas Gerais e nos limites de São Simão (GO) e Santa Vitória (MG), sendo esta, a maior usina da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG).

Localizado à 360km de Goiânia (GO) e a 260km de Uberlândia (MG), São Simão teve sua origem em 1930, como povoado, por garimpeiros que buscavam riquezas minerais no rio Paranaíba, pescadores e boiadeiros. No entanto, começou a intensificar seu povoamento com a construção de uma ponte no canal³⁷ do Rio Paranaíba em 1935 que, unidos ao loteamento das áreas, deram origem à estrutura do povoado de Canal de São Simão (IBGE/cidades, 2010). Sua emancipação ocorreu em 1959 por decreto de Lei Estadual. Em 1975, com o início do represamento do rio Paranaíba para a construção da Usina Hidrelétrica de São Simão, a antiga sede foi atingida pelo represamento e desapareceu sendo transferida para outra área, agora em outros moldes (Foto 24).

Foto 24: São Simão: a) Antigo Canal de São Simão em 1930 que foi submerso com a construção da Usina Hidrelétrica; b) Vista da usina Hidrelétrica de São Simão em 2013.



Fonte: <http://saosimaominhacidade.blogspot.com.br/2013/06/usina-hidreletrica-usina-hidreletrica.html>. Acesso em: 2017

³⁷ Trata-se do Canal de São Simão, um estreito petrificado com aproximadamente 600 metros de largura que ficou submerso após a construção da Usina Hidrelétrica de São Simão pela CEMIG.

O progresso chegou, a inundação, alegria da Pátria, dor de São Simão. Este lindo canal que a natureza criou, o progresso humano, *pra* ele nem ligou. O progresso do homem temos que aceitar, nova São Simão vai remodelar. Acabou a beleza a esperança chegou, passou a tristeza e o povo mudou³⁸. (SÃO SIMÃO, Adeus, 1977).

Os versos da canção acima citados, escritos por moradores da Antiga São Simão durante a realização das obras para a construção da UHE, retratam ao mesmo tempo, as incertezas e a esperança da população local, com a vinda desse grande empreendimento. Por um lado, lamentavam o fim de uma das mais belas paisagens de Goiás, o canal de São Simão - estrutura geológica desenhada pelas águas do Rio Paranaíba durante milhões de anos - e a desterritorialização, que como consequência leva a perda da identidade dos habitantes da antiga São Simão, os quais, por vários anos lutaram para construir um lugar de moradia, de trabalho e de vida. Por outro lado, ressurgiu a esperança por uma vida melhor e o contentamento e conformismo perante o progresso que seria inevitável, um curso natural da vida.

Assim, como previsto, houve um “remodelamento” da cidade de São Simão durante e após a construção da Usina de Aproveitamento Hidrelétrico, mudando por completo a estrutura e a função da cidade Goiana. Durante a construção da UHE, o município obteve um grande aumento populacional e impressionante movimento comercial (IBGE, 2017), posteriormente obteve destaque no setor de turismo, no transporte hidroviário, além da produção agropecuária.

Atualmente, São Simão conta com um aeroporto com terminal de

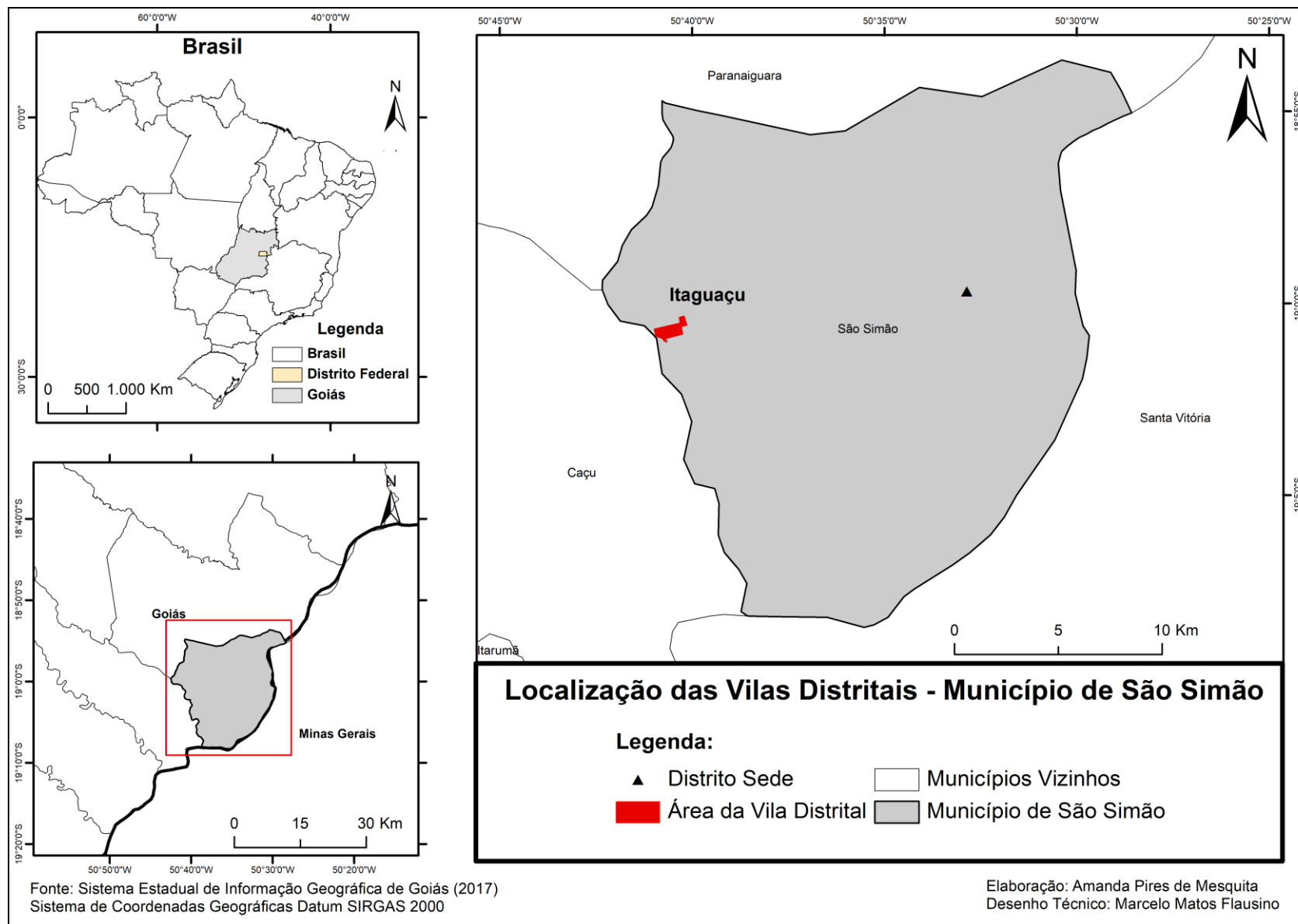
³⁸ Letra extraída do vídeo “São Simão, Adeus” (1977). Esta canção foi feita pelos moradores da antiga cidade de São Simão durante o processo de construção da Usina Hidrelétrica da CEMIG e da transferência da antiga cidade, que seria inundada para a cidade nova, em outra localização.

passageiros, uma das melhores e maiores pistas do estado (no entanto, sua utilização é apenas para a aviação privada); trecho inicial da Hidrovia Tietê-Paraná, que efetivou uma importante ligação com o Porto de Santos (integração modal por ferrovia e/ou rodovia) e permite o escoamento da produção agropecuária de forma econômica. Além disso, o município conta com uma rede de rodovias que o interligam aos principais centros econômicos e de consumo do país (BR-364 - Mato Grosso/ Mato Grosso do Sul; BR-365 - Triângulo Mineiro e São Paulo; GO-164 - Quirinópolis, Rio Verde e Goiânia) facilitando o transporte de produtos e o acesso ao turismo local (SÃO SIMÃO, 2017).

A maior fonte de renda segundo a SEGPLAN (2014) é advinda dos *royalties* provenientes da UHE de São Simão (explorada pela CEMIG), que representou, em 2014, 83,4% de sua economia, sendo a maior geração de energia por Usina Hidrelétrica em Goiás. São Simão está entre os dez municípios de Goiás com o maior PIB e o quarto com o maior PIB *per capita* neste mesmo ano. Além da geração de energia, outro fator que contribui para o aumento da renda do município são as agroindústrias com empresas de processamento de soja e produção de biodiesel. Características que, aliadas à localização hidro rodoferroviária garantem grande importância do município para a economia Goiana.

O município de São Simão é composto pelo distrito sede com o mesmo nome e pelo distrito rural de Itaguaçu como pode-se observar no Mapa 8. Itaguaçu foi criado por Lei Estadual em 1976, e possui uma população de 1.913 habitantes, 1.339 na área urbana e 574 na área rural. Localiza-se à 16km da cidade de São Simão, acesso feito pela BR-483 (GO-164) e BR-364 em boas condições de tráfego.

Mapa 8: São Simão (GO): divisão político-administrativa do município – 2018



Fonte: Sistema Estadual de Informações Geográficas de Goiás (2017)

O início do povoamento do distrito de Itaguaçu se deu com a vinda de operários para trabalhar na construção de duas pontes no Rio Claro conectando Mato Grosso do Sul à São Paulo (GO-164, não pavimentada). A passagem pelas belas cachoeiras do Rio Claro, localizadas na área urbana distrito, conhecidas como “Cataratas de Itaguaçu” favoreceu o reconhecimento da região, que até então, carecia de infraestrutura para a recepção de turistas e viajantes (Informação verbal, pesquisa de campo, Itaguaçu, jun. 2017).

Posteriormente, com o crescimento da cidade de São Simão, seu distrito rural obteve, também condições para instalação de uma infraestrutura mínima necessária para o desenvolvimento do turismo no local, que representa uma importante fonte de renda para a população.

Atualmente, o distrito conta com uma infraestrutura básica como duas pequenas pousadas, restaurantes, bares, lanchonetes, posto de combustível para atender aos turistas que frequentam o local, em especial aos finais de semana. Segundo os moradores da vila, o turismo encontra-se em fase de decadência com pouca representatividade para o local (Foto 25).

Foto 25: Itaguaçu (São Simão): a) Vista parcial das cascatas de Itaguaçu; b) Comércio localizado na proximidade das cascatas de Itaguaçu; c) Bar e restaurante localizado ao lado das cascatas; d) Ponte no rio Claro com acesso à GO -164 - 2017



Fonte: Pesquisa de campo (2017). Autor: Mesquita, A. P.

Além do turismo, a economia do distrito tem como base o trabalho nas plantações de cana de açúcar e nas usinas de álcool e açúcar localizadas nas áreas rurais do distrito. Segundo informações de moradores locais, atualmente há pouca oferta de trabalho nessas Usinas e nas lavouras visto que não há grande rotatividade de funcionários, assim reclamam da pouca oportunidade de trabalho, principalmente para a população mais jovem que busca emprego em outras áreas como na cidade de São Simão.

O trânsito dos moradores entre a vila de Itaguaçu e o distrito sede de São Simão é bem intensa, é nessa cidade que a população busca atendimento bancário, hospitalar, educação, entre outros. Essa trajetória é facilitada por haver

transporte público todos os dias da semana, entre duas a quatro vezes ao dia. Os distritos sedes de Quirinópolis (GO) e Paranaiguara (GO), situadas respectivamente à 80km e a 16km da vila, são outros locais procurados para a realização dessas atividades.

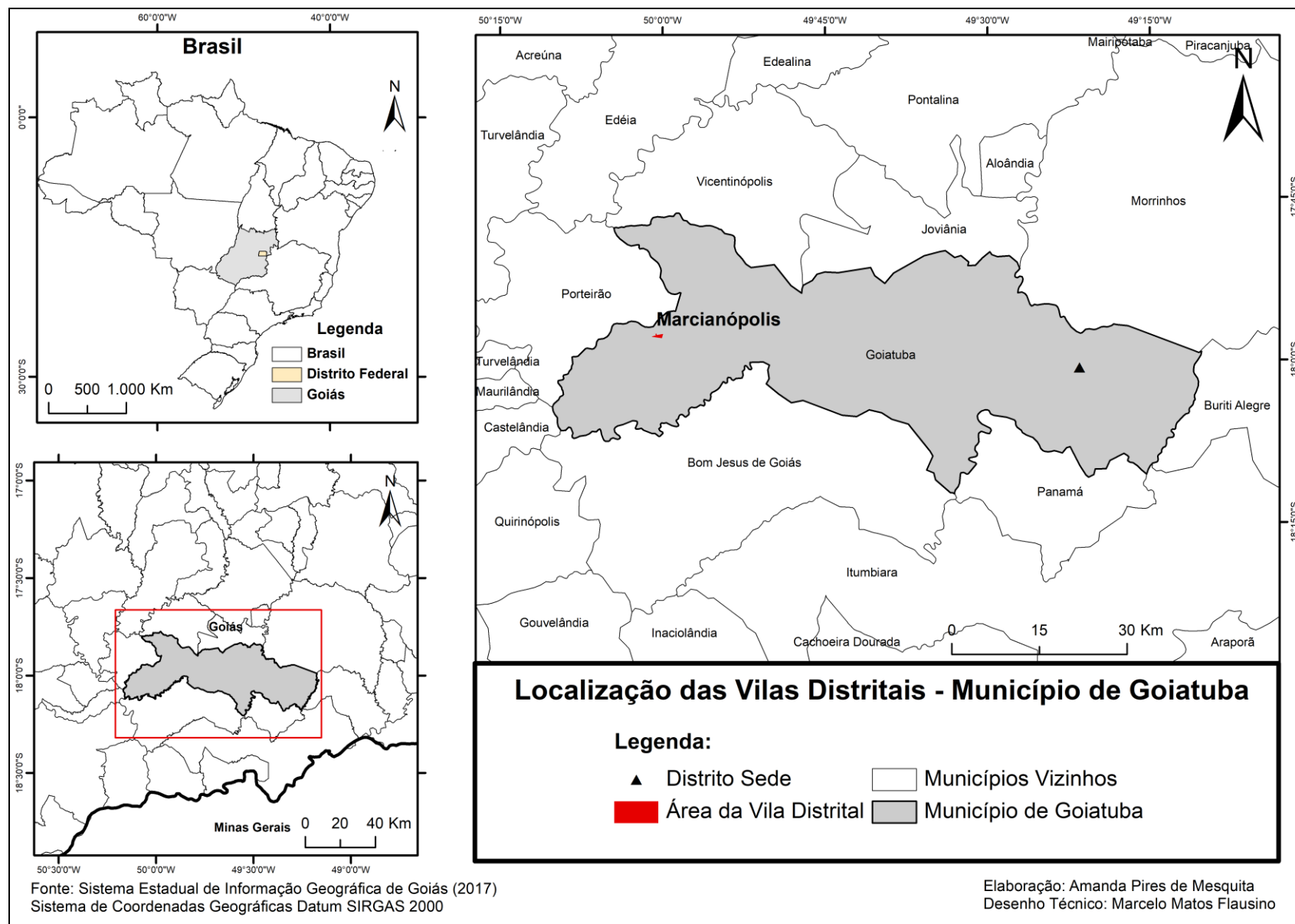
Goiatuba

Localizado na microrregião de Meia Ponte, o município de Goiatuba, atualmente com uma população de 34.179 habitantes (IBGE, 2016), teve o início do seu povoamento com a chegada dos bandeirantes em busca de metais preciosos. No entanto, foi apenas mais tarde, por volta de 1860 que houve concretamente uma fixação de habitantes na região, oriundos de Minas Gerais e São Paulo vindos em busca de terras acessíveis para a agricultura, criação de gado, e também, com a permanência de tropeiros que passavam pela região para o transporte de animais e mercadorias. Elevou-se a categoria de distrito em 1900 e emancipou-se em 1931 (IBGE Cidades, 2017).

Assim, por muito tempo, a pecuária extensiva e a produção de subsistência foram o suporte econômico do município; atualmente, é um dos principais produtores de cana de açúcar do estado de Goiás, com um aumento de quase 350% de área plantada entre os anos de 2000 a 2011 (SEGPLAN, 2016), hoje é sede de duas usinas de processamento de Alcool, açúcar e biomassa (G) e Vale Verde unidade Bom Sucesso). A expansão canavieira em Goiás é resultado da mudança da matriz energética brasileira em que se obteve um aumento considerado na produção de etanol para atender ao crescente aumento veículos

bicombustíveis em nível nacional e internacional, que colocou Goiás como o terceiro estado que mais produziu soja em 2016 (SIDRA/IBGE, 2017).

Quanto à divisão política administrativa, o município de Goiatuba é dividido em distrito sede com o mesmo nome e em um distrito rural, Marcianópolis que foi criado por Lei estadual em 1982 e possuía, segundo dados do IBGE em 2010 de 1.195 habitantes, 744 na área urbana (vila) e 195 na área rural (Mapa 9).

Mapa 9: Goiatuba: divisão político-administrativa do município - 2018


Fonte: Sistema Estadual de Informações Geográficas de Goiás (2017)

Marcianópolis distancia aproximadamente 90km da sede municipal cujo acesso é feito por via que possui um trecho de 10km sem pavimentação (GO-319) A maioria das ruas do distrito também não são pavimentadas e o acesso à cidade de Goiatuba é dificultado pela condição das vias e também pela falta de transporte público que faça o trajeto do distrito até a cidade sede. A população conta apenas com um veículo³⁹ que faz o trajeto de Marcianópolis à Goiatuba duas vezes ao mês. Como o distrito conta apenas com um posto de saúde, os atendimentos especializados devem ser realizados em outra cidade como Bom Jesus de Goiás, Porteirão e Goiatuba, no entanto, o acesso à essas cidades são dificultadas devido à falta de pavimentação das vias, são necessários cerca de 30km em via sem pavimentação até à BR-452 que dá acesso à Bom Jesus de Goiás.

Durante a pesquisa de campo, em setembro de 2017, encontrou-se grande dificuldade para chegar ao distrito de Marcianópolis. A pouca sinalização no local, a falta de informações disponíveis sobre o distrito e sua localização, em conjunto com o péssimo estado de conservação das vias contribuíram para a dificuldade no acesso à Vila do distrito (Foto 26). Essa condição foi relatada pelos moradores locais que citaram o isolamento como um dos principais problemas enfrentados pela comunidade, como pode-se observar na fala de um deles abaixo:

Nois aqui de Marcianópolis tem duas estações no ano: uma chamada lama e a outra chamada poeira. Quando chove, ficamos presos aqui por causa da lama. E na seca, só sai daqui quem tem caminhonete 4x4⁴⁰. (Informação verbal pesquisa de campo em Marcianópolis, set./2017)

³⁹ Segundo informações da população local, o governo de Goiatuba disponibiliza uma Van para o transporte de passageiros (Geralmente entre 8 e 10 passageiros) à Goiatuba.

⁴⁰ Veículo tracionado pelas rodas dianteiras e traseiras.

Foto 26: Marcianópolis (Goiatuba): Vias de acesso à vila do distrito, trajeto pela BR-452 - 2017

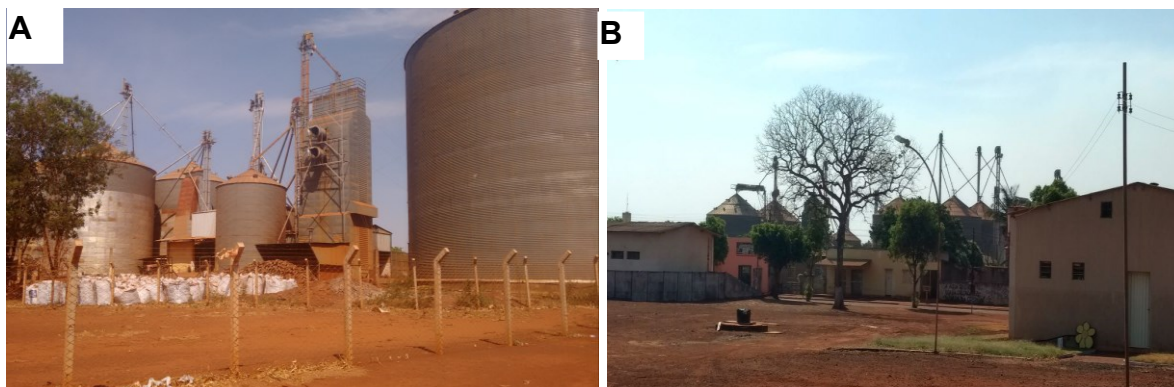


Fonte: Pesquisa de campo (2017). Autor: Mesquita, A. P.

A área do distrito se caracteriza por ser uma região produtora de grãos como soja, milho e recentemente pelo cultivo de cana-de-açúcar. Boa parte da oferta de trabalho aos moradores da vila vem das fazendas que cultivam esses produtos. O distrito conta com poucos estabelecimentos comerciais, uma escola municipal de ensino fundamental, que oferece emprego direto aos moradores da vila, principalmente às mulheres.

Na vila, há instalada um Silo Armazenador e Secador da BAGEL (Foto x), empresa que fornece serviços de estocagem, controle de qualidade e secagem de produtos agrícolas, com matriz fixada em Bom Jesus de Goiás. Se por um lado, o armazém oferece emprego direto à população local, a poluição do ar, sonora e ambiental foi outro problema relatado pelos moradores da vila, segundo os quais há incidência de problemas respiratórios certamente relacionados à poeira liberada durante o processo de secagem dos grãos (Foto 27).

Foto 27: Marcianópolis (Goiatuba): a) Silo armazenador e secador localizado na área urbana do distrito; b) Residências da vila com vista, ao fundo, do Silo - 2017.



Fonte: Pesquisa de campo (2017). Autor: Mesquita, A. P.

A vila do distrito rural de Marcianópolis é o retrato do esquecimento municipal, que pode ser visualizado em suas vias, suas ruas, suas calçadas, sua população. Um lugar perdido no interior Goiano, com ineficiente infraestrutura e com poucas perspectivas. A população não conta com serviços de telefonia celular, telefonia fixa e nem cobertura para sinal de televisão local (acesso apenas por antenas parabólicas), mas esses fatores parecem irrelevantes se comparados à oferta de saúde, educação e nas possibilidades de trabalho, que escassos, obrigam a a população mais jovem, a migrar.

Nesse sentido, concorda-se com Monastiky et al. (2009), ao afirmar que a distância geográfica e o fator demográfico, ou seja, o pouco contingente e a dispersão populacional, dificultam a formação de capital político nos distritos para reivindicarem por maior autonomia administrativa e atendimento das necessidades da população principalmente por melhor infraestrutura e serviços, fator que pode ser observado em todos em todos os distritos analisados.

Outra consideração que se pode fazer ao analisar as vilas dos distritos rurais do Sul Goiano foi a intensa relação com o campo, condição que, embora as

vilas sejam classificadas como urbanas, mostram um conteúdo eminentemente rural. No entanto, é preciso considerar que essas características são resultado do contexto regional em que esses distritos estão inseridos. Boa parte dos distritos analisados pertencem à região do agronegócio como Ouroana, Riverlândia, Domiciano Ribeiro, dentre outros, condição que é retratada no modo de vida da população das vilas em que as práticas e os costumes rurais são preponderantes. No entanto, se considerássemos outra região, como por exemplo, os distritos localizados na Centro Goiano, nas proximidades de Goiânia, o modo de vida da população estaria mais ligado à lógica urbana. Dessa forma, a escala de análise local e regional é preponderante para compreensão dos distritos rurais.

Além das atividades ligadas com a terra, os cargos relacionados às funções públicas como professores, enfermeiros, são destaques nas vilas pesquisadas. A figura do aposentado com sua renda, principalmente ao considerar o envelhecimento populacional desses lugares, representam boa parte da economia local, sendo a fonte de renda principal ou mesmo um complemento para boa parte dessa população.

A religião é outro fator marcante entre os distritos pesquisados, observado na importância que as igrejas, em especial as Católicas representam no espaço. Algumas vilas, com a de Pires Belo teve sua origem vinculada à construção de uma igreja, fator importante para o desenvolvimento do povoado. Em geral, as igrejas católicas são localizadas em uma região central das vilas, onde se agrupavam as primeiras moradias e os primeiros comércios, como se representassem a força do catolicismo no início da fundação desses lugares (Foto 28).

Foto 28: a) Itaguaçu (São Simão): Igreja Matriz de Itaguaçu; b) Marciánópolis (Goiatuba): Vista lateral da Igreja Católica; c) Lagoa do Bauzinho (Rio Verde): Capela de Nossa Senhora da Aparecida.



Fonte: Pesquisa de campo (2017). Autor: Mesquita, A. P

Os distritos da Mesorregião do Sul Goiano, não muito diferentes dos outros tantos distritos do Brasil, carregam no imaginário popular, a percepção de uma cidade que ainda não deu certo, ou que ainda não se emancipou, sendo que para muitos, este fator seria responsável por tirar os distritos da condição de abandono, o que sabemos, não é bem assim, visto que nem sempre há viabilidade econômica, política e social nesses lugares. Assim, a decisão para a emancipação político-administrativa de um distrito, em boa parte, visa atender aos anseios políticos de determinados grupos de poder, sempre com interesses particulares em detrimento dos interesses da população residente nessas áreas.

Enquanto, permanecem a cargo do governo municipal, estes têm a

obrigação de organizar essas áreas, já que todos os recursos dessas áreas ficam sob o comando do governo municipal. Os Planos Diretores municipais são os instrumentos que vão orientar e organizar esse espaço, e dessa forma deve propor as diretrizes e os instrumentos para o desenvolvimento econômico e social dos distritos e das áreas rurais como um todo, como estabeleceu o artigo 40 do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001).

A partir desses apontamentos e sabendo que o Plano Diretor Municipal é a principal ferramenta de ordenamento do município, devendo abranger sua totalidade, se torna importante reconhecer como esses planos abordam as áreas que estão além do perímetro urbano, incluído todo território rural e seus distritos. Para tanto, o objetivo da seção a seguir é apresentar a análise dos Planos Diretores Municipais de Catalão, Ipameri, Goiatuba, Rio Verde e São Simão e também, as informações e os resultados obtidos por meio da análise da Matriz F.O.F.A sobre os dados obtidos durante a pesquisa de campo *in loco*.

		
		
		
	SEÇÃO V	
		
		
		

Distritos rurais do Sul Goiano: Fonte: Pesquisa de Campo (2017). Autor: Mesquita, A. P

SEÇÃO V

OS DIVERSOS OLHARES SOBRE OS DISTRITOS RURAIS: os Planos Diretores Municipais e a análise da Matriz F.O.F.A

O planejamento participativo leva em consideração o interesse e as necessidades dos sujeitos para quem se faz o planejamento. Discutir ações sem conhecer os principais anseios da população, suas características e modo de vida pode ser pouco proveitoso e muitas vezes ineficiente, por isso, a leitura comunitária se torna uma etapa essencial durante a elaboração dos Planos Diretores Municipais, pois é por meio dessas informações que se identifica as questões locais pelo olhar de quem ali vive e dessa forma, garante respaldo para questões que a gestão municipal muitas vezes não tem acesso.

O que se apresenta a seguir, vem de encontro com as diversas conjecturas e análises que foram feitas anteriormente, agora, com um olhar dos municípios e da própria população residente nas vilas distritais. Reconhecer como são apresentadas as áreas rurais e os distritos rurais nos documentos de planejamento municipal - nos Planos Diretores Municipais - e posteriormente, como a população residente nas vilas discerne essa atuação e reconhecem o morar e viver nesses locais, foram os objetivos principais dessa seção.

Outras questões destacadas baseiam-se na abrangência das competências municipais em relação ao planejamento do que não é urbano/cidade e no interesse dos gestores municipais como garantia de melhor qualidade de vida à população rural e distrital. No mais, foram apresentadas algumas ações e recomendações com base nos apontamentos feitos pelos moradores das vilas

obtidos por meio da entrevista *in loco*. Essas recomendações, longe de serem soluções imediatas aos problemas apontados, e nem foi nossa pretensão, trazem questões que precisam ser pensadas e trabalhadas, principalmente pelo viés municipal.

5.1 Os Planos diretores municipais para além do perímetro urbano: as áreas rurais municipais e os distritos

Para compreender a dimensão que as áreas rurais e os distritos apresentam nos Planos Diretores Municipais elaborados e implementados após as determinações do Estatuto da Cidade (Lei 10.257 de 07/2001), foi necessário realizar uma consulta nesses documentos (Quadro 3). Essa análise configurou-se em uma leitura dos textos das Leis em busca de informações que pudessem caracterizar um comprometimento municipal com as áreas que estão além do perímetro urbano.

Para essa análise, partiu-se do pressuposto da identificação de termos como rural, campo, agrícola, agrário, distritos, vilas dentre outros que remetem ao espaço rural e seus distritos de forma a identificar os conceitos utilizados, os planos de ação e diretrizes, a delimitação dos espaços rurais e os principais instrumentos viabilizados. A intenção com essa análise é compreender qual o conceito de rural e distrito referido nos Planos Diretores Municipais e quais as suas principais propostas, diretrizes e instrumentos para essas áreas.

As leis dos Planos Diretores em análise, foram encontradas nos sites das próprias prefeituras e nelas buscou-se informações sobre os distritos e as áreas rurais bem como estes espaços são apresentados nessas Leis. É importante

destacar que as análises foram realizadas nos textos das leis dos Planos Diretores já estabelecidos como Lei Municipal.

Quadro 3: Sul Goiano: Planos Diretores municipais analisados - 2017

MUNICÍPIO	ANO DE CRIAÇÃO	Denominação
Catalão	2004	Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável Urbano e Ambiental de Catalão
Ipameri	2008	Plano Diretor Democrático e Estratégico de Ipameri
Rio Verde	2007	Plano Diretor do Município de Rio Verde
São Simão	2007	Plano Diretor Democrático do Município de São Simão
Goiatuba	2008	Plano Diretor Democrático Participativo de Goiatuba

Org.: Mesquita, A. P. (2017).

Após a promulgação do Estatuto da Cidade em 2001, os municípios tiveram um prazo máximo de 05 anos para a adequação dos planos antigos ou a elaboração de novos, obedecendo as determinações da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Cidade de 2001. Assim, com exceção do Plano Diretor de Catalão, os demais documentos tiveram em geral, um mesmo período de elaboração, após 2006, ou seja, 05 anos após a promulgação do Estatuto da Cidade. Outro fator observado quanto à denominação dos Planos é a inserção da palavra democrática, outra obrigação vinda do Estatuto da Cidade.

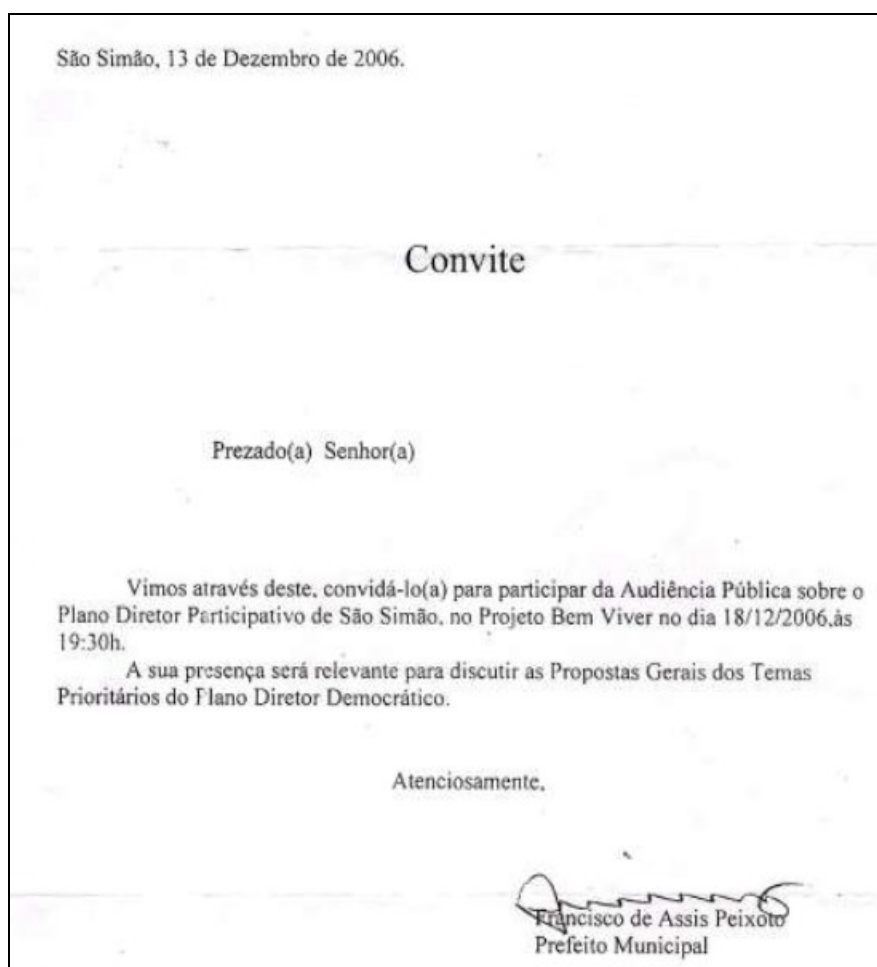
O Estatuto da Cidade estabelece a gestão democrática, garantindo a participação da população urbana em todas as decisões de interesse público. A participação popular está prevista e, através dela, as associações representativas dos vários segmentos da

sociedade se envolvem em todas as etapas de construção do Plano Diretor – elaboração, implementação e avaliação – e na formulação, execução e acompanhamento dos demais planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano municipal. (OLIVEIRA, 2001, p. 8).

A participação da população nos processos de elaboração, implementação e avaliação dos Planos Diretores Municipais foi sem dúvida, um enorme ganho para um desenvolvimento municipal mais justo (Figura 9). No entanto, essa participação ainda é muito incipiente; primeiro porque falta uma cultura de participação popular em atos e ações públicas e, segundo pela falta de conhecimento sobre a importância que essa participação tem na identificação das necessidades da população e na elaboração conjunta de ações que beneficiem a todos; terceiro, pela incredibilidade da sociedade em relação a esse documento que, por muito tempo, e ainda hoje, é mais um instrumento político que visa o benefício de um pequeno grupo de poder no município em detrimento de quem realmente precisa.

Ainda é preciso reconhecer a importância que Plano Diretor pode ter como benefício para toda a população municipal. Para isso, é preciso que os cidadãos reconheçam seus direitos e a força que uma participação consciente pode ter nos destinos das ações para o município.

Figura 9: São Simão (GO): convite enviado à população municipal para a participação durante a audiência pública sobre a elaboração do Plano Diretores Municipal - 2006



Fonte: São Simão (2007)

Além de ser um Plano Diretor democrático, outra determinação do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) foi que este deva abranger **todo o território municipal**, como visto no Artigo 40 do Estatuto da Cidade (Seção I). No entanto, há diversos entraves teóricos, metodológicos e operacionais encontrados na inserção das questões atinentes às áreas rurais nesse documento, bem como demandas ainda não resolvidas: como o entendimento do que é o rural e como este é definido e delimitado, em nível municipal, estadual e municipal.

A busca pela compreensão do que é rural e seus limites físicos e sociais

é uma das inquietudes dos pesquisadores agrários desde épocas remotas (SOLARI, 1973; SOROKIN; ZIMMERMAN, 1929 apud BLUME; SCHNEIDER, 2014). A divisão territorial do Brasil, data de 1938, disposta pelo Decreto Lei n. 311, de 1938, foi nesse momento que ocorreu a primeira diferenciação entre os espaços rurais e urbanos e todos os distritos-sedes de municípios foram classificados como cidade, enquanto o que estivesse fora desse enquadramento era considerado como rural. O município foi o responsável por definir os limites das cidades, das vilas e como consequência do espaço rural, os quais na maioria das vezes levaram em consideração, interesses políticos e critérios administrativos, como acrescentam Blume e Schneider (2014):

É a finalidade da arrecadação tributária que acaba orientando uma definição territorial, que se sobressai a despeito de qualquer critério de destituição demográfica ancorado a fatores sociais, econômicos ou até mesmo ambientais. Assim, fronteiras entre o rural e o urbano no Brasil são definidas a partir da definição residual do rural como toda área física que resta depois de subtraído tudo que seja considerado urbano, segundo a lei municipal, a partir da lei de perímetro urbano. (BLUME; SCHNEIDER, 2014, p. 187).

As mudanças na configuração do campo e da cidade e as consequentes descontinuidades territoriais advindas, principalmente do processo de urbanização, alteraram as morfologias espaciais e ampliaram as áreas de transição, bem como modificaram as relações de trabalho e as atividades nesses dois espaços. Essas condições tornaram ainda mais complexa e mais perigosa, a padronização da definição e delimitação das áreas rurais e urbanas no Brasil. Por outro lado, o reconhecimento das particularidades desses espaços é essencial para a elaboração de políticas públicas e para gestão territorial de forma contempladora das diversas realidades presentes nesses espaços.

Embora ainda em fase de desenvolvimento, a nova publicação do IBGE

(2017) aborda bem essa questão e nos mostra como o conceito de rural evoluiu ao longo do tempo e a importância da sua definição e compreensão para o planejamento e gestão desse espaço e dessa forma, elaborar políticas públicas realmente eficientes e condizentes com a realidade de um rural múltiplo e com múltiplas funções. A nova proposta do IBGE (2017) busca inserir critérios de densidade populacional e contextos regionais em busca de uma classificação de rural condizente com as especificidades locais, critérios estes já apontados por estudiosos da questão (VEIGA, 2002; GIRARDI, 2008) e utilizados pela OCDE.

O debate sobre o rural e o urbano admite muitas interpretações e é composto de muitos elementos analíticos que compõe um mosaico vasto e diverso de interpretações. Contudo, é reconhecida a necessidade de parâmetros que diferenciem os espaços e os avaliem em termos estatísticos e geográficos para a produção de políticas públicas e estudos mais aprofundados. (IBGE, 2017).

Compreender o que é rural é o primeiro passo para a elaboração eficiente de ações e projetos para toda a sua população. Essa definição deve ultrapassar as funções econômicas e os limites físicos e territoriais desse espaço e abranger também, suas funções sociais e culturais. Por isso, é importante que os Planos Diretores Municipais apresentem o entendimento de espaço rural e que esse entendimento o identifique não apenas como um espaço para produção, mas contemple sua infinidade de funções e a sua importância para a população que nele vive.

As definições de rural encontradas nos Planos Diretores analisados, quando existem – não diferente da maioria - estão pautadas nos limites dos perímetros urbanos e rurais, feitos a partir de aprovação de Lei municipal, marcados por interesses e perspectivas de agentes públicos e privados do

município, como acrescentam Santoro, Costa e Pinheiro (2004):

Essa definição conserva relação estreita com os objetivos políticos, esbarra muitas vezes em relações clientelistas, resultando no crescimento da lógica de expansão do urbano sobre o rural, com a abertura de loteamentos residenciais, muitas vezes de cunho eleitoral. (SANTORO; COSTA; PINHEIRO, 2004, p. 81).

Desta forma, a definição de rural está diretamente ligada aos interesses políticos e representa, na maioria das vezes, o que está além do perímetro urbano, ou seja, o que não é cidade, por conveniência é considerado rural. Nos Planos Diretores analisados, não há nenhuma definição clara do que seja considerado rural, no entanto, os documentos de Ipameri e São Simão conseguem se aproximar e trazer características e definições dos seus respectivos espaços, como pode ser observado no Quadro 4.

Quadro 4: Síntese da definição de rural nos Planos Diretores Municipais em análise - 2017*

DEFINIÇÃO DE RURAL	
Catalão	<p>No Plano Diretor Municipal de Catalão, o rural aparece inserindo em três Macrozonas, embora não seja mencionado:</p> <p>V. Área de preservação permanente – A.P.P., áreas destinadas preservação permanente dos córregos e nascentes, matas e áreas impróprias para urbanização;</p> <p>V. Zona de Desenvolvimento Econômico - Z.D.E., áreas específicas destinadas à implantação de atividades econômicas, de usos similares;</p> <p>VI. Zona de Uso Alternativo do Solo - Z.R, representa o restante das glebas do município, onde o parcelamento do solo está condicionado à anuência prévia (CATALÃO, 2004).</p>

(Continua)

DEFINIÇÃO DE RURAL (Continuação)	
Observações	Como pode ser observado, o rural no Plano Diretor se divide em áreas de preservação, áreas de desenvolvimento econômico, ou de uso alternativo do solo, no entanto está desvinculado da realidade local. Em nenhum momento a população rural, e dos distritos rurais foi mencionada.
Ipameri	<p>O rural apresentado no Plano Diretor Municipal de Ipameri compreende 05 Macrozonas:</p> <p>Art. 43 - As 05 (cinco) Macrozonas Rurais do município de Ipameri são descritas e caracterizadas da seguinte forma:</p> <p>§ 1º - MACROZONA 1 - Macrozona de Núcleos Urbanos, caracterizada por fazendas que incluem pontualmente vilarejos e/ou povoados com estrutura de aglomerados semiurbanos é constituída pelas áreas urbanas dos vilarejos de Tomazinópolis, Vendinha e km 127.</p> <p>§ 2o - MACROZONA 2 - Macrozona de Incentivo à Agroindústria, caracterizada por latifúndios e agroindústrias de grande porte e é constituída pelas áreas Integrantes de Porto da Soledade, Casteliano e BR 050.</p> <p>§ 3o - MACROZONA 3 - Macrozona de Incentivo à Agropecuária [...]</p> <p>§ 4o - MACROZONA 4 - Macrozona de Incentivo à Atividade Pecuária [...]</p> <p>§ 5o - MACROZONA 5 - Macrozona de Proteção Ambiental [...]</p> <p>(IPAMERI, 2008)</p>
Observações	Divide a área rural em 05 Macrozonas, nas quais deixa claro a existência de áreas específicas para rural, como por exemplo, áreas destinadas à proteção ambiental, à produção agrícola, bem como apresenta a localização dessas áreas o que mostra maior conhecimentos das suas áreas rurais.
Rio Verde	O município de Rio Verde não traz definições de Rural.

(Continua)

DEFINIÇÃO DE RURAL (Continuação)	
São Simão	<p>O Plano Diretor de São Simão apresenta as características das suas áreas rurais:</p> <p>O município de São Simão tem área rural pequena em relação aos demais municípios da região sudoeste de Goiás. No entanto possui opções de crescimento e possibilidade de diversificação de empreendimentos em consonância com as diretrizes administrativas do estado de Goiás. Possui área de olericultura (produção de tijolinhos de barro maciços) onde alguns moradores também realizam artesanato em barro cozido (potes d'água, figuras animais e humanas). Nesta área é necessário realizar um estudo da viabilidade de fomento à aquicultura na lagoa formada pela retirada da argila ao longo dos anos. [...] (SÃO SIMÃO, 2007).</p>
Observações	Apresenta conhecimento sobre sua área rural, sua potencialidade e problemas. Dessa forma é o Plano Diretor que relativamente mais reconhece a importância das áreas rurais para o desenvolvimento municipal.
Goiatuba	<p>O Plano diretor de Goiatuba define o rural como as áreas localizadas fora do perímetro urbano:</p> <p>Art. 39. Fica definido como perímetro rural, todas as áreas localizadas fora do perímetro delimitado como urbano dentro dos limites do município. (GOIATUBA, 2008).</p>
Observações	Essa definição de rural como o que não é urbano está no cerne de diversas definições de rural e representa uma fragilidade, ainda encontrada nos órgãos oficiais, sobre como definir e interpretar as áreas municipais que estão além do perímetro urbano.

Org.: Mesquita, A. P. (2017).

*Os Planos Diretores analisados não apresentam definições de distrito rural.

O município de São Simão, como exemplo, além de definir e caracterizar suas Macrozonas Rurais, apresenta as especificidades e as atividades

realizadas nesse espaço, condição que mostra maior conhecimento de suas áreas. Por outro lado, o Plano Diretor de Catalão considera a Área de Preservação Permanente, a Zona de Desenvolvimento Econômico e a Zona de Uso Alternativo, nas quais, por via, o rural encontra-se inserido. Nesta última, o rural é “o restante das glebas do município” em que o parcelamento do solo está sob a responsabilidade do INCRA, ou seja, o rural é o que não é urbano e não cabe à legislação municipal o atendimento desse espaço. É sabido que compete à União, legislar sobre as políticas agrícola e agrária (art. 22. I Constituição Federal), no entanto, como estabelece o Estatuto da Cidade, o ordenamento e o controle do território rural podem ser realizados por meio dos PDMs.

Quanto à definição de distritos rurais, não foi encontrado, nos documentos analisados, nenhuma referência. Na maioria dos casos, os distritos rurais são tratados como um anexo das áreas urbanas e suas características econômicas, sociais e culturais são vistas como iguais: “Art. 154 - A política de desenvolvimento e expansão urbana da cidade de Rio Verde no Plano Diretor é extensiva às sedes dos distritos de Ouroana, Lagoa do Bauzinho e Riverlândia” (RIO VERDE, 2007, (s/p)).

Como pode ser observado no trecho acima, o Plano Diretor de Rio Verde assegura que a Política de desenvolvimento e expansão urbana da cidade, com cerca de 200 mil habitantes e com considerável expansão populacional e urbana deve ser a mesma aplicada aos distritos rurais com populações em torno de 1.000 a 3.000 habitantes, pouco crescimento ou estagnação populacional e ausência de infraestrutura básica e serviços públicos para o atendimento à população. Outra questão, que foi abordada no estudo de Monastiky et al. (2009) e vai de encontro à essa afirmação, refere-se à distância que os distritos rurais se

encontram, na maioria dos casos, da cidade sede, o que os diferenciam de um bairro, por exemplo.

A distância espacial (absoluta e relativa) em relação à sede municipal e o componente demográfico de padrão disperso (baixa densidade e contingente populacional reduzido) são elementos fundamentais para o equacionamento das especificidades das demandas distritais pelas políticas e dessa forma, dificultam a formação de capital político em busca de maior autonomia administrativa e atendimento da comunidade por infraestrutura e serviços públicos. (MONASTIKY et al, 2009, p. 12).

Desse modo, a dificuldade na compreensão das especificidades distritais é um dos motivos para que essas demandas citadas não sejam atendidas; principalmente, porque os distritos constituem-se, de um lado, por um misto de atividades e funções ligadas ao campo e de outro pelas estruturas, funções e atividades urbanas. A fraca ou ausente organização política local e representatividade no legislativo municipal dos moradores dessas comunidades, dificultam a cobrança por melhorias na escala distrital e dessa forma, os distritos, assim como as áreas rurais, são pouco considerados nos Planos Diretores Municipais.

A **delimitação** do espaço rural nos documentos analisados, ou seja, os limites físicos e sociais abrangidos no município, refletem as lacunas e as dificuldades encontradas, ao longo da história, para se apresentar uma definição clara e contempladora dos limites entre rural e urbano. Até porque, essa decisão abarca a compreensão de uma complexa e diversificada feição de rural e urbano relacionadas às características regionais e locais, que dificultam ainda mais, a elaboração de um modelo de delimitação para esses espaços.

Os critérios utilizados ao longo do tempo, se mostraram muitas vezes

excludentes e generalistas, não condizentes com as realidades do campo e da cidade que, mutáveis, careciam e carecem de profundas análises de origem econômica, cultural e social, visto que rural e urbano não são apenas espaços físicos, mas cheios de conteúdos e símbolos que não podem ser ocultados por receitas prontas e genéricas sobre o que é rural e urbano. Um exemplo dessa generalização está na definição das vilas (sedes distritais) como áreas urbanas, as quais apresentam uma essência rural.

As mudanças na morfologia do campo e da cidade aumentaram a zona de transição entre esses espaços e tornou menos nítida, a distinção espacial entre eles. O outro lado dessa delimitação dos espaços urbanos e rurais está ligada, também, aos interesses públicos e privados que, sem critérios de análise, modificam e alteram os limites territoriais urbanos e rurais, quando lhes são convenientes:

É verdade também que os limites oficiais entre zona urbana e zona rural, são em grande parte instrumentos definidos segundo objetivos fiscais que enquadram os domicílios sem considerar necessariamente as características territoriais e sociais do município e de seu entorno. Atendem, portanto, aos objetivos das prefeituras, mas dificultam políticas públicas e investimentos preocupados com as outras facetas e escalas da classificação rural-urbano (IBGE, 2017, p. 08).

Ao considerar o processo histórico de constituição desses espaços, suas necessidades e as diferenças sociais, econômicas e culturais dos seus habitantes - embora com uma aparente homogeneização advinda, principalmente, do processo de globalização e dos avanços técnicos-científicos no campo – conclui-se que é essencial a compreensão dos limites territoriais e culturais entre campo e cidade para que se possa desenvolver políticas públicas que consigam

atender às necessidades de cada população.

Uma população que é culturalmente rural e que possui sua economia e modo de vida pautados nos ritmos do campo, não pode ser inserida na parcela da população urbana, embora, por interesses políticos e/ou econômicos, esteja localizada dentro de limites territoriais considerados urbanos. São essas facetas que dificultam o processo de compreensão de campo e cidade no Brasil e principalmente contribuem para a não eficiência de políticas públicas.

A partir desses pressupostos e após analisar como os Planos Diretores Municipais em estudos delimitam suas áreas, observou-se que ainda há dificuldade em estabelecer os limites físicos do espaço rural e este é representado, na maioria das vezes, enquanto residual, ou seja, o que está além do perímetro urbano. O município de Catalão, como exemplo, apresenta que a sua área rural está compreendida na zona de “de uso alternativo do solo” o que deixa muito vago a limitação e a caracterização dessas áreas, inclusive porque a área rural do município de Catalão abrange diversos povoados e dois distritos rurais que não são citados (Quadro 5).

Quadro 5: Síntese de informações sobre a **delimitação** de rural nos Planos Diretores Municipais em análise - 2017.

DELIMITAÇÃO DE RURAL	
Catalão	Ao delimitar o território municipal, o Plano Diretor Estabelece que : “ O macrozoneamento consiste na delimitação territorial do município caracterizando a zona urbana consolidada, a zona de reserva com potencial de urbanização, a zona de proteção paisagística, a área de uso alternativo do solo (que inclui a rural e de uso intensivo de atividades agrícolas) [...] (CATALÃO, 2004)
Ipameri	Art. 32 – Passa, a integrar a Zona Rural do Município de Ipameri o restante do território não incluso nas demais Zonas e sua delimitação física é coincidente com os limites administrativos do município. (IPAMERI, 2008)
Observação	Apesar de considerar o rural como o restante das áreas não incluídas nas Zonas Urbana, o Plano Diretor de Ipameri divide o rural em Macrozonas específicas de acordo com as características e Usos do Solo. Observa-se, também que são apresentadas as especificidades de cada área, suas características e localização.
Rio Verde	O município de Rio Verde não delimita as áreas rurais.-
São Simão	A área rural do Município de São Simão é dividida em: 1. Macrozona de Atividades Rurais Sustentáveis; 2. Macrozona Agroindustrial; 3. Macrozona Rural de Uso Restrito; 4. Macrozona de Especial Interesse Turístico e Ambiental
Observação	A Zona Rural de São Simão foi dividida de acordo com características potenciais ou de produção atual. O Plano Diretor também apresenta as características e faz propostas específicas para cada área.

(Continua)

DELIMITAÇÃO DE RURAL (Continuação)	
Goiatuba	<p>Art. 39. Fica definido como perímetro rural, todas as áreas localizadas fora do perímetro delimitado como urbano dentro dos limites do município.</p> <p>A área rural do município em dividida em macrozonas:</p> <p>I I. Macrozona de Proteção Ambiental;</p> <p>III. Macrozona Prioritária para Incentivo às Atividades Econômicas;</p> <p>III. Macrozona prioritária para Incentivo ao Desenvolvimento da Pecuária Leiteira, Horticultura, Fruticultura e Piscicultura;</p> <p>IV. Macrozona Prioritária para Investimento em Mobilidade e Infraestrutura.</p>
Observação	<p>Apesar de apresentar uma subdivisão da área rural em relação às características, não traz as especificidades do rural local, sendo apresentada de forma mais genérica.</p>

Org.: Mesquita, A. P. (2017).

Por outro lado, os Planos Diretores Municipais de Ipameri e de Goiatuba deixam claro qual o limite das suas áreas rurais, em que o rural compõe o território que não está incluso nas demais Zonas, como podemos ver no trecho de transcrição dos documentos:

Art. 32 - Passam a integrar a Zona Rural do Município de Ipameri o restante do território não incluso nas demais Zonas e sua delimitação física é coincidente com os limites administrativos do município. (IPAMERI, 2008).

Art. 39. Fica definido como perímetro rural, todas as áreas localizadas fora do perímetro delimitado como urbano dentro dos limites do município.

Dessa forma, embora esses documentos tragam a delimitação das áreas rurais, observa-se que esse limite é feito por uma linha imaginária que em

boa parte, se não na maioria, desconsidera a multiplicidade de fatores que estão na interface desses dois espaços, como as áreas de transição rural/urbano, as quais apresentam um misto de características que não podem ser desconsideradas. Nesse sentido, concorda-se com Spavorek; Leonelli; Barretto (2004), ao afirmarem que a fina linha traçada no mapa sugere que esse espaço apresenta uma transição abrupta, o que de fato, não ocorre, pois há uma transição gradual em que o urbano vai-se descaracterizando e o rural vai-se cristalizando lentamente, surgindo uma região de transição, que não é rural nem urbana.

Pode-se observar, também, que os critérios de definição e delimitação das áreas rurais estão inteiramente imbricados, visto que, ao definir o que é rural ou urbano no Brasil, utilizou-se critérios políticos e normativos e dessa forma, considerou o rural como o que está além dos perímetros urbanos. Assim, a definição de rural nada mais é do que a compreensão normativa dos seus limites físicos, ou seja, o rural é o que não é urbano e seus limites começam onde este termina.

Quanto à delimitação dos distritos rurais dos municípios, os Planos de Ipameri, Goiatuba e São Simão apresentam as áreas urbanas (vilas) como Macrozona de Transição Urbana, constituindo-se como áreas urbanas descontínuas, que embora se localizem na área rural do município, recebem as mesmas diretrizes e estratégias direcionadas às áreas urbanas, como podemos observar na transcrição do Plano Diretor de Ipameri, o qual inclusive, é o único que traz os limites e as confrontações territoriais dos seus distritos:

§ 1º - integram a Macrozona de transição urbana as áreas urbanas dos distritos de Cavalheiro e Domiciano Ribeiro, instituídos pelas leis municipais nº738/94 e nº 698/93, respectivamente (IPAMERI, 2008).

Art. 8º - As diretrizes setoriais físico-territoriais visam ordenar o território, garantindo o equilíbrio entre as diversas funções urbanas, entre os agentes produtores do espaço e entre o meio ambiente, assegurando o desenvolvimento do município em bases mais saudáveis, estando subordinadas às seguintes disposições:

I. [...] acrescentar somente as atuais Zonas Urbanas dos Distritos de Cavalheiro e Domiciano Ribeiro, também como Área de Expansão Urbana Descontínua, e que os citados distritos se identificam mais com a vida urbana e localizam-se dentro da Área rural. (IPAMERI, 2008).

O Macrozoneamento é a destinação socioeconômica e ambiental das diferentes partes do município e, por isso, tem importância fundamental no planejamento territorial, visto que orienta as políticas públicas para gestão do território a partir da compreensão das diferentes realidades municipais, tanto urbanas quanto rurais. Dessa forma, é muito importante que se reconheça a realidade do município como um todo para que as políticas públicas definidas estejam realmente condizentes com a realidade de cada área.

Abramovay (2000), ao falar sobre as insatisfatórias fronteiras entre o rural e o urbano, apontou algumas formas dominantes de delimitação de rural no Brasil e dentre elas, destacou o fato da definição de urbano ser aplicada em aglomerados populacionais desde que haja extensão de serviços públicos, como acontece nas sedes dos distritos rurais que, “[...] com algumas centenas ou dezenas de casas são definidas como ‘urbanas’” (ABRAMOVAY, 2000, p. 4).

A dificuldade em classificar os territórios como rurais ou urbanos pode gerar prejuízos quanto ao subsidio de políticas públicas e ações específicas para cada população, bem como dificultar a compreensão territorial do país. Blume e Schneider (2014) acrescentam que, a fragilidade na concepção da relação rural/urbano aponta para uma problemática que vai além dos desafios conceituais,

visto que apresenta implicações práticas no entendimento sobre o tamanho que o rural assume no país.

Em relação às **diretrizes**, observou que a maioria dos planos analisados apresentaram diretrizes para as áreas rurais municipais. Considerou-se como diretriz, as orientações para o planejamento e para as ações, ou seja, as linhas que definem um caminho a seguir. Nos Planos Diretores Municipais analisados, considerou-se as diretrizes orientadas para o espaço rural e para os distritos rurais, no entanto, de forma geral não estão demarcadas territorialmente de forma ideal, ou seja, não se definiu diretrizes para cada área específica, seja para a proteção ambiental, desenvolvimento econômico e social. Ainda se observa uma generalização quanto à diretrizes para esses espaços, e alguns casos podendo transplantá-las para o urbano. O Plano Diretor Municipal de Ipameri, foi o que apresentou diretrizes que abarcaram desde o econômico, o ambiental e o social enquanto o Plano Diretor de São Simão, mostrou maior especificidade e diretrizes associadas à realidade local (Quadro 6).

Quadro 6: Síntese das diretrizes direcionadas às áreas rurais e aos distritos nos Planos Diretores Municipais em análise - 2017

DIRETRIZES PARA O RURAL E OS DISTRITOS	
Catalão	<p>Das Diretrizes relativas ao uso alternativo do solo:</p> <p>Art. 6º - Constituem-se em diretrizes da política econômica relativamente ao uso alternativo do solo:</p> <p>I- a formulação de um programa de incentivo ao desenvolvimento do meio rural, com a participação da AGÊNCIA RURAL, com ênfase no setor hortifrutigranjeiro;</p> <p>II- o estudo de um programa de revitalização das atividades de silvicultura do Município, em ação integrada com os proprietários rurais, visando sobretudo o estudo de alternativas à exploração dos recursos naturais;</p> <p>III- o estudo de atividades rurais do município, de forma compatibilizada com os propósitos desta política de desenvolvimento econômico;</p> <p>IV- o estudo de um programa de incentivo à agricultura orgânica e à prática da silvicultura no município;</p>
Observações	<p>Apesar de apresentar diretrizes voltadas para o espaço rural, com algumas especificidades do município, como a vocação para o setor hortifrutigranjeiro e a prática da silvicultura, estão orientadas apenas para o setor econômico, esquecendo-se de questões relacionadas à infraestrutura, saúde e educação para a população rural.</p> <p>Quanto à diretrizes para os distritos rurais, estes nem mesmo são citados no documento.</p>

(Continua)

DIRETRIZES PARA O RURAL E OS DISTRITOS (Continuação)	
Ipameri	<p style="text-align: center;">Das diretrizes gerais:</p> <p>VIII. Incentivo à criação de cooperativas e associações rurais e parcerias com as instituições de ensino para incrementação do setor primário de produção.</p> <p style="text-align: center;">Das diretrizes e ações estratégicas físico-territoriais:</p> <p>VI. Melhoria das conexões viárias e de equipamentos públicos como forma de integração do meio urbano e rural - médio e longo prazo.</p> <p style="text-align: center;">Das diretrizes e ações estratégicas de mobilidade</p> <p>IV. Garantir o transporte público proporcionando deslocamentos entre o meio urbano e rural;</p> <p style="text-align: center;">Das diretrizes e ações estratégicas para a área rural</p> <p>V. Garantir alternativas de habitação para o reassentamento das famílias moradoras de áreas impróprias;</p> <p>VII. Contribuir para a valorização do trabalho, a distribuição da renda e o desenvolvimento social do Município;</p> <p>XVII. Reduzir as desigualdades de oportunidades entre os moradores do meio rural;</p> <p style="text-align: center;">Das diretrizes e ações estratégicas de desenvolvimento socioeconômico</p> <p>c) Compatibilizar a distribuição dos equipamentos de saúde e educação e de promoção social às demandas instaladas, tanto no espaço urbano quanto no rural;</p> <p>d) Implementação de cursos profissionalizantes direcionados aos interesses locais, em especial aqueles de apoio ao setor econômico rural - curto prazo;</p> <p>e) [...] aquisição de ambulância para o distrito de Domiciano Ribeiro;</p> <p style="text-align: center;">Das diretrizes e ações estratégicas de saneamento básico, infraestrutura e equipamentos públicos</p> <p>I. Construção dos sistemas de coleta e tratamento de esgotos e de galerias de água pluvial, inclusive nos Distritos de Cavalheiro, Domiciano Ribeiro e Vendinha - médio e longo prazo;</p>
	<p>Observações</p> <p>O Plano apresenta diretrizes importante para as áreas rurais e os distritos, no entanto, poucas são específicas para a realidade local.</p>

(Continua)

DIRETRIZES PARA O RURAL E OS DISTRITOS (Continuação)	
Rio Verde	<p>Art. 84 - São diretrizes da política de desenvolvimento educacional com vista à garantia do ensino de qualidade para todos:</p> <p>III. garantia do acesso escolar à clientela residente na zona rural, pautada na demanda existente;</p> <p>Art. 21 - O Executivo Municipal promoverá a valorização, o planejamento e o controle do meio ambiente de acordo com as seguintes diretrizes:</p> <p>VI. mapeamento da área urbana e rural, visando geração de banco de dados para o cadastro do município;</p>
Observações	As diretrizes para a política de desenvolvimento e expansão rural serão estabelecidas no Plano Municipal de Desenvolvimento Integrado Rural, nos termos previstos no art. 221 e seguintes da Lei Orgânica Municipal (RIO VERDE, 2007).
São Simão	<p>Diretrizes para as Macrozonas de Atividades Rurais Sustentáveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Garantir o escoamento da produção; - Normatizar o manuseio e escoamento da cana-de-açúcar; - Estabelecer convênio com o Governo Estadual e Federal (Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca); - Fomentar o desenvolvimento sustentável e ampliar a abrangência da Associação dos Aquiculturas e Pesca de São Simão. <p>Diretrizes para a Macrozona de Requalificação urbana</p> <ul style="list-style-type: none"> - Implantar mecanismos que estimulem a ocupação dos lotes vazios existentes no Distrito de Itaguaçu. <p>Diretrizes para a Mobilidade</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aprimorar o transporte entre o distrito de Itaguaçu e a sede do município;
Observações	<p>As diretrizes apontadas são gerais e apresentam um viés econômico.</p> <p>O distrito de Itaguaçu é visto como perímetro urbano descontínuo de São Simão, no entanto são apresentadas propostas e a caracterização da área urbana de Itaguaçu, de acordo com suas características atuais.</p>

(Continua)

DIRETRIZES PARA O RURAL E OS DISTRITOS (Continuação)	
Goiatuba	<p>Diretrizes Gerais do Macrozoneamento e Zoneamento rural:</p> <p>II - definir as áreas urbanas e rurais, com vistas à localização da população e de suas atividades;</p> <p>IV - preservar as áreas de exploração agrícola e pecuária e o estímulo a essas atividades primárias;</p> <p>Art. 89. São Diretrizes para a Macrozona de Atividades Rurais e de Subsistência:</p> <p>I. Promover a capacitação dos proprietários e trabalhadores rurais com cursos que atendam as necessidades de produção, recuperação e manejo de cada área e divulguem novas opções de uso sustentável do solo e dos recursos naturais;</p> <p>III. Implementar linhas de crédito através de parcerias visando a revitalização econômica do pequeno produtor;</p> <p>IV. Criar núcleos de desenvolvimento sustentável, identificando a vocação de cada proprietário e divulgando através de feiras, os produtos de cada um;</p> <p>Seção I - Dos objetivos e Diretrizes da Política de Inclusão Territorial e Habitação</p> <p>XXVII - determinar no prazo de três anos, a partir da publicação desta Lei, para a conclusão da regularização fundiária do perímetro descontínuo de Marcianópolis [...];</p> <p>Art. 28. São diretrizes para a melhoria das condições de mobilidade no município de Goiatuba:</p> <p>XXIV - elaborar projeto de estruturação da malha viária rural, prevendo a construção de pontes, mata-burros e manutenção periódica;</p> <p>Art. 30. São diretrizes para o saneamento ambiental qualificado:</p> <p>IX - implantar aterro controlado no Distrito de Marcianópolis, observando as mesmas características, longe de residências, onde não haja serviço público, lençol freático superficial e declividade do terreno em relação às micro bacias hidrográficas;</p>

Quanto aos distritos rurais, com exceção nos Planos Diretores de Catalão e Rio Verde, os documentos analisados apresentam diretrizes para essas áreas. Diretrizes estas ainda muito incipientes, principalmente ao considerarmos a complexidade desses territórios e as necessidades da sua população quanto às infraestruturas e serviços voltados ao atendimento médico e educacional, dentre outras. É sempre importante considerar, que as vilas distritais, embora consideradas áreas urbanas ou áreas de extensão urbana, apresentam uma essência – a depender do contexto regional em que estão inseridas – predominantemente rural, principalmente pela cultura voltada às atividades do campo; características que carecem de diretrizes específicas.

A definição das diretrizes, assim como dos instrumentos são fundamentais para orientar o desenvolvimento do espaço rural e seus distritos, para isso, espera-se que estejam definidas e articuladas com as diversas funções, características e demandas desses espaços. De modo geral, os Planos Diretores analisados apresentaram diretrizes relevantes para o rural, com destaque para o documento de Goiatuba que, inclusive, apontou a necessidade de “promover a capacitação dos proprietários e trabalhadores rurais com cursos” bem como a implementação de linhas de “credito para o pequeno produtor” (GOIATUBA, 2008).

Quanto aos **instrumentos** que os Planos Diretores municipais apresentaram para as áreas rurais considerou-se, o Zoneamento rural, os Conselhos municipais, Programas e os Planos de Gestão. Como os instrumentos são os meios, pelos quais busca-se atingir os objetivos propostos, considerou esse quesito muito importante para determinar a relevância que as áreas que estão, além do perímetro urbano, apresentam no planejamento municipal. No entanto,

após a análise dos Planos Diretores Municipais, observou-se que raros são os instrumentos apresentados para as áreas rurais e para os distritos, condição que mostra o rural, como uma mera formalidade nesses documentos, na maioria das vezes inseridas de forma genérica, sem pouca ou nenhuma conexão com a realidade local (Quadro 7).

Quadro 7: Síntese dos instrumentos apresentados nos Planos Diretores Municipais para as áreas rurais e os distritos em análise - 2017

INSTRUMENTOS PARA O RURAL E OS DISTRITOS	
Catalão	1 Sistema Municipal de Meio Ambiente
Observações	O único instrumento encontrado no Plano Diretor Municipal de Catalão que, de forma superficial aborda as áreas além do perímetro urbano municipal está relacionada à abordagem ambiental. Quanto aos distritos rurais, não há nenhuma referência aos mesmos.
Ipameri	1 Macrozoneamento Rural. 2 Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural. 3 Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial. 4 Programa Municipal de Regularização Fundiária.
Observações	O Plano Diretor Municipal de Ipameri apresenta quatro instrumentos, para o espaço rural municipal. O Programa Municipal de Regularização fundiária, por exemplo, visa garantir alternativas de habitação para a população de baixa renda com vistas a reduzir a desigualdade de oportunidade entre os moradores do meio rural, condição que mostra o interesse e a preocupação com as áreas rurais para além de um viés econômico. Como o município considera as Vilas distritais como áreas de transição urbana, apresenta os mesmos instrumentos orientados ao perímetro urbano da sede municipal.

(Continua)

INSTRUMENTOS PARA O RURAL E OS DISTRITOS (Continuação)	
Rio Verde	<p>1 Estudo de Impacto Ambiental, Relatório de Impacto Ambiental, Plano de Gestão Ambiental, Plano de Controle Ambiental.</p> <p>2 Fundo Especial Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;</p> <p>3 Criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Poder Público Municipal, tais como áreas de proteção ambiental e reservas ecológicas;</p>
Observações	O Plano Diretor Municipal de Rio Verde não apresenta instrumentos específicos para o espaço rural. O que se encontra para além dos perímetros urbanos se resume em instrumentos para o Meio Ambiente.
São Simão	<p>1 Macrozoneamento da Área Rural.</p> <p>2 Regularização fundiária do Distrito de Itaguaçu.</p>
Observações	<p>O único instrumento viabilizado para as áreas rurais no Plano Diretor Municipal de São Simão é a divisão em Zonas de atividades especiais.</p> <p>Apresenta um instrumento para o distrito de Itaguaçu</p>
Goiatuba	<p>1 Plano de Gestão e Saneamento Ambiental</p> <p>2 Conselho de Planejamento e Gestão Urbana - CPGU</p> <p>3 Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável</p> <p>4 Macrozoneamento Rural</p> <p>5 Regularização fundiária do perímetro descontínuo de Marcianópolis</p>
Observações	O Município de Goiatuba apresenta quatro instrumentos que incluem o rural e um para o distrito de Marcianópolis, embora sejam superficiais

Org.: Mesquita, A. P. (2017)

Quanto aos distritos rurais, os instrumentos verificados, em sua maioria, são uma extensão dos que se propõem para a sede urbana, não havendo, nos documentos analisados - com exceção dos Planos Diretores Municipais de Goiatuba e São Simão que propuseram a regulação fundiária dos respectivos distritos - instrumentos específicos para os distritos rurais como se estes fossem uma continuação da área urbana e apresentassem as mesmas características, as mesmas necessidades e o mesmo modo de vida. Não é de se estranhar que os distritos rurais se encontram, na maioria dos casos abandonados pela gestão municipal, como se não fossem parte importante do município e não despertassem nenhum interesse político e econômico diante da “moderna e desenvolvida” cidade.

Dessa forma, se tratando das áreas rurais em geral e dos distritos em específico, como pode ser observado nas análises dos Planos Diretores Municipais, há um desinteresse e falta de conhecimento sobre a totalidade do território municipal que de um lado, resulta da trajetória dos Planos Diretores ao longo dos anos como instrumentos de Planejamento apenas urbano e por outro, da visão estereotipada de mundo e espaço rural, que ainda hoje se manifesta em boa parte do que se entende por esse espaço e dificulta as estratégias e os planos de ação que contemplem um rural, que também é de produção, mas que é, sobretudo, um lugar de trabalho e de vida.

Em relação aos quesitos que foram a chave para a análise dos Planos Diretores Municipais, a **definição de rural** foi a questão com maior deficiência de informações, questões que, como já vimos, são reflexo da fragilidade da concepção de rural e urbano no Brasil, as quais procuravam definir o rural em oposição ao urbano e como sinônimo de agrícola. Apesar das inúmeras mudanças

do espaço rural na atualidade, a sua definição ainda é um dos obstáculos para o direcionamento de políticas públicas inerentes às especificidades locais. Da mesma forma, segue a definição de distrito rural, quesito que não foi encontrado em nenhum Plano Diretor analisado

No Brasil, ainda se adota o critério de definição político-administrativa que considera urbana, toda sede municipal (cidade) e distrital (vila), sem fazer referência às diferentes funções desses aglomerados e do universo que os cercam. Na mesma linha, o rural corresponde ao que não é urbano, “[...] sendo definido a partir de carências e não de suas próprias características.” (MARQUES, 2002, p. 97), como pode ser observado nos Planos Diretores analisados, ou seja, a definição de rural que foi encontrada nesses documentos, ou a falta dela, reflete os entraves teóricos metodológicos e conceituais existentes para o entendimento de um rural multifacetado e a partir disso defini-lo não como um resquício ou um mundo à parte e atrasado, mas a partir da valorização dos seus conteúdos e significados.

A partir desses apontamentos e das análises realizadas nos PDMs, verifica-se que, embora o rural tenha disso abordado nos documentos há uma superficialidade na forma de tratamento, definição, conceituação e compreensão desse espaço que ora é entendido como área de produção, ora de preservação. Nessa mesma linha, **a delimitação do rural** também aparece como o que não é urbano. Quantos às **diretrizes para o rural**, configuram-se em um viés econômico e quando não o são, estão isentos das especificidades locais. E os **instrumentos** quando existem para além do urbano, representam, em sua essência, interesses econômicos e conservacionistas os quais abrangem muito pouco, a população

rural.

Quanto aos distritos rurais, essa análise evidenciou o fato da discriminação de tudo que está fora dos limites urbanos, visto que há pouca referência a esses espaços nos documentos analisados. Quando estas existem, consideram os distritos rurais como uma extensão das cidades, e como sabemos, essa consideração não abarca os distritos analisados.

Dessa forma, diante da importância que acreditamos ter o município ao atribuir o PDM como instrumento de ordenamento de toda sua área rural é que reiteramos a necessidade de uma visão holística para esse espaço. Como observado, apesar do rural e dos distritos ainda não serem representados de forma eficaz nos Planos Diretores Municipais, viu-se que é possível o planejamento rural pelo viés municipal, sendo que o que falta é aprimorar os conhecimentos sobre esse espaço e sua população. Em face disso, é imprescindível considerar a heterogeneidade da sociedade brasileira e utilizar a escala local na formulação de diagnósticos aos problemas enfrentados pela população rural e dos distritos rurais.

Estes últimos, foco do nosso interesse, merecem atenção especial pela complexidade de funções e formas que desempenham e representam: suas vilas são áreas oficialmente urbanas, localizadas no espaço rural dos municípios, as quais, a depender da distância da sede municipal e das características da região, apresentam singularidades e necessidades próprias que não podem ser encaradas como mais uma extensão urbana, como foi visto nas análises acima.

Para compreender melhor a realidade desses espaços e de sua população, apresenta-se a seguir, os diversos olhares sobre os distritos rurais estudados, ou seja, os distritos rurais pela ótica de quem de fato importa: seus

habitantes. Dessa forma, essa etapa é essencial para uma reflexão e um embate sobre o que a teoria nos traz e a realizada vivida e vivenciada.

5.2 Matriz F.O.F.A: pontos fortes e fracos e o desenvolvimento de estratégias

A análise dos dados obtidos por meio das entrevistas realizadas junto à população residente nas vilas dos distritos rurais em estudo, foi realizada com base em uma ferramenta muito empregada em diagnósticos empresariais e de Planejamento urbano, conhecida como matriz F.O.F.A (SOWT), sigla oriunda do inglês que é um anacrônico de Forças (Strengths); Fraquezas (Weaknesses); Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats).

A escolha dessa ferramenta para a análise dos dados obtidos, se deve à sua fácil aplicação, bem como pela possibilidade de uma visão clara do ambiente interno e externo das vilas distritais, e como consequência, o diagnóstico da situação local com vistas a elaborar propostas de ações estratégicas.

A matriz F.O.F.A é uma das metodologias mais utilizadas dentro do Planejamento Estratégico para realizar a análise do ambiente e identificar as oportunidades e ameaças. Têm como objetivo principal, segundo Lopes (1998), em estudo sobre o planejamento estratégico das cidades, a coordenação dos vários níveis e funções estratégicas de uma organização em um projeto global e apresenta quatro pontos principais: a) a missão (onde queremos ir); b) as estratégias (como chegar lá); c) o orçamento (o que podemos fazer) e d) o controle (como medir o andamento do processo).

Essa evolução social em conjunto com as teorias de planejamento, fez

surgir o planejamento estratégico, o qual passou da utilização militar e empresarial para o planejamento social. A partir de 1970, várias escolas de planejamento estratégico surgiram baseadas no modelo desenvolvido pela Harvard Business School, o qual buscava: “Definir as fortalezas e fraquezas internas de uma organização frente às ameaças e oportunidades externas, levando em consideração o valor de sua administração e as responsabilidades sociais.” (LOPES, 1998, p. 81).

Já nos anos de 1980, o planejamento estratégico começou a ser utilizado no setor público e em especial nas cidades, principalmente, em vista dos desafios gerados pela nova estruturação da sociedade urbana, em busca de criar uma base firme de conhecimentos e informações de toda a sociedade (LOPES, 1998). Ou seja, é com o planejamento estratégico das cidades, que se incorpora a noção de que é preciso envolver todos os agentes, para a incorporação de estratégias, dando atenção, também, à análise das forças e tendências que estão fora do domínio do município e as que são internas ao município e à cidade.

Com base nessas ideias, a Matriz F.O.F.A, como uma das principais ferramentas de análise do planejamento estratégico, representa um método de organização de problemas e potencialidades; de ameaças e oportunidades. Azevedo (2014), ao pesquisar sobre a aplicação da matriz F.O.F.A em estudos de segurança turística de Moçambique, considera que essa matriz de análise é uma ferramenta de gestão que pode ser utilizada no processo de planejamento estratégico territorial e permite a visualização do ambiente, interno e externo e que se definam estratégias adequadas à realidade atual.

Por esse motivo, a matriz F.O.F.A foi utilizada para verificar e

apresentar os principais problemas e oportunidades existentes nas vilas dos distritos rurais estudados, bem como as ameaças e oportunidade externas, o que permite uma avaliação geral da área em estudo. Buarque (1999), ao escrever sobre a aplicação de metodologias para o planejamento municipal e local, acrescenta que, a metodologia com base na Matriz F.O.F.A, pode ser utilizada, em princípio, para qualquer unidade territorial de pequeno porte, com as adaptações e simplificações devidas, com diferentes escalas e níveis de complexidade. O esquema da matriz de planejamento F.O.F.A pode ser representado da seguinte forma (Quadro 8):

Quadro 8: Representação do esquema da Matriz F.O.F.A aplicada à realidade da pesquisa - 2017

FATORES INTERNOS (controláveis)		
AJUDA	FORÇAS (Pontos fortes)	FRAQUEZAS (Pontos Fracos)
	Pontos positivos em relação à saúde, educação, segurança, trabalho.	Pontos negativos em relação à saúde, educação, segurança e trabalho.
	Atuação do governo municipal.	Deficiências do governo municipal.
	Infraestrutura e serviços.	Falta de infraestrutura e serviços.
	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
	Localização do distrito em relação à sede municipal e outras cidades (Próximo).	Localização do distrito em relação à sede municipal e outras cidades (Distante).
	Vias de tráfego disponíveis para acesso à vila.	Poucas vias disponíveis para acesso ao entorno.
	Empresas instaladas na vila e no entorno (Benefícios).	Empresas instaladas na vila e no entorno (Malefícios).
	Possibilidades para desenvolvimento do Turismo.	Falta de investimento para o turismo.
FATORES EXTERNOS (incontroláveis)		

Org. Mesquita, A. P. (2017). Adapt. SEBRAE (2016)

A matriz F.O.F.A apresenta duas partes, o ambiente interno (Forças e Fraquezas) e o ambiente externo (Oportunidades e ameaças). A primeira, representa os aspectos positivos e negativos do lugar, os quais podem ser controlados pelos dirigentes ou líderes do local (no caso das vilas distritais analisadas, considerou-se o governo municipal), assim os pontos fortes devem ser destacados e os pontos fracos minimizados ou controlados. O ambiente externo representa as oportunidade e ameaças que não podem ser controladas pelas autoridades competentes, nesse caso considerou-se as empresas instaladas na região, as condições das vias de acesso à vila, a distância do distrito sede, dentre outros.

Azevedo (2014) considera que, os elementos do ambiente externo (oportunidades e ameaças) incluem fatores demográficos, economia, aspectos legais, dentre outros; enquanto que os elementos do ambiente interno (forças e fraquezas) englobam os recursos naturais e financeiros, força de trabalho, nível educacional da população, mercados, produtos para negócios infraestruturas. Sobre as forças e fraquezas, Azevedo (2014) acrescenta:

A título de exemplo, considerar-se-á **fraqueza** quando houver falta de serviços de salvação pública em uma área de alta densidade de estabelecimentos turísticos, construídos a base de material local (caniço e estacas), dado que se conhecem os impactos dessa ausência, em casos de ocorrência de incêndios. Os gestores turísticos municipais devem prover recursos humanos e meios materiais para que exista uma rápida resposta na possibilidade de ocorrência do fenômeno. A existência destes recursos em quantidade e qualidade para prevenir e combater o incêndio constitui-se como uma **força**. (AZEVEDO, 2014, p. 165, grifos nossos).

Dessa forma, como apresentado por Azevedo (2014), os fatores internos são os fatores controláveis e estão sob a responsabilidade de quem planeja,

podem ser fortalecidos ou eliminados. Por outro lado, os fatores externos são decorrentes de outros ambientes ou de outros fatores sociais e devem ser aproveitados ou evitados.

5.2.1 Análise F.O.F.A nas vilas distritais do sul Goiano: uma perspectiva dos seus moradores

Ao aplicar a matriz F.O.F.A para a análise das vilas pesquisadas, foi possível detectar os pontos fortes e fracos de forma pontual. Esse diagnóstico inicial é indispensável para a elaboração de estratégias condizentes com a realidade local das áreas estudadas, dessa forma, realizou-se a análise F.O.F.A nas vilas dos distritos rurais individualmente e, posteriormente, apresentou-se um quadro síntese com todas as vilas estudadas. É importante salientar que a pesquisa foi realizada apenas nas áreas urbanas dos distritos, o seja, suas vilas, embora tenha se considerado todo o contexto regional.

Município de Rio Verde: Lagoa do Bauzinho, Riverlândia e Ouroana

O quadro a seguir (Quadro 9), elucida o cenário atual da vila de Lagoa do Bauzinho, Município de Rio Verde (GO), já apresentada anteriormente e, contém, as informações obtidas por meio da aplicação de roteiros de entrevista à população residente nas vilas (Apêndice 1). Dentre as questões abordadas, estão as relacionadas à infraestrutura, atendimento municipal, oferta de serviços públicos, dentre outros.

As informações obtidas por meio de entrevista na vila do distrito rural de

Lagoa do Bauzinho destacaram a existência de diversos aspectos positivos e negativos no interior e externos ao distrito. De forma geral, foram reconhecidos 6 (seis) pontos fortes e 8 (oito) pontos fracos no interior da vila. Dentre os pontos negativos destacados pelos moradores, pode-se citar a insuficiência de serviços públicos urbanos, como o oferecimento de atendimento médico que é realizado duas vezes por semana, a falta de rede de celular e de policiamento. Este último se torna de suma importância nas vilas, visto que estas, apesar de aparentarem uma certa tranquilidade, não dispensam a ação policial (Informação verbal, pesquisa de campo, Lagoa do Bauzinho (Rio Verde), 2017).

Quadro 9: Lagoa do Bauzinho (Rio Verde): análise F.O.F.A na vila do distrito - 2017

Lagoa do Bauzinho			
FATORES INTERNOS			
Quant.	FORÇAS (Pontos fortes)	Quant.	FRAQUEZAS (Pontos Fracos)
1	Existência de Posto de Saúde	1	Falta especialidades médicas / atendimento apenas duas vezes por semana
2	Escola até ensino fundamental II	2	Faltam professores
3	Transporte público 3 vezes por semana para o distrito sede	3	Sinal de telefonia celular insuficiente
4	Existência de subprefeitura	4	A subprefeitura não é atuante/pouca representatividade política
5	Boa parte das ruas são pavimentadas	5	Pouca oferta de trabalho
6	Lugar parcialmente tranquilo	6	Pouca variedade de comércio
	-	7	Fraca abrangência dos serviços da polícia municipal
	-	8	Pouco investimento no turismo (Municipal)
Total Forças = 6		Total fraquezas = 8	
Quant.	OPORTUNIDADES	Quant.	AMEAÇAS
1	A empresa Camaru oferece alguns empregos para os moradores da vila	1	Poucas oportunidades e atratividade para os jovens
2	Possíveis empreendimentos turísticos na região do distrito	2	Pouco investimento no turismo (Estadual e Federal)
3	Boas condições das vias de acesso à vila	3	Tráfico de drogas
			Distante do distrito sede (cidade de Rio Verde) 55km
Total Oportunidades = 3		Total Ameaças = 4	
FATORES EXTERNOS			

Fonte: Pesquisa de campo, 2017. Autora: Mesquita (2017).

Quanto aos fatores externos, foram destacados 3 (três) oportunidades e 4 (quatro) ameaças. Dentre as oportunidades, a presença de empresas nas áreas rurais próximas à Lagoa do Bauzinho foi apontada, pelos moradores, como fator que ajuda à manutenção da qualidade de vida na vila, por outro lado, a pouca oportunidade para os jovens e o tráfico de drogas, são fortes ameaças à população local. Este último, resultado da falta de policiamento na vila.

A vila do distrito de Riverlândia, localizada à cerca de 15km do distrito de Lagoa do Bauzinho e a 75 km do distrito sede de Rio Verde, apresenta de início bastante semelhança quanto aos aspectos positivos e negativos citados pelos moradores. A pouca oferta de trabalho e a falta de policiamento foram fatores mencionados pela população de Lagoa de Bauzinho e de Riverlândia (Quadro 10).

Quanto às oportunidades, em Riverlândia, foram ressaltadas possibilidades para o desenvolvimento de atividades turísticas, devido à presença de belas cachoeiras e a tradicional Cavalgada, condições que, segundo a população, seria uma fonte de renda aos moradores, caso houvesse maior investimento do poder público municipal. As empresas (granjas de suínos e carvoarias) localizadas nas áreas rurais do distrito, foram consideradas oportunidades, embora não foram descartados os seus efeitos poluidores ao meio ambiente.

Quadro 10: Riverlândia (Rio Verde): análise F.O.F.A na vila do distrito - 2017

Riverlândia			
FATORES INTERNOS			
Quant.	FORÇAS (Pontos fortes)	Quant.	FRAQUEZAS (Pontos Fracos)
1	Existência de Posto de Saúde	1	Falta especialidades médicas / atendimento apenas três vezes por semana
2	Existência de escola de ensino fundamental e médio	2	Não possui posto de medicamento, restaurantes nem pousadas
3	Transporte público para o distrito sede todos os dias da semana	3	Pouca oferta de trabalho
4	Boa parte das ruas são pavimentadas	4	Poucos comércios
5	Existência de subprefeitura	5	A subprefeitura não é atuante/pouca representatividade política
6	Lugar parcialmente tranquilo	6	Fraca abrangência dos serviços da polícia municipal
	-	7	Pouco investimento no turismo
Total Forças = 6		Total fraquezas = 7	
Quant.	OPORTUNIDADES	Quant	AMEAÇAS
1	Turismo cultural (Cavalgadas, cachoeiras)	1	Pouco investimento no turismo (Federal e Estadual)
2	Empresas localizadas no entorno oferecem emprego aos moradores	2	Poluição do ar e poluição ambiental causada pelas empresas na região
3	Boas condições das vias de acesso à vila	3	Localizado distante do distrito sede (cidade de Rio Verde) 75km
	-	4	Poucas oportunidades e atratividades para os jovens
Total Oportunidades = 3		Total Ameaças = 4	
FATORES EXTERNOS			

Fonte: Pesquisa de campo 2017. Autora: Mesquita (2017)

O distrito de Ouroana, também apresentou informações bem parecidas como pode-se observar no Quadro 11.

Quadro 11: Ouroana (Rio Verde): análise F.O.F.A na vila do distrito – 2017

Ouroana			
FATORES INTERNOS			
Quant.	FORÇAS (Pontos fortes)	Quant.	FRAQUEZAS (Pontos Fracos)
1	Existência de Posto de Saúde	1	Falta especialidades médicas / atendimento apenas três vezes por semana
2	Transporte público para o distrito sede todos os dias da semana	2	Falta uma torre de celular
3	As ruas do distrito são pavimentadas	3	Fraca abrangência dos serviços da polícia municipal
4	Existência de escola de ensino fundamental e médio	4	Pouca oferta de trabalho
5	Existência de subprefeitura	5	Subprefeitura pouco atuante com pouca representatividade política
	-	6	Pouco investimento no turismo (municipal)
Total de Forças = 5		Total de fraquezas = 6	
Quant.	OPORTUNIDADES	Quant.	AMEAÇAS
1	Empresa instalada na vila do distrito oferece emprego à população	1	A empresa instalada na vila polui o solo e a água (piscina de rejeito)
2	Turismo pedagógico, arqueológico, ecológico	2	Pouco investimento no turismo (Federal e estadual)
3	Boas condições das vias para acesso ao distrito sede (Rio Verde)	3	Insegurança, foragidos ameaçam os moradores
	-	4	Localizado distante do distrito sede (cidade de Rio Verde (75km)
	-	5	Poucas oportunidades e atratividade para os jovens
Total de Oportunidades= 3		Total de ameaças= 5	
FATORES EXTERNOS			

Fonte: Pesquisa de campo 2017. Autora: Mesquita (2017)

Dentre as 05 (cinco) forças destacadas pelos moradores da vila de Ouroana, o transporte público para a cidade sede (Rio Verde) todos os dias da semana, bem como a oferta de ensino até o nível médio, merecem destaque diante da relevância que representam, respectivamente, para a facilidade de acesso aos serviços urbanos, oferecidos em Rio Verde e pela maior oportunidade de ensino para os moradores que não tem condição para se deslocarem à outra região e dar seguimentos aos estudos

Por outro lado, a pouca oferta de trabalho e a falta de sinal de telefonia celular foram algumas das 6 (seis) fraquezas apontadas pelos moradores de Ouroana, assim como nos distritos de Lagoa do Bauzinho e Riverlândia. Outro aspecto negativo com destaque nos três distritos de Rio Verde está relacionado a pouca representatividade e atuação das subprefeituras instaladas nas vilas, as quais não conseguem, na maioria das vezes, atender às solicitações da população.

Quanto aos fatores externos vistos como oportunidades em Ouroana, são destaques, a presença de paisagens naturais - as quais favorecem a prática de atividades turísticas já realizadas no distrito, embora de forma insipiente - e, também, as boas condições das vias que dão acesso à vila. Esta última é condição primordial para o deslocamento populacional para as cidades do entorno, em busca de serviços não encontrados na vila, bem como, facilitam o acesso de turistas ao local. Ouroana fica a aproximadamente, 75km da cidade sede (Rio Verde) e esse fator, segundo informações dos moradores, se constitui como uma ameaça, ou seja, fatores que atrapalham o desenvolvimento local.

De forma geral, os distritos rurais de Rio Verde, mostraram muita similaridade quanto à infraestrutura urbana e aos serviços públicos oferecidos, com destaque para a presença da subprefeitura instalada nas três vilas, embora as ações realizadas por estas não sejam tão efetivas. A oferta de produtos e serviços, de forma geral, é bastante elementar e influencia a mobilidade da população para outras cidades. A falta de policiamento e a pouca oferta de trabalho, são outros fatores apontados durante as entrevistas.

Município de Ipameri: Domiciano Ribeiro e Cavalheiro

A pesquisa de campo realizada nas vilas dos distritos rurais de Ipameri (GO), evidenciou a distância geográfica como fator que dificulta a formação de capital político nos distritos, essencial para a busca de maior autonomia administrativa nessas áreas, condição já citada por Monastiky et al. (2009). A distância absoluta ou relativa em relação à sede municipal ou à outras cidades, principalmente as que exercem polarização na região, reforçam ainda mais as particularidades locais.

A localização de Domiciano Ribeiro às margens da rodovia Federal BR-050, que dá acesso à Cristalina (GO) (20km), importante cidade para a região, coloca-o em uma localização geográfica diferenciada, principalmente ao compará-lo com o distrito de Cavalheiro, cujo acesso é feito, em parte, por uma via não pavimentada, que dista 57km do centro urbano mais próximo, Pires do Rio, município de 30.000 habitantes (IBGE, 2016). Dessa forma, o contexto regional é preponderante para a definição das características das vilas e, como consequência, do modo de vida de seus moradores, embora sejam divisões administrativas do mesmo município, como podemos observar no Quadro 12 da análise F.O.F.A de Domiciano Ribeiro.

Quadro 12: Domiciano Ribeiro (Ipameri): análise F.O.F.A na vila do distrito - 2017

Domiciano Ribeiro			
FATORES INTERNOS			
Quant.	FORÇAS (Pontos fortes)	Quant.	FRAQUEZAS (Pontos Fracos)
1	Existência de Unidade Básica de Saúde, Samu e Ambulância	1	Infraestrutura insipiente (Faltam bancos, agência dos correios)
2	Existência de creche, colégio Estadual e Municipal até o ensino médio	2	Colégio não comporta todos os alunos
3	Transporte público que leva os estudantes para as Universidades de Cristalina (GO)	3	Faltam melhorias na iluminação pública
4	Subprefeitura instalada na vila do distrito	4	Subprefeitura pouco atuante/pouca representatividade política
	-	5	Faltam moradias para a população
	-	6	Pouca oferta de trabalho
	-	7	Falta rede de telefonia
	-	8	Cobrança de IPTU dos imóveis sem escritura
	-	9	Falta policiamento
	-	10	Faltam serviços médicos para os moradores de outro estado
Total de Forças = 5-		Total de Fraquezas = 10-	
Quant.	OPORTUNIDADES	Quant.	AMEAÇAS
1	Boas condições das vias de acesso à vila (BR-050)	1	Distância do distrito sede (Ipameri) (95km)
2	Proximidade de Cristalina (GO) (20km)	2	Roubos
3	Transporte interurbano diário (Cristalina-Domiciano Ribeiro)	3	Tráfico de drogas
4	Atração de migrantes para o trabalho nas lavouras da região	4	Empregos temporários e mal remunerados
5	Empresas agrícolas instaladas na região		-
Total de Oportunidades = 5		Total de Ameaças = 4-	
FATORES EXTERNOS			

Fonte: Pesquisa de campo 2017. Autora: Mesquita (2017)

A vila do distrito de Domiciano Ribeiro é a mais dotada de equipamentos e serviços urbanos, resultado da proximidade de Cristalina (GO) e da sua localização ao lado da BR-050. Une-se a isso, a importância que a região possui como área agrícola, voltada à produção de legumes e grãos. Foram apontadas 4 (quatro) forças pelos moradores, com destaque para a presença de uma Unidade Básica de Saúde, uma ambulância e um veículo de Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), os quais se tornam ainda mais importantes, visto que o distrito não possui hospital.

Se por um lado, a vila de Domiciano Ribeiro apresenta serviços públicos urbanos importantes para a população residente, por outro, são ressaltadas pelos moradores vários problemas oriundos do mesmo contexto regional que nos referimos anteriormente. Domiciano Ribeiro tem ‘ares’ de cidade (distrito sede) e dessa forma, apresenta os mesmos problemas urbanos que estas. A começar pela falta de moradia para a população, principalmente para os migrantes que procuram a vila em busca de trabalho nas lavouras de batatas e grãos.

Dentre as 10 (dez) fraquezas mencionadas, além da falta de moradia já citada anteriormente, as poucas vagas para um número crescente de estudantes na vila foi outro fator ressaltado durante as entrevistas. Segundo os moradores, alguns estudantes não conseguem vagas nas escolas da vila e precisam se deslocar para a cidade mais próxima (Cristalina), condição que dificulta e prejudica o dia a dia dos estudantes que, em geral, são crianças e adolescentes.

Quanto às oportunidades, as boas condições da via de acesso à vila, bem como a proximidade da cidade de Cristalina destacam-se enquanto oportunidades para a população local e para maior desenvolvimento da vila. A distância em relação ao distrito sede, o tráfico de drogas, o trabalho temporário e mal remunerado são algumas das ameaças apontadas pelos moradores

Por outro lado, a vila de Cavalheiro, com outro contexto regional, mais afastada de centros urbanos maiores, distante de vias de tráficos importantes e com uma população inferior a 100 habitantes (IBGE/CIDRA, 2016), apresenta realidades distintas de Domiciano Ribeiro, como pode-se observar no Quadro 13.

Quadro 13: Cavalheiro (Ipameri): análise F.O.F.A na vila do distrito - 2017

Cavalheiro			
FATORES INTERNOS			
Quant.	FORÇAS (Pontos fortes)	Quant.	FRAQUEZAS (Pontos Fracos)
1	Existência de Posto de Saúde	1	Atendimento médico apenas uma vez ao mês (clínico geral)
2	Existência de ensino até a ensino fundamental II	2	Falta ensino médio e EJA
3	Lugar seguro e sossegado	3	Não tem transporte público até o distrito Sede
4	Existência de subprefeitura	4	Subprefeitura pouco atuante/pouca representatividade política
	-	5	Não possui rede de telefonia celular
	-	6	Pouca oferta de trabalho
	-	7	Parte da via de acesso à vila não pavimentada
	Total de Forças = 4		Total de Fraquezas = 7
Quant.	OPORTUNIDADES	Quant.	AMEAÇAS
	-	1	Distância do distrito sede (Ipameri) (95km)
1	Empresas agrícolas localizadas na região	2	Empresas poluem o ambiente (defensivos agrícolas), destroem as nascentes
2	Proximidade de Urutaí e Pires do Rio	3	Vias de acesso ao distrito ruins
	Total de Oportunidades = 2		Total de Ameaças = 3
FATORES EXTERNOS			

Fonte: Pesquisa de campo 2017. Autora: Mesquita (2017)

Das 4 (quatro) forças destacadas pela população entrevistada, a tranquilidade e a segurança do local são unânimes. Os moradores se conhecem e as relações são baseadas na amizade e na troca de favores, condições que direta ou indiretamente estão ligadas ao modo de vida rural. O distanciamento de centros urbanos maiores - que favorece um certo isolamento - tende a reforçar essas características. Silva (2008), já destacara esses aspectos: “O lugar descrito como ‘bom para morar’, mas ‘sem recursos’, em que o ‘bom’ é a liberdade, a segurança e a tranquilidade para educar os filhos, revela uma sociabilidade vicinal e a confiança que o grupo demonstra entre si” (SILVA, 2008, p. 138, grifos da autora).

Dentre as fraquezas informadas, a falta de um transporte público que

faça o trajeto até o distrito sede (Ipameri), reforça ainda mais o isolamento da população da vila. Como os serviços no âmbito financeiro, comercial e hospitalar são realizadas no distrito sede de Ipameri, a falta de transporte público se configura em uma das maiores queixas dos moradores e mostram a pouca preocupação que o governo municipal possui com Cavalheiro.

Por ser uma área localizada em uma região agrícola, a fonte de renda dos moradores da vila é adquirida, em boa parte, dos trabalhos no campo, e dessa forma, as empresas agrícolas que estão localizadas no entorno se constituem como uma oportunidade para essa população, principalmente para os homens (Informação verbal, pesquisa de campo, Cavalheiro, 2017). A proximidade das cidades de Urutaí (GO) e Pires do Rio (GO) representam outro aspecto visto como oportunidade, principalmente ao considerar a distância da vila em relação ao distrito sede (Ipameri) que é de 95km. E como consequência, essa distância foi considerada uma ameaça, juntamente com a poluição e degradação ambiental causada pelas empresas agrícolas instaladas na região.

De forma geral, se os dois distritos de Ipameri apresentam diferenças relevantes, principalmente oriundas do contexto regional em que estão inseridos - condição que afeta, desde o número populacional até a oferta de serviços, infraestrutura e o modo de vida local -, por outro, é possível identificar que os aspectos relacionados aos serviços públicos básicos, como saúde, educação, segurança, apresentam certa carência nas duas vilas, o que reflete, mais uma vez, a relação elementar entre distrito sede e distrito rural.

Município de São Simão: Itaguaçu

A vila do distrito de Itaguaçu está localizada nas proximidades do Rio Paranaíba, divisa de Goiás e Minas Gerais na porção sul de Goiás e cortada pelo Rio Claro. É uma vila turística, que teve seus momentos de auge com a vinda de visitantes de diversos locais para apreciar as cataratas do rio Claro, no entanto, atualmente, vive um período de estagnação dessas atividades (Quadro 14).

Quadro 14: Itaguaçu (São Simão): análise F.O.F.A na vila do distrito - 2017

Itaguaçu			
FATORES INTERNOS			
Quant.	FORÇAS (Pontos fortes)	Quant.	FRAQUEZAS (Pontos Fracos)
1	Existência de Posto de Saúde	1	Faltam especialidades médicas
2	Escola municipal e estadual até o ensino médio	2	Falta Educação para Jovens e Adultos (EJA)
3	Transporte público todos os dias para o distrito sede (3 ou 4 vezes ao dia)	3	Pouca variedade de itens de consumo comercializados no distrito
4	Boas condições das vias que dão acesso ao distrito sede (São Simão)	4	Pouco investimento no turismo
5	Lugar parcialmente tranquilo	5	Falta policiamento
6	Ambulância disponível	6	Não há subprefeitura
7	Ruas da vila pavimentadas	7	Sinal de telefonia celular insuficiente
	-	8	Pouco emprego para a população
	Total de Forças = 7		Total de Fraquezas = 8
Quant.	OPORTUNIDADES	Quant.	AMEAÇAS
1	Usinas de Cana de açúcar na região	1	Trabalho mecanizado, emprega poucos moradores da vila
2	Usina Hidrelétrica de São Simão	2	Alteração do volume de água nas propriedades rurais do distrito
3	Proximidade do distrito sede (São Simão)		-
4	Existência de paisagens turísticas		-
5	Boas vias de acesso ao distrito		-
	Total de Oportunidades = 5		Total de Ameaças = 3
FATORES EXTERNOS			

Fonte: Pesquisa de campo, 2017. Autora: Mesquita (2017)

Os 7 (sete) fatores internos que representam as forças, apontados pelos moradores, estão pautados na tranquilidade do lugar, na presença de equipamentos urbanos como posto de saúde, ambulância, escola até o nível médio, transporte público para a cidade de São Simão três vezes ao dia, bem como a pavimentação de todas as ruas da vila. Embora não haja subprefeitura instalada em Itaguaçu, o governo municipal consegue atender, principalmente em relação aos serviços básicos, a população da vila.

Uma das maiores reclamações dos moradores está relacionada ao pouco investimento no turismo, já que a vila carece de infraestrutura para receber os visitantes que vêm em busca das paisagens naturais da região, fator este, entendido como uma das 8 (oito) fraquezas apresentadas. A falta de emprego, também foi apontada durante a pesquisa e ressaltada nas demais vilas já apresentadas. A maioria das ofertas de trabalho são nas áreas rurais da região, que geralmente possui baixa remuneração por se constituir, em boa parte, em trabalhos braçais que exigem pouca ou nenhuma qualificação profissional, além da informalidade. Os poucos estabelecimentos comerciais da Vila e o funcionalismo público (trabalho nas escolas, posto de saúde, dentre outros) constitui-se em outra fonte de trabalho, que assim como o primeiro, apresenta baixa remuneração.

Dentre os 5 (cinco) fatores externos que apresentam oportunidades, a proximidade do distrito sede e a presença de usinas de cana de açúcar e a UHE São Simão foram interpretados como fatores positivos. Embora ainda seja insuficiente a oferta de trabalho na vila, não se pode desconsiderar que boa parte de renda das famílias é proveniente do trabalho nessas usinas. Além da proximidade do distrito sede (São Simão), a boa condição das vias facilita o acesso dos moradores aos serviços que não estão disponíveis em Itaguaçu.

Quanto às 2 (duas) ameaças destacadas, o represamento da UHE São Simão ocasionou mudança no volume dos rios que são utilizados pela população da região para cultivo e criação de animais, o que prejudicou e prejudica o desenvolvimento dessas atividades. A pouca oferta de trabalho, gerada em boa parte pela mecanização das atividades, foi mencionada pela população da vila.

Município de Goiatuba: Marcianópolis

A vila do distrito rural de Goiatuba (GO), localizada em uma área com um crescente avanço da monocultura de cana de açúcar, carrega no seu cotidiano e nas suas paisagens, o retrato dessa realidade, que por um lado e em números oficiais⁴¹ causou uma melhoria nos indicadores sociais da região e por outro, gerou desemprego e subempregos aliados à mecanização do campo e a atual estrutura fundiária do município, principalmente para a população pouco qualificada.

O Quadro 15 mostra a análise F.O.F.A da vila do distrito rural de Marcianópolis, cujo acesso à mesma é dificultado pelas péssimas condições das vias, tornando-a, dessa forma, um lugar parcialmente isolado. Essa condição foi afirmada durante a pesquisa de campo e as entrevistas.

Quadro 15: Marcianópolis (Goiatuba): análise F.O.F.A na vila do distrito rural - 2017

⁴¹ Segundo informações do DATASUS (2000 e 2010) a taxa de desemprego no município de Goiatuba passou de 6,97% em 2000 para 5,27% em 2010, enquanto que a Renda Per capita média passou de 669,33 para 771,78 em 2000 e 2010 respectivamente. (DATASUS, 2000, 2010).

Marcianópolis			
FATORES INTERNOS			
Quant.	FORÇAS (Pontos fortes)	Quant.	FRAQUEZAS (Pontos Fracos)
1	Posto de saúde disponível	1	Estrutura ineficiente e faltam especialidades médicas
2	Escola municipal e estadual até o ensino médio	2	Falta de sinal de TV e telefonia fixa
3	Lugar parcialmente tranquilo	3	Poucas opções de lazer
4	Há subprefeitura	4	A subprefeitura oferece pouca assistência/pouca representatividade política
	-	5	Poucos comércios e variedade de itens de consumo
		6	Transporte público ineficiente
	Total de Forças = 4		Total de Fraquezas = 6
Quant.	OPORTUNIDADES	Quant.	AMEAÇAS
1	Boas áreas agricultáveis no entorno	1	Distância do distrito sede (Goiatuba) (90km)
2	Proximidade de Bom Jesus de Goiás (GO) e Porteirão (GO)	2	Péssimas condições das vias que dão acesso à vila
3	Empresa de estocagem de grãos localizada na sede do distrito	3	A empresa de grãos localizada na vila polui o ambiente e afeta a saúde dos moradores
	Total de Oportunidades = 3		Total de Ameaças = 3
FATORES EXTERNOS			

Fonte: Pesquisa de campo, 2017. Autora: Mesquita (2017)

Dentre os 4 (quatro) pontos fortes identificados, a oferta de ensino até o nível médio, a presença de um Posto de Saúde (embora sua infraestrutura seja precária) foram algumas das forças destacadas. Por outro lado, o transporte público que faz o trajeto até o distrito sede (Goiatuba) não é suficiente para atender às necessidades dos moradores, já que é realizado apenas 2 vezes ao mês. A situação se complica ainda mais, justamente porque os moradores precisam fazer esse deslocamento, seja para Goiatuba (GO) ou para cidades próximas como Bom Jesus (GO) e Porteirão (GO), visto que a vila oferece pouca variedade de itens de consumo, não possui especialidades médicas e serviços bancários. Fatores estes, que estão entre as 6 (seis) fraquezas apontadas pelos moradores da vila.

As 3 (três) oportunidades identificadas durante as entrevistas, compreendem as áreas agricultáveis do entorno e a presença de um silo de estocagem e processamento de grãos na vila, os quais oferecem trabalho aos moradores; bem como, a proximidade de cidades como Porteirão (GO) e Bom Jesus (GO), as quais, diante da distância entre Marcianópolis e o distrito sede de Goiatuba (GO), facilitam o acesso da população à bens e serviços não encontrados na vila.

Entre as 3 (três) ameaças mencionadas, além da distância para a cidade de Goiatuba e as péssimas condições das vias que dão acesso à vila, como já apresentado anteriormente, o silo da BAGEL, instalado próximo às residências, vem causando problemas ambientais e de saúde aos moradores. Segundo informações obtidas durante as entrevistas, os problemas respiratórios tiveram aumento depois da instalação do silo. A poluição sonora também se constitui em um agravante para a situação.

De forma geral, boa parte dos problemas enfrentados pela população de Marcianópolis é oriunda do distanciamento entre a vila e o distrito sede; um distanciamento tanto territorial, quanto do ponto de vista assistencialista e político. Reconhece-se que os 90km de distância do distrito sede, afetam no ordenamento da vila, no entanto esse não é o único motivo. O abandono vivido pela população da vila de Marcianópolis está além da distância física, mas perpassa, de um lado, pelos poucos recursos públicos de Goiatuba e, por outro, pela pouca importância que os distritos rurais representam para os municípios.

Município de Catalão: Pires Belo e Santo Antônio do Rio Verde

Os distritos de Catalão (GO), localizados no Sudeste Goiano, apesar de estarem inseridos em um mesmo município, apresentam suas especificidades, como pode ser observado nos quadros x e y. De um lado, a vila de Pires Belo localiza-se ao lado de uma importante via de tráfego, que liga São Paulo à Brasília (BR-050) e de outro, a vila de Santo Antônio mais afastada dessas vias. Apresentam também, formas diferenciadas de usos do solo, visto que, o distrito rural de Pires Belo, com o predomínio de formas de relevo acidentado – típicas da depressão do Rio São Marcos⁴² - constitui-se de pequenas propriedades voltadas a pequena produção com pouca utilização de maquinários agrícolas; enquanto Santo Antônio do Rio Verde se caracteriza pela produção de monoculturas em grandes propriedades, altamente mecanizadas e voltadas ao mercado.

A vila de Pires Belo, distancia-se 30km do distrito sede de Catalão e essa condição, faz com que haja um grande fluxo diário de moradores da vila para a sede, os quais vão em busca de serviços variados, como assistência bancária, hospitalar, compras, opções de lazer. A facilidade de acesso à Catalão contribui para o pouco desenvolvimento dos comércios locais, que são escassos e sem variedade de produtos. Essa condição, foi um dos 8 (oito) pontos fracos citados pelos moradores da vila, bem como as poucas opções de lazer (Quadro 16).

⁴² De acordo com Ferreira (2003), a Depressão do Rio São Marcos é uma compartimentação geomorfológica da Região do Chapadão de Catalão e possui um nível altimétrico em torno de 750 metros e maior movimentação topográfica determinada pelo grau de dissecação e efeitos tecnogenéticos. Sua morfologia em geral é caracterizada por formas convexas, elaboradas em metassedimentos do Grupo Araxá e resistências de afloramentos granitoides.

Quadro 16: Pires Belo (Catalão): análise F.O.F.A na vila do distrito rural - 2017

Pires Belo			
FATORES INTERNOS			
Quant.	FORÇAS (Pontos fortes)	Quant.	FRAQUEZAS (Pontos Fracos)
1	Posto de saúde disponível	1	Faltam médicos especialistas
2	Transporte público para o distrito sede todos os dias	2	Falta de moradia para a população/alto valor dos aluguéis de imóvel
3	Presença de equipamentos públicos (Correios, Casa e velório, Caixa Aqui)	3	Pouca oferta de trabalho
4	Creche, escola estadual e municipal até o ensino médio	4	Não possui subprefeitura
5	Ruas da vila pavimentadas	5	Falta policiamento
	-	6	Poucas opções de lazer
	-	7	Poucos comércios
	-	8	Não possui ambulância
	Total de Forças = 5		Total de Fraquezas = 8
Quant.	OPORTUNIDADES	Quant.	AMEAÇAS
1	Localizado ao lado da BR-50	1	Roubo
2	Proximidade do distrito sede (Catalão) (30km)	2	Tráfico de drogas
3	Boas condições das vias de acesso à vila	3	Poluição sonora e ambiental causada pelas empresas localizados nas proximidades da vila
4	Empresas localizadas nas proximidades da Vila que empregam a população		-
	Total de Oportunidades = 4		Total de Ameaças = 3
FATORES EXTERNOS			

Fonte: Pesquisa de campo, 2017. Autora: Mesquita (2017)

Outras fraquezas mencionadas referem-se à falta de policiamento na vila, o que facilita a ação de meliantes na região, principalmente por ser uma vila “à beira da estrada”. Os poucos estabelecimentos comerciais locais e a falta de opções de trabalho constituem-se em outros aspectos considerados negativos. Em relação pouca oferta de trabalho, é unanimidade entre as vilas essa condição, principalmente porque os empregos disponíveis estão vinculadores aos trabalhos rurais os quais são pouco remunerados e, em geral, trabalhos informais.

As 5 (cinco) forças destacadas pelos moradores, assemelham-se com

as já apresentadas nas outras vilas, com destaque para alguns equipamentos urbanos como Caixa Aqui, Serviços do Correios, os quais facilitam o dia a dia da população. Quantos às oportunidades, a localização ao lado de uma rodovia Federal e a proximidade do distrito sede, foram destacados como aspectos que facilitam o desenvolvimento da vila e a circulação de seus moradores.

Em relação às 3 (três) ameaças apontadas durante as entrevistas, o roubo e o tráfico de drogas na vila foram destacados. A falta de policiamento é um agravante para essa situação, que inúmeras vezes fez comerciantes e moradores de Pires Belo como reféns. Segundo informações da população, vários comércios já foram assaltados, carros furtados, inclusive no período diurno e à mão armada. Os pequenos furtos às residências, principalmente por usuários de drogas, muitas vezes conhecidos pelos moradores, tiram a paz da população da vila, que por muitos anos foi sinônimo de paz e tranquilidade, e hoje, já não o é mais (Informação verbal, pesquisa de campo, Pires Belo, 2017).

A vila do distrito de Santo Antônio do Rio Verde, localizado à 80km de Catalão em uma área de chapadas, as quais favorecem à pratica de monoculturas mecanizadas, carrega características dessa condição. A distância do distrito sede contribui para que se devolvesse uma quantidade maior de comércios na vila e dessa forma, é bem-dotada de equipamentos públicos urbanos com uma infraestrutura mais completa, se comparada à Pires Belo.

Dentre as 09 (nove) forças apontadas pela população durante a entrevista, merecem destaque, a existência de uma unidade Básica de Saúde (UBS) e uma farmácia municipal, grande conquista dos moradores da vila de Santo Antônio do Rio Verde, que distante do distrito sede, careciam de pronto-

atendimento. Por outro lado, os moradores denunciam que, após a instalação desses equipamentos, não houve repasse de matérias e verbas para que o funcionamento fosse feito de forma eficiente, faltam médicos e medicamentos na Farmácia Municipal, condições destacadas entre as 7 (sete) fraquezas, como podemos observar no Quadro 17.

Quadro 17: Santo Antônio do Rio Verde (Catalão): análise F.O.F.A na vila do distrito rural - 2017

Santo Antônio do Rio Verde			
FATORES INTERNOS			
Quant.	FORÇAS (Pontos fortes)	Quant.	FRAQUEZAS (Pontos Fracos)
1	Existência de Unidade Básica de Saúde e Estratégia de Saúde da Família	1	Faltam médicos especialistas, plantonistas e primeiros socorros
2	Existência de farmácia Municipal	2	Faltam medicamentos
3	Existência de Ambulância	3	A ambulância fica pouco tempo na vila
4	Existência de ensino até o nível médio	4	Não existe subprefeitura na vila nem representante municipal
5	Transporte público que faz o trajeto até o distrito sede (Catalão) todos os dias	5	Poucas opções de lazer na vila
6	Existe corporação policial municipal	6	Pouca oferta de trabalho
7	Variedade de comércio	7	Alto valor dos produtos comercializados na vila
8	As ruas da vila são pavimentadas		-
9	Tranquilidade		-
10	Existência de uma biblioteca pública distrital		-
	Total de Forças = 10		Total de Fraquezas = 7
Quant.	OPORTUNIDADES	Quant.	AMEAÇAS
1	Boas áreas agricultáveis no entorno (áreas de chapada)	1	Concentração fundiária, desvantagens para o pequeno produtor
2	Boas condições de acesso à vila	2	Distância do distrito sede (Catalão)
3	Empresas agrícolas localizadas nas proximidades da vila que oferecem emprego à população	3	Empregos temporários e mal remunerados
	Total de Oportunidades = 3		Total de Ameaças = 3
FATORES EXTERNOS			

Fonte: Pesquisa de campo, 2017. Autora: Mesquita (2017)

As questões referentes à saúde foram unanimidade entre os moradores entrevistados, segundo os quais, afeta principalmente a população com menor renda. A falta de atendimento médico na vila, bem como a falta de medicamentos gratuitos, obriga a população a se deslocar para o distrito sede em busca de atendimento médico. Essa situação se agrava ainda mais, visto que a ambulância, que deveria ficar na vila, permanece por pequenos períodos no local, levando os moradores a procurar transporte particular para o traslado até Catalão.

A pouca oferta de trabalho, foi outra fraqueza mencionada pelos moradores entrevistados. A maioria das opções de trabalho estão vinculados às atividades nas áreas rurais, mais especificamente, nas fazendas de produção de soja, milho e sorgo, na região do distrito; estes empregadores contratam os trabalhadores por temporadas que duram cerca de 2 (dois) ou 3 (três) meses (geralmente nos momentos de plantio e/ou colheita), no restante dos meses, a população fica sem trabalho e sem remuneração. Além do mais, são trabalhos pouco remunerados, visto que exigem pouca ou nenhuma qualificação profissional.

Quanto às oportunidades, além das áreas agricultáveis no entorno e as empresas que oferecem emprego - embora temporários - à população, foi mencionado às boas condições de acesso à vila, o que facilita o acesso dos moradores aos bens e serviços que não são disponibilizados na vila. Por outro lado, a distância do distrito sede, os trabalhos temporários e a concentração fundiária - advinda dos processos de modernização da agricultura, iniciados a partir da década de 1970 e que afetam à região e à condição de vida dos pequenos produtores - constitui-se nas ameaças identificadas na vila.

Síntese da análise F.O.F.A

Ao chegar ao fim da análise F.O.F.A, algumas questões podem ser destacadas, como as seguintes: a) com maior ou menor intensidade, os moradores entrevistados, denunciam o abandono em relação aos seus distritos sede, principalmente em relação à saúde, segurança e oportunidades de trabalho; b) estes últimos, constitui-se em trabalho nas áreas rurais, em sua maioria, onde se exige pouca especialização técnica; c) o fator distância em relação à centros urbanos maiores, em especial ao distrito sede e a condição das vias que dão acesso à essas vilas, são fatores que contribuem, em diferentes intensidades, para as características e o modo de vida local; d) o contexto regional ou local em que essas vilas estão inseridas, ditam os processos que vão desenhar os contornos, políticos, econômicos, sociais e culturais; e e) a aparente tranquilidade das vilas, os ares do campo – tende, muitas vezes, a esconder os problemas, os conflitos e as dificuldades encontradas pelos moradores, os quais, muitas vezes são demandas de atributos urbanos, mas em lugares com características rurais.

Com base nessas afirmações e nos dados obtidos por meio das entrevistas e da análise F.O.F.A em cada vila, de forma particular, apresenta-se a seguir (Quadro 18), uma síntese das informações obtidas por meio dessa análise. A síntese da matriz F.O.F.A, que abarca todas as vilas pesquisadas, tem como intuito, apresentar uma visão geral dos fatores internos e externos encontrados durante as entrevistas. Muitos destes itens foram apresentados por todas as vilas, alguns por uma ou duas e assim por diante. A separação em elementos (saúde, segurança e infraestrutura, localização e economia) permitiu um olhar mais direcionado para os aspectos que merecem mais nossa atenção.

Quadro 18: Síntese da análise F.O.F.A das vilas dos distritos rurais de Lagoa do Bauzinho, Riverlândia, Ouroana, Domiciano Ribeiro, Cavalheiro, Itaguaçu, Marcianópolis, Pires Belo e Santo Antônio do Rio Verde - 2017

QUADRO SÍNTESE		
FATORES INTERNOS		
ELEMENTOS	FORÇAS (Pontos fortes)	FRAQUEZAS (Pontos Fracos)
Saúde	Existência de posto de Saúde	Faltam especialidades médicas
	-	Não possui ambulância
Infraestrutura e serviços	Existência de subprefeitura	A subprefeitura oferece pouca assistência/pouca representatividade política
	Ruas da vila pavimentadas	Pavimentação das vias precárias
	-	Faltam moradias para a população/alugueis relativamente caros
	-	Sinal de telefonia celular insuficiente
	-	Poucas opções de lazer
	-	Pouco investimento no turismo
	-	Pouca variedade de comércios
	-	Pouca oferta de trabalho
	-	Parte da via de acesso à vila não pavimentada
	-	Faltam melhorias na iluminação pública
	-	Cobrança de IPTU de imóveis não escriturados
Educação	Escola até o ensino fundamental e médio	Faltam professores
	Transporte de estudantes para municípios limítrofes	Faltam vagas nas escolas para os alunos da vila
	-	Colégio não comportam todos os alunos
	-	Falta transporte público para o distrito sede
Segurança	Existe corporação policial municipal	Fraca abrangência dos serviços da polícia municipal
	Lugar sossegado	-

(Continua)

QUADRO SÍNTESE (Continuação)		
FATORES EXTERNOS		
ELEMENTOS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Infraestrutura e localização	Proximidade do distrito sede	Distância do distrito sede
	Boas condições das vias de acesso ao distrito	Péssimas condições das vias que dão acesso à vila
	Proximidade de outras cidades que dão assistência	-
	Transporte interurbano diário à cidade limítrofe	Poucas oportunidades e atratividade para os jovens
	-	Usina Hidrelétrica altera do volume hídrico das propriedades rurais do distrito
	-	Empregos temporários e mal remunerados
Economia e meio ambiente	Empresas na região na vila que empregam a população	Poluição sonora, ambiental e problemas de saúde causados pelas empresas instaladas na vila e no entorno
	Existência de paisagens turísticas	Pouco investimento no turismo (Estadual e Federal)
	Boas áreas agricultáveis no entorno	Trabalho mecanizado nas lavouras, emprega poucos moradores das vilas
Segurança	-	Tráfico de drogas
	-	Roubos, furtos na vila e nas propriedades rurais do entorno

Fonte: Pesquisa de campo (2017). Org.: Mesquita (2017)

Como pode-se observar, o elemento infraestrutura e serviços (Fatores internos) e infraestrutura e localização (Fatores externos), apresentaram maior quantidade de itens mencionados, principalmente fraquezas e ameaças, ou seja, foram os pontos que mais incomodaram a população residente nas vilas e que mais trazem prejuízo e atrapalham o desenvolvimento local.

Como já mencionado anteriormente, os fatores internos (Fraquezas e Ameaças) são os pontos que podem ser controlados pelos dirigentes ou líderes do local, nesse caso, o poder municipal. Enquanto os fatores externos não podem ser controlados pelas autoridades competentes, como as empresas instaladas na região, as condições das vias de acesso à vila, dentre outros. Com base nesses pressupostos e a partir das informações coletadas e obtidas por meio da matriz

F.O.F.A, apresentar-se-á a seguir, algumas experiências e proposições. Esse relato, tem como objetivo, além de apresentar informações, propor algumas ações que podem ser realizadas pelo poder público municipal e incorporadas nos Planos Diretores Municipais. Cientes de que ainda estamos no início da caminhada, mas conhecedores da importância que a temática representa diante de estudos rurais e urbanos em diversas áreas do conhecimento, em especial na Geografia; e o mais importante, que este estudo e os que virão, sirvam, de alguma forma, para a melhoria de vida da população rural e, em especial, dos distritos rurais.

5.3 Experiências e recomendações: as diversas faces do planejamento municipal

Os estudos e as temáticas que envolvem planejamento urbano e municipal, já apresentam em sua gênese, vários caminhos contraditórios que resultam em diferentes resultados. A questão que se destaca ao pensarmos esse processo é: para quem é o planejamento? Partindo dessa questão, surge-nos alguns dos fatos e controvérsias que ficam atrás do discurso, mas que se revelam na prática. Desde tempos primórdios, os interesses dos detentores do poder econômico e político sempre prevaleceram em detrimento das demais esferas da sociedade, ou seja, planejar uma cidade, um município, um país é muito mais um ato político do que se imagina.

Dessa forma, a questão do planejamento se apresenta, muitas vezes, como uma área ineficaz, aquela que parece já não apresentar resultados suficientes, principalmente quando atrelamos a ideia de planejamento municipal ao Plano Diretor, visto como um instrumento que fica apenas na teoria. Ao Plano

diretor Municipal, está incumbida a tarefa de balizar o desenvolvimento e a expansão do espaço construído, buscando sempre formas de melhorar a realidade municipal e como consequência, proporcionar qualidade de vida à população (BRASIL, 1988; 2001).

Assim, é dever do Plano Diretor Municipal, definir a melhor forma de ocupação do município, determinar a localização das diferentes atividades e do uso do solo a curto, médio e longo prazo. Nessa tarefa estão incluídas as áreas rurais municipais, todas as comunidades e os distritos rurais, sempre em consonância com os outros entes federativos, Estado e União.

Cientes dessas afirmações e dos objetivos dos Planos Diretores municipais, mas cientes também, de todo o processo político que está por traz das definições, das prioridades trazidas neste documento, partimos em busca da identificação do que nos desperta interesse e preocupação – o que está além dos perímetros urbanos - embora sabedores, dos terrenos inóspitos em que nos pusemos.

Falar de rural – no Brasil, o rural ainda é definido como o que está além dos perímetros urbanos, o que não é cidade – é mais uma vez ter a certeza de estar em meio à divergentes correntes teóricas, conceitos e temas, realidades, ideais. É lutar por algo que muitos já acreditam ter chegado ao fim, ao menos da forma como o conhecemos; ou acreditar em uma ressurreição do rural, novas formas, novas atividades, novos conteúdos. E quando aumentamos mais a escala do rural municipal – no sentido real e geográfico – nos deparamos com outras realidades - os distritos rurais. Lugares às vezes esquecidos, às vezes considerados, mas ainda longe do que se espera. Os distritos rurais, como áreas

administrativas municipais e dessa forma sem autonomia, representam grande importância para a sua população e para os moradores rurais do entorno, em diversos aspectos econômicos, sociais, culturais.

Reconhecendo essa importância e sabendo do papel que as administrações municipais possuem para o planejamento desses espaços, principalmente por meio do Plano Diretor Municipal, partimos para a identificação de como as áreas que estão além do perímetro urbano (Distritos e áreas rurais), são apresentadas nesses documentos. Essas análises nos trouxeram uma noção inicial de como o município, por meio do Plano Diretor Municipal, presumia essas áreas.

A partir dessa leitura, identificamos que os Planos Diretores ainda são planos urbanos e não municipais, o que coloca o rural como um espaço subserviente ao urbano, um produto e não espaço de vida. Essa condição, atrelada ao pouco conhecimento que os municípios têm das suas áreas rurais, refletem na apresentação superficial e economicista desse espaço.

Quanto à abordagem dos distritos rurais nos Planos Diretores, em boa parte são vistos como uma extensão do urbano e, partindo dessa premissa, as diretrizes, instrumentos e as políticas públicas são as mesmas direcionadas ao distrito sede, condição que, como já foi apresentado, pouco beneficia a população dos distritos rurais, os quais a depender da região em que estão inseridos, apresentam características e modo de vida rural.

Após a análise dos Planos Diretores Municipais, partimos para a prática, ou seja, realizamos pesquisa de campo *in loco* e entrevista com os moradores das vilas dos 9 (nove) distritos rurais estudados. Além das evidências que nosso olhar

já abarca, como ruas sem asfalto, moradias precárias, iluminação pública insuficiente, dentre outras observações, ouvimos os relatos dos moradores sobre como é morar na vila.

Essa etapa da pesquisa foi importante porque evidenciou aquilo que estávamos buscando para além da teoria e dos Planos Diretores Municipais. Serviu para que pudéssemos fazer uma analogia, entre as ações propostas nesses documentos e sua aplicação na realidade das vilas, ou seja, pudemos constatar que o pouco interesse pelos distritos e pelas áreas rurais observado nesses documentos, reflete na realidade das vilas: na carência de infraestruturas e de serviços, no pouco conhecimento sobre as características dessas áreas e sobre a população residente. E como a implementação dos respectivos Planos Diretores Municipais não é recente, já haveria tempo para a implantação das propostas, as quais, apesar de poucas, são importantes para a melhoria da qualidade de vida da população.

Dessa forma, a partir da aplicação e análise da matriz F.O.F.A e da identificação dos pontos fortes e fracos internos e externos à vila, por meio das entrevistas, e com o conhecimento do papel que o município e o Plano Diretor representam enquanto política pública para todo o território municipal, elaboramos algumas recomendações (Quadro 19), que são baseadas no resultado e análise das etapas da pesquisa desenvolvida. Essas ações recomendadas tem o intuito de buscar maior reconhecimento para essas áreas bem como auxiliar um planejamento futuro. No entanto, estamos cientes que cabe ao poder público municipal e a cada um dos agentes envolvidos, a concretização dessas ações. No mais, fazemos um esforço para que haja a continuidade de estudos que

reconheçam o espaço rural como um espaço de vida e de trabalho, cientes de que o município pode e deve garantir uma melhor qualidade de vida para essa população.

Quadro 19: Recomendações para a melhoria da qualidade de vida dos moradores das vilas distritais e da população rural municipal - 2017

ELEMENTOS	RECOMENDAÇÕES
Saúde	Garantir a implantação e o funcionamento da Estratégia Saúde da Família (ESF) nas vilas de acordo com as demandas
	Garantir o acesso da população à medicamentos considerados essenciais por meio de planos Municipais de Assistência Farmacêutica em consonância com a Política Nacional de Medicamentos (PNM)
Infraestrutura e serviços	Garantir a construção de casas populares para os moradores que não tem casa própria e que não possuem condição de pagar aluguel por meio do Programa Nacional Minha Casa Minha Vida (PMCMV)
	Disponibilização de transporte público diário entre a vila e seu distrito sede como previsto no artigo 30 da constituição Federal de 1988
	Garantir a manutenção permanente das vias que estão sob a jurisdição do poder público municipal, inclusive as vias vicinais que dão acesso às áreas rurais por meio de programas e leis.
	Proporcionar mais opções de atividades culturais, esporte e lazer por meio de programas e políticas como Esporte e Lazer da Cidade
	Promover o turismo da região, quando for o caso por meio da Gestão compartilhada do Programa de Regionalização do Turismo
Educação, cultura esporte e lazer	Garantir acesso ao ensino básico para os alunos das vilas e das áreas rurais próximo ao seu local de moradia por meio de ações e programas federais e municipais como o Programa Caminho da Escola (PCE)
	Garantir a alimentação de qualidade aos alunos durante o período de permanência na escola por meio dos repasses do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)
	Garantir cursos profissionalizantes e de capacitação para que tenham mais oportunidade de trabalho e consigam se inserir no mercado por meio de programas e políticas como Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego e o Plano Nacional dos Trabalhadores Rurais Empregados (PTRE)
	Desenvolver programas e projetos que valorizem e aproveitem a cultura local e o saber fazer dos moradores das vilas e das áreas rurais.
	Garantir ensino noturno para os educandos que trabalham durante e o dia bem como a Educação de Jovens e Adultos
Segurança	Aumentar o policiamento na região dos distritos e das áreas rurais com efetivo da Polícia Militar e a lotação de alguns policiais civis bem como a presença da Patrulha Rural
	Garantir a fiscalização das empresas localizadas nas vilas e nas suas proximidades bem como exigir a preservação dos recursos naturais e estudos sobre os possíveis riscos à saúde humana e ambiental, segundo Leis e Resoluções Federais, Estaduais e Municipais (Lei 6.938/81; Resoluções CONAMA nº 001/86 e nº 237/97; Lei Complementar nº 140/2011)

Org.: Mesquita, A. P. (2017)

Como observado no quadro 19, as ações recomendadas na perspectiva da saúde estão em consonância com leis, políticas públicas e programas já pré-existentes e em conformidade com algumas ações já realizadas, embora de maneira ineficiente nos distritos e nas áreas rurais pesquisadas.

A Estratégia Saúde da Família (ESF) foi uma estratégia criada pelo Ministério da Saúde em 1994 e tem como objetivo, melhorar o estado de Saúde da população, por meio de um modelo assistencial a partir da atenção básica, em conformidade com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 1997). Ao município, espaço de execução dessa estratégia, compete, dentre outras ações, eleger as áreas prioritárias para a implantação da ESF, bem como acompanhar e avaliar o desempenho dessas unidades de Saúde. Dessa forma, o município tem total liberdade para a implantação e acompanhamento desse programa nas vilas dos distritos municipais, que mais carecem.

Outra ação importante que pode ser melhor executada pelos municípios é por meio da Política Nacional de Medicamentos, a qual garante o acesso da população aos medicamentos considerados essenciais pelo repasse de recursos financeiros ou medicamentos do Ministério da Saúde aos municípios (BRASIL, Portaria nº 3.916/1998). É importante salientar que a prefeitura é o principal órgão responsável pela saúde da sua população. Tanto a criação de políticas públicas municipais, quanto a aplicação de políticas nacionais deve ser feita pela equipe municipal.

Em relação a melhorias na infraestrutura e serviços das vilas e das áreas rurais, existem políticas federais, estaduais e municipais bem como

programas para o repasse de verbas para que os municípios implantem ou desenvolvam ações que melhorem a condição de vida da população. Como exemplo temos o Programa Estadual “Caminhos da Produção”, realizado pelo Estado do Maranhão em apoio aos municípios:

A ideia do programa é tornar essas estradas mais seguras e confortáveis, melhorando a qualidade de vida dos moradores e dando apoio aos produtores rurais. Essas vias também são responsáveis por escoar a produção agrícola. Logo, têm importância no abastecimento das zonas urbanas também. Estradas vicinais ruins causam prejuízos aos veículos e até mesmo interrompem o tráfego. Isso impede a chegada de serviços de saúde e segurança. (GOVERNO DO MARANHÃO, 2017, s/p.).

Existe o Programa de habitação popular “Minha Casa Minha Vida” criado em 2009 com o objetivo de facilitar a aquisição da casa própria pelas famílias que com mensal entre zero e dez salários mínimos. Quanto ao município cabe à aprovação dos projetos, a disponibilização dos terrenos e o cadastro das famílias interessadas em adquirir imóvel pelo programa, sempre em consonância com Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) e de acordo com os Planos Diretores municipais já implementados. No caso das vilas distritais, a implantação ou não dessa política pública pode partir do interesse municipal em garantir à população acesso à moradia. Na Figura 10, pode-se observar um exemplo da construção habitações do PMCMV na vila do distrito rural de Leandrino, Dias D’ávila (BA).

Figura 10: Leandrinho (Dias D'ávila, Bahia) – Noticiário sobre a entrega de casas populares aos moradores da vila - 2015



Fonte: Prefeitura Municipal Dias d'Ávila (2015)

Quanto à educação, cultura, esporte e lazer, ações como o Programa Caminho da Escola, o “Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego” bem como “Esporte e Lazer da Cidade (PELC)” são passíveis de serem aplicados, também, nas vilas distritais. Este último, criado em 2003 teve como objetivo, contribuir com a prática de atividades físicas, culturais e de lazer reconhecida como um direito de todos. Segundo o Ministério dos esportes (2017), o PELC possui dois tipos de núcleos: Urbanos e os Núcleos para Povos e Comunidades Tradicionais (BRASIL, 2017). No Rio Grande do Sul, esse programa já está sendo desenvolvido em alguns distritos rurais, como é caso do Boqueirão da Estiva, distrito de Restinga Seca (RS), representado na Foto 29.

Foto 29: Boqueirão da Estiva (Restinga Seca, Rio Grande do Sul): Aula de Ginástica do Programa Esporte e Lazer na Cidade - 2013



Fonte: <http://pelc-pct.blogspot.com>.

E por último, um dos elementos mais apontados durante a pesquisa de campo pelos moradores das vilas foi em relação a segurança ou a falta dela, que para muitos foi apontado como um dos principais problemas de residir nas vilas dos distritos rurais. O aumento do crime e da violência visto em todas as esferas da sociedade, atinge, também as vilas distritais e as áreas rurais, não apenas no estado de Goiás, mas todos os municípios brasileiros como pode-se observar a Figura 11.

Figura 11: Brasil: reportagens sobre a falta de segurança nos distritos rurais: a) São José das Torres (Mimoso do Sul, ES) - 2017; b) Nazaré (Porto Velho, RO) - 2012.



Fonte: a) Gazeta Online (2017); b) G1.globo.com (2012)

Os problemas relacionados à falta de segurança nos distritos rurais podem ser minimizados com um efetivo da Polícia Militar e, também, com a presença da Patrulha Rural. Este último é um projeto realizado por meio de consórcios intermunicipais e estaduais já desenvolvido em vários estados e municípios brasileiros e busca garantir a segurança às propriedades rurais, aos povoados e distritos rurais que já está sendo realizado em vários municípios brasileiros como pode-se observar no noticiário da Figura 12.

Figura 12: Pará de Minas (MG) - Notícia sobre as atividades da Patrulha Rural no estado de Minas Gerais - 2016



Fonte: Eu curto Pará de Minas (2016)

Em Goiás, o projeto Patrulha Rural iniciou-se em 2013 na cidade de Catalão, resultado da parceria da Polícia Militar do Estado com o Sindicato Rural da cidade e logo foi implantado em cidades vizinhas. A Patrulha rural é um projeto importante de policiamento ostensivo que traz segurança à população mais isolada e distante das áreas de patrulhamento efetivo.

Embora a segurança pública seja dever do Estado (BRASIL, 1998), o município por meio da criação de Planos Municipais de Segurança Pública, pode implementar e monitorar ações e projetos que visam a prevenção do crime e reduzir a insegurança da população (RIBEIRO, 2012). Ou seja, o município tem papel fundamental na melhoria da segurança da população de todo seu território municipal buscando parceria e convênios e estabelecendo diretrizes e instrumentos nos seus Planos diretores Municipais.

Além da segurança pública, a segurança ambiental, também pode ser realizada pelos municípios por meio do desenvolvimento de políticas públicas, planos de ação que são de competência, tanto da União e do Estado, quanto também, do município, como previsto na constituição Federal (BRASIL, 1988).

Ainda existem outros programas e ações, políticas públicas e experiências em outros estados e municípios, não mencionados aqui, mas que representam as possibilidades e o interesse municipal e de seus governantes em conquistar uma melhoria na qualidade de vida para a população rural e dos distritos rurais. Dessa forma, as ações acima recomendadas são passíveis de serem trabalhadas pelos Planos Diretores Municipais a curto, médio e longo prazo e estão em consonância com as determinações do Estatuto da Cidade. Dessa forma, é fundamental que o município assegure a toda a população, inclusive a rural, a satisfação de necessidades básicas “[...] Tudo isso pode ser previsto no Plano Diretor, para orientar a distribuição de equipamentos comunitários e das ações públicas nas áreas rurais.” (KRAMBECK, 2004, p. 152).

Para isso, é preciso reconhecer que não há modelo definitivo de Plano Diretor Municipal a ser seguido que considere as áreas rurais e seus distritos, visto que a base da elaboração desses documentos deve ser a realidade de cada local e os elementos que os constituem. Cada diretriz e cada instrumento deve estar intimamente ligado aos interesses e às necessidades da população rural e distrital, não permitindo que o viés político ligado aos Planos Diretores Municipais e aos demais instrumentos de ordenamento e planejamento possuem, deixe de lado às obrigações municipais. Assim, os fatos precisam ser mostrados, as realidades escancaradas para que as ações possam ser concretizadas. E já estamos no caminho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando como eixo de análise o planejamento das áreas rurais, identificamos que essa temática, embora de forma elementar, sempre foi objeto de discussões e debates, tanto em relação a distribuição das atribuições e competências para o ordenamento dessas áreas, quanto pela falta de um conceito unânime de rural e de como este deve ser interpretado e planejado.

O objetivo central desse trabalho, foi compreender como áreas rurais e em especial os distritos rurais da Mesorregião do Sul Goiano foram abordados no Plano Diretor Municipal pós Estatuto da Cidade, partindo da hipótese de que o município, como ente federado e autônomo, deva ser o principal autor de políticas públicas e planos de ação, por meio do Plano Diretor Municipal, para propiciar o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida da população que reside além do seu perímetro urbano.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, reconheceu-se os diversos entraves teóricos, metodológicos e operacionais que dificultavam a inclusão do planejamento rural pelo viés municipal, como os apresentados a seguir: ainda se conhece muito pouco sobre o que está fora dos perímetros urbano municipais; há , também, diversos conflitos e desentendimentos quanto a quem compete a legislação e o ordenamento das áreas rurais; ainda é muito recente a obrigatoriedade vinda do Estatuto da Cidade de uma visão integral do planejamento municipal, une-se a isso, a incredibilidade que os Planos Diretores Municipais têm adquirido ao longo dos anos, os quais por muitas vezes foram documentos “engavetados” nas prefeituras municipais sem nenhum ou pouco uso.

Sobre esse primeiro apontamento é importante assinalar que a dificuldade em compreender o que está fora dos limites urbanos municipais, - das cidades sedes - o que não é recente, reforça os problemas de ordenamento territorial que estão relacionados às novas dinâmicas e funcionalidades encontradas nas áreas rurais atualmente. As mudanças na configuração do campo e da cidade e as consequentes descontinuidades territoriais advindas, principalmente do processo de urbanização, modificaram as relações de trabalho e as atividades nesses dois espaços, o que tornou ainda mais complexa e mais perigosa, a padronização da definição e delimitação das áreas rurais e urbanas no Brasil.

As definições de rural encontradas nos Planos Diretores analisados, quando existem, constituem-se na demarcação dos limites dos perímetros urbanos e rurais, feitos a partir de aprovação de Lei Municipal, marcados por interesses e perspectivas de agentes públicos e privados do município e dessa forma, definem o rural como o que está além do perímetro urbano, ou seja, o que não é cidade, por conveniência é considerado rural. A falta de entendimento sobre o rural e suas principais carências e necessidades dificultam o processo de desenvolvimento, aqui compreendido como uma melhoria da qualidade de vida para essa população.

Em relação à noção de desenvolvimento rural, tratada nesse trabalho, conclui-se que houve uma ampliação no desenvolvimento de políticas públicas voltadas à população rural, como o Programa Territórios Rurais e Territórios da Cidadania, no entanto, ainda são necessárias estratégias para que todos esses habitantes tenham acesso a essas políticas, bem como instrumentos para conseguir desenvolvê-las.

Ademais, apesar das conquistas, ainda há muitos desafios para que se

consiga o pleno desenvolvimento do campo, principalmente em relação à inserção da população mais necessitada nas políticas públicas com a participação da sociedade civil organizada nos projetos e ações, e também, na superação das amarras estruturais, como a restrição do acesso à terra.

Quanto à definição de distritos rurais, observou-se que na maioria dos casos, são tratados como um anexo das áreas urbanas e suas características econômicas, sociais e culturais são vistas como iguais. Esse desentendimento tem como uma das causas o misto de atividades e funções ligadas ao campo por um lado e de outro pelas estruturas, funções e atividades urbanas. Assim, de forma geral, a dificuldade em classificar os territórios como rurais ou urbanos, ou como um misto desses dois espaços, pode gerar prejuízos quanto ao subsídio de políticas públicas e ações específicas para cada população, bem como dificultar a compreensão territorial do país.

A interpretação das leis sobre a divisão das competências legislativas, representa outro entrave para o planejamento rural; o Estatuto da Cidade definiu, sem articular com outros níveis federativos, a abrangência do Plano Diretor, o que gerou conflitos de atribuições, pois as áreas rurais são constitucionalmente de competência da União. Assim, a falta de articulação entre esses entes federativos, além de gerar conflitos legais de atribuição, deixa em segundo plano, os problemas enfrentados pelo espaço rural.

Essa dúvida, sobre a quem compete as responsabilidades das áreas rurais, pode ser constatada durante a análise dos Planos Diretores Municipais, os quais ainda apresentam de forma insipiente as estratégias para esses espaços. Reconhecendo que o disciplinamento do uso do solo rural quando instituído por

legislações federais e estaduais, não considera as necessidades e o interesse dos habitantes locais, reitera-se que esse planejamento precisa ser matéria obrigatória dos Planos Diretores Municipais, os quais devem ser formuladores e executados com a participação popular.

A pouca experiência e prática de planejamento pelo Município e a não-obrigatoriedade do Plano Diretor para municípios com menos de 20 mil habitantes, o que representa boa parte dos municípios brasileiros, também contribuiu para o ineficaz planejamento das áreas rurais pelo viés municipal. Essa situação de forma direta ou indireta reflete nas áreas localizadas fora do perímetro urbano municipal, como pode ser identificado nas entrevistas e análises realidades nas vilas dos distritos rurais do Sul Goiano, em que deparamos com a falta de iniciativa do governo municipal em prol do desenvolvimento dessas áreas e na busca de suprir com as necessidades básicas da população local.

O abandono das vilas pelo governo municipal, a falta de trabalho, de segurança, de atendimento básico de saúde e educação; a distância em relação ao distrito sede e a falta de transporte público que facilita o acesso ao mesmo, foram algumas das várias questões destacadas pelos moradores locais, as quais sabe-se que são necessidades básicas e direitos garantidos a todos os cidadãos. Além disso, vimos que muitas dessas carências destacadas já são contempladas em outros distritos rurais do Brasil, com o auxílio e a complementaridade de programas e políticas públicas Estaduais e Federais.

No entanto, essas ações dependem de projetos dos próprios municípios e da captação de recursos para a realização das mesmas, junto às outras esferas competentes. Dessa forma, observa-se uma falta de interesse dos gestores

públicos juntamente com o pouco conhecimento da população sobre esses programas e política públicas estaduais e federais.

O caminho percorrido durante o desvendar da tese, apontou características e problemáticas relacionadas aos espaços rurais e distritais. Da mesma forma, apresentou o que já se entende pela temática e como esses planos, ações, estudos, pesquisas, ao longo dos anos, abordam um tema de tamanha relevância para as ciências humanas, em geral, e para a Geografia em particular. O que não se conhece, não se define e não se planeja.

É preciso entender o que existe - e como existe – o que está além dos perímetros urbanos, para que haja realmente um planejamento municipal e não apenas urbano. É preciso considerar todas as características municipais, sua classificação e função na rede urbana, todo o contexto regional em que esses municípios se inserem, condições que afetam diretamente, as questões rurais e dos distritos rurais.

É preciso considerar também, que no Brasil, a elaboração e implementação dos Planos Diretores Municipais é obrigatória apenas para municípios com mais de 20 mil habitantes ou áreas especiais, condição que deixa fora, boa parte dessas unidades no Brasil. Apenas a nível de exemplo, no estado de Goiás dos seus 246 municípios, 191 (77,6%) possuem menos de 20 mil habitantes e no Brasil os municípios com menos de 20 mil habitantes representam 68,3% do total de 5.570 (IBGE, 2017). Essa condição mostra a complexidade e a diversidade dos municípios brasileiros com diferentes níveis de relações e desenvolvimento, o que torna ainda mais importante, o papel dos gestores municipais no conhecimento do seu território, das suas particularidades e das suas

necessidades.

Os resultados encontrados nas análises dos Planos Diretores Municipais e por meio das entrevistas *in loco* e posterior análise F.O.F.A, apesar de representar uma especificidade no Brasil e em Goiás, ou seja, o particular, revela que essas informações com maior ou menor intensidade, e salvo suas exceções, representa todo o território Brasileiro. Principalmente ao considerarmos a estrutura organizacional do Estado no Brasil, das políticas públicas, das questões territoriais, da definição de rural e urbano entre outras; questões que embora partam do particular, devido a estrutura política econômica e social, representa questões que devem ser trabalhadas e discutidas em todo o território Brasileiro.

Assim, para finalizar essa pesquisa, mas sem concluir a discussão dessa temática, e longe disso, visto que estas questões devem ser debatidas e trabalhadas por toda a população, em todas as esferas governamentais e em instituições de ensino com áreas relacionadas à temática como na Geografia. Espera-se que esses assuntos aqui trabalhados e discutidos sirvam de alicerce para novos estudos e pesquisas e para ações governamentais que compreendam o rural e os distritos rurais como espaços de vida, de trabalho, de reprodução social e cultural, com muitas necessidades, mas cheios de possibilidades.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. 37 p. (Textos para discussão, n. 702)

_____. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. 148 p.

_____. Para uma teoria dos estudos territoriais. 13 p. Acesso em: 23 ago. 2016. Disponível em: http://nmd.ufsc.br/files/2011/05/Abramovay_Para_uma_teorias_toritoriais.pdf. Texto original publicado em: MANZANAL, M.; NEIMAN, G.; LATTUADA, M. (Ed.). **Desarrollo rural: organizaciones, instituciones y territorios**. Buenos Aires: Ciccus, 2006. p. 51-70.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. São Paulo, **Terra Livre**, v. 2, n. 21, p. 25-39, jul/dez 2003.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Em busca do poético do sertão. **Espaço e cultura**, Rio de Janeiro, n. 6, p.33-43, jul./dez. 1998.

ALVES, Renato. Uma cidade esquecida no vale e no tempo. **Última parada Blog**. 2014. Disponível em: <https://ultimaparada.wordpress.com/2014/01/29/uma-cidade-esquecida-no-vale-e-no-tempo/>. Acesso em: out. 2016.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. O planejamento de pesquisas qualitativas. In: _____. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. Ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. p. 147-176.

AQUINO, Joacir Rufino de; SCHNEIDER, Sergio. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: SCHNEIDER, Sergio; GRISA, Catia (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 53-82. (Série Estudos Rurais).

ARRAIS, Tadeu Pereira Alencar. Goiás: novas regiões, ou novas formas de olhar velhas regiões. **Observatório Geográfico de Goiás**, Goiânia, 2002. Disponível em: https://observatoriogeogoiias.iesa.ufg.br/up/215/o/arraais_tadeu_alencar_goi_s_novas_regi_es.pdf. Acesso em: 01 nov. 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15287**: informação e documentação: projeto de pesquisa: apresentação. Rio de janeiro, 2005.

ATLAS BRASIL. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Dados de 2010 e 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br>. Acesso em out. 2016

AZEVEDO, Helsio Amiro Motany de Albuquerque. **A segurança em territórios turísticos**: o caso do município de Inhambupe em Moçambique. 2014. 271 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, 2014.

BEDUSCHI FILHO, Luiz Carlos; ABRAMOVAY, Ricardo. Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais. **Nova Econômica**, Belo Horizonte, v. 14, n. 3, p. 35-70, set./dez. 2004. Disponível em: <http://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/436/433>. Acesso em: 14 set. 2016.

BERTRAN, Paulo. **Uma introdução à história econômica do centro-oeste do Brasil**. Brasília: CODEPLAN; Goiás: UCG, 1988. 148 p.

BLUME, Roni; SCHNEIDER, Sérgio. Sobre a delimitação do rural: atualizando o debate sobre as metodologias que desmitificam o fim do rural no Brasil. In: CONTERATO, Marcelo Antônio; RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo; SCHNEIDER, Sérgio. **Pesquisa em desenvolvimento rural**: aportes teóricos e proposições metodológicas. Porto Alegre: Editora da UFRS, 2014. p. 185-203 (Série Estudos Rurais).

BLUME, Roni. **Território e ruralidade**: a desmistificação do fim do rural. 2004. 179 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

BORGES, Barsanufio Gomides. **O despertar dos dormentes**: estudo sobre a estrada de ferro de Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais 1909 / 1922. Goiânia: Cegraf, 1990.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução n. 237, de 22 de dezembro de 1997. Regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 dez. 1997. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=237>. Acesso em: 18 jan. 2018.

_____. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução nº 1, de 23 de janeiro de 1986. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 fev. 1986. Disponível em: http://www.mma.gov.br/port/conama/legislacao/CONAMA_RES_CONS_1986_001.pdf. Acesso em: 18 jan. 2018.

_____. **Constituição de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 296 p.

_____. **Decreto-Lei n. 311 de 1938.** Dispõe sobre a divisão territorial do país, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-311-2-marco-1938-351501-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 05 out. 2015.

_____. **Estatuto da Cidade:** guia para implementação pelos municípios e cidadãos: Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002. 273 p. (Série fontes de referência. Legislação; n. 46).

_____. **Estatuto da Cidade:** Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001. 273 p. (Série fontes de referência. Legislação; n. 49).

_____. Lei complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011. Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios [...]. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, dez. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp140.htm. Acesso em: 17 jan. 2018.

_____. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.** Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm. Acesso em: 17 mar. 2016.

_____. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ago. 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm. Acesso em: 15 jan. 2018

_____. **Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996.** Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, sobre pagamento da dívida representada por Títulos da Dívida Agrária e dá outras providências. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/tributario/lei9393.htm>. Acesso em: 14 mar. 2016

_____. Ministério da Saúde. **Portaria Nº 3.916, de 30 de outubro de 1998.** Aprova a Política Nacional de Medicamentos. Gabinete do Ministro: 1998. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1998/prt3916_30_10_1998.html. Acesso em: 08 jan. 2018.

_____. Ministério da Saúde. **Saúde da Família:** uma estratégia para a reorientação do modelo assistencial. Brasília. Ministério da Saúde, 1997. 36 p. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd09_16.pdf. Acesso

em: 06 jan. 2018.

_____. **Ministério das Cidades**. Mobilidade e desenvolvimento urbano. Ministério das Cidades, Secretaria de Transporte e da Mobilidade Urbana. Brasília: MCidades, 2006. 164 p. (Gestão integrada da mobilidade urbana, 1).

_____. Ministério do Esporte. **Esporte e Lazer da Cidade**. Brasília, 23 ago. 2017. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/esporte-educacao-lazer-e-inclusao-social/esporte-e-lazer-da-cidade>. Acesso em: 10 jan. 2018.

_____. **Plano Diretor Participativo**. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Programas Urbanos. Brasília: Ministério das Cidades, dez. 2005. 92 p.

_____. **Plano Diretor Participativo**: guia para elaboração pelos municípios e cidadãos. Brasília: Ministério das Cidades, 2004.

_____. **Saúde da Família**: uma estratégia para a reorientação do modelo assistencial. Brasília: Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Coordenação de Saúde da Comunidade, 1997. 36 p.

BUARQUE, Sergio, C. Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável. Brasília: PCT – INCRA/IICA, 1999, 104 p. (Projeto de Cooperação Técnica INCRA/IICA)

CARNEIRO, Maria José. Ruralidades: novas identidades em construção. **Estudos - Sociedade e Agricultura**, n. 11, p. 53-75, out. 1998. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/cpda/estudos/onze/zeze11.htm>> Acesso em: 20 mar. 2011.

CASTILHO, Denis. **Modernização territorial e redes técnicas em Goiás**. 2014. 221 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

CATALÃO (Município). Lei nº 2.210, de 05 de agosto de 2004. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável Urbano e Ambiental de Catalão. Catalão (GO), 2004.

CAVALCANTI, Josefa Salete B. et al. (Org.). **Lá no território**: um olhar cidadão sobre o programa territórios da cidadania. Recife: UFPE, 2014. Disponível em: [http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_248/eBook%20-%20Lá%20no%20Território%20\(1\).pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_248/eBook%20-%20Lá%20no%20Território%20(1).pdf). Acesso em set. 2016.

CEDRO, Rafael Rosa. **Desenvolvimento rural e a OMC**: a experiência do Brasil. Curitiba: Juruá Ed. 2011, 232 p.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. **A estância metamorfoseou-se: (re)configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na campanha gaúcha (1990-2007)**. 2009. 288 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

COMUNIDADES EUROPEIAS. **A abordagem LEADER: um guia básico**. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2006.

CONTERATO, Marcelo Antonio; FILLIPI, Eduardo Ernesto. **Teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 56 p. (Série educação à distância)

CRUZ, Patrícia Maíssa Ferragone da; MORETE, Ricardo de Sousa. Ação do poder público no planejamento territorial da área rural. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 16, 2015, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2015, p. 1-16.

CYMBALISTA, Renato. A trajetória recente do planejamento territorial no Brasil: apostas e pontos a observar. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 111, p. 29-45, jul./dez., 2006.

DATASUS. Ministério da Saúde. Taxa de desemprego em Goiás: Goiatuba, dados de 2000 e 2010. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/censo/cnv/desemprego.def>. Acesso em: 07 jan. 2018.

DELGADO, Nelson G.; LEITE, Sergio Pereira. Atualização das políticas de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro. In: MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno (Org.). **Políticas de desenvolvimento territorial e enfrentamento da pobreza rural no Brasil**. Brasília: IICA, 2013. p. 125-148. (Série desenvolvimento rural sustentável; v. 19). Disponível em: <http://repiica.iica.int/DOCS/B3227P/B3227P.PDF>. Acesso em: 28 jun. 2016.

DEUS, João Batista de. Transformações socioespaciais e as diferenças regionais em Goiás. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 5, São Paulo. **Anais...** Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiaregional/08.pdf>. Acesso em: nov. 2016.

DI FILIPPO, M. **Los indicadores sociales en la formulación de proyectos de desarrollo con enfoque territorial**: documento de trabajo 2. Buenos Aires: INTA. 2008. Disponível em: <http://agro.unc.edu.ar/~extrural/DesarrolloTerritINTA.pdf>. Acesso em: set. ago. 2016.

FAVARETO, Arilson et al. **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios**. Brasília: IICA, 2010. 220p. (Série Desenvolvimento

Rural Sustentável; v.12).

_____. A abordagem territorial do desenvolvimento rural: mudança institucional ou “inovação por adição”? **Estudos Avançados**, n. 24, v. 68, p. 299-319, 2010.

_____. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão: do agrário ao territorial**. 2006. 220 f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006

FEADER. **O Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural**: Instrumentos financeiros. Comissão Europeia: Banco Europeu de Investimento, 2015. Disponível em: https://www.fi-ompass.eu/sites/default/files/publications/EAFRD_The_european_agricultural_fund_for_rural_development_PT.pdf. Acesso em: 22 set. 2016.

FERNANDES, E. O mito da zona rural. **Boletim Eletrônico do Instituto de Registro imobiliário do Brasil**, São Paulo, s/n, Set. 2003. Disponível em: <http://www.trib.org.br/boletins/detalhes/3080>. Acesso em: 21 mar. 2016.

FERRARI, Regina Maria Macedo Neri. **O controle de constitucionalidade das leis municipais**. 3. ed. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2003, p. 59.

FERREIRA, Idelvone Mendes. **O afogar das veredas**: uma análise comparativa espacial e temporal das veredas do chapadão de catalão (GO). 2003. 242 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São Carlos, 2003.

FERREIRA, William rodrigues. **O espaço público nas áreas centrais**: a rua como referência - um estudo de caso em Uberlândia (MG). 2002. 327 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

FIGUEIREDO, E. Um rural cheio de futuros? In: _____. (Org.). **O rural plural: olhar o presente, imaginar o futuro**. Alentejo (Portugal): 100LUZ, 2011. p. 13-46. (Coleção Territórios da Mudança).

FRESCA, Tania Maria. Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. Fortaleza, **Mercator**, número especial, p. 75-21, dez. 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/mercator/article/viewFile/700/677>. Acesso em: 10 mar. 2015.

FONTANELLA, Bruno José Barcellos; TURATO, Egberto Ribeiro. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. Rio de Janeiro, **Caderno Saúde Pública**, n. 24, v. 117-27, jan, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v24n1/02.pdf>. Acesso em jan. 2018.

GHESTI, João Paulo; SILVA, Sandro Pereira. A abordagem territorial do programa LEADER na Europa e sua transferência institucional ao contexto latino-americano: uma análise crítica. Rio de Janeiro, **Boletim regional, urbano e ambiental**, Ipea, n. 14, p. 219-231. 2016. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6853/1/BRU_n14_Abordagem.pdf. Acesso em: out. 2016.

GIRARIDI, Eduardo Paulon. **O rural e o urbano**: é possível uma tipologia? Presidente Prudente, 2008. 84 p. Disponível em: http://www.uel.br/cce/geo/didatico/omar/modulo_b/a12.pdf. Acesso em: 26 set. 2017.

GOIATUBA (Município). Lei nº 2524, de 30 de junho de 2008. Dispõe o Plano Diretor Democrático Participativo de Goiatuba. Goiatuba (GO), 2008.

GOMES, Marcos Pinto Correia. **O Plano Diretor de desenvolvimento urbano** - Após o Estatuto da Cidade. Rio de Janeiro, 2006. 225 p. Disponível em: <http://www.mpggo.mp.br/portalweb/hp/9/docs/doutrinaparc11.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2015.

HEINEN, M. I. **Introdução ao estudo do Direito Agrário**, 2009. 103 p. (Texto Didático para uso local). Disponível em: <http://www.apostila.com.br/apostila/2541/direito-agrario-introducao.html>. Acesso em: 23 fevereiro 2016.

HESPAHOL, N. Modernização da agricultura e desenvolvimento territorial. In: Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa, 4, 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: 2008. p. 370-392. Disponível em <http://www2.fct.unesp.br>. Acesso em: 15 set. 2016.

INOCÊNCIO, Maria Erlan. O PRODECER e as tramas do poder na territorialização do capital no cerrado. 2010. 230 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio ambientais, Universidade Federal de Uberlândia, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades@Goiás**. Censo de 2010 Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?coduf=52>. Acesso em 28 ago. 2015.

_____. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil**: uma primeira aproximação. Coordenação de Geografia: Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 84p. (Estudos e pesquisas. Informação geográfica; n. 11). Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100643.pdf>. Acesso em 05 ago. 2017.

_____. **Estimativas populacionais para os municípios brasileiros, 2016, 2017**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2014/estimativa_dou

[.shtm>](#). Acesso em: 2 set. 2017.

_____. **Censo demográfico 2010**. Características da população e dos domicílios – resultado do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

_____. **Censo 2010**. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/GO2010.pdf. Acesso em: 28 ago. 2015.

_____. **Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Rio de Janeiro: Diretoria de Geociências/Departamento de Geografia, 1990. 137 p. (Vol. 1)

_____. **Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA)**. Censo demográfico de 2000 e 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/CD/N/10/V/617/T/Q>. Acesso em: set. 2015.

INSTITUTO FEDERAL GOIANO. IFG. **Observatório do mundo do trabalho** - boletim técnico nº 2: análise da adequação da oferta de educação profissional e tecnológica à nova dinâmica do mercado de trabalho formal na mesorregião sul goiano, no estado de goiás. Goiânia: MEC/RENAPE, 2012. 267 p.

INSTITUTO MAURO BORGES. **Estatísticas e estudos socioeconômicos**. SEPLAN. Dados da população de goiás de 2014 e 2015. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br>. Acesso em: out. 2016.

_____. **Imóveis rurais cadastrados no INCRA, segundo os municípios**, 2003. Disponível em: http://www.imb.go.gov.br/pub/anuario/2005/estfundiaria/tab01_fundiaria.htm. Acesso em: set. 2017.

IPAMERI (Município). **Lei Complementar nº 009, de 14 de julho de 2008**. Dispõe sobre A Política Urbana do Município de Ipameri”, O Plano Diretor Democrático e Estratégico e Dá Outras Providências”. Ipameri (GO), 2008.

JUSTINO, Alessiane Silva. **A produção do espaço urbano e os planos diretores de Uberlândia (MG)**: um estudo do bairro Fundinho na ótica do planejamento estratégico. 2016. 276 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design, Universidade Federal de Uberlândia, 2016.

KRAMBECK, C. **Planejamento territorial rural**: análise do processo de elaboração de planos diretores em municípios rurais, o caso de Papanduva – Santa Catarina. 2007. 188 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

KRONEMBERGER, Soares Thais; GUEDES, Cezar Augusto Miranda. Desenvolvimento territorial rural com gestão social: um estudo exploratório entre Brasil e Argentina. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 16, n. 2, p. 233-246, 2014. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/878/87831713008.pdf>. Acesso em nov. 2016.

LOCATEL, C. **Modernização da agricultura, políticas públicas e ruralidade: mudanças e permanências na dinâmica rural das microrregiões de Jales e Fernandópolis (SP)**. 2004. 385 f. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade do Estado de São Paulo, Presidente Prudente, 2004.

LODDER, C. A. Planejamento regional: o ponto de vista rural. **Pesquisa e planejamento econômico**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 807-8016, dez./1976.

MALUF, Renato F. Plano Diretor rural, estratégias de desenvolvimento rural e política municipal de Segurança Alimentar e Nutricional em Piracicaba. In: SANTORO, Paula; PINHEIRO, Edie (Org.). **O município e as áreas rurais**. São Paulo: Instituto Pólis, 2004. p. 37-40. (Cadernos Pólis, 8).

_____. Prefácio. In: SCHNEIDER, Sergio; GRISA, Catia (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 9-12. (Série Estudos Rurais).

MAPA. **Valor bruto da produção agropecuária bate recorde em 2015**. Ministério da Agricultura, 2016. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2016/01/valor-bruto-da-producao-agropecuaria-bate-recorde-em-2015>. Acesso em: 20 maio 2016.

MARAFON, Gláucio José. O espaço rural em transformação: as novas relações campo x cidade no estado do Rio de Janeiro. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA RURAL, 8, 2011, Porto de Galinhas. **Anais...**México: Alasru, 2011. 20 p

MARQUES, Marta Inez Medeiro. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, São Paulo, v. 18, n. 19, p. 95-112, jul./dez. 2002. Disponível em: http://200.132.38.201/professores/oscar/textos-didaticos/textos-de-extensao-e-comunicacao-rural/copy_of_conceito%20de%20espaco%20rural.pdf. Acesso em: 23 ago. 2014.

MATOS, Patrícia Francisca; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. O agronegócio no cerrado do Sudeste Goiano: uma leitura sobre Campo Alegre de Goiás, Catalão e Ipameri. Uberlândia, **Sociedade & natureza**, v. 24, n. 1, jan./abr. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sn/v24n1/v24n1a04.pdf>. Acesso em: maio 2017.

MEIRELLES, Henri Lopes. **Direito municipal brasileiro**. 13ª ed. Atualizada por Célia Marisa Prendes e Marcio Schneider Reis. São Paulo: Malheiros Editores,

2003. 882 p.

MELO NETO, João Cabral. *Morte e vida Severina*. Rio de Janeiro: Record, 1996. (Série Mestres da literatura contemporânea).

MENDES, Estevane de Paula Pontes. **A Produção rural familiar em Goiás: as comunidades rurais no município de Catalão (GO)**. 2005. 294 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, São Paulo, 2005.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 2004. 458 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, São Paulo, 2004.

MESQUITA, Amanda Pires de. **O rural e urbano na vila do distrito de Pires Belo, município de Catalão (GO): a vida cotidiana e a relação com o lugar**. 2014. 131 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Campus Catalão, Universidade Federal de Goiás, 2014.

MESQUITA, Amanda Pires de; FERREIRA, William Rodrigues. O município e o planejamento do território rural no Brasil, Costa Rica, *Revista Geográfica de América Central*, v. 1, n. 58, p. 331-355, jan./jun. 2017. <https://doi.org/10.15359/rgac.58-1.14>

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007. 406 p.

_____. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. São Paulo, *Revista Pesquisa Qualitativa*, v. 5, n. 7, p. 01-12, abril. 2017. Disponível em: <http://rpq.revista.sepq.org.br/index.php/rpq/article/view/82/59>. Acesso em: jan. 2018.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA) – Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). **Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de Territórios Rurais**. Brasília: STD/MDA, 2005. 30 p. (Série documentos institucionais 02-2015). Disponível em: http://sge.mda.gov.br/bibli/documentos/tree/doc_214-28-11-2012-11-32-675117.pdf. Acesso em 30 jun. 2016.

_____. **Territórios Rurais: Informações para Acesso ao PNAE**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/pagina/territorios-rurais-informacoes-para-acesso-ao-pnae>. Acesso em 01 jul. 2016.

_____. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**: Ministério do Desenvolvimento Agrário; com o apoio técnico e cooperação do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura/IICA - Brasília: Conselho

Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/Condraf, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/NEAD, 2003. 36 p. (Textos para Discussão, 4).

_____. **Territórios da Cidadania**. Brasil: MDA/SDT, 2008. 19 p. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/3638408.pdf>. Acesso em 30 jun. 2016.

MIRANDA, L. I. B. **Planejamento e Produção do espaço em áreas de Transição rural-urbana: o caso da Região Metropolitana do Recife**. 2008. 270 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano e Regional) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife: UFPE, 2008.

MONASTIRSKY, Leonel Brizola. et al. A “escala esquecida”: modernização e políticas públicas nos distritos municipais. **Relações campo-cidade temas & matizes**, Cascavel, n. 16, p. 8-23, 2009.

MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge R. **Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural**. 2006. 438 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

MONTES, Selma Rabelo. **Entre o campo e a cidade: as territorialidades do distrito de Itapuirama em Uberlândia (MG)**. 2006. 181f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, universidade Federal de Uberlândia, 2006.

MORADORES de distrito de Mimoso do Sul reclamam de falta de segurança. **Gazeta Online**, Mimoso do Sul, 29 maio 2017, notícias. Disponível em: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/sul/2017/05/moradores-de-distrito-de-mimoso-do-sul-reclamam-de-falta-de-seguranca-1014060313.html>. Acesso em: 05 jan. 2018.

MÜLLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: HUCITEC/PUC-SP, 1989. 149 p. (Estudos Rurais, 10).

NAKANO, Kazuo. O Plano Diretor e as zonas rurais. In: SANTORO, Paula; PINHEIRO, Edie (Org.). **O município e as áreas rurais**. São Paulo: Instituto Pólis, 2004. p. 25-36. (Cadernos Pólis, 8).

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 15, n. 43, p. 83-100, set./dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a09.pdf>. Acesso em: 5 maio 2016.

NEVES NETO, Carlos de Castro; HESPANHOL, Antônio Nivaldo. O Desenvolvimento Rural no Brasil e em Portugal: os casos do Programa de Microbacias em São Paulo e da Iniciativa Leader em Portugal. Goiânia, **Ateliê Geográfico**, v. 8, n. 1, p. 74-102, abr/2014. Disponível em:

<http://www.revistas.ufg.br/index.php/atelie>. Acesso em out. 2016.

NUCLEO DE EXTENSÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (NEDET). Portal dos NEDET, 2016. Disponível em: <http://portaldosnedets.info/site/>. Acesso em maio. 2016.

O POPULAR. Número de migrantes do Maranhão é o que mais cresce no Estado. 2015. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/editorias/economia/número-de-migrantes-do-maranhão-é-o-que-mais-cresce-no-estado-1.988193>. Acesso em nov. 2017.

Veja mais em: <https://www.opopular.com.br/editorias/economia/n%C3%BAmero-de-migrantes-do-maranh%C3%A3o-%C3%A9-o-que-mais-cresce-no-estado-1.988193>

OLIVEIRA, Carolina Ribeiro de. **O rural nos planos diretores pós-estatuto da cidade**: o caso do Rio Grande do Sul. 2011. 147 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de. **Estatuto da cidade**: para compreender. Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001. 64 p.

OLIVEIRA, Bianca Simoneli de; SOARES, Beatriz Ribeiro. Desigualdades socioespaciais em cidades. In: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE ESTUDIOS TERRITORIALES Y AMBIENTALES, 6, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2014. Disponível em: <http://6cieta.org/arquivos-anais/eixo3/Bianca%20Simoneli%20de%20Oliveira.pdf>. Acesso em: dez. 2017.

MARAFON, Gláucio José. O espaço rural em transformação: as novas relações campo x cidade no estado do Rio de Janeiro. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA RURAL, 8, 2011, Porto de Galinhas. **Anais...** México: Alasru, 2011. 20 p

ORTEGA, Antônio Cesar. **Territórios deprimidos**: desafios para as políticas de desenvolvimento rural. Campinas: Alínea, 2008. 240 p.

PEREIRA, L. A. G. A pesquisa qualitativa nos estudos geográficos: abordagens dos sistemas de transportes e das exportações na região Norte de Minas. In: MARAFON, Gláucio José (Org.) et al. **Pesquisa qualitativa em Geografia**: reflexões teórico-conceituais e aplicadas. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 453-472.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **Ação de estado e as transformações agrárias no Cerrado das zonas de Paracatu e alto Paranaíba (MG)**. 1988. 239 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1988.

PINTO, Geoges José. **Do sonho à realidade**: córrego fundo (MG), fragmentação territorial e criação de municípios de pequeno porte. 2003. 251 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

PLANEJAMENTO estratégico: use a matriz F.O.F.A. para corrigir deficiências e melhorar a empresa. **Sebrae Nacional**, 21 set. 2016,. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/use-a-matriz-fofa-para-corrigir-deficiencias-e-melhorar-a-empresa,9cd2798be83ea410VgnVCM2000003c74010aRCRD>. Acesso em: 22 nov. 2017.

PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTA'VEL E SOLIDÁRIO. PNDRSS/MDA. 2013. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/pndrss/principal.pdf>. Acesso em nov. 2016.

POLÍCIA Militar inicia Patrulha Rural nos distritos de Pará de Minas e região. **Eu curto Pará de Minas**, Pará de Minas, 16 maio, 2016, notícias. Disponível em: <http://eucurtoparademinas.com/noticias/337/policia-militar-inicia-patrulha-rural-nos-distritos-de-para-de-minas-e-regiao>. Acesso em: 05 jan. 2018.

POPULAÇÃO do distrito de Nazaré, RO, reclama da falta de segurança. **G1.Globo.com**, Porto Velho, 16 jun. 2016, Rondônia Notícias, Rede Amazônica. Disponível em: <http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2012/06/populacao-do-distrito-de-nazare-ro-reclama-da-falta-de-seguranca.html>. Acesso em: 08 jan. 2018.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 446 p.

PREFEITURA e Governo Federal entregam chaves de 121 residências do Minha Casa Minha Vida no Distrito do Leandrino. **Prefeitura Municipal Dias d'Ávila**, Dias d'Ávila, 08 out. 2015, Setor de Habitação. Disponível em: <http://www.diasdavila.ba.gov.br/site/imprensa/habitacao/prefeitura-e-governo-federal-entregam-chaves-de-121-residencias-do-minha-casa-minha-vida-no-distrito-do-leandrino>. Acesso em 08 jan. 2018.

PROGRAMA Esporte e Lazer da Cidade. Blog, 2013. Disponível em: <http://pelc-pct.blogspot.com>. Acesso em: 05 jan. 2018.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.

RIBEIRO, Ludmila. Afinal, qual é o papel que o município pode ter na segurança pública? **Carta Capital**, 09 out. 2012. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/afinal-qual-e-o-papel-que-o-municipio-pode-ter-na-seguranca-publica>. Acesso em: 05 jan. 2018.

RIO VERDE (Município). **Lei Complementar nº 5.318, de 2007**. Dispõe sobre O Plano Diretor e o Processo de Planejamento do Município de Rio Verde e dá Outras Providências. Rio Verde (GO), 2007.

ROSA, R. L.; FERREIRA, D. A. de O. As categorias rural, urbano, campo, cidade e a perspectiva de um *continuum*. In.: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 187-204.

ROVER, Óscar Jose; HENRIQUES, Maria Adosinda. A gestão democrática em debate: O programa LEADER e a sua relação com a sociedade civil local. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 75, p. 117-137, 2006. Disponível em: <https://rccs.revues.org/905>. Acesso em 20 set. 2016.

RUA, João. A complexa simultaneidade da integração e distinção entre o urbano e o rural: retomando um debate no espaço do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, **GEOPUC**, ano 4, n. 7, p. 72-113, 2011. Disponível em: http://geopuc.geo.puc-rio.br/media/rua_5.pdf >. Acesso em: 18 set. 2013

SANTORO, Paula.; COSTA, Christiane; PINHEIRO, Edie. Introdução. In: SANTORO, P.; PINHEIRO, E. (Org.). **O planejamento do município e o território rural**. São Paulo, Instituto Pólis, 2004. p. 5-13. (Cadernos Pólis, 8)

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; SILVA, Renata Helena da; SANT'ANA, Marcel Claudio. Introdução. In: SANT'ANA, Marcel Claudio; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; MONTANDON, Daniel Todtmann (Org.). **Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade: balanço crítico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011. 296 p.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves; MONTANDON, Daniel Todtmann. Síntese, desafios e recomendações. In: _____ (Org.). **Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade: balanço crítico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles: IPPUR/UFRJ, 2011. p. 27-56.

SANTOS, M. R. R. dos. **Contribuições do planejamento ambiental para o planejamento territorial das áreas rurais**: proposta de uma estrutura base para elaboração e revisão de planos Diretores Municipais. 2014. 198 f. Tese (Doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental) – Escola de Engenharia de São Carlos, universidade de São Paulo, São Carlos, 2014.

SÃO SIMÃO, adeus! Direção: Mario Kuperman. São Simão (GO), 1977. 28 min. Som (dublado), Cor. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CWtDqu9Wr9w>. Acesso em: jul. 2017.

SÃO SIMÃO (Município). **Decreto nº 549b, de 20 de junho de 2006**. Dispõe o Macrozoneamento e Propostas Gerais do Plano Diretor Democrático. São Simão (GO), 2007.

_____. Prefeitura Municipal. **História do Município**. Disponível em: <http://www1.saosimao.go.gov.br/historia-2/>. Acesso em jun. 2017.

SAULE JÚNIOR, Nelson. A competência do município para disciplinar o território rural. In: SANTORO, Paula; PINHEIRO, Edie (Org.). **O planejamento do município e o território rural**. São Paulo: Instituto Pólis, 2004. p. 41-52. (Cadernos Pólis, 8).

SCHNEIDER, Sergio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 6, n. 11, p. 88-125, jan/jun 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n11/n11a06.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2016.

_____. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 16, p. 164-184, 2001.

_____. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate, São Paulo, **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 3, p. 511-531, jul./set. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v30n3/a09v30n3.pdf>. Acesso em: 5 maio 2016.

SCHNEIDER, Sergio; BLUME, Roni. Ensaio para uma abordagem territorial da ruralidade: em busca de uma metodologia. Curitiba, *Revista paranaense de desenvolvimento*, n. 107, p.109-135, jul./dez. 2004. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/105/108>. Acesso em: set. 2016.

SCHNEIDER, Sergio; GRISA, Catia (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. 624 p. (Série Estudos Rurais).

SEGPLAN. **Goiás em dados**. Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, 2014. 105 p. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/down/godados2014.pdf>. Acesso em: jan. 2017.

SILVA, Cleusa Maria da. O desenvolvimento territorial rural sustentável: os territórios Estrada de Ferro e Vale do Rio Vermelho. 2014. 228 f. Tese (Doutorado em Ciências, Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) – Instituto de Economia, universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, Luís. Os impactos do turismo em espaço rural. Lisboa, **Antropologia Portuguesa**, n. 22, v. 23, p. 295-317, 2005/2006. Disponível em: https://www.uc.pt/en/cia/publica/AP_artigos/AP22.23.13_Silva.pdf. Acesso em jul. 2016.

SILVA, Renata Rastrelo e. **Memórias, imagens e experiências**: o município de

Uberlândia a partir de seus distritos, MG (1980-2012). 2014. 196 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, universidade Federal de Uberlândia, 2014.

SILVA, Rusvenia Luiza Batista Rodrigues da. **Patrimônios: espaço e lugar** - Estudo das Vilas de Cibele e seus conteúdos. 2008. 234 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA, Sandra Regina Mota; PERES, Renata Bovo. Gestão dos territórios rurais: possibilidades e limitações do estatuto da cidade. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 8, 2009, Santa Catarina. **Anais...** Santa Catarina, 2009, s/p.

SILVA JÚNIOR, Jeconias Rosendo da; PASSOS, Luciana Andrade dos. **O negócio é participar**: a importância do plano diretor para o desenvolvimento municipal. Brasília DF: CNM, SEBRAE, 2006. 36 p

SIQUEIRA, Marcello Rodrigues. **A dimensão política do desenvolvimento do município brasileiro de Goiás (GO) (1937-2010)**. 2014. 274 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento.) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

SOUZA JÚNIOR, Paulo Roberto de. Estatuto da Cidade e o Plano Diretor: instrumentos para o cumprimento da Função Social da Propriedade. **Revista eletrônica sobre a Reforma do Estado** (RERE), Salvador, Instituto Brasileiro de Direito Público, n. 21, mar./abr./maio/2010. Disponível em:

SOUZA, Dallys Dantas de; CASTILHO, Denis. Os distritos em Goiás: definições oficiais e apontamentos teóricos. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 34, n. 3, p. 525-545, set./dez. 2014.

TEIXEIRA NETO, Antônio. Estrutura fundiária do estado de goiás – 2003. Goiânia, **Boletim Goiano de Geografia**, v. 31, n. 2, p. 129-160, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/bgg/article/view/16850>. Acesso em out. 2016.

TORRENS, João Carlos Sampaio. **Território e desenvolvimento**: a experiência de articulação territorial do Sudoeste do Paraná. Deser: Curitiba, 2007. 102 p. (Projeto de Cooperação Técnica MDA/FAO). Disponível em: http://www.deser.org.br/publicacoes/estudosTerritoriais_2.pdf. Acesso em: 17 jun. 2016.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

VEIGA, José Elias da. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano que se

calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (Org.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EdUSP, 1999. p. 169-243.

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Norma Giarracca. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2001. p. 31-44. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>>. Acesso em: 03 de mar. 2010.

_____. **Meio rural: um lugar de vida e de trabalho**: Entrevista [25 de julho de 2008]. Olinda: Fórum DRS, IICA. Entrevista concedida ao Fórum DRS.

WOODS, Michael. **Rural Geography**. London: SAGE. 2005. 340 p.

_____. **Rural**. New York: Routledge. 2011. 352 p.

ZUQUIM, Maria de Lourdes. O Lugar do rural nos planos diretores municipais. In: CONGRESSO LUSO BRASILEIRO PARA PLANEJAMENTO URBANO, REGIONAL, INTEGRADO E SUSTENTÁVEL, 3, 2008, São Carlos. **Anais...** São Carlos: STT/USP, 2008. p. 1-10. Disponível em: <http://www.mlzuquim.fau.usp.br/artigos/O_lugar_do_rural_nos_planos_diretores_municipais.pdf>. Acesso em: 21 maio 2015.

_____. **Os Caminhos da Bocaina**: uma Questão Agrária Ambiental. 2002. 372 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

APÊNDICE I - Entrevista com os moradores dos distritos rurais do Sul Goiano



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Pesquisador: Amanda Pires de Mesquita

Título da Pesquisa: O rural no planejamento municipal: os distritos rurais do Sul Goiano

ROTEIRO I - Entrevista com os moradores dos distritos rurais do Sul Goiano

1 IDENTIFICAÇÃO E CONTROLE DO QUESTIONÁRIO
1.1 Data da entrevista: ____ / ____ / 2017
1.2 Nome do distrito/município:
2 IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO
2.1 Nome do entrevistado:
2.3 Idade: () anos.
2.4 Grau de instrução:
() ensino fundamental () ensino médio () ensino superior completo () ensino superior incompleto
() analfabeto
3 SITUAÇÃO OCUPACIONAL
3.1 Situação ocupacional
() trabalhador rural () diarista () empregada doméstica () dona de casa () lavrador
() outro. Especificar:
4 ASPECTOS ESTRUTURAIS DO DISTRITO
4.1. Como é o atendimento médico-hospitalar no distrito?
4.2 E a oferta de ensino?
4.3. Como é feito o acesso à cidade sede (cidade mais próxima)? Há transporte público disponíveis?

- 4.3.1. Qual o estado das vias de acesso?
- 4.5. Há um representante municipal no Distrito? (Subprefeito/Associação de moradores)?
- Se sim, como é a sua atuação?
-

5 ASPECTOS SOCIAIS DOS DISTRITOS

- 5.1. Como é morar em um distrito? Há pontos positivos?
- Quais?
-
- 5.2. E há pontos negativos? Quais?
-
-
- 5.3. Os moradores do distrito contam com o apoio de alguma instituição, empresa externa/fora do distrito?
- Qual?
- E que tipo de apoio oferecem (emprego, lazer, educação, saúde)
-
- 5.3.1. Essas instituições/empresas trazem ameaças/problemas para o distrito?
- Quais?
- Por quê?
-
- 5.4. Os moradores do distrito contam com o apoio municipal quando precisam?
-
-
- 5.5. Quais os pontos positivos relacionados ao apoio da sede municipal (prefeitura) no distrito?
-
-
- 5.6. Quais os pontos negativos relacionados ao apoio (ou à falta) da sede municipal no distrito?
-
-
- 5.7. O que precisa melhorar/o que falta no distrito?
-
-
- 5.8. Quais as oportunidades que o distrito oferece?
-
-